UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

FRANCISCO MONTICELI VALIAS NETO

APONTAMENTOS METODOLÓGICOS E HISTORIOGRAFIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO: A FAVOR DE UMA AGENDA DE PESQUISA EM HPE BRASILEIRA

CAMPINAS
2018

FRANCISCO MONTICELI VALIAS NETO

APONTAMENTOS METODOLÓGICOS E HISTORIOGRAFIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO: A FAVOR DE UMA AGENDA DE PESQUISA EM HPE BRASILEIRA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico, área de concentração História Econômica.

Prof. Dr. Pedro Paulo Zahluth Bastos – orientador

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO ALUNO FRANCISCO MONTICELI VALIAS NETO E ORIENTADA PELO PROF. DR. PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS.

CAMPINAS
2018

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CNPq, 130775/2014-2

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Mirian Clavico Alves - CRB 8/8708

Valias Neto, Francisco Monticeli, 1991-

V238a Apontamentos metodológicos e historiografia do pensamento econômico :

a favor de uma agenda de pesquisa em HPE brasileira / Francisco Monticeli Valias Neto. – Campinas, SP : [s.n.], 2018.

Orientador: Pedro Paulo Zahluth Bastos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Pensamento econômico - História. 2. Pensamento econômico - Brasil. 3. Economia - Metodologia. I. Bastos, Pedro Paulo Zahluth, 1971-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital
Título em outro idioma: Methodological points and historiography of economic thought: in favor of a research agenda in brazilian HPE
Palavras-chave em inglês:
Economic thought - History
Economic thought - Brazil
Economics - Methodology
Área de concentração: História Econômica
Titulação: Mestre em Desenvolvimento Econômico
Banca examinadora:
Paulo Sérgio Fracalanza
Nelson Mendes Cantarino
Alexandre Macchione Saes
Data de defesa: 21-02-2018
Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

FRANCISCO MONTICELI VALIAS NETO

APONTAMENTOS METODOLÓGICOS E HISTORIOGRAFIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO: A FAVOR DE UMA AGENDA DE PESQUISA EM HPE BRASILEIRA

Defendida em 21/02/2018

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Sérgio Fracalanza - Presidente
Instituto de Economia/UNICAMP

Prof. Dr. Nelson Mendes Cantarino
Instituto de Economia/UNICAMP

Prof. Dr. Alexandre Macchione Saes
Faculdade de Economia e Administração/USP

Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica do aluno.

Às pessoas mais

especiais: Pedro, Célia,

Rafaella, Júlia e Luz.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é sempre um momento gratificante, pois foram muitas pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho. As lembranças expressadas aqui fazem parte de um singelo e sincero ato de reconhecimento.

Primeiramente, gostaria de agradecer toda minha família: Pedro, Célia, Rafaella e Júlia. Sem eles nunca poderia ter concluído esta etapa. Para além de toda estrutura material, sempre me apoiaram e me incentivaram, depositando em mim a confiança necessária para seguir em frente em tempos difíceis. A todos vocês, meu mais sincero: obrigado! Estendo esse nível mais profundo de reconhecimento à Universidade pública, gratuita e inclusiva, pela oportunidade de estudo. Agradeço ao apoio financeiro fornecido pelo Cnpq. À classe trabalhadora: toda minha gratidão!

Agradeço ao meu orientador, Pedro Paulo Bastos, amigo e mentor intelectual, por aceitar orientar esta dissertação, compreender minhas inquietações e compartilhar seus conhecimentos. Estendo este reconhecimento de orientação, aos professores que acompanham minha trajetória desde a graduação na UNIFAL: Alexandre Saes, Roberto Pereira, Thiago Gambi e, especialmente, o grande amigo Daniel Cosentino.

Agradeço aos mestres do IE/UNICAMP com quem tive o privilégio de ser aluno: Adriana Nunes, Ana Lucia, Ana Rosa, Ângela Kageyama, Célio Hiratuka, Eduardo Mariutti, Fernando Macedo, Milena Fernandes, José Ricardo, Pedro Rossi e Wilson Cano. Em especial, agradeço aos professores Paulo Sérgio Fracalanza e Alexandre Saes pelas valiosas sugestões feitas a este trabalho no exame de qualificação.

Agradeço aos funcionários do IE/UNICAMP, sobretudo, os funcionários da secretaria da pós-graduação: Andréia, Marinete e Ricardo. Sempre muito atenciosos, nunca mediram esforços para solucionar minhas inúmeras demandas.

Agradeço aos amigos da pós-graduação do IE/UNICAMP, por compartilharem comigo bons momentos, por me ajudarem na instalação em Campinas e por dividirem comigo suas angústias. Obrigado aos companheiros (as): João, Flávia, Thomaz, Camila, Redondo, Xandão, Vitor, Gui, Léo, Toca, Bia, Thiago, Mel, Beth, Juliane, Ulisses, Rafael, Télio, Vinícius e tantos outros. Em especial agradeço ao João e a Flávia, amigos “da História”, pelas inúmeras reflexões partilhadas. Agradeço também aos amigos do “V de várzea”, companheiros da sagrada pelada de

quarta-feira: Presida (Bruno), Joaozinho, Rodrigão, Caio, Ricardo, Zeca e o lendário Clayton. Lembranças especiais ao Gui, parceiro daquela zaga histórica do Interanos em 2015.

Agradeço aos amigos da república da “Casa da Dona Giselda” pelo convívio e grande amizade: Murilo, Sandrão, Alissão e Renato. Agradeço também aos integrantes da recente geração, Gerson, Edson e Felipe, pelas inúmeras hospedagens fornecidas.

Agradeço aos amigos dos tempos da graduação na UNIFAL, que sempre estiveram presentes na minha trajetória: Elton, Serenini, Rafa, Nathania, Thayan, Rafael Pereira, Andreia, Rossi, Noronha, Rúbio e a Alê e Jana (companheiras também de UNICAMP). Agradeço em especial os alunos desta instituição, desde os tempos do cursinho pré-Enem do PET até minha passagem como professor substituto no segundo semestre de 2016. Vocês me deram o prazer da experiência docente.

Agradeço aos amigos da “panela P.A”, Marcos, Beiço, Gustavão, Deh, Léo, Dodô, Sidão e Boninho, pela amizade de longa data e pela confiança em mim depositada por todo esse tempo.

Por fim, e mais importante, agradeço à Luz. Companheira presente em todos os momentos, sobretudo nos mais difíceis. Seu carinho, sua presença diária, seu incentivo e seu amor estão presentes em cada folha deste trabalho.

A todos vocês, meu muito obrigado!

Eu não estou interessado
Em nenhuma teoria
Em nenhuma fantasia
Nem no algo mais
Nem em tinta pro meu rosto
Ou oba oba, ou melodia
Para acompanhar bocejos
Sonhos matinais

Eu não estou interessado
Em nenhuma teoria
Nem nessas coisas do oriente
Romances astrais
A minha alucinação
É suportar o dia-a-dia
E meu delírio
É a experiência
Com coisas reais

("Alucinação" – Belchior, 1976.)

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo resgatar as discussões metodológicas no campo da história do pensamento econômico, tendo em vista as potencialidades de sua abordagem em perspectiva nacional. Para tanto, dividimos nossa pesquisa em duas partes. Primeiramente, partindo da constatação do recente aumento de interesse neste campo de pesquisa buscamos evidenciar as questões estruturais que circunscrevem os trabalhos desta área, de forma a compreender como esses elementos fornecem questionamentos maiores ao *mainstream* da ciência econômica. Crise na ciência; debates da filosofia da ciência e pluralismo metodológico são os principais eixos de nossa argumentação em prol da ressignificação do papel destinado à HPE. Na segunda parte, entrando nas controvérsias que cercam a historiografia do pensamento econômico descrevemos a abordagem ortodoxa fundada pelo trabalho de Schumpeter, enfatizando seus limites, compromissos e contradições. Apresentamos a abordagem dos teóricos da Difusão Internacional das Ideias Econômicas enquanto alternativa crítica capaz de apreender a HPE em sua perspectiva nacional. Por fim, avaliaremos os principais trabalhos que sistematizaram o pensamento econômico brasileiro à luz destes debates presentes na historiografia do pensamento econômico, buscando legitimar novos objetos e temas marginalizados por estes trabalhos tradicionais.

PALAVRAS CHAVE: historiografia do pensamento econômico; pensamento econômico brasileiro; metodologia da economia.

ABSTRACT

This dissertation has as its aim to retake the methodological discussions in the field of the history of economic thought, considering the potentialities of its approach in national perspective. In order to do so, we have divided our research into two sections. Firstly, departing from the constatation of the recent increase of interest in this field of research, we have sought to evince the structural questions that circumscribe the works of this area, so as to understand how these elements provide the mainstream of economic science with bigger questions. Crisis in science, debates of the philosophy of science and methodological pluralism are the main axes of our argumentation in favor of the resignification of the role ascribed to the history of economic thought. In the second part, getting into the controversies which fence in the historiography of economic thought, we describe the orthodox approach started by Schumpeter's work, emphasizing its limits, compromises und contradictions. We present the approach of the theoreticians of the International Diffusion of the Economic Ideas as a critical alternative, which is able to apprehend the history of economic thought in its national perspective. At the end, we will evaluate the major works that have systematized the brazilian economic thought in light of these attending debates in the historiography, trying to legitimate new subjects and themes marginalized by these traditional works.

KEYWORDS: historiography of economic thought; brazilian economic thought; methodology of economics.

LISTA DE SIGLAS

ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia

BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CNI - Confederação Nacional da Indústria

CNPIC - Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial

CMBEU - Comissão Mista Brasil-Estados Unidos

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CPE – Comissão de Planejamento Econômico

DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público

DIPE - Difusão Internacional das Ideias Econômicas

EHA – Escola Histórica Alemã

EPGE - Escola de Pós-Graduação em Economia

FCEA - Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas

FEA – Faculdade de Economia e Administração

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FNCE - Faculdade Nacional de Ciências Econômicas

IBRE - Instituto Brasileiro de Economia

IPE - Instituto de Pesquisa Econômica

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros

HAE – História da Análise Econômica

HOPE - History of Political Economy

HPE – História do Pensamento Econômico

HPEB – História do Pensamento Econômico Brasileiro

HSEP – História dos Sistemas de Economia Política

LEMA - Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PEB – Pensamento Econômico Brasileiro

PPC – Programa de Pesquisa Científica

PUC – Pontifícia Universidade Católica

RBE - Revista Brasileira de Economia

REP – Revista de Economia Política

SUMOC - Superintendência da Moeda e do Crédito

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

USAID - USA Agency for International Development

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 15

CAPÍTULO 1 – POR QUÊ HPE GANHOU DESTAQUE NA AGENDA DO DIA? 20

1.1 A ATUAL CRISE DA TEORIA ECONÔMICA 21

1.1.1. Crise teórica? Crise do paradigma? 23

1.1.2. Crise: expressão e essência 30

1.1.2.1. Questionando os fundamentos neoclássicos 36

1.1.2.2. Questionando o método neoclássico 39

1.1.3. Como chegamos até aqui? Uma abordagem retrospectiva sobre a consolidação da concepção abstrata-dedutiva em economia. 52

1.1.3.1 A Velha Guarda metodológica: a origem do método ortodoxo e a tradição Senior-Mill 55

1.1.3.2 Marginalismo e Neoclassicismo: ápice e hegemonia da concepção abstrata-dedutiva em economia 60

1.1.4. A crise em nossos termos: a morte da história 70

1.2 O DEBATE ASCENDIDO NO CAMPO DA FILOSOFIA DA CIÊNCIA 77

1.2.1 O projeto positivista da ciência 79

1.2.2 Para além da visão positivista da ciência: a nova heterodoxia. 86

1.2.3 Filosofia da ciência e HPE 98

1.3 EM DEFESA DO PLURALISMO METODOLÓGICO 102

1.4 POR UMA SÍNTESE: A NECESSIDADE DE APROFUNDAMENTO NA AGENDA DE PESQUISA DA HPE NACIONAIS. 111

CAPÍTULO 2 - A HISTORIOGRAFIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO. 116

2.1 O MÉTODO DA HPE ORTODOXA. 117

2.2.1 Schumpeter e a História (do progresso) da Análise Econômica 118

2.2.2 Blaug e a História (retrospectiva) do Pensamento Econômico 145

2.2.3. Uma proposta de síntese crítica para a historiografia ortodoxa do pensamento econômico 154

2.2 HPE NACIONAIS 168

2.2.1 À procura de abrigo na historiografia. 168

2.2.2 A agenda de pesquisa aberta pela "difusão internacional do pensamento econômico" 175

2.2.3. A perspectiva nacional para a HPE 183

2.3 UM CASO PARTICULAR: A HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO 194

2.3.1 Evolução e características gerais da ciência econômica no Brasil 194

2.3.2 Síntese do pensamento econômico brasileiro 214

2.3.3 Balanço historiográfico do pensamento econômico brasileiro 220

CONCLUSÃO 239

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 242

INTRODUÇÃO

A presente dissertação se origina a partir de um questionamento que me deparei em certa altura da pesquisa: perguntava-me sobre qual era a real importância de estudar o pensamento econômico de determinado economista brasileiro, inserido no debate econômico de meados dos anos 50, visto que não havia realizado uma reflexão original, ou seja, não havia trazido novos elementos teóricos para o debate econômico brasileiro, muito menos, teria dado alguma contribuição analítica para a teoria econômica de um modo geral. No fundo, me perguntava: qual era o sentido de se estudar o pensamento econômico de intelectuais de países periféricos? Ou ainda, por quê era legítimo estudar a própria História do Pensamento Econômico (HPE)? Através dessas reflexões entrei em contato com os temas da metodologia da economia e dos debates no campo da historiografia do pensamento e, neste sentido, o presente estudo se insere em algum ponto de intersecção destes campos.

Recordo-me bem que logo no início do levantamento preliminar de uma bibliografia especializada que tratasse do assunto, me deparei com a seguinte citação:

> O estudo da história de uma ciência é desta, talvez, a única disciplina que enfrenta permanentemente o problema epistemológico de sua necessidade; se não se exprime diretamente como crítica à existência desta disciplina, aparece na forma de uma má vontade difusa com relação a seu estudo e na dogmatização da noção de passado teórico que compõe seu programa oficial." (TOLIPAN, 1989, p.13)

Tratava-se de uma passagem contida já na primeira página do trabalho do autor - que tempos depois descobriria se tratar de uma das maiores referências do campo da HPE no Brasil -. Para mim aquele parágrafo, embora carregado de uma compreensão profunda sobre a HPE, conseguia traduzir aquela ingênua angústia que carregava: o "problema epistemológico de sua necessidade", ainda que não entendesse todas as consequências dessa afirmação. Hoje, nessas últimas linhas que escrevo, consigo compreender a dimensão da influência que tal passagem exerceu sob meu trabalho. Espero que no final, essa complexa concatenação de ideias faça sentido para outras pessoas também.

***

De fato, muitas questões estão envoltas neste complexo trabalho de historiar o pensamento econômico. Um primeiro aspecto a se ressaltar é que em várias ciências o seu componente histórico encontra-se ligado ao grande tema da história da ciência, e não como uma subdisciplina específica. Neste sentido, a abordagem histórica é empreendida na maioria das vezes por especialistas deste campo. Um físico de formação muito raramente ministraria uma disciplina ligada à história desta ciência. Na ciência econômica esta evidência não se verifica, pois, na maioria das vezes, são os próprios economistas que se aventuram neste campo, estruturado como subdisciplina da área. Fato este que, de um lado, fortalece a HPE pela perspectiva da clareza dos princípios e insights econômicos, mas, por outro lado, acaba empobrecem-na pela ausência de maiores aprofundamentos históricos, seja do ponto de vista das fontes históricas ou, ainda mais importante, pela debilidade de tratamento metodológico dado a este campo.

Nunca foi tarefa fácil revisitar o passado, muito menos ingênua. Qual a melhor forma de tratar determinadas referências históricas? Como buscar determinadas informações históricas? Como se portar diante do inevitável anacronismo histórico? História oral? Aliás, antes mesmo dessas questões mais técnicas, qual "passado" revisitar? Por quê este e não outro? Enfim, uma série de questões se impõem para aqueles que voltam suas atenções para o tempo passado. Ademais, no caso da ciência econômica, outras tantas questões se somam a estas, visto que, sendo uma ciência social, seu objeto encontra-se em constante mudança ao longo do tempo (irreversibilidade do tempo), está inevitavelmente permeado por disputas (ideologia) e não se apresenta de maneira definitivamente cindida com o sujeito da análise (subjetivismo), etc.

Neste sentido, seja pelo lado da história ou pelo lado da economia, por conta disso tudo, trabalhar no campo da HPE nos impõem bastante desafios, evidenciando a necessidade de aprofundamento nas suas discussões metodológicas. E é neste campo que nosso trabalho se insere.

Discussões metodológicas são fundamentais, sobretudo, no contexto atual em que este campo vem sofrendo ataques em vários aspectos. Para se ter uma ideia, em muitos países do centro esta disciplina foi excluída da grade curricular, principalmente, a nível de pós-graduação e os espaços especializados da área são cada vez mais desprestigiados e renegados. (WEINTRAUB, 2002). Especificamente no Brasil, este processo foi amortecido e o campo ainda mantém um interesse razoável se comparado à outras partes do mundo. Entre fatores institucionais (regulação dos cursos exige uma carga mínima para área), históricos (presença de razoável pluralismo e

influência considerável do marxismo) e méritos pessoais de seus participantes, o fato é que a dimensão desta crise da HPE deve ser ampliada quando admitida em perspectiva mais abrangente.

Neste sentido, este contexto reflete mais do que uma disputa de egos entre departamentos do curso de economia, se alçando a um patamar de disputa hegemônica pela própria concepção ontológica da ciência econômica. O que se presencia é um choque entre visões de mundo irreconciliáveis: de um lado a ciência econômica admitida em sua acepção positiva e de outro a ciência econômica reconhecida enquanto economia política. Este embate no interior desta ciência em si irá refletir, em uma etapa superior, no próprio campo da HPE, se expressando nas diferentes abordagens presentes na historiografia. Mais do que ênfase, recorte, método e estilo da narrativa, estas divergências, em última instância, acabam por revelar suas concepções em torno dessas disputas maiores. No final, todos esses elementos cristalizam-se ao nível metodológico, seja da ciência econômica ou então HPE. Como nos portar diante deste contexto?

A presente dissertação se insere neste nível de problemática. Procuraremos descortinar essas divergências metodológicas tanto no nível da ciência econômica como na historiografia do pensamento, na exata medida em que essas questões estão umbilicalmente vinculadas. Essa consideração é de suma importância, visto que a concatenação entre os temas abordados nos capítulos não é realizada nas bases de um plano linear. Afinal, qual a relação entre a "retomada de interesse da HPE" com os debates da historiografia? Um tema que remete à atualidade e uma discussão aparentemente não tão nova. Um tema que abre tantos flancos e uma discussão mais específica. Embora, à luz dos títulos dos capítulos, os assuntos pareçam estar desconexos na temporalidade, eles se ligam quando temos em vista nosso objetivo maior de problematizar a construção de uma História do Pensamento Econômico Brasileira (HPEB). Qual a implicação para a ciência econômica, em suas diferentes expressões, em se admitir a nacionalidade do pensamento? E dentro da historiografia, como essa questão é tratada? No fundo, mais uma vez, qual a importância de se estudar a HPEB?

No entanto, não se trata aqui apenas de listar os embates e preservamos uma posição defensiva. Ao final, tendo em vista a historiografia que sistematizou o pensamento econômico brasileiro, procuramos indicar alguns caminhos alternativos à luz dos debates metodológicos contidos na HPE. Embora não substitua ofício em si e o trabalho prático no campo, discussões

metodológicas também possuem seu valor e, de certa maneira, tornam-se imprescindíveis para o desenvolvimento do primeiro.

Assim, além desta breve introdução e de uma conclusão ao final, a presente dissertação se estrutura em dois capítulos. No primeiro capítulo discutiremos as questões mais gerais que explicam o porquê que HPE, mesmo neste contexto de ataque, ganha relevância e fornece elementos para problematizar o atual estágio da ciência econômica em seu caminho evolutivo. Articulamos nossa reflexão em três eixos: a crise na ciência econômica, os debates no campo da filosofia da ciência e na defesa do pluralismo. Em conjunto acreditamos que estas três dimensões conseguem explicar como a HPE pode exercer um papel relevante no encaminhamento dos dilemas atuais da ciência econômica. Especificamente, tendo em vista este primeiro eixo, retomaremos um debate do início dos anos de 1980 que aglutinou uma série de críticos ao programa neoclássico em torna da ideia de crise de seu programa de pesquisa; esses críticos enfatizavam como os participantes deste programa subverteram os objetivos primordiais de sua ciência a favor do processo de formalização da economia. Buscaremos as raízes mais profundas dessa argumentação recorrendo a história evolutiva do método na ciência econômica para posteriormente argumentarmos o sentido maior da crise que se perpetua nessa ciência até os dias de hoje.

No segundo eixo, buscaremos compreender como o campo da filosofia da ciência: i) se liga nesta discussão empreendida anteriormente, visto que muito dos temas descortinados no debate da crise se relacionam especificamente às discussões de seu campo, ii) possuem correntes críticas às concepções do positivismo; e iii) está organicamente vinculado com a HPE. No último eixo, mostraremos como e por que o pluralismo, nas suas várias dimensões, é um ideal a ser buscado tanto no campo da economia como na HPE.

No segundo capítulo, entraremos nas discussões no campo da historiografia do pensamento econômico. Na sua primeira parte, descreveremos a abordagem tradicional representada nos trabalhos de Schumpeter (1964) e Blaug (1989) e denominada aqui como abordagem ortodoxa dado seus vínculos com a corrente ortodoxa da economia. Buscaremos mostrar como esses trabalhos carregam consigo uma concepção de história que, de um lado, mantém a HPE presa nas concepções que representam a crise da economia e, por outro, deslegitimam tantos outros temas, especialmente, o pensamento econômico nacional. Neste sentido, aglutinamos as contribuições de teóricos na agenda da Difusão Internacional das Ideias

Econômicas (DIPE) com o intuito de mostrar como suas concepções nos fornecem elementos importantes para contrastar com a abordagem ortodoxa, permitindo novas hipóteses de trabalho. Aborda-se, por fim, a historiografia do pensamento econômico brasileiro, descrevendo, primeiramente a evolução desta ciência neste país e interrogando os trabalhos sistematizadores, de forma a elencar alguns apontamentos que possam somar neste campo de estudo.

CAPÍTULO 1 – POR QUÊ HPE GANHOU DESTAQUE NA AGENDA DO DIA?

Neste capítulo buscaremos compreender quais são os elementos que ajudam a explicar a retomada dos estudos no campo da HPE, sobretudo a partir dos anos de 1970-80. Essa afirmação pode causar estranheza à maioria dos economistas, profissionais e acadêmicos, de formação recente que vivenciaram a marginalização da história, de um modo geral, em sua formação. Este ataque à história em geral e à HPE em particular na ciência econômica foi tema central de importantes debates e reflexões no famoso congresso da HOPE em 2001[1]. O balanço desses trabalhos refletia a desilusão de muitos profissionais que trabalham com a HPE, bem como as incertezas que rondam o futuro desta disciplina. No entanto, uma constatação que perpassava as diversas interpretações e que inquietava a opinião desses pesquisadores era a seguinte: a despeito de todo descrédito e marginalização, as pesquisas, os estudos e o interesse em geral no campo da HPE veem atraindo cada vez mais ouvidos e vozes.[2] O que explica esta situação paradoxal? Por quê entendê-la? Qual a relação com nosso objeto? Tendo em vista esses amplos questionamentos é que pretendemos compreender, enfim, porque a HPE ganha destaque na agenda do dia.

Aproximaremos de três grandes questões e tentaremos sintetizá-las, a fim de destacar como nosso objeto pode ser pensado à luz desses debates, a saber: i) crise na ciência econômica; ii) desenvolvimento de estudos no campo da filosofia da ciência; e iii) defesa do pluralismo metodológico.

---

[1] No ápice das incertezas e ataques à carga de disciplinas de conteúdo histórico, ao nível de graduação e pós-graduação nos cursos de economia pelo mundo, exemplificado nas inúmeras reformulações curriculares, a conferência anual da HOPE (History of Political Economy) na Universidade de Duke reuniu os maiores especialistas da área para debater tal contexto de forma a vislumbrar caminhos para o futuro. Tais reflexões chegaram ao conhecimento do público em geral a partir da publicação de vários artigos dos conferencistas na seguinte edição do Journal History of Political Economy. Ver Weintraub (2002).

[2] Basta notar a consolidação de uma institucionalidade no campo da HPE a partir dos anos 1970, chamando atenção para o crescimento de associações, revistas e congressos em toda parte do mundo. Blaug (2001) reporta esta observação. Em suas palavras: "História de revistas de pensamento estão florescendo, e sua qualidade parece ser alta e constantemente melhorando. Além da história principal da economia política fundada em 1969 e da história velha da revisão econômica fundada em 1973, há a pesquisa na história do pensamento econômico e da metodologia que aparecem anualmente desde 1983, o jornal da história do pensamento econômico que data de 1990, A Revista Européia de História do Pensamento Econômico e História das Idéias Econômicas, datada de 1993. Quando a História da Sociedade de Economia dos Estados Unidos foi criada em 1973, ela tinha pouco mais de 200 membros e sua primeira conferência anual em 1974 contou com apenas 50 membros; Em 1999, totalizaram mais de 600 e 300 estudiosos participaram da reunião anual, apresentando cerca de 150 trabalhos em três dias. Além disso, existem actualmente três sociedades activas para a história do pensamento económico na Europa, publicando um boletim anual e reunindo-se uma vez por ano no Reino Unido e em dois locais distintos no continente europeu." (BLAUG, 2001, p.1)

Estamos cientes que essas discussões preliminares por muitas vezes afastam o objeto do centro da análise, mas mesmo admitido esse risco, achamos importante abordarmos os predicados que podem ser pensados e que estão por trás de uma História do Pensamento Econômico, de forma a apreendermos os movimentos gerais que possam enriquecer as particularidades do específico, no nosso caso, das metodologias fundantes de uma História do Pensamento Econômico Nacional.

Por outro lado, deixando as ponderações de lado, acreditamos que a imersão em temas historiográficos exige certas conexões multidisciplinares e nos arriscaremos, a partir de agora, a nos aproximar de algumas delas.

1.1 A ATUAL CRISE DA TEORIA ECONÔMICA

> Que a ciência econômica se encontra em crise é uma constatação quase tão velha como essa ciência bicentenária. Tão remota no tempo pode situar-se a crise que às vezes chego a pensar que economia é sinônimo de crise. (...) O contraste entre teoria e realidade assim posto a descoberto aumenta a reflexão epistemológica; em outras palavras, quando as crises se intensificam, cresce o interesse pelos temas metodológicos. (BERNÍ, 1985, p.197)

Talvez uma melhor maneira de expressar as divergências de opiniões contidas na literatura seria intitular tal subitem de forma interrogativa. Afirmar a existência de um processo de crise na teoria econômica nos exige uma serie de mediações conflitivas, tendo em vista as possíveis conclusões em torno dessa auspiciosa constatação. “Crise”, de um modo geral, por muitas vezes, imprime processos de ruptura, reformulação e ressignificação de consensos, se caracterizando assim como um movimento potencialmente revolucionário e, portanto, alvo de ferrenha e natural disputa interpretativa. Neste sentido, quando olhamos os economistas que se preocuparam com este tema incômodo na atualidade, notamos que existe uma determinada corrente de autores que defendem tal afirmação, ainda que equacionem as causas, diagnósticos e soluções dessa “crise” de maneiras diversas, na mesma medida em que tantos outros autores, localizados em polos diametralmente opostos, sequer se permitiram tal questionamento. Evidências abundam para ambos os lados, exigindo relativizações em muitos pontos mais taxativos, aliás, como de praxe, em qualquer temática a ser investigada nas ciências de um modo geral.

O que importa neste momento é clarear nosso argumento: longe de tentar resolver este longo debate, o ponto razoável que queremos ressaltar consiste na compreensão de que em momentos de crise de um modo geral, os pesquisadores movidos pela ânsia de progresso da ciência,

procuram voltar suas atenções para o passado, na tentativa de entender o porquê que sua ciência não prosperou; quais os caminhos e projetos que estavam em disputa; quais os limites proporcionados por determinado instrumental e sua metodologia; em que medida pontos esquecidos no passado nos ajudam a interpretar tal paralisia, etc. Em suma, em momentos de "crise" na ciência abre-se uma janela de oportunidade para questionamentos de natureza filosófica mais profundos de seus empreendimentos, permitindo dar voz e centralidade à história, sobretudo, naqueles circuitos em que a mesma é tão silenciada. Assim, finalmente, por essa via, podemos começar a entender o porquê que a HPE ganha destaque na ordem do dia e, mais do que isso, entender também como as digressões contidas na abordagem deste tema lançam luz sobre o que estamos chamando atenção em nosso objeto.

No caso específico da ciência econômica, essas inquietações não fogem à regra, basta olharmos para o crescimento vertiginoso a partir dos anos de 1970 de pesquisas, textos publicados em espaços especializados, criação de disciplinas específicas, tanto na temática da metodologia econômica como de história do pensamento econômico.[3] Como bem se sabe, este período é o marco de uma série de intermitentes colapsos no sistema econômico capitalista, onde a antiga "era de ouro" do consenso keynesiano, passaria agora a ser acompanhada, por muitas vezes, de crises que proporcionavam questionamentos teóricos de natureza mais ampla e profunda.

Neste sentido, citando as palavras do combativo professor Ricardo Tolipan, que neste momento nos encoraja a seguir nesta linha de raciocínio, temos:

> Na situação de crise, fica recusada justamente essa ideia de melhora ininterrupta e de convergência para uma plenitude sem passado do conhecimento. A partir dessa recusa, redescobre-se o fato, talvez banal, que a história do conhecimento é um processo de erros e de suas interpretações. Assim, a História do Pensamento [Econômico] reemerge necessariamente como lição sobre o pensar científico que, contra Say [economista reconhecido pelo seu desprezo pela história], faz do retorno ao 'erro' elemento integrante de sua prática. (TOLIPAN, 1990, p.24-25)

Complementando essa argumentação, que revitaliza a força e potencialidade da HPE nesses momentos de crise, a professora – não menos combativa - Ana Maria Bianchi, na

[3] Hausman (2008), em seu pioneiro livro sobre metodologia econômica atesta tal crescimento, assim como Blaug (2001) o fez para a HPE. No espaço entre as primeiras edições de seu livro, a catalogação de textos específicos de metodologia econômica mais que dobrou, passando de dezenove no período de 1975-83 para mais de cinquenta na próxima década. O autor ainda destaca a construção de espaços de prestígio para discussão dessas temáticas, como por exemplo, as revistas "Research in the History of Economic Thought and Methodology" (1983), "Economics and Philosophy" (1985) and "Methodus" (1989) que se transformaria anos mais tarde no "Journal of Economic Methodology" (1994). O resultado de tal evolução consiste, a partir do final dos anos 80 no reconhecimento e institucionalização da metodologia e da HPE enquanto subdisciplinas no campo formativo da ciência econômica.

oportunidade de conferencista que abriria o 38° Encontro Nacional de Economia da ANPEC, espaço destinado, inclusive, ao debate dos desdobramentos da crise de 2008, assevera:

> Talvez o fato da reflexão ter sido colocada em segundo plano na formação dos economistas explique, pelo menos em parte, por que foram incapazes de prever a crise econômica em curso. (...) Quem sabe a crise nos leve a prestar mais atenção a ideias novas que foram marginalizadas e ideias velhas para as quais os mercadores fizeram ouvidos moucos. Como disse o insuspeito George Soros, nossa responsabilidade não é apenas construir melhores modelos, mas estimular uma abertura da própria disciplina da economia. Isso implica treinar as novas gerações para exercer cotidianamente sua capacidade de debater ideias e exercer a crítica consequente. (BIANCHI, 2010, p.11-12)

Portanto, tendo em vista que a HPE é, nos dizeres de Tolipan (1990), o espaço específico para aprimorar a capacidade de debate das ideias e a crítica imanente, estamos aptos a entrarmos de vez neste debate, pois, afinal, estaria na atualidade a teoria econômica em crise? Quais os fundamentos que autorizam, ou não, tal constatação? Em que medida nosso objeto, a saber a história do pensamento econômico brasileiro, pode ser enriquecido à luz deste debate? Norteados por esses questionamentos mais amplos, passamos agora a análise dentro da literatura especializada.

1.1.1. Crise teórica? Crise do paradigma?

Hahn (1992) talvez seja considerado o defensor mais enfático da vertente de autores que nega esta constatação de crise na teoria econômica. Aliás, para esse economista neoclássico, seguindo a lógica de seu próprio conselho destinado aos jovens economistas reproduzido no texto citado, questionamentos dessa natureza, que remetem à discussão filosófica, metodológica e/ou histórica, devem ser ignorados ou até mesmo desprezados. Discussões metodológicas não se configuram como uma questão que deve ser respondida pelos economistas, não que elas não sejam importantes, mas apenas porque elas escapam do escopo de análise desses profissionais.[4]

[4] Interpretando os dizeres de Hahn, escreve Backhouse (1998): "(...) Ele [Hahn] elenca três razões explicativas: os economistas são, na melhor das hipóteses, amadores e não podem fazer justiça ao assunto; discussões metodológicas fazem pouca diferença; quando os economistas realizam asserções neste campo os resultados são muito ruins." (BACKHOUSE, 1998, p.2) Vale acrescentar que Backhouse critica veementemente esta posição defendida por Hahn, elencando a potencialidade de se discutir questões metodológicas, como por exemplo, ao realizar um balanço crítico sobre os métodos formalistas e seu espaço hegemônico na economia nos dias atuais. Por fim, engrossando o tom da crítica, argumenta Backhouse, posições que negam discussões filosóficas e metodológicas expressam, paradoxalmente, aquilo que se pretende combater, ou seja, "não à metodologia", no limite, expressa uma opção explicitamente metodológica.

No fundo, pensar em crise, imprimiria contradição no discurso de uma parte dos economistas vinculados a corrente hegemônica, logo estes, que tanto se orgulham e proclamam a grandeza da ciência econômica no reino das ciências sociais. Segundo esses autores, a economia seria, dentre as ciências sociais, o campo que mais se aproximaria do paradigma de racionalidade científica da física ("rainha" de todas as ciências/ciência genuína), sobretudo, por utilizar uma linguagem rigorosa e um método científico reconhecidamente aceito por seus pares, ou seja, uma ciência adjetivada por seu caráter neutro, objetivo e universal; ao espelho da física, da matemática, etc.[5] Este teor interpretativo do sucesso e progresso da ciência econômica pode ser exemplificado quando olhamos as afirmações de Aron (1962):

> A economia política progride pelo desenvolvimento simultâneo da exploração do real e da consciência do que ela faz. Os esquemas e modelos se tornam progressivamente mais complicados, mais rigorosos e mais complexos na sua abordagem da realidade; ao mesmo tempo, o economista é capaz de discriminar com maior rigor as proposições de fato e as proposições doutrinárias, que sugerem um dever-ser. (ARON, 1962 apud. HAGGE, 1989, p.51) [6]

Esses relatos com tom de veneração abundam na literatura e, nesta altura, já podemos observar que de certa forma, tecer comentários sobre a temática da crise, envolve questionamentos mais amplos, que podem colocar em "xeque" a posição hegemônica da corrente neoclássica [7]. A

---

[5] No fundo essa concepção de racionalidade científica foi construída e hegemonizada pelo desenvolvimento da filosofia positivista, neste sentido, atesta Teixeira (2003): "A ciência econômica foi, dentre as ciências sociais, aquela em que mais fortemente penetrou a concepção positivista de ciência, com a busca de um conhecimento universal e isento de juízos de valor, buscando as 'leis naturais' que regem as relações econômicas na sociedade." (TEIXEIRA, 2003, p.5). Em sentido amplo, a teoria neoclássica representa o coroamento desta visão de mundo no campo da economia. Retomaremos as consequências desta afirmação no final deste item.

[6] Para aqueles que poderiam questionar o viés desatualizado da citação, visto que a data de publicação negligencia uma série de relaxamentos de pressupostos e afirmações através de crescentes incorporações realizadas pela corrente neoclássica, ver a discussão trazida em Paula et all. (2002) e Fine (2000), onde a mesma postura encontrada em Aron é analisada, mas agora através das atualizadas afirmações de Edward Lazear, em seu texto "Economic Imperialism", publicado em 2000. Este autor chega a afirmar: "o poder da economia reside em seu rigor. A economia é científica; segue o método científico de evidenciar formalmente uma teoria refutável, testando a teoria e revisando a teoria baseada na evidência. A economia sucede onde outras ciências sociais falham, porque os economistas estão dispostos a abster-se (...) a economia tem sido bem-sucedida porque, acima de tudo, a economia é uma ciência." (LAZEAR, 2000 apud. FINE, 2000, p.21). Finalmente, Nunes (1994) reproduz em seu texto um episódio que sintetiza o teor da postura de exaltação da ciência econômica. No contexto de uma sessão pública da American Economic Association, o recém laureado com o Prêmio Nobel, Georges Stigler relembra um diálogo com um amigo professor de ciência política em seu discurso nesta associação, o qual é reproduzido na seguinte passagem: "(...) um colega de Stigler, professor de ciência política, questionava-se, em conversa com ele, acerca da razão de haver um prêmio Nobel para nenhuma das outras ciências sociais. 'Disse-lhe – comenta Stigler [em seu discurso] – que eles já tinham um Prêmio Nobel de literatura." (NUNES, 1994, p.276)

[7] Importante, desde logo, clarear o significado de termos tão ambíguos como os que serão utilizados doravante, entre eles "corrente/paradigma neoclássico", "ortodoxia", "heterodoxia", "*mainstream*", etc. Alguns autores precisaram taxativamente o significado desses termos se consolidando como referências no assunto, como Dequech (2008) e Colander et all. (2004). Aproveitando essas contribuições, Fernández (2014) realiza uma boa síntese, contemplando nossos propósitos. Reproduzo-a: "Vamos aceitar aqui que "escola neoclássica" é um termo que se refere à existência

afirmação de crise na teoria econômica, na maioria das vezes, pode ser entendida como um elemento de crítica ao neoclassicismo e sua forma de definição de apreensão dos fenômenos econômicos. Talvez isso explique o descompromisso presente em determinadas posturas. Contudo, seguindo este raciocínio, e para ficarmos ainda nesse primeiro grupo de economistas céticos quanto à questão, verificaríamos, portanto, uma crise na teoria econômica circunscrita a partir dos constructos do paradigma neoclássico? Seria, então, o próprio paradigma neoclássico que estaria em crise?

Olhando pela ótica do processo atual de colonização, evidenciado pela transposição de uma certa racionalidade econômica neoclássica para outras áreas da ciência social, podemos enxergar a solidez e a força dos fundamentos deste programa de pesquisa hegemônico. Esta prática, conhecida na literatura como "imperialismo econômico", tornou-se factível, segundo Fine (2000), a partir do momento em que a ciência econômica redefiniu seu objeto de investigação no limiar da Revolução Marginalista, ou seja, naquele movimento em que contrapondo os constructos da antiga Economia Política Clássica retirava-lhe de seu escopo as relações sociais e políticas mais amplas redirecionando o foco para a análise do indivíduo e a otimização de seu comportamento sob a forma de maximização de sua utilidade.[8] Em sentido amplo, este movimento reducionista (da sociedade para o indivíduo e do comportamento humano para a maximização da utilidade) hoje cristalizado no paradigma neoclássica, representa a construção de uma racionalidade assentada em uma lógica argumentativa que retira o componente histórico e social de suas categorias em nome da aplicação universal da teoria econômica. Assim, paradoxalmente, este reducionismo proporcionou na prática um aumento do potencial de aplicação deste tipo de racionalidade econômica para outras áreas, que continham objetos não econômicos por natureza, sobretudo, porque economia tornou-se a ciência da maximização de escolhas sob a restrição da escassez. Portanto, seja qual for a natureza

---

de uma perspectiva teórica originada na Revolução Marginalista do S. XIX que foi se modificando ao longo do tempo, mas que manteve algum núcleo principal, enquanto que "ortodoxia" neste contexto é uma atitude de seguir com bastante rigidez (no limite, dogmaticamente) os preceitos da escola dominante (neoclássica com suas adaptações). O termo '*mainstream*' é basicamente sociológico e se refere ao grupo de pesquisadores vistos como os melhores ou mais importantes pela maioria da comunidade dos economistas em um dado momento. Nesse sentido, um economista mais ou menos dissidente da ortodoxia porém respeitado pela maioria (Joseph Stiglitz? Thomas Schelling? Amartya Sen? Herbert Simon?) seria parte do *mainstream* mas não seria ortodoxo, enquanto que um pesquisador pouco conhecido, de uma universidade de pouco prestígio, trabalhando numa área em relativo declínio (relaxando alguma hipótese do equilíbrio geral?) seria ortodoxo mas não formaria parte do *mainstream*." (FERNÁNDEZ, 2014, p.7). Em nosso texto utilizaremos esses termos a partir da aproximação destes significados trazidos por Fernández, adicionando em alguns momentos adjetivos para a corrente neoclássica, tais como "hegemônica" e "tradicional".

[8] Trataremos com mais detalhe desta importante ressignificação à frente.

da escassez, podemos identificar um objeto para apreensão e trabalho para o economista, cujo instrumental utilizado tornou-se, sob estes constructos, universal.

Fine (2000) realiza ainda um balanço histórico deste movimento atestando seu vigor a partir dos anos 1950 com o trabalho pioneiro do prêmio Nobel Gary Becker e sua concepção de capital humano [9], advertindo em seguida, inclusive, como o imperialismo econômico ganha ainda mais força nos anos 90, na medida em que os autores deixam de se fundamentar em metodologias mais dogmáticas e, portanto, muito suscetíveis à críticas metodológicas à priori, como muito das observações realizadas pelos críticos ao trabalho de Becker, e passam a embasar-se nos desenvolvimentos neoclássicos mais recentes, que relaxando muito pressupostos, passaram a trabalhar os microfundamentos da macro, as assimetrias e as imperfeições de mercado, traduzindo assim, no limite, o "social", tão esquecido desde os marginalistas, para dentro de seus termos. Fine (2000) indica que este movimento de inflexão, sobretudo na microeconomia, redesenhou as fronteiras entre a economia e sociologia proporcionando novas perspectivas de abordagens metodológicas para uma série de problemas tão importante nas ciências sociais, alimentando ainda mais o vigor do imperialismo econômico.[10]

Dentro de outra perspectiva, se pararmos para interpretar toda a institucionalidade que cerca a economia enquanto ciência, ou seja, olhando para os mecanismos de divulgação científica

[9] Embora, de forma mais ampla, o imperialismo econômico possua origens na década 30, foi a partir das pesquisas de Becker que este movimento ganhou destaque. Professor da Universidade de Chicago, Becker ganhou reconhecimento a partir de seu pioneirismo ao tratar de temas como discriminação racial, crime, drogas, através de uma metodologia inspirada nos trabalhos de economistas neoclássicos, sobretudo, em naqueles desenvolvidos no campo da microeconomia. Comentando uma dessas implicações teóricas de seu trabalho, escreve Becker citado em Costa (1986): "O dinheiro é comumente é usado como unidade de medida, servirá também como medida de discriminação social. Se um indivíduo tem tendência à discriminação ele tem de agir como se (as if) estivesse disposto a pagar alguma coisa, seja diretamente, seja sob a forma de redução de sua renda, para se associar com algumas pessoas ao invés de outras. Quando ocorre a discriminação a pessoa está, de fato, pagando ou deixando de ganhar qualquer renda por este privilégio. Esta simples maneira de considerar o assunto atinge a essência do preconceito e da discriminação. (BECKER, 1954 apud. COSTA, 1986, p.49) E complementa a autora: "Na introdução deste mesmo livro o autor agradece a M. Friedman pelo incentivo em enfatizar que a análise econômica pode ser usada para a solução de importantes problemas sociais." (idem.)

[10] Neste sentido, interpretando também este movimento, Costa (1986) cita como exemplo de imperialismo econômico o caso das inovações institucionais de Douglas North, visto que este autor utiliza uma explicação fundamentada na noção de que essas inovações podem ser justificadas a partir do momento em que as expectativas de ganhos da inovação excederem a expectativa de custos de tais mudanças. Outro exemplo, bem mais emblemático, trazido pela autora consiste nos estudos demográficos de Retherford, onde este autor: "(...) Aplicando o instrumental microeconômico desenvolvido pela teoria neoclássica, conclui que a redução da mortalidade infantil diminuiria os custos de se criar filhos. Isso levaria a um aumento na demanda por filhos, uma vez que o número de filhos sobreviventes pode ser estabelecido pela intersecção das curvas que representam a função-utilidade das crianças e o custo de se ter filhos. (COSTA, 1986, p.49-50)

(revistas e periódicos científicos, jornais especializados, etc.), os debates acadêmicos nos mais diversos espaços (congressos, simpósios, etc.) e, mais importante, na concepção de mundo que define as estruturas curriculares e seus mecanismos de avaliação e financiamento da imensa maioria dos cursos de graduação e pós-graduação, perceberemos quanto o paradigma neoclássico continua imperante. Sua força pode ser explicada - e questionada - por vários aspectos, mas o fato é que a formação de profissionais e pesquisadores, através da institucionalização dos currículos é peça fundamental, senão a mais importante, para o exercício da hegemonia e perpetuação do paradigma neoclássico.

Observando esta correspondência, Ganem (2012) identifica os principais traços presentes nessas estruturas curriculares dos cursos de economia de um modo geral, que em maior ou menor grau, podem ser caracterizados por esta concepção unitária do saber econômico. Para a autora, a primeira característica consiste na "pretensão de se fazer tábula rasa da história, tratando-a como memória e não como algo propositivo do ponto de vista teórico", tendo como consequência desta noção a importância de se voltar apenas aos modelos desenvolvidos nos últimos anos, visto que neles estão incorporados todos avanços analíticos das eras anteriores; segundo, a ideia de que exista um núcleo central que forma o "hard core" das teorias econômicas baseadas exclusivamente no pressuposto do equilíbrio e no critério de otimização; terceiro, "a imposição pedagógica do manual retirado de sua história e, portanto, sem o devido esclarecimento do paradigma sobre o qual se move", pois este é o método mais eficaz para a compreensão sistematizada dos avanços analíticos e; por fim, a consideração de que a matemática e o formalismo constituem os critérios para a verificação de cientificidade das teorias, ou seja, "a ideia neoclássica de que só é científico o que é matematicamente comprovado". (GANEM, 2012, p. 122)

Esta caracterização aponta, em um primeiro momento, para uma formação com finalidade última do desenvolvimento da habilidade lógico-abstrata em detrimento de todos outros temas envolvidos no conhecimento substancial do sistema econômico, aproximando cada vez mais as ciências econômicas das ciências exatas. Esta observação seria um dos pilares, como veremos adiante, das considerações sobre a crise da teoria econômica contemporânea.

Por outro lado, analisando a reprodução e perpetuação das ideologias neoclássicas, tão presentes nessas estruturas, mas não somente nelas, Bianchi (1998) em um interessante estudo nos mostra como o pressuposto do "homem econômico" dessa teoria possui uma dimensão chave que

é a de auto reprodução. O experimento realizado no estudo consistia em testar a hipótese da racionalidade dos agentes a partir da avaliação do peso de suas motivações autocentradas. Para tanto, utilizando uma metodologia inspirada em estudos norte-americanos, questionava-se através de um jogo de ultimato como o sujeito dividiria uma certa quantia entre ele próprio e um sujeito anônimo. Foram analisadas as respostas de uma amostra composta por dois grupos de estudantes brasileiros, os que cursavam ciência econômica e os que cursavam ciência social, subdivididos ainda em duas classes, os ingressantes e os estudantes no final do curso. Os resultados empíricos contrariaram a hipótese do egoísmo (maximizador) dos agentes, mostrando a presença de valores como a equidade e a justiça social na maioria da amostra. [11]

Contudo, o que mais chama atenção nos resultados é que tomado exclusivamente a parte da amostra que representa os estudantes de economia em fase final do curso, seu comportamento se aproxima muito daqueles transcritos nos manuais neoclássicos: o de um homem econômico racional clássico. Em outras palavras, estamos chamando atenção para a dinâmica de formação dessa visão única do saber econômico, que quando avaliadas pelas estruturas curriculares dos cursos, nos mostram como o irrealismo dos pressupostos, como o admitido no "homem econômico", fazem parte de uma estratégia que a produz a realidade que lhes convém, tendo por consequência a criação dos homens, agora reais, que continuarão a representá-la. Portanto, nas palavras de Paulani (2010) esse movimento de construção de uma espécie de "falsa consciência esclarecida" [12], onde nas palavras da autora:

> "(...) transforma a ideologia numa questão de repetição de rituais materiais, já que não há mais engano a ser detectado no nível das ideias, pois tudo é posto pela consciência. Ela se desloca então desse plano para o plano das práticas e, pois, para o plano da produção da própria vida social. A forma como os livros-textos mais celebrados ensinam economia, reforça sobremaneira os mecanismos que garantem a reprodução dessa ordem." (PAULANI, 2010, p.42)

Além desses mecanismos de reproduções ideológicas que atestam o vigor do paradigma neoclássico, também podemos observar os elementos concretos que garantem tal

[11] Diversos estudos, estipulando experimentações também diversas, caminham para esta conclusão que aponta a controvertida hipótese do homem econômico. Um balanço histórico e crítico sobre esses estudos no campo da economia experimental pode ser encontrado em Bianchi e Filho (2001).

[12] Paulani (2010), contrapõe o conceito da falsa consciência à moda da economia política clássica para explicar o atual contexto, definindo-a como: "(...)uma posição ideológica que perde sua eficácia para modificar predisposições conduta. Por exemplo, o caráter contraintuitivo da racionalidade dos agentes pressuposta na teoria das expectativas racionais é tão forte que ninguém em sã consciência se atreveria a afirmar que ela faz parte da realidade(...) Todos sabem, portanto, que pensar os agentes econômicos dessa forma é algo absurdo, mas continuam produzindo modelos explicativos e livros-texto de economia como se não soubessem." (PAULANI, 2010, p. 41)

perpetuação. Paralelo à estrutura, criam-se mecanismos de avaliação e seleção que reproduzem esta lógica. Para ficarmos dentro da realidade brasileira, que comporta uma medida razoável de pluralidade em contraposição à hegemonia ortodoxa norte americana, ainda assim os cursos são avaliados pelo órgão responsável sob critérios e normas que expressam a noção de mundo e a metodologia de investigação calcados no paradigma neoclássico; os *papers* publicados nas revistas de maior prestígio (medida por um ranking que por sua vez retroalimenta a dinâmica) idem; o processo de seleção para o ingresso na imensa maioria dos programas de pós-graduação, por sua vez, ratificam em suas provas os conhecimentos sobre o paradigma. No agregado tem-se um filtro exclusivista responsável pela perpetuação de uma dinâmica de produção de conhecimento nas ciências econômicas, uma espécie de monopólio do conhecimento científico. Esta dinâmica se agrava, inclusive, porque na maioria das vezes as fontes de recursos e financiamentos destinados para esses fins estão atreladas aos próprios critérios avaliadores descritos acima. Entramos novamente no espiral reprodutor desta hegemonia.

Descrita essa lógica que fortifica tangivelmente as estruturas neoclássicas, podemos nos atentar também para os elementos simbólicos por trás desta reprodução hegemônica. Basta uma rápida olhada pelos resumos dos trabalhos ganhadores do prêmio de maior prestígio da área, como o Prêmio do Banco da Suécia para as Ciências Económicas em Memória de Alfred Nobel, popularmente conhecido como Prêmio Nobel de Economia, para notarmos claramente a mensagem simbólica de que é a metodologia neoclássica que atesta o melhor do conhecimento científico na área da ciência econômica.[13] Essa autoridade de poder é recorrentemente revivida nos debates públicos e, mais importante, é um dos elementos utilizados para justificar a intervenção na realidade de muito *policy makers* através da condução da política econômica pautadas na teoria desses economistas participantes dessa célebre comunidade dos Nobel's. Para ficarmos em um exemplo emblemático, basta lembrar na construção do laboratório chileno de pesquisa dos "Chicago boys", onde economistas realizaram uma série de intervenções e reformas no Chile na década de 1970, sob alegação e legitimação de serem portadores das concepções monetaristas de Milton Friedman, autoridade laureada com o prêmio Nobel em 1976.

[13] Lima (1996) fornece interessantes insights sobre este aspecto, sobretudo, por considerar que a HPE pode ser enriquecida à luz das contribuições da sociologia do conhecimento, especificamente, pelas contribuições de Pierre Bourdieu e sua visão sobre o campo científico enquanto disputa pela dominação simbólica. Essa interpretação do significado dos Prêmios Nobel's é perfeitamente compatível com este quadro teórico fornecido pelo filósofo francês.

Por tudo que foi explanado até aqui, fica claro que o controle das estruturas (materiais e simbólicas) atestam o poder e vigor da teoria neoclássica criando uma dinâmica própria de reprodução, que para muitos, tornou-se uma espécie de perspectiva interpretativa que tem afastado os elementos provocadores de uma crise paradigmática. Para sintetizar, observa Paula et all. (2002), o paradigma neoclássico, expressão da hegemonia teórica da contemporaneidade, extrai sua validação através de um conjunto de elementos, tipificados em cinco pontos, a saber: i) pela aparente capacidade de responderem às questões concretas; ii) pela correspondência que apresentam com os interesses da classe dominante; iii) pela capacidade teórica de simplificação e padronização; iv) pelo investimento em seus instrumentos de reprodução; e v) pela auto declarada razão de ser o monopólio científico, autenticado por seu instrumental formalizado e matematizado. (PAULA et all., 2002, p.12). Podemos, agora, compreender o porquê do teor contemplativo dos participantes deste paradigma.

1.1.2. Crise: expressão e essência

Embora reconhecido os elementos de hegemonia, constatamos também em sua contramão um crescimento vertiginoso de vozes críticas, inclusive de prestigiosos membros internos, que nadando contra a corrente, cada vez mais ganhavam fôlego e adeptos para ouvi-las. O contexto dos anos de 1970-80 é ilustrativo ao explicitar uma série de contradições escamoteadas pelo período anterior, marcado pelo virtuosismo e generalização das transformações no mundo capitalista trazidas no pós-guerra. De lá para cá têm se observado o agravamento e intensificação tanto das contradições como do coral dos dissonantes críticos à teoria neoclássica, inflamados pelos desdobramentos, sobretudo, da crise de 2008. Neste sentido, ainda que a afirmação da crise da teoria econômica não seja caracterizada necessariamente como um processo de ruptura da hegemonia, ela pode ser levada a cabo sob diversas perspectivas, mesmo que as explicações acerca de seus sintomas, diagnósticos e proposições divirjam radicalmente.

Nas últimas décadas um número considerável de publicações tem reascendido as discussões metodológicas no campo da ciência econômica, sobretudo por colocar os elementos que compõe a crise da teoria econômica como questão pertinente a ser investigada. Ressalta-se que o pano de fundo desta inquietação acompanha o ofício de qualquer cientista, ou seja, a necessidade de dar resposta à sociedade sobre os problemas reais que estão postos. Em outras palavras, os

economistas são chamados publicamente e no imaginário social para dar explicações e, principalmente, soluções para as crises econômicas que o sistema capitalista gesta, crises estas cada vez mais frequentes, globalizadas e profundas. Não estou afirmando taxativamente que as crises econômicas são sinônimas de questionamentos mais amplos da teoria econômica hegemônica, pois como bem observa analogamente Meller (1991), a medicina até hoje não descobriu as causas e diagnosticou efetivamente o câncer e nem por isso a sociedade de um modo geral questionou os fundamentos dessa ciência. Contudo, é razoável constatar uma certa angústia social que se arrasta desde a década de 1980, agravada a partir de 2008, com relação aos economistas, aqueles que naturalmente possuem as vantagens comparativas para dar respostas aos questionamentos da sociedade. Perguntas do tipo "por que não prevemos a crise de 2008?"; "por que ainda sofremos seus impactos?"; "o que está errado com a economia?"; são fantasmas que assombram - ou deveria assombrar - a cabeça de qualquer economista.

A angústia afirmada há pouco pode ser traduzida no movimento iniciado no final da década de 1970 onde academia passou a ser caracterizada, de um modo geral, pelo convívio harmônico entre a construção de teorias econômicas consistentes do ponto de vista lógico, mas cada vez mais distantes dos problemas reais que afligiam o mundo. A teorização a partir de modelos matemáticos complexos assumindo hipóteses restritivas, quando não irrealistas, passou a compor a agenda dos pesquisadores em economia, que seriam agora guiados pelas motivações internas de sua ciência a despeito dos fenômenos concretos que a realidade empírica despertava. Anedotas, episódios cômicos e piadas de mal gosto são geralmente trazidos pela literatura especializada na tentativa de expor a crise existencial que aflige alguns economistas defensores da posição crítica à teoria econômica tradicional e/ou ao paradigma neoclássico. Recorremos à esta literatura na tentativa de esboçar os contornos que expressam, ainda que genericamente, a atual crise da teoria econômica.

Nunes (1994), sem precisar especificamente o autor (Baumol/Blinder/Blaug, ou os três), reproduz uma anedota frequentemente repetida em rodas de profissionais da área em momentos de descontração. A piada de mal gosto consiste na "história do abridor de latas", e é contada assim:

> Três pessoas (um químico, um físico e um economista) encontram-se em uma ilha deserta. Tinham abundância de latas com alimentos de conserva, mas não tinham instrumentos para abrir as latas. Perante a situação, o químico sugeriu que ascendessem uma fogueira e pusessem as latas ao lume, esperando que a dilatação de seu conteúdo as fizesse rebentar. O

> físico preferiu outra solução e propôs que construíssem uma catapulta com a qual pudessem atirar contra as latas contra as pedras próximas, esperando que elas abrissem com o embate. Chegada a vez de o economista se pronunciar, 'resolveu' o problema dessa maneira: 'suponhamos que temos um abridor de latas...' (NUNES, 1994, p.291)

Para além das prosas, de forma a enfatizar esta constatação anedótica, Paulani (2010) também relembra um episódio real e marcante ocorrido na cerimônia de entrega do Prêmio Nobel de Economia, em 1983, ao francês Gérard Debreu:

> "(...) Segundo consta, ao final do evento, em meio a dezenas de jornalistas que o cercavam, foi-lhe perguntado o que achava ele, àquela altura o mais importante economista do planeta, da política de juros do presidente Reagan que, por sua radicalidade, tinha se tornado o assunto predileto das rodinhas especializadas. Para o assombro dos presentes, Debreu respondeu singelamente que não fazia a menor ideia do tema sobre o qual era indagado, pois não se preocupava com esses assuntos de política econômica e só fazia modelos abstratos." (PAULANI, 2010, p. 30)

Esta não seria uma postura de sarcasmo ou ironia deste prestigiado economista ganhador do prêmio Nobel, por mais estranho que possa parecer aos olhos e ouvidos de um leigo, Debreu estava sendo por veras sincero, e é exatamente este sentimento em demasia que ajuda a compreender o contexto da atual crise de identidade da ciência econômica e o descrédito que passou a reinar na carreira dos economistas. Afinal, quem poderia levar a sério esta ciência que, descrita pelos mais célebres e renomados cientistas, passou a representar uma espécie de apriorismo abstrato? Um modo de fazer ciência quase como um passatempo intelectual. Blaug (1999) traduz esta angústia na seguinte passagem:

> "Ficou claro que muitos economistas não podem abandonar a noção de que o mero progresso teórico, uma compreensão mais profunda sobre alguns problemas econômicos, tem valor mesmo que não produza quaisquer descobertas substantivas sobre a economia (...) [estes] refletem uma tendência marcante na economia moderna, que consiste em cultivar a teorização como um jogo intelectual, não pretendendo se referir a nenhum outro mundo possível na esperança de que isso traga algo a ser aprendido e que teria luz algum dia para a economia real." (BLAUG, 1999, p.31)

Retomo, para sintetizar, à título de ilustração, um acontecimento importante e caricatural de tudo que estamos buscando explicitar, ocorrido em novembro de 2011 em um dos importantes centros do pensamento neoclássico: a Universidade de Harvard nos Estados Unidos. Estudantes do curso de Introdução à Economia, em uma manifestação de protesto, abandonaram a sala de aula e entregaram uma carta ao renomado professor Gregory Mankiw revelando os seus descontentamentos com a abordagem maniqueísta dada ao curso. Os estudantes clamavam por uma abordagem mais pluralista, que os habilitassem a dar respostas para a profunda crise vivenciada no país desde 2008. Em complemento, os estudantes ainda se juntaram ao protesto do movimento "Occupy Wall Street" que se colocava contra a crescente desigualdade econômica e social, a

corrupção e a influência indevida das instituições financeiras na economia norte americana.[14] Uma onda de movimento similares também podem ser observados na França, Alemanha e Londres.[15]

Paralelo à esta expressão mais geral do sentimento de descontentamento e crise na teoria econômica, como comentado há pouco, alguns prestigiados economistas adeptos ao paradigma neoclássico teceram inúmeras críticas ao caminho evolutivo da teoria econômica e a sua expressão atual, fornecendo uma poderosa "crítica de dentro", inclusive em algumas oportunidades expressas como uma posição de *mea culpa*, que para nossos propósitos, soma-se à ideia da constatação da atual crise da teoria econômica. Ao que parece, esses economistas "críticos de dentro" deram importância aos conselhos de um dos próprios fundadores da corrente neoclássica, o inglês Alfred Marshall, que desde logo percebeu o flerte dos marginalistas, à época, com o desenvolvimento do instrumental matemático dentro da economia e asseverou que os economistas nunca deveriam perder de vista os fatos econômicos reais em detrimento ao brio propositivo relacionadas à questões da matemática, pois seria a própria economia o "estudo da humanidade nos assuntos correntes da vida". [16] Atento ao conselho dos clássicos, Wassily Leontief, um dos primeiros economistas a trabalhar com o auxílio do computador e reconhecido pela introdução da análise matricial de insumo-produto, ganhador do Nobel de 1973, escreveu uma carta endereçada à revista Science em 1982 relatando seu descontentamento com o estado da arte da ciência econômica e seu deslocamento com o mundo real. Seu sentimento de contradição e desgosto foi tamanho que o mesmo deixou de publicar seus estudos em revistas especializada na área, como bem lembrado por Nunes (1994). [17]

---

[14] Para a repercussão no Brasil ver Sicsú (2011) e para conferir a carta na íntegra acessar o link http://harvardpolitics.com/harvard/an-open-letter-to-greg-mankiw/. Acessado em Dezembro 2016.

[15] Mollo (2009) relata um desses movimentos, denominados nas críticas heterodoxas ao mainstream como "autismo na economia". Comentando sobre o caso síntese, a saber o caso francês, relata a autora: "Em discussão na França em 2000, um grupo de estudantes de Economia lançou o Manifesto Pós-Autista, referindo-se criticamente ao que entendiam como autismo no ensino de economia baseado no mainstream. Destacavam, em particular, problemas de: teorização referindo-se a mundos imaginários, uso descontrolado da matemática e falta de pluralismo na difusão das ideias econômicas." (MOLLO, 2009 p.52). Uma síntese desses movimentos pode ser visto na reportagem de Oliveira (2013). < http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/O-protesto-nas-universidades-por-um-no-ensino-da-economia/7/29693>. Acessado em Dezembro de 2016.

[16] Keynes foi outro economista visionário que, assim como seu mentor, realizou ponderações quanto aos problemas inerentes ao uso indevido da matemática nas ciências econômicas. Quase que em tom apocalíptico, escreve em sua Teoria Geral, afirmando o deslumbre quanto ao método pseudo-matemáticos: "que permitem aos autores esquecer, no labirinto de símbolos vãos e pretenciosos, as complexidades e as interdependências do mundo", se revelando "tão inferiores como em suas hipóteses iniciais". (KEYNES, 2007).

[17] Nas palavras de Liontief, citadas em Nunes (1994): "Ano após ano, os economistas teóricos continuam a produzir grandes quantidades de modelos matemáticos e a explorar m grande pormenor as suas propriedades formais; e os econometristas fornecem funções algébricas de todos os modelos possíveis para, essencialmente, os mesmos conjuntos

Outro economista de prestígio que recentemente reviu suas posições e foi a público realizar um *mea culpa*, sobretudo a partir dos desdobramentos da crise de 2008, foi Paul Krugman, também ganhador do Nobel em economia - não curiosamente – em 2008, ano reconhecido por ser o fato contraditório ao desenvolvimento de grande parte da teoria econômica neoclássica, sobretudo, àquelas correntes presas ao pressuposto do equilíbrio geral. Defensor do paradigma neoclássico da ciência, Krugman em diversos momentos dos anos 90 chegou a escrever sobre a potencialidade interpretativa deste programa defendendo, inclusive, o movimento de formalização e rebuscamento matemático contido em sua evolução.[18] Posição radicalmente oposta no artigo escrito em 2009, intitulado ironicamente com a inquietação: "Como os economistas puderam errar tanto?". Em suas palavras, a teoria econômica passou a ser questionada, muito porque: "(...)a profissão de economista extraviou por que os economistas, como um grupo, confundiram beleza – deslumbrados com o aspecto deslumbrante da matemática – com verdade". E continua tentando explicar, afinal, por que os economistas erram tanto, assumindo que: "(...)Eles se tornaram cegos à limitação da racionalidade humana que sempre leva a bolhas e estouros; aos problemas das instituições que se tornam insanas; às imperfeições dos mercados – especialmente os mercados financeiros – que podem causar levar a economia a crashes repentinos e imprevisíveis." (KRUGMAN, 2009, p.16-17). No final de seu artigo, Krugman reconhece e clama pela necessidade de se retomar os fundamentos do paradigma keynesiano, pois esta seria a matriz teórica apta a trabalhar com as incertezas e imperfeições que regem as circunstâncias do mundo atual. [19]

No agregado, sinteticamente até aqui, tratamos de descrever o sentimento mais geral de inconformidade que cerca a ciência econômica. Indicamos que tal inquietação é fruto de uma crise teórica proporcionada pelo caminho evolutivo da teoria econômica hegemônica, em que as abstrações e formalizações matemáticas passaram a compor o objeto das investigações dos pesquisadores no campo da economia, em detrimento dos problemas derivados e explícitos do mundo real. Este divórcio, muitas vezes ignorado pelos neoclássicos, merece ser investigado em suas raízes mais profundas, proporcionando um entendimento não apenas da aparência expressa

---

de dados sem serem capazes de avançar, em nenhum sentido perceptível, uma compreensão sistemática da estrutura e das operações de um sistema econômico real. " (LIONTIEF, 1982 apud. NUNES, 1994, p.289)

[18] O artigo que expressa de maneira mais enfática esta postura pode ser encontrada em Krugman (1998).

[19] Este controverso artigo abriu uma grande discussão na academia gerando repercussão em muitos lugares. A edição especial de 2009 da revista Econômica da UFF, o Dossiê: crise financeira internacional erros e acertos dos economistas, reproduz este debate, trazendo a tradução do artigo de Krugman bem como comentários críticos tanto do economista que rebateu de pronto suas teses de pronto, John H. Cochrane, como reflexões de analistas brasileiros.

até aqui da caricatura da crise teórica, mas em sua dimensão mais essencial, pois é neste momento em que essas considerações entrecruzam com o objeto desta dissertação.

Adentrando na literatura que teve como objeto a descrição dos contornos que compõe a crise teórica do paradigma neoclássico, Bianchi (1988) buscou sintetizar as diferentes contribuições e os pontos analisados nesses estudos, chegando a tipificar desde o pós-crise dos anos 70, alguns pontos de convergência nestes trabalhos. Em maior ou menor grau, os autores seguiam suas argumentações indicando que a crise poderia ser explicada tendo em vista os seguintes aspectos: "i) a irrelevância do papel das evidências empíricas nas análises caracterizadas pelo elevado grau de abstração; ii) a falta de integração e correspondência entre as disciplinas micro e a macroeconomia; iii) a admissão acrítica da hipótese do racionalismo dos agentes nos modelos; iv) o instrumental matemático como fim em si mesmo; e v) inexistência de uma crítica concisa e unificada capaz de contrapor o *mainstream* neoclássico." (BIANCHI, 1988). Em conjunto, esses pontos levantados seriam os grandes pilares explicativos da atual crise teórica reinante na ciência econômica, ou seja, a expressão essencial deste fenômeno, que se apresenta sob a aparência de um distanciamento do mundo teórico com o mundo real, ideia tão bem sintetizada, na seguinte passagem:

> (...) Há problemas econômicos sem solução; há falhas e fracassos da política econômica porque esta nem sempre resolve os problemas existentes; coexistem na disciplina econômica paradigmas que aparentemente são irreconciliáveis e cujo debate é, às vezes, paralisante: propaga-se o desconcerto entre os economistas e surgem os 'bruxos' e os fanático-religiosos. Tudo isso configura a sensação da existência de uma crise profunda na ciência econômica. (MELLER, 1991, p.116)

Longe de expressar um consenso nessas análises e aceitação da citação acima, o mérito da tipificação realizada por Bianchi consiste em evidenciar caminhos construídos na literatura. Contudo, o fato é que os diagnósticos que explicam a crise podem enfatizar um ou um conjunto dos pontos evidenciados ou, inclusive, nenhum deles, como aponta Backhouse (1998). Este autor, motivado pela inquietação generalizada dos rumos da economia no início dos anos 1990 nos Estados Unidos, mostra como dois economistas de grande reconhecimento na sociedade americana, embora constatando essa noção mais geral de crise teórica, constroem narrativas totalmente opostas - expressando exatamente aquela afirmação de disputa interpretativa sobre a temática afirmada no começo do capítulo -. Enquanto Paul Ormerod declara a "A morte da economia" (título de seu livro publicado em 1994) causada pela "doença" que afeta os economistas neoclássicos, retirando sua capacidade de explicar o real, visto que a formalização e abstração de seus modelos não conseguem

capturar a complexidade do sistema econômico como um todo, clamando assim pelo redirecionamento do objeto da ciência econômica; Paul Krugman, contrariamente, reconhece o virtuosismo da teorização desta corrente, compreendendo a crise na exata medida em que as políticas econômicas deixam de se pautar efetivamente nos modelos propostos pela teoria neoclássicas, sendo muito mais influenciada pelo, o que ele chama de "policy entrepreneurs", uma espécie de economistas profissionais e não economistas teóricos. Em síntese, onde um defende o rompimento da hegemonia teórica o outro propõe o oposto, ou seja, sua intensificação.

Tendo em vista esses caminhos propostos por Bianchi (1988), reagruparemos pela literatura especializada, duas grandes alternativas para compreensão da crise teórica atual: a primeira consiste naqueles textos que se preocuparam com o **questionamento dos fundamentos** (pressupostos) da teoria neoclássica; já a segunda, naqueles autores que voltaram suas atenções para os **problemas contido no método de apreensão** desta teoria. [20] Analisada a literatura, fecharemos com os aspectos que configuram a crise teórica do paradigma neoclássico a partir de nossa perspectiva interpretativa.

1.1.2.1. Questionando os fundamentos neoclássicos

Representando a primeira linha interpretativa, percebemos que muitas análises reconhecem que um dos maiores problemas da teorização neoclássica consiste na assunção do pressuposto da já mencionada hipótese que compõe o núcleo duro deste programa, a saber o "homem econômico". De saída, uma ponderação que se pode argumentar com respeito às críticas evidenciadas consiste na observação de que quanto mais geral pretende ser a representação da realidade contida em uma teoria, mais genérico seriam seus pressupostos e, portanto, mais afastados, naturalmente, estes estariam da realidade concreta. Visto que o homem real é impossível de ser representado enquanto categoria analítica, a teoria econômica neoclássica valendo-se de seu intuito universalista idealizou um homem típico, que se sustenta, mesmo após os contrapostos evocados pelas experiências reais. [21] Em que medida seria então problemática a teorização assentada neste pressuposto?

---

[20] Alertamos que, na medida do possível, gostaríamos de privilegiar o contato com textos nacionais tendo em vista a tentativa de compreender como os ecos do debate mais amplo repercutiram por aqui.

[21] Um exemplo, que cristaliza essa ponderação, pode ser citado na seguinte passagem: "O contraponto ao realismo, através de exemplos, abundam. O mais citado é o do jogador de bilhar, mas poderíamos falar de nós enquanto condutores de automóvel nas ultrapassagens. Também a representação do corpo humano usada em medicina é tão

Esta hipótese que pertence ao núcleo estruturante do programa de pesquisa neoclássico pode ser definida, nos termos dos manuais de microeconomia mais atuais, como um agente representativo dotado de preferências completas e ordenáveis bem como acesso irrestrito à informação. Este agente a partir de sua racionalidade intrínseca fará a escolha que maximize sua satisfação através de cálculos de retornos de suas alternativas associados às restrições que lhes são impostas. Olhando a partir de uma perspectiva histórica, o homem econômico sempre esteve ligado às dimensões de seu auto interesse (egoísmo) e da escolha ótima dos meios (racionalidade instrumental). Gianetti Fonseca (1989) identifica na HPE dois tipos alternativos de abordagens para o homem econômico: a do tipo psicológico e a do tipo lógico. A primeira versão, valendo-se da influência dos filósofos utilitaristas, enfatizariam os aspectos da motivação da ação humana e seria interpretada em seu aspecto liberal, ou seja, considerando a ação humana como a busca de fins egoístas; da primazia das motivações monetárias das transações; e do hedonismo psicológico. Já a corrente ligada ao tipo lógico relaxaria os aspectos que caracterizariam as motivações para enfatizarem o componente racional das escolhas. Assim, se as motivações incluem outras dimensões além de sua finalidade egoísta estas devem ser consideradas, pois o que de fato interessa são: "os meios necessários para a satisfação de nossos desejos, não importando qual seja o conteúdo destes. O 'homem econômico' aparece aqui como a tensão experimentada pelo agente entre os seus 'gostos e preferências' de um lado, e os 'obstáculos' que se colocam a sua satisfação, de outro." (GIANETTI FONSECA, 1989, p. 158)

O problema contido em uma teorização que se funda sob este pressuposto, de um modo geral, considera Andrade (1997, p. 18), é que os economistas neoclássicos ao assumirem a hipótese do "homem econômico" se colocam em uma posição de "deuses criadores de super-deuses", pois "(...) Os economistas criam agentes que se comportavam nos seus modelos com conhecimentos que os seus criadores não possuíam e que procuravam obter através desses modelos." Este procedimento tautológico, faz com que autores como Machlup (1978) endossem a crítica propondo, inclusive, a modificação do termo para o de "homunculus oeconomics" visando enfatizar como este faz parte da criação do cérebro dos economistas, servindo como figura metafórica à metodologia de análise neoclássica em detrimento a um olhar baseado na experiência empírica dos agentes econômicos reais.

---

diferente do corpo de cada um de nós, e não foi essa representação que alguma vez impediu o progresso em medicina." (ANDRADE, 1997, p.26).

No fundo, seguindo Gianetti Fonseca (1989), este olhar mais crítico sobre este pressuposto fundamental da teoria neoclássica se baseia em objeções de natureza cognitiva, onde a teorização abre mão de uma correspondência real das ações dos indivíduos em nome de um padrão formal de conduta que os leva a deduções lógicas condizentes com os interesses maiores de suas teorias. O comportamento do "homem econômico" segue inexplicado, ou melhor: "é explicado em termos de gostos e preferências que são, por sua vez, definidas (ou 'reveladas') pelo próprio comportamento." (GIANETTI FONSECA, 1989, p.160). Esta correspondência lógica interna, cuja explicação sempre é posta nos próprios termos, ou seja, em um processo cognitivo em que os fins justificam os meios, também pode ser exposta quando questionado a dimensão do auto interesse que move os "homens econômicos": qual seriam seus componentes? Se considerarmos que este auto interesse é governado por uma opinião de interesse, somos levados a crer que o mote do auto interesse dos agentes é construído a partir de certa percepção de interesse que revela uma gama de desejos e crenças de seus próprios criadores. [22]

Paralelo às críticas expostas, acrescenta o autor, tem-se as objeções também normativas, onde os economistas começam a teorizar assumindo acriticamente esta hipótese, contemporaneamente consolidada como ideal de racionalidade, tendo uma consequência nociva à formação destes profissionais, que basicamente descartarão o lado normativo de sua disciplina: basta observar a atual repulsa a qualquer análise que propõe uma interconexão com conhecimentos adquiridos de outros campos da ciência social de um modo geral. Somada as objeções dessas duas naturezas, o autor sintetiza sua visão crítica na seguinte passagem:

> "O objetivo desse programa de pesquisa [o neoclássico] é conduzir um experimento mental (thought experiment) que consiste em formalizar e demonstrar matematicamente a tese smithiana da 'mão invisível', segundo a qual o livre curso do auto interesse privado conduz ao bem público e à prosperidade através da intermediação do mercado." (GIANETTI FONSECA, 1989, p.154)

No agregado, estas críticas em geral direcionadas tanto ao "homem econômico" quanto aos tantos outros pressupostos elementares da teoria neoclássica, igualmente caracterizados pela discrepância com o real, é antiga e foi alvo de intenso debate, hoje de certa maneira tratado como

[22] Em síntese o autor se apoia na contraposição contida na construção do "homem ético" de Amartya Sen (1979), cujo olhar crítico sobre os contornos da hipótese neoclássica do "homem econômico" nos levam a um campo em que: "(...) um conceito específico de homem está embutido na própria definição do problema teórico a ser resolvido, e não há liberdade para se abandonar esse conceito enquanto se está engajado na solução desse problema. (...) O realismo da concepção de homem escolhida simplesmente não é parte desse tipo de investigação." (SEN, 1979 apud. GIANETTI FONSECA, 1989, p.91).

resolvido pela literatura, sobretudo a partir da aceitação dos constructos trazidos pelo instrumentalismo de Friedman, o qual no limite suprimiu o "real" da pertinência de investigação da economia.[23] Por outro lado, uma onda de autores que compunham em algum momento o *mainstream*, reconhecendo o bombardeio proporcionados pelas diversas críticas, trataram de relaxar muito dos pressupostos incorporando, em seus termos, muito das objeções dos críticos. É o caso, como lembra Paula et all. (2002), do relaxamento/ressignificação dos seguintes pressupostos: das informações gratuitas (relaxadas na teorização de Arrow e Stiglitz); comportamento maximizador dos agentes (Simon e Sen); mercado como *locus* do equilíbrio e homogeneização (Schumpeter); e a inexistência de incertezas (Knight).[24] Contudo, a pertinência do tratamento deste aspecto trazido aqui justifica-se na medida em que a essência dos pressupostos estão umbilicalmente ligados com a questão do método de apreensão dos neoclássicos (segunda vertente de interpretação da crise nos termos deste trabalho), este sim, elemento que expressa a essência mais profunda da crise de seu paradigma.

1.1.2.2. Questionando o método neoclássico

É com este pano de fundo que os estudos e as críticas passariam a voltar sua atenção não mais ao nível do questionamento dos pressupostos da teoria neoclássica, mas sim no aspecto mais elementar, ao nível epistemológico de questionamento sobre sua metodologia. Abrindo essa segunda linha interpretativa da crise da teoria econômica neoclássica, trazemos uma discussão bastante repercutida no Brasil, sobre a adequação da metodologia neoclássica às características extremamente complexas de seu objeto.

---

[23] Salienta-se que esta afirmação merece tratamento mais acurado e por isso deixaremos para expô-la em momento oportuno, a saber, no capítulo 2.1.

[24] Outra referência que tratou de enfatizar esse movimento pode ser encontrada em Colander et all (2004). Em resumo esses autores buscaram se afastar da generalidade envolvida na classificação do *mainstream*, enfatizando que a muito tempo a pesquisa de fronteira da economia tem relativizado aquilo que eles denominam de "santíssima Trindade" neoclássica (ou seja, a defesa de pressupostos que compõe o núcleo duro do programa, tais como a racionalidade, o egoísmo e o equilíbrio). Destarte, o próprio *mainstream* tem se caracterizado, para eles, pelo maior grau de harmonia e convivência com ideias novas, metodologias alternativas e interdisciplinares e até mesmo com as críticas heterodoxas. O resultado deste movimento tem sido a teorização a partir de pressupostos e hipóteses mais relaxadas, assim como incorporação de alguns insights heterodoxos. Vale ressaltar por fim, que não se trata de uma "revolução" da corrente neoclássica em geral e do *mainstream* em particular, visto que as incorporações se dão muito mais na forma de diversificação e, sobretudo, porque o *mainstream* não abriu mão de uma cláusula pétrea que é o respeito à exposição da teoria em linguagem adequada, leia-se formalizada.

Neste sentindo, Bresser Pereira (2009) atribui o peso da crise paradigmática atual que se encontra a ciência econômica na admissão do método de análise hipotético-dedutivo pelo programa neoclássico, método este, recomendável para o raciocínio nas ciências metodológicas (matemática, estatística, econometria), mas problemático quando transplantado mecanicamente para uma ciência substantiva como a economia. [25] O autor advoga em defesa do método histórico-dedutivo, ou empírico-dedutivo, e desloca a crítica não para o questionamento da substância dos pressupostos da teoria, como a indagação da dimensão real do "homem econômico racional" da teoria neoclássica, mas para as conclusões/deduções de todo um sistema econômico, marcado pela complexidade das relações, feito *a posteriori* por esta teoria em nome do princípio maior o da consistência lógica interna. Em suas palavras:

> "(...) Minha crítica é quanto ao caráter dedutivo radical da teoria econômica neoclássica, quanto a tentativa de chegar a modelos a partir de umas poucas condições iniciais, e também quanto à substituição dos critérios de correspondência e previsibilidade pela consistência. Como a economia é uma ciência substantiva, o raciocínio sobre ela deve partir da observação de fatos históricos, não de um modelo abstrato de homem. O economista deve generalizar modelos a partir dessas observações históricas." (BRESSER PEREIRA, 2009, p.182)

Os insights de Bresser-Pereira seguem a mesma linha de raciocínio do prestigiado economista romeno Georgescu-Roegen, que em seu texto clássico publicado em 1979, já reconhecia o embrião do atual estado de crise da teoria neoclássica. Em suas palavras, já fazia algum tempo em que se observava uma contradição entre os fins e meios da ciência econômica, contradição expressa no momento em que: "(...)as contribuições que merecem os maiores elogios são aquelas que usam um pesado instrumental matemático; quanto mais pesado e mais esotérico, maior o mérito. Protestos contra esta situação têm sido feitos com frequência suficiente para merecerem atenção." (GEORGESCU-ROEGEN, [1979] 2005, p.7). O grande problema para este economista seria que a corrente neoclássica ficou presa à construção de sua epistemologia ao espelho da física (mecânica), deixando a teoria econômica relegada aos dogmas desta ciência. Referia-se à revolução marginalista que, na figura de Jevons, expressava literalmente a

[25] Argumentando em outro estudo a favor da distinção entre a natureza dessas ciências, Bresser Pereira (2008) enfatiza o grau diferente de apreensão de uma verdade objetiva através do peso da mutabilidade, complexidade e liberdade do objeto estudado nessas ciências. Genericamente, admite, que a ciência estará tanto mais perto de uma verdade objetiva sempre que menor for a complexidade de seus sistemas; a mudança de seus elementos; e a liberdade e aprendizado de seu objeto, que pode ser, por fim, tanto os sistemas reais, físicos, biológicos, sociais ou raciocínios lógicos, matemáticos e a metodologia. Portanto, valendo desta distinção, argumenta o autor que: "o primeiro nível de classificação das ciências é aquele que opõe as ciências substantivas, que têm como objeto sistemas reais e como objetivo, explicá-los, e as ciências metodológicas, que não têm objeto, mas apenas objetivo: fornecer métodos, caminhos, para que o conhecimento científico verdadeiro possa ser alcançado." (BRESSER PEREIRA, 2008, p.6)

ressignificação do objeto da encomia política, que agora seria definido como "a mecânica da utilidade e do interesse próprio". O fato problemático é que resquícios, quando não a integridade desta concepção de mundo se mantem presente na teoria mainstream, deixando-a tão presa à noção de equilíbrio, por exemplo, que impossibilitariam esses autores a trabalhar com algo tão evidente na contemporaneidade, a saber, as mudanças qualitativas proporcionadas pelas inovações. Sob estas concepções, Georgescu-Roegen clamava para um método que abarcasse essa realidade em que, longe do estado de equilíbrio da mecânica, se expressaria como elemento de intensa mudança qualitativa, em seus termos, esse método seria representado pela dialética, visto que através de suas características lógicas, a economia poderia apreender de vez o fenômeno evolucionário. [26]

Embora tenha deslocado a questão para o que estamos propondo a discutir neste momento, a compreensão da crítica à teoria econômica neoclássica encontra-se mais qualificada nas reflexões de Silveira, sobretudo, a partir do trabalho que versa sobre o conceito da "indeterminação de Senior", publicado em 1991. Este autor parte da consideração de que, em essência, a construção do conhecimento tanto no campo da ciência inerte, como nas ciências dos homens e da sociedade, implica em uma divisão de tarefa – necessária – que englobam as seguintes esferas: a ciência abstrata, a aplicada e a arte. Um exemplo utilizado pelo autor para ilustrar essa afirmação consiste no reconhecimento, consensual, da divisão substancial de trabalho entre o físico teórico, o cientista da engenharia e o engenheiro profissional. Ressalta-se que a natureza do trabalho em cada nível, embora munidos de métodos e linguagens diferentes, são complementares e dependentes entre si.

Em suas palavras, os dois primeiros campos da divisão do trabalho (ciência abstrata e aplicada) estão interessados no "saber-porque", na medida em que o comprometimento de seu

[26] Importante ressaltar que este autor, embora reconhecendo as pioneiras aplicações do método dialético nos trabalhos de Marx e Engels, constrói uma argumentação própria e muito distante das concepções dos pioneiros. Georgescu-Roegen, foi um dos primeiros autores a contribuir com a corrente do pensamento econômico, hoje conhecida como economia evolucionária. É neste sentido que se interpreta sua referência à dialética, como podemos observar na passagem: "A conclusão é que de maneira alguma podemos ter uma visão geral da evolução futura da espécie humana. Tudo que podemos ter é uma visão restrita, isto é, podemos ter, no máximo, alguma ideia do que provavelmente irá acontecer no futuro bem próximo. Certamente, esta ideia é baseada no conhecimento que adquirimos através da história e do estudo psicológico analítico das tendências atuais. Este método é descrito por Karl Marx e Friedrich Engels em seu princípio dialético, segundo o qual, do confronto entre a tese e a antítese, surge uma nova situação, a síntese. (...) Entretanto, ainda que em um instante do processo evolutivo possamos determinar uma síntese imediata, não poderemos predizer, ao mesmo tempo, a tese e a antítese que surgirão da nova situação. Elas aparecerão ao passar do tempo como inovações, não como predições do nosso sistema de raciocínio, quer seja ele dialético ou aritmomórfico." (GEORGESCU-ROEGEN, 2005, p.15)

trabalho se volta para o desenvolvimento da teoria, ou seja, nos elementos contidos na consistência e fertilidade lógica, simplicidade, elegância, etc. de seus modelos. Paradoxalmente, a área da arte está interessada pelos constructos relacionados ao "saber-como", ou seja, no desenvolvimento de produtos e processos e não mais que isso. Contudo, o problema começa a ser explicitado na medida em que a demarcação dos campos descritos fica clara no caso exemplar da física e das suas áreas aplicadas, mas nas ciências que envolvem o homem e a sociedade pincipalmente, tal cisão torna-se bem mais difícil, dado a complexidade dos objetos em questão. Tal incompatibilidade de pretensões, muito se nutre, da especificidade contida na limitação de reprodução de experimentos nestes campos. Em física, considera normativo aquilo que se encontra na realidade como "é", em oposição a realidade positiva do laboratório, lugar da realidade estilizada. Como pensar em experimentos que recriem situações ideais como a hipótese do "homem econômico"?

A crise nos termos de Silveira (1991) é traduzida nos momentos em que esta divisão, tão elementar, do trabalho científico é ignorada, sobretudo, porque o campo da efetivação é o campo da arte da economia, é o trabalho do economista profissional, que tem como pressuposto uma ciência aplicada que "colete raios de luz de outras ciências relevantes", como também "o conhecimento, de preferência pela experiência direta, das especificidades que respondem pela individualidade temporal e espacial do fenômeno." Somente assim, que economia normativa, entendida em seu sentido mais concreto como economia aplicada normativa, consegue abarcar a complexidade de seu objeto bem como a irreversibilidade das teorias no tempo. Pensar economia aplicada normativa é ignorar aquele que primeiro realizou a distinção entre os campos normativos e positivos, ou seja, é incorrer no erro expresso pela "indeterminação de Senior" [27].

Esta lógica não é respeitada em diversos momentos, proporcionando indicativos de crise para nossos termos. Silveira (1991) afirma, por exemplo, embora partindo de construções no campo da economia abstrata, orientada pelos princípios da generalidade e coerência lógica interna,

[27] Silveira atribui a Senior essa questão, ainda que seja Mill quem mais tenha enfrentado esse problema. Citando uma passagem de Senior em "Na outline of the theory of political economy", publicado em 1836, fica fácil compreendermos o porquê da denominação desta "indeterminação". Escreve Senior: "Mas as conclusões dele [do Político Economista], não importando a generalidade ou verdade que encerram, não o autorizam a adicionar uma sílaba de conselho...A tarefa do político economista é...estabelecer os princípios gerais cuja ignorância seria fatal na construção dos afazeres práticos; não é, contudo, aconselhável, nem talvez praticável, entender tais princípios como guias exclusivos ou, mesmo, como guias importantes... Decidir em cada caso até quando as conclusões do Político economista devem gerar ações, pertence à arte do governo, arte para a qual a economia Política é apenas uma das muitas ciências subservientes." (SENIOR, 1836 apud. SILVEIRA, 1991, p.78). Atualizando as expressões: político economista e sílaba de conselho para "economista abstrato" e "conclusões normativas", podemos compreender a correspondência entre esses autores.

os economistas neoclássicos se consideram aptos a fazerem asserções no campo da arte em economia, ou seja, na efetivação de políticas econômicas pautadas nesses princípios abstratos. Para clarear, tomemos o exemplo da abordagem neoclássica da teoria do valor, em que o trabalho passa a ser caracterizado como um desprazer abstraindo todas as outras variáveis que possam estar interconectadas, como a gratificação individual e sentimento de pertencimento de grupo, por exemplo, tão presentes no Japão pós-guerra e na União Soviética. Neste sentido, partindo dessas asserções da economia abstrata, em que os fenômenos se reduzem aos constructos da lógica, estilizando uma realidade em que tantos elementos não econômicos são omitidos, as teorias econômicas neoclássicas não deveriam ser autorizadas a embasarem intervenções direta na realidade, nos termos da crítica, por exemplo, ao idealizarem uma teoria do salário que maximize a relação entre o prazer (lazer) e a dor (trabalho). [28]

Somada as contribuições dos autores analisados nesta segunda corrente interpretativa podemos realizar, por ora, a seguinte aproximação: a teoria neoclássica está construída sob fundamentos epistemológicos ao espelho de outras ciências que não capturam a exigida complexidade de seu objeto, afastando-a das evidências empíricas e, portanto, do mundo real, muito embora seja utilizada para legitimar intervenções na realidade. Tendo em vista essa explícita contradição, muitos autores denunciaram a crise teórica do paradigma neoclássico tendo em vista exatamente esse descompromisso com as evidências empíricas, escamoteadas pelas longas deduções matemáticas de seus modelos teóricos.

Blaug (1999) apoiando-se em alguns estudos que buscaram criar um critério para medir esse divórcio entre teoria e realidade, a saber, a utilização de quaisquer dados empíricos sobre alguma variável econômica nos artigos publicados em dois dos mais renomados periódicos científicos da área nos EUA, surpreendentemente atesta que a economia se transformou em uma espécie de "matemática social", pois, mais da metade desses artigos analisados não utilizaram

[28] Nas palavras de Silveira: "Finalizando, a indeterminação de Senior é atualizada nos seguintes termos: As proposições da economia abstrata, não importando a generalidade ou a verdade que encerrem, não autoriza conclusões normativas, mas não podem ser ignoradas. A economia aplicada positiva pressupõe as teorias abstratas da economia, assim como, em relevância variável, outras ciências sociais. Conclusões normativas – sob a forma do que não pode ser feito – são deriváveis das proposições da economia aplicada, mas são ainda qualificáveis pelas especificidades do caso em questão." (SILVEIRA, 1991, p.79). A partir deste trabalho, que realça um importante conceito, diversos outros autores investigaram as contribuições de célebres economistas do passado questionando-os se os mesmos teriam respeitado a indeterminação de Senior, ou se teriam cometido seu oposto, ou seja, o vício ricardiano. É o caso da análise dos constructos teóricos de Robert Lucas, ver Libano (1997), Milton Friedman, ver Barbosa et all. (1994). Uma síntese desses e de outros estudos pode ser encontrada no documento "Estudos sobre a indeterminação de Senior", coordenado pelo próprio Antônio Silveira e publicado pela FGV em 1993.

nenhum dado empírico (taxa que excede as publicações especializadas das áreas da química e física, naturalmente mais simpáticas às formalizações e abstrações). E conclui: "(...) o que temos aqui é um tipo de formalismo: refestelar-se na técnica por amor à técnica." (BLAUG, 1999, p.32). [29] Neste mesmo sentido, Hutchison (1994), relativizando as críticas feitas ao empirismo quanto ao seu baixo teor preditivo e confiabilidade dos resultados destes estudos que clamam a favor da evidência empírica, aponta que a crise de paradigma neoclássico consiste em sua pretensa distorção de objetivos de sua teoria, ou seja, o que era meio (a linguagem matemática) configura-se no paradigma neoclássico como fim. O resultado disso tudo para este autor é uma teorização hegemonizada nas estruturas de poder que se caracteriza como "games-playing"/"jogos de puzzle". Uma síntese da posição desses dois autores sobre suas inquietações sobre o atual rumo da teoria econômica pode ser evidenciada na seguinte passagem:

> Em suma, a Economia converteu-se em uma espécie de 'empirismo abstrato'. Empirismo porque trabalha supostamente sobre 'fatos' e 'experiências'. Abstrato porque esses fatos só existem em potencial: não só o modelo prescinde deles como também ninguém se preocupa com suas origens. Onde quer que exista uma série de números há trabalho para um economista. Não importa como esta série foi obtida porque, na verdade, ela é apenas pretexto para alguma espécie de manipulação 'técnica'. (HAGGE, 1989, p.43)

Bem é verdade que tanto a defesa de uma ciência econômica assentada no empirismo como caminho para solução dos problemas da atual crise carecem de uma série de mediações, [30] e também o próprio *mainstream* bombardeado pelas críticas realiza um movimento de reorientação metodológica de forma a tornar seu programa apto a incorporar as evidências empíricas, sobretudo, a partir do desenvolvimento da econometria. No entanto, aponta Mirowsky (1994), este movimento cresceu com fôlego escasso, não sendo incorporado ao núcleo do programa neoclássico, e, sobretudo, nasceu com uma série de contradições que no limite expressam o antigo apego da

[29] Este mesmo sentimento é ironicamente descrito por Cadilhe (1991) como receita de sucesso para publicação de um artigo em alguma revista de prestígio da área. Em suas palavras: "(...) para escrever um apreciado artigo sobre o tema da economia: 1 ensaia-se um texto sob a forma literária; 2 hermetize-se, em primeira instância, passando para a linguagem matemática: explicita-se o corpo de premissas; adota-se o código de simbologia, de preferência com letras gregas e muitos índices e sub índices nas variáveis; especificam-se algumas algumas funções submetidas a derivadas parciais e integrais múltiplas; 3 hermetiza-se, em segunda instância, tornando-se implícitas certas passagens de raciocínio, condensando demonstrações, reduzindo, enfim, a extensão do texto a um quinto até um décimo do normal; 4 hermetiza-se, em terceira instância, adensando o texto matemático com hipóteses adicionais de complexidade teórica crescente, ainda que de menor adequação à realidade; 5 apura-se a elegância da escrita matemática, retirando toda ganga literária que ainda reste e remetendo para notas de rodapé as citações que mergulhem em revistas da especialidade." (CADILHE, 1991 apud. NUNES, 1994, p.286)

[30] Ver por exemplo as críticas de Caldwell (1982) quanto à problemática definição de um critério objetivo para avaliar testes empíricos; como também a solução de controvérsias neste campo.

"técnica pela técnica".[31] No fundo, já podemos perceber, por tudo que fora abordado, que o grande ponto de síntese que define a atual crise da teoria econômica, tendo em vista esta segunda linha interpretativa proposta neste trabalho, consiste na definição realizada pelo programa neoclássico de um aporte metodológico para apreensão do objeto de sua ciência centralizado na formalização e na abstração, permitindo que o instrumental matemático empregado em seus modelos se configure como um fim em si mesmo.[32]

Esta virada formalista, que ressignifica o papel da matemática na economia, deixando de lado aquela preocupação com seu intuito exclusivo de tradução (meio), cristalizada nos ideais do paradigma da Economia Clássica, é veementemente defendida pelos neoclássicos, obrigando muitos historiadores a classificarem este movimento como a revolução dentro da "revolução (marginalista)". É neste momento que da matemática aplicada à economia tornou-se acrítica, "(...) de mero 'instrumento', a Matemática promoveu-se a 'objetivo último do saber'. Tornou-se, ao mesmo tempo, método e resultado." (HAGGE, 1989, p.40). Processo este, descrito muitas vezes como a "ontologização do método", e considerado para nós problemático e caracterizador da atual crise na teoria econômica, sobretudo, porque promove intrinsecamente uma alienação da realidade

[31] Evidenciando a primeira ressalva, esclarece Mirowsky (1994): "(...) No entanto, ainda tenho que descobrir um metodologista que viu a importância do fato de que, não importa quem era o neoclássico específico, todos: (a) desesperavam de qualquer possibilidade de experiência controlada; e (b) nunca se envolveram em nenhuma prática empírica que se ligasse diretamente ao núcleo de seu novo programa, isto é, a teoria neoclássica de preços.". Sobre o desenvolvimento e problematização da econometria, pegando um ponto chave de seu argumento, escreve o autor: "Basta examinar os periódicos contemporâneos da econometria para notar que a versão da Cowles Commission da econometria padrão é um caos. O teste de hipóteses de Neyman-Pearson foi trazido da experimentação agrícola na década de 1930, mas sem suas técnicas de randomização, projeto de amostragem e controles que se tornaram rapidamente uma racionalização vazia para um procedimento supostamente científico que poderia produzir quase qualquer resultado desejado pelo investigador. (...) Poucos parecem perceber que a própria Comissão Cowles perdeu o interesse pela econometria como a panaceia para o progresso científico em torno de 1950 e, em vez disso, voltou-se para a teoria matemática arcana longe das questões empíricas, como as provas de existência Arrow-Debreu." (MIROWSKY, 1994, p.18-19). O debate sobre os avanços e retrocessos proporcionados pelo desenvolvimento da econometria enquanto programa de pesquisa na economia é grande e extrapola nossas pretensões. Para nosso argumento, outra referência que problematiza a "virada econométrica" suas contradições e limites pode ser encontrada sistematizada em Fernández (2014).

[32] Este processo já fora descrito e abordado pela literatura sob diversas perspectivas. Backhouse (1998), por exemplo, admite que existem pelo menos três significados contido em abordagens que descrevem o processo de formalização, a saber: i) quando indica axiomatização; ii) técnicas matemáticas e/ou; iii) formalismo metodológico. Outros autores preferem os termos como "matematização", "abstração" e "modelagem", para descrever o mesmo processo. O fato que gostaríamos de enfatizar, ou seja, aqueles elementos causadores da atual crise teórica, consiste na observação crítica quanto a ressignificação do papel da matemática dentro da economia, aproximando bastante da ideia de axiomatização, ou seja, a redução do conhecimento realizada pelo programa neoclássico a um conjunto de axiomas e proposições que podem ser derivados das regras lógicas internas à própria matemática. Os termos matematização e formalização serão utilizados neste sentido. Em momento oportuno tentaremos romper com a descrição aparente do fenômeno (uso da matemática) passando a buscar os aspectos mais elementares deste processo, tentando nos afastar, assim, de críticas ingênuas.

e a "morte da história", como enfatizaremos a frente. Descrevendo esta ideia, escreve Hagge (1989):

> Na verdade, o discurso matemático [aplicado à economia] em sua forma platônica provoca uma dupla alienação, pois aliena o discurso da realidade e aliena o passado do presente. E o progresso surge como forma canônica dessa dupla alienação. Em primeiro lugar, a sociedade (isto é, as relações ditas 'econômicas' que se manifestam no convívio quotidiano dos indivíduos) deixam de ser 'texto' dando lugar a um texto propriamente dito; um livro de Princípios. Em segundo lugar, a hermenêutica texto/realidade é substituída por um processo de aprimoramento texto/texto. A economia passa a ser um questionamento do texto, pelo texto e para o texto; assume plenamente sua dimensão autotélica. (...) Para que [a matemática aplicada à economia] se imponha como linguagem natural é preciso que o mundo real se omita. O mundo da Economia Matemática passa a ser o mundo diferente e com problemas próprios que nada têm a ver com os nossos. (HAGGE, 1989, p.47)

Ainda que algumas vozes aconselhem o contrário, afirmando que averiguações deste tipo devem ser evitadas na mesma proporção em que se evitam as pragas (HAHN, 1992), constata-se que muito já fora comentado na literatura sobre o espaço da matemática e da formalização dentro da economia. O balanço realizado pelas análises críticas nos exige, de antemão, por um lado, nos afastar de objeções ingênuas acerca do papel exercido pelo desenvolvimento da matemática na ciência econômica, como também, por outro lado, especificar quais são os elementos caracterizadores deste processo que ajudam a interpretar a atual momento de crise teórica desta ciência, tanto em seu fenômeno mais aparente como em seus aspectos mais essenciais.

Sobre a primeira ressalva, Mirowsky (1994) constata na literatura basicamente dois argumentos utilizados pelos defensores do desenvolvimento da matemática na economia, ou seja, aquele processo descrito por muitos como "matematização". O primeiro diz respeito à defesa processual, na medida em que a matemática é um mecanismo de linguagem tingido de rigor científico, dotando a ciência econômica de objetividade e, portanto, afastando-a dos tão presentes e potenciais desvios ideológicos; já a segundo, consiste na defesa natural, pois diferentemente das outras ciências sociais, alguns de seus principais objetos de estudo (mercadorias, preço, dinheiro, etc.) são quantificáveis em essência. No agregado, a partir dessa literatura, como indica Bianchi (2013), podemos elencar alguns pontos de vantagem trazidos pela crescente incorporação da matemática nas análises econômicas, sobretudo, por ser a matemática a ciência caracterizada naturalmente pelos elementos de simplicidade, consistência, lógica e generalidade; assim, a partir deste movimento tem-se uma teoria econômica enriquecida pelos seguintes aspectos: "(i) clarificar problemas conceituais; (ii) construir os fundamentos lógicos da teoria, explicitando seus pressupostos; (iii) padronizar terminologias e métodos; (iv) permitir o desenvolvimento de uma

visão geral, altamente abstrata; (v) funcionar como engenho de descoberta, ou uma espécie de 'bomba de intuição', conferindo rigor às simples intuições; (vi) pelo mesmo mecanismo, conferir objetividade a conteúdos; (vii) estabelecer as condições analíticas do problema; (viii) encontrar os supostos mínimos necessários à análise do mesmo." (BIANCHI, 2013, p.78).

Podemos agora compreender como alguns programas de pesquisa obtiveram tanto sucesso ao mesmo tempo em que não poderiam sequer serem concebidos caso este desenvolvimento instrumental da teoria não tivesse portas abertas para a matematização, como é o caso, por exemplo, do campo da teoria dos jogos na microeconomia. Na verdade, isso nos mostra que a matematização foi um processo mais amplo, não se limitando apenas na tradução de teorias econômicas para sua linguagem, como apontaram algumas interpretações, mas movendo-se em sentido contrário, seu desenrolar encampou uma nova prática de análise econômica, criando seus próprios programas e dando impulso para criação de novas linhas de pesquisa. Daí a compreensão de sua extrema força (e também fraqueza).

Para ficar ainda nesta primeira ressalva, outro elemento deste processo que pode gerar questionamentos ingênuos, a saber, a crítica ao crescente grau de abstração da teoria, assim como a matemática, não pode ser considerado como um problema em si mesmo, pelo contrário, ressaltamos que qualquer teorização pressupõe a necessidade de abstração na mesma medida que a própria linguagem é uma abstração, visto que os conceitos não podem refletir a realidade em si, sobretudo em matéria de ciência econômica, cujo as relações, os fenômenos etc. se caracterizam pela sua enorme complexidade.

Em suma, é notório que o uso deste instrumental, trazido pelo paradigma neoclássico, tem validade para analisar uma série de fenômenos econômicos assim como é difícil imaginar uma vertente teórica que prescinda de seus conceitos, todavia, ainda assim podemos nos questionar sobre os custos intrínsecos deste processo, ou seja, para nossos propósitos, realizando um balanço, questiona-se: em que medida estamos hoje munidos de uma teoria econômica que nos capacita melhor a compreender e intervir na realidade? Como este processo afetou a sociedade como um todo? Por que não seria este o elemento causador da atual crise da teoria econômica?

Basicamente defenderemos aqui que, em síntese, o processo de matematização é problemático e caracterizador da atual crise teórica, pois sua forma de inserção e nuanças permitiram que a teoria econômica subvertesse seus objetivos enquanto ciência social, bem como

escamoteou o desenvolvimento de uma teoria assentada nos constructos positivistas, impossibilitada, portanto, de lidar com os processos históricos – elemento de clamor e objeto dessa dissertação.

Para clarear nosso primeiro ponto, contido nesta segunda linha interpretativa da crise teórica, passemos a analisar o prestigioso modelo de equilíbrio geral Walras-Arrow-Debreu, caracterizador do núcleo duro do programa neoclássico, tendo seus desenvolvimentos incorporados pelo estado da arte em matéria de economia. O pano de fundo contextual dessa teorização nos remete ao interlúdio da década de 1970, em que diversas anomalias colocaram à prova os fundamentos contidos na matriz teórica dominante questionando seus fundamentos mais elementares, como é o caso por exemplo do fenômeno da estagflação. De lá para cá, as contradições têm cada vez mais se tornado explícitas deslocando, para ficar no nosso exemplo, as pretensões contidas nos modelos teóricos de equilíbrio geral (unicidade e estabilidade) das evidências encontradas no mundo real, caracterizado cada vez mais por seu aspecto dinâmico, incerto e desequilibrado. Assim, como afirma Prado (2001, p.17) "(...) Tornara-se evidente que a promessa segundo a qual a teoria econômico ortodoxa ficaria solidamente fundamentada na teoria do equilíbrio geral não poderia ser cumprida.". Contudo, mesmo assim os economistas continuaram a deslocar sua atenção para o aprimoramento constante deste modelo. O que explica esta atitude dos economistas? O que os autoriza a seguir cegos neste caminho da matematização?

A autorização de tal postura, que reflete um certo autismo na teoria econômica para ficar nos termos de Prado (2001), é permitida exatamente pelo movimento de subvenção de propósitos e objetivos da teoria econômica, na medida em que a teoria não carece mais de ser guiada pelo imperativo de fornecer um maior grau de explicação e compreensão dos fenômenos, mas sim pelas próprias exigências contida nos processos internos da formalização. [33]Aliás, este é o propósito do modelo de equilíbrio geral, como bem lembra Meller (1991): este modelo não

[33] Estamos cientes de que afirmações deste tipo carecem de digressões filosóficas e metodológicas muito mais sofisticadas do que as contidas neste movimento de "subvenção" que acabamos de descrever. Filosoficamente a afirmação tenciona correntes ligadas ao realismo versus racionalismo, tendo ecoado nos solos da metodologia econômica sob vistas dos debates entre os racionalistas críticos e os instrumentalistas, por exemplo. Por outro lado, uma reconstrução histórica ajudaria a elucidar os contornos por trás deste processo e, portanto, se apresenta como perspectiva também necessária para maior compreensão desta "subvenção". De certa forma, neste momento gostaríamos de chamar atenção para esse aspecto mais geral, relacionado à prática efetiva dos economistas e seus oriundos problemas, por isso, a expressa pobreza argumentativa. Todavia, buscaremos enfatizar os aspectos mencionados em momento oportuno, em que levaremos a cabo essas transformações históricas e filosóficas do método em economia.

pretendia explicar como se determinavam os preços em uma economia existente no mundo real, pelo contrário, buscava-se encontrar os pressupostos básicos necessários que garantiriam a existência de um vetor de preço de equilíbrio que possuísse, por sua vez, as características de existência, unidade, estabilidade e otimização paretiana. Em outras palavras, esta teorização neste campo e muito das práticas atuais sempre estiveram preocupadas em encontrar matematicamente as condições de primeira ordem que correspondam aos princípios de otimização dos recursos, pois, não seria a economia, no limite, a ciência das decisões ótimas? De volta ao modelo de equilíbrio geral, escreve Meller:

> (...) A mecânica deste exercício tem sido orientada para achar um set de normas e teoremas que sejam logicamente deriváreis do conjunto de premissas básicas que foram especificadas de maneira muito precisa. Parte muito importante da investigação teórica dos últimos 40 anos tem sido orientada para refinar esta análise tratando de reduzir cada vez mais o número de passos usados na derivação lógica. (MELLER, 1991 p.125) [34]

É neste sentido que devemos interpretar os custos trazidos por esta reorientação dos objetivos da teoria econômica, em que movidos pelo primor da técnica sobre a técnica, estamos munidos cada vez mais de uma gama enorme de modelos extremamente precisos em termos de rigor lógico formalista, mas que nos dizem cada vez menos sobre os problemas complexos presentes na realidade, sobretudo na realidade da periferia do sistema, que a muito tempo clama por interpretações e caminhos para solução de seus flagrantes problemas. Por outro lado, esta dinâmica de construção de modelos atrás de modelos, ratificada pelas estruturas hegemônicas, embora aparenta ser um processo contínuo de renovação e aprimoramento dos mesmos, quando olhado de perto, o que se identifica é que os modelos se tornam obsoletos não porque os novos os refutaram ou melhor se adaptaram as questões impostas pela realidade, mas basicamente porque são novos - a lógica de produção academicista da contemporaneidade que o diga.

O desenvolvimento do instrumental matemático pode enriquecer os contornos da teoria econômica, como mostramos, mas desde que respeitadas as complexidades tanto externas do objeto da ciência econômica, como também, indica Mirowsky (1994), os próprios desenvolvimentos internos da matemática que passaram a problematizar as antigas promessas do

[34] O autor reconhece que diversas e importantes críticas foram direcionadas ao modelo de equilíbrio geral Arrow-Debreu, sobretudo as proferidas por Kaldor ainda na década de 1970. Contudo, as evidências atuais nos mostram como os critérios de otimização prevaleceram no ofício de pesquisas dos economistas em detrimento à explicação e compreensão dos fenômenos. Em síntese, uma total fuga de realidade, ressignificada no atual ofício dos economistas.

ideário formalista de Hilbert.[35] A partir do momento em que a modelagem e a formalização se tornaram o último objetivo da economia, esta ciência abdicou-se de sua potencialidade de apreensão dos processos históricos, trocando o qualitativo pelo quantitativo, sobretudo, porque, em essência, os modelos trabalham sob realidades estilizadas operando a partir de determinadas circunstâncias. Em outras palavras, são construídos tendo em vista sistemas fechados, em que os resultados estão por muitas vezes condicionados às premissas, daí o rol de modelos encontrados atualmente para operar em cada caso particular, preservando sua utilidade na medida em que as evidências se comportem relativamente estáveis. Como bem se sabe, os processos históricos e a própria realidade social são eminentemente sistemas abertos, caracterizados pela complexidade das relações, pela propensão ao incerto e o flerte com crises, ressignificações e desestabilidades que, por sua vez, somente serão compreendidos se mediados pelo próprio fluxo histórico. Como bem observa Bianchi (2013):

> (...) Segue-se que, embora a formalização seja útil, ela deve contida dentro de limites razoáveis do ponto de vista de uma realidade complexa, que comporta sistemas abertos e processos não-estacionários e não-ergódicos. Na qualidade de ferramenta, a própria matemática é um campo heterogêneo, que disponibiliza um elenco de conteúdos, nem todos igualmente pertinentes à natureza dos problemas sobre os quais os economistas se debruçam. (BIANCHI, 2013, p.86)

Neste sentido, este movimento de formalização torna-se extremamente problemático na medida em que passa a ser transplantado acriticamente deixando de se apresentar como linguagem (meio) e se transformando como "fim em si mesmo". Portanto, a crise se expressa na medida em que, ratificadas pelas estruturas de exercício da hegemonia, as formalizações matemáticas passaram a ser consideradas a força motriz da ciência e, ainda mais problemático, se apresentam atualmente como o monopólio do conhecimento científico, reduzindo o escopo de

[35] Em suas palavras, escreve Mirowsky (1994): "(...) O principal desenvolvimento da matemática do século XX tem sido a disseminação de uma completa desilusão com todas as metas formalistas. Os historiadores agora regularmente ridicularizam "o caráter mítico do" método euclidiano "... a crença generalizada de que o matemático começa por definir um conjunto de definições, axiomas e postulados e, em seguida, deduz deles um teorema após outro de forma mais ou menos mecânica '(Crowe, in Gilleis 1992: 315, Horgan 1993). Uma das lições da história moderna da matemática é que a prática real da matemática não pode ser reduzida a uma simples máquina de cortar a lógica; E de fato, foi o exemplo da máquina Assistida Appel-Haken prova do teorema de quatro cores que levou este ponto casa (Tymoczko 1986, Shankar 1987). Os matemáticos têm encontrado repetidamente situações que não foram resolvidas apenas pela lógica; E enquanto eles triunfaram com mais freqüência do que não, é pura náusea deslocada a inveja matemáticos seu progresso unilinear calmo em direção à verdade." (MIROWSKY, 1994, p.14-15). Neste mesmo sentido, Mansor (2009) aborda a "prova de Gödel" como elemento desenvolvido internamente pelos matemáticos que se propõe a questionar muito de seus corolários fundantes, ironicamente, tão preservado e defendido por algumas correntes de economistas.

estudo desta ciência; fornecendo respostas extremamente limitadas aos problemas concretos, para não questionar o mais sério: a impossibilidade de formulação de determinadas questões.

Essas três afirmações (redução de escopo, respostas limitadas e não questão) se baseiam para nós, embora não estejam afirmadas nesses termos, na admissão de um modo específico de pensamento defendido pelo paradigma neoclássico, classificado nos termos de Dow (1989) como "racionalidade cartesiana/euclidiana". Para autora, esse tipo de racionalidade implica em: "(...)um sistema fechado, baseado na lógica clássica, derivado de axiomas, com aplicação universal. As categorias são empregadas como sendo abrangentes, mutuamente exclusivas e com significados fixos, isto é, o pensamento cartesiano / euclidiano é dualista." (DOW, 1989, p.5). Ainda seguindo suas ideias, as implicações problemáticas desta transposição de racionalidade para a economia começam a surgir, na medida em que: "(...) O problema é limitado por testar apenas relações de forma reduzida, de modo que muitas das medidas e correspondência com a realidade das relações interiores podem ser mantidas 'em princípio'. Por exemplo, Casson (1981) afirma que 'o mercado típico gasta mais tempo fora do equilíbrio do que no equilíbrio'." (idem.). Portanto, essa "maneira de pensar em economia", vale lembrar, construída em outras ciências tendo em vista outros objetos, limita muito as respostas fornecidas, sobretudo porque a realidade não se apresenta circunscrita pelos dualismos e atomismos (base fundante desta racionalidade, segundo a autora), muito pelo contrário, ela deve ser considerada como um sistema extremamente complexo, aberto, incerto e em constante mudança e transformação. Por outro lado, é exatamente esse "raciocinar" que permite levantar determinadas questões deslocando o foco e impossibilitando o surgimento de tantas outras, sobretudo, aquelas que para nós são essenciais como os processos históricos em geral e os casos nacionais em particular.

Daí o tão comentado divórcio entre o mundo da teoria e o mundo real. O que nos leva de volta as expressões que abriram a discussão, neste sentido, como negar a afirmação da crise teórica? Podemos adicionar a pergunta a seguinte constatação:

> (...) Para remediar a dificuldade (ou impossibilidade) de experimentação ao natural, foram concebidos modelos de simulação matemática, que se considera representarem o funcionamento real da economia. A elegância e a virtuosidade dos modelos matemáticos levaram os economistas a sucumbir ao fascínio por eles exercido, acabando por ficarem prisioneiros de técnica que se vão refinando cada vez mais, porque isso é *good game* (Hicks) (...) A falta de consciência disto mesmo pode levar um divórcio entre o *mundo da Economia* e o *mundo dos homens*, com o risco de o homem deixar de ser o princípio e o fim da Economia enquanto ciência social. (NUNES, 1994, p.290-291)

1.1.3. Como chegamos até aqui? Uma abordagem retrospectiva sobre a consolidação da concepção abstrata-dedutiva em economia.

Antes de avançarmos naqueles predicados historiográficos que chamamos atenção logo na abertura do capítulo, achamos oportuno realizar um parêntese histórico que verse sobre a consolidação deste método ortodoxo, abstrato e dedutivo, que se expressa na atual crise da teoria econômica: a tal "subvenção" de objetivos da teoria em nome da formalização matemática. Salienta-se que nossa abordagem enfatizará um caminho evolutivo atento aos preâmbulos metodológicos que antecederam a Revolução Marginalista e sua posterior construção de uma hegemonia em torno das questões metodológicas com a consolidação do paradigma neoclássico.

Colocada a questão do método nas ciências em geral sob perspectiva histórica, evidenciam-se inquietações filosóficas que permearam as atividades dos pensadores desde a Grécia antiga. Refiro-me a controvérsia sobre, por exemplo, a possibilidade de apreensão do conhecimento, no sentido de questionar a capacidade cognoscível de se conhecer a realidade. Concepções dogmáticas e ceticistas revezavam-se nas explicações desta relação entre sujeito e objeto visando construir uma teoria do conhecimento. (FONSECA, 2003).

Superada essa fase de gestação das ciências, sobravam questionamentos epistemológicos sobre a forma de se proceder perante o experimento científico, ou seja, qual a definição do método a ser utilizado para apreender esta realidade? Neste momento, a pergunta que reacendeu o debate filosófico era: onde se repousava a origem do conhecimento? Filósofos se dividiram basicamente em dois campos de argumentação. Figuras como Locke e Hume argumentavam que o conhecimento não poderia ser proveniente de outro lugar senão da experiência e observação, pois na construção de seus sistemas filosóficos consideravam que a ciência estava muito mais preocupada com a descrição dos acontecimentos concretos do que com abstrações conceituais. Portanto, fazer ciência consistia em anunciar leis com o máximo de precaução, sempre atentando para a admissão de regularidades no objeto de investigação, ou seja, atentando para a possibilidade (e não certeza) de que os fatos ocorram dados as condições listadas. De lado oposto, encontravam-se os filósofos como Descartes e Leibniz, os quais afirmavam que o conhecimento só poderia ser emanado da razão e através de construções lógicas, que independem da observação empírica dos fatos. Trazendo um exemplo ilustrativo: em economia, se um bem

possui demanda inelástica, deduz-se que qualquer aumento no preço gerará maior dispêndio dos consumidores. Paralelamente, se o aumento resultar em queda no dispêndio, tem-se que a demanda não pode ser caracterizada como inelástica e essa relação não precisou ser testada empiricamente para que reconhecêssemos ser verdadeira. Logo, os juízos que antes pautavam-se na probabilidade passam a obter validade universal (certeza), podendo ser refutados, inclusive, com contraexemplos em termos lógicos. (FONSECA, 1991)

Todas essas discussões filosóficas ecoaram bastante na economia política que nascia, influenciando inclusive a Fisiocracia francesa, considerada por muitos historiadores como a primeira escola de pensamento econômico. Os pensadores dessa escola, embora não tenham explicitado discussões de cunho metodológico, receberam influência marcante do racionalismo, vide o papel importante que desempenharam na difusão de ideias dos Enciclopedistas iluministas neste contexto de transição das explicações teológicas do mundo para as materialistas. O próprio Adam Smith em a "Riqueza das nações", obra considerada seminal para a ciência econômica, tocou tangencialmente nessas questões metodológicas que se articulavam nos sistemas empiristas e racionalistas. Talvez de forma menos intuitiva e mais arrojada que seus antecessores, "o método de Smith expressa a complexidade do conhecimento: foge tanto do positivismo simplificador, do racionalismo cartesiano abstrato dedutivo a priori, como do empirismo indutivo." (CORAZZA, 2009, p.115). Tem-se uma mescla muito rica em que importa tanto o recurso a observação empírica dos fatos como a liberdade de construções abstratas da mente.[36]

Com David Ricardo as questões que permeiam a definição de critérios metodológicos para investigação científica ganham destaque, ainda que o mesmo não tenha se dedicado na escrita de um texto específico sobre essa temática. Defensor ferrenho de um método de conhecimento abstrato dedutivo, Ricardo divergia de Smith, por exemplo, não por contestações de ordem empírica, mas por questionamentos dos termos de consistência lógica de sua teoria, que para o economista político inglês deveria encontrar a solução de seus problemas dentro do próprio modelo teórico proposto. Embora partisse de questões concretas, tais como a alta do preço do ouro ou a

[36] Longe de retomar o debate em torno das considerações metodológicas na obra de Adam Smith, o que fugiria das nossas pretensões, retomo as conclusões anunciadas no trabalho de Fonseca: "A despeito do racionalismo predominante A riqueza das Nações é uma obra recheada de observações históricas e de algumas notações estatísticas. O recurso ao empírico fez parte constante do trabalho de Smith – embora, a rigor, fosse mais para exemplificar do que para nele buscar a origem do conhecimento, a exemplo da Fisiocracia. Fazer ciência significava encontrar leis gerais e abstratas, de resto universais e imutáveis; fundamentava a existência destas a própria razão humana." (FONSECA, 1991, p.71).

influência do baixo preço do trigo sobre os lucros do capital, considerava que a evidencia dos fatos não falam por si, mas somente através da construção de princípios abstratos. (CORAZZA, 2009). Na interpretação de Fonseca (2003), Ricardo foi:

> "(...)dentre os economistas clássicos o mais próximo do racionalismo típico; seus 'Princípios' [da Economia Política e Tributação (1817)] diferem radicalmente das principais obras econômicas anteriores, já que praticamente ignora dados estatísticos, quase não cita fatos históricos ou contemporâneos nem procura fundamentação empírica; trata-se do 'mundo do modelo', do 'suponhamos que', firmemente assentado na ideia de que ciência é abstração." (FONSECA, 2003, p.30)

O método de investigação proposto pelo economista britânico, portanto, deveria seguir uma sequência lógica baseada no trabalho de elencar as hipóteses-pressupostos passando em seguida para as deduções-conclusões do modelo teórico. Essa articulação é marca registrada de sua teoria de distribuição, por exemplo. Nessa construção, assume-se de antemão a lei dos rendimentos decrescentes, a lei do crescimento populacional e a lei do individualismo altruísta, desenvolvidas por seus antecessores tendo em vista, ainda que preliminarmente, alguma evidência empírica. Assume-se então esse conjunto de hipóteses como uma base teórica sólida para sustentar sua dedução a posteriori sobre a distribuição e ocupação das terras por faixa de produtividade, que por interferência das leis assumidas, gerariam consequências econômicas como renda diferencial, preços altos para os alimentos e queda na taxa de lucro. Conclusões que em termos de construção lógica do modelo teórico não careciam de verificação empírica. Por toda essa defesa do racionalismo lógico em um mundo tão complexo em termos de problemas econômicos, Schumpeter (1964) caracterizou de "vício ricardiano" essa prática na economia que se consolidaria com a ortodoxia neoclássica tempos mais tarde. [37]

[37] Define Schumpeter: "O vício ricardiano, a saber, o hábito de empilhar uma carga pesada de conclusões práticas sobre uma fundação tênue, que não se lhe iguala, mas que parece, em sua simplicidade, não apenas atrativa, mas também convincente." (SCHUMPETER, 1964, p.540). Todavia, é importante frisar que, embora precursor daquilo que viria a se consolidar como modelo de explicação hipotético-dedutivo, mesmo quando utilizou exemplos em termos abstratos, à título de ilustração, como os países que trocavam certas quantidades de vinho e tecido, Ricardo sempre teve como horizonte a construção de uma teoria que tivesse como objetivo a recomendação de políticas econômicas. No fundo, estamos atentando para uma problemática conexão direta entre o método dedutivista em Ricardo e a crise de abstração atual na ciência econômica descrita anteriormente. Coutinho (2007) corrobora com essa observação, e aponta: "Considero 'vício ricardiano' uma expressão de gosto duvidoso, que só pode ser creditada à má vontade de Schumpeter em relação a Ricardo. Em primeiro lugar, Ricardo foi um fino analista de política econômica de seu tempo, como seus diversos panfletos comprovam. Em segundo lugar, grande parte dos 'vícios' de Ricardo – prescrições finalistas baseadas em verdades abstratas – provém, na verdade, de Malthus e de James Mill. O combate às leis dos pobres, um dos exemplos mais acabados do 'vício ricardiano', é puro Malthus. Finalmente os *Principles* representam um trato geral (abstrato, portanto), e, em muitos momentos Ricardo desce com cuidado da teoria às prescrições. Não esqueçamos que, ao defender o livre-comércio de grãos, uma de suas grandes consignas, Ricardo argumenta que nem os controles ferrenhos dos tempos das guerras napoleônicas impediram que o trigo do continente chegasse à Inglaterra. Há falta de realismo nesta conclusão?" (COUTINHO, 2007, p.176-177)

Entretanto, ainda em sua época, Malthus rebateu as posições assumidas por Ricardo naquela que ficou conhecida como a primeira controvérsia metodológica no campo da economia. Questionava-se o alto grau de abstração das teorias, em referência aos princípios de simplificação e generalidade nelas contidos, dessa ciência que se caracterizava mais pela sua filiação no campo das ciências morais do que as matemáticas e, portanto, ao se tratar de assunto tão complexo, aconselhava-se buscar a verdade e a comprovação da validade das teorias econômicas mediante exclusivamente a observação da experiência. A defesa do empirismo valia-se principalmente da crítica à multiplicação de teorias que buscassem comprovar tantas outras, fechando-se em um círculo teórico que representava muito mais a lógica em si do que a realidade dos fatos.

O balanço histórico desse debate consagra a vitória de Ricardo, muito por conta do caráter pouco propositivo da crítica de Malthus, que mostrou-se insuficiente quando se propôs "jogar no campo do adversário", visto que seu método empirista se revela: "extremamente fértil na crítica ao dedutivismo, mas incapaz de superar a própria crítica no sentido de encontrar alternativas teóricas ao sistema que ajudou derrubar." (FONSECA, 1991, p.74). Mais do que um embate trazido do campo da filosofia entre empiristas e racionalistas, ou ainda, mais do que questões ligados à capacidade de generalização de uma teoria contra a face da especificidade dos eventos; o que estamos querendo chamar a atenção é, para além da "vitória" pessoal de Ricardo, este embate representou, mesmo que de forma preliminar, o triunfo de um modo de se fazer teoria econômica, ou seja, a consolidação do método abstrato-dedutivo na ciência econômica.

1.1.3.1 A Velha Guarda metodológica: a origem do método ortodoxo e a tradição Senior-Mill

No entanto, a formalização dessas questões metodológicas no campo da economia só aconteceria após alguns anos da morte de Ricardo, sob um contexto em que, de um lado, a herança deixada pela tradição ricardiana começava a ser questionada, reascendendo controvérsias sobre os princípios epistemológicos da economia, por exemplo, a partir da crítica realizada pelos historicistas alemães. Ademais, por outro lado, a própria maturidade acumulada com o desenvolvimento teórico dessa disciplina, no sentido de já nos anos de 1830 seus profissionais partilhavam de conceitos, técnicas e valores comuns, suscitava fundamentação sobre o caminho seguro a se trilhar para a investigação cientifica nessa área do conhecimento. Neste contexto, duas grandes questões necessárias nortearam as investigações metodológicas, a saber: i) qual o objeto

que deveria ser investigado pela Economia Política? e ii) qual deveria ser o método empregado por ela?

Neste ínterim, Nassau Senior foi o primeiro autor a discutir a questão do método em um texto específico, com a publicação em 1836 de seu livro "Esboço da Ciência da Economia Política". Discípulo assumido de Ricardo, Senior admitia a distinção entre dois campos de investigação na economia, um marcado pelo rigor científico e o outro como arte relacionado às questões práticas. Esta cisão tinha como proposta isolar os desvios que outras esferas do conhecimento poderiam vir a influenciar no desenvolvimento da teoria econômica, abrindo caminho para a transformação dessa disciplina em uma ciência exata, marcada pelo universalismo de seus preceitos espelhados, destarte, nas ciências da natureza. Essa distinção, que ficaria conhecido nos jargões dos economistas como economia positiva e normativa, baseava-se na potencialidade do conhecimento científico de se desvincular dos valores morais de seus investigadores, que munidos de um instrumental metodológico correto apreenderiam cientificamente a realidade econômica em suas teorias. Citando suas palavras, esclarece Senior (1852):

> "(...)A ciência da Economia Política pode ser dividida em duas ramificações – a teórica e a prática. A primeira, ou ramo teórico, aquela que explica a natureza, a produção e a distribuição de riqueza, verificar-se-á basear-se sobre algumas poucas proposições gerais, que são resultado da observação, ou consciência, e que quase todo homem, tão logo as ouvem, admite-as como familiares aos seus pensamentos ou, ao menos, como pertencentes ao seu prévio conhecimento. (...) O ramo prático da ciência, aquele cujo papel é afirmar que instituições são mais favoráveis à riqueza, é um estudo bem mais difícil. Muitas de suas premissas se baseiam nas mesmas evidências das do primeiro ramo, pois elas são conclusões dele: mas há outras que dependem da indução de numerosos fenômenos, de difícil enumeração e dos quais a sequência real muitas vezes difere sensivelmente da aparente." (SENIOR, 1852 Apud. MYRDAL, 1997, p.32) [38]

Ademais, segundo sua sistematização metodológica, portanto, no que se refere ao campo da economia científica pura, o investigador deveria utilizar o método abstrato a priori, pois partindo de poucas premissas sintetizadoras dos sistemas econômicos, inquestionáveis em termos de sua validade empírica, poderia encontrar deduções tão verdadeiras quanto àquelas premissas assumidas. Referia-se a quatro postulados fundamentais e clarividentes, tais como: todo homem

[38] Neste sentido, comenta Sbicca (2005):"De acordo com esta metodologia de Senior, o economista deveria se preocupar com a análise da riqueza e não com o bem-estar social. Isto porque temas como bem-estar envolveriam proposições normativas e éticas que refletem diferentes interesses e por isso havia conflito nas teorias de economia política. Após a eliminação destas proposições sobrariam princípios empíricos claramente estabelecidos da vida econômica. Senior procurava uma ciência pura despida de valores." (SBICCA, 2005, p.51)

objetiva mais riqueza com o mínimo de esforço; a população tende a crescer mais do que os meios de subsistência; que os instrumentos de trabalho aumentam a produtividade do trabalho; e que a agricultura está sujeita a rendimentos decrescentes. (BLAUG, 1999). Estariam lançados os elementos que mais tarde consolidaria a visão positiva da economia.

Ainda nesse contexto de disputas que configurariam a "primeira crise da teoria econômica", uma figura importante que ganha destaque nas controvérsias travadas foi o economista político John Stuart Mill. Recebendo também influência do sistema ricardiano, esse economista consegue avançar mais em termos de fundamentação metodológica da visão positiva da economia do que o precursor Senior. Sua contribuição, nos assuntos que estamos tratando aqui, encontra-se dispersa em alguns livros escritos na primeira metade do século XIX e despertam certa inquietação nos historiadores, seja pela mesclagem de influencias teóricas assumidas (Bentham, Ricardo e Comte), ou, seja pelo caminho de construção de sua concepção acerca do método na ciência econômica, marcado pela sucessão de avanços e retrocessos de posições nas diferentes obras.[39]

Partindo da mesma distinção feita por Senior, Mill irá reafirmar que o campo da economia como ciência positiva é aquele ligado às verdades materiais e todas questões referentes às regras normativas encampam-se no lado da economia como arte. Mais uma vez, baseando nessa cisão positivista entre conhecimento científico e a metafísica, ou seja, entre realidade econômica objetiva apreensível e juízo de valor, o economista político desloca e encurta o ângulo de análise econômica para as questões abstratas que envolvem a dinâmica do funcionamento dos sistemas econômicos. Tanto é, que Mill critica, do ponto de vista metodológico, o objeto da análise da obra de Smith: a riqueza das nações, pois "a arte de enriquecer e de governar os povos não seriam objetivos da ciência teórica e sim de sua aplicação prática, a política econômica, que se situa no campo da arte e não da ciência." (CORAZZA, 2009, p.121). Recebendo muito influência de Senior, escreve Mill (1844):

> "A ciência é uma coleção de verdades; a arte, um corpo de regras, ou orientações para a conduta. A linguagem da ciência é 'isto é' ou 'isto não é'; 'isto acontece' ou 'isto não acontece'. A linguagem da arte é 'faça isto', 'evite aquilo'. A ciência toma conhecimento

[39] Sobre esta afirmação, Corazza (2009) analisando as obras "Sobre a definição de Economia Política o seu método próprio de Investigação" (1836), "Sistema de lógica" (1844) e "Princípios de Economia Política" (1848) indica os pontos mais controversos referem-se à: "defesa ora do método indutivo, ora do método dedutivo, ora da existência de um único método científico, tanto para as ciências naturais como para as ciências sociais, ora de que cada uma dessas ciências deveria ter seu método próprio." (CORAZZA, 2009, p.121)

> de um fenômeno e se esforça por descobrir sua lei; a arte se propõe um fim e procura meios para realizá-lo." (MILL, 1844 Apud. MYRDAL, 1997, p.32)

Mill, defendia então a economia positiva enquanto uma ciência abstrata que deve se preocupar com a explicação das motivações humanas e sua conduta na vida econômica. Destarte, se tratando de homem, de indivíduos, seu escopo de análise sempre será o do contingente, do específico e factual, logo, não poderíamos basear no método indutivo dado a complexidade do objeto dessa disciplina: economia é uma ciência essencialmente abstrata. Alguns historiadores classificariam essa postura como "apriorismo de Mill". (BARBIERI; FEIJÓ, 2013). Nesse sentido, uma de suas maiores contribuições foi a definição de "homem econômico", aquele indivíduo utilitarista que nos aspectos de sua vida econômica age de forma maximizar sua riqueza com o mínimo de esforço. Embora reconheça que este constitui apenas uma face do "homem total", esclarece Mill (1848):

> "(...)A Economia Política considera a humanidade como estando ocupada unicamente em adquirir e consumir riqueza, e procura mostrar o curso da ação da humanidade, vivendo em sociedade, seguiria se aquela motivação (...) fosse o guia absoluto de suas ações. (...) Não é que realmente qualquer economista político seja tão absurdo a ponto de supor que a humanidade seja realmente constituída dessa forma, porém porque esse é o modo de acordo com o qual a ciência deve necessariamente proceder." (MILL, 1848 Apud. BLAUG, 1999, p.100).

Estamos de frente de uma defesa inexorável, no campo da economia como ciência positiva, do método à priori, ou seja, em nome da impossibilidade de realizar eventos controlados nas atividades econômicas dos indivíduos, o raciocínio deve pressupor a assunção de uma hipótese, tal qual a do "homem econômico", que se baseia não da observação empírica dos negócios econômicos realizados, mas da introspecção de sua natureza e de suas características mais essenciais, como a maximização da utilidade com o menor esforço possível. Uma vez guiado por este método, chega-se então às conclusões e verdades em abstrato, assim como na matemática. Sintetizando essa defesa metodológica, argumenta Corazza (2009):

> "Mill reconhece a natureza abstrata do conhecimento teórico, cuja a veracidade sequer pode ser contestada, pois ele é verdadeiro ao basear-se em hipóteses verdadeiras, as quais se apoiam na evidencia das experiências humanas. Confrontar a teoria com os fatos não faz sentido, pois esta é uma tarefa não da ciência, mas de sua aplicação prática ou arte. A única função da ciência é chegar às verdades abstratas." (CORAZZA, 2009, p.122)

Note-se, que a caracterização dessa tradição metodológica clássica sumarizada até aqui pelos trabalhos dos economistas políticos ingleses Senior e Mill lançam as bases para a consolidação tempos mais tarde da hegemonia metodológica positiva com o surgimento da escola do pensamento neoclássica. A título de síntese, portanto, as regras de investigação no campo da

economia poderiam ser descritas em tais pontos: a) possibilidade de cisão da economia política entre o campo da economia positiva e o campo da arte normativa, ou seja o campo da economia teórica e o campo da economia prática [40]; b) neste sentido, a cisão representa a possibilidade de isolamento dos eventos econômicos de seus aspectos sociais, culturais, políticos, etc.; c) o objeto de análise da economia positiva, tomado em sua complexidade, inviabiliza procedimentos baseados na indução direta dos fatos (método a posteriori), lançando luz para o único caminho correto de investigação: o método a priori, em que parte-se de algumas indispensáveis hipóteses acerca da natureza humana e deduz-se as conclusões dessas premissas.; e d) portanto, no agregado, tem-se a definição de que economia é uma ciência em abstrato, do tipo hipóteses verdadeiras embasam deduções verdadeiras, em suma, uma ciência de tendências (verdades em abstrato) e não de fatos. [41]

Esses pontos de síntese são muito importantes para nossos propósitos e gostaríamos de reforçá-los em momento oportuno, para adiantar a discussão, indicamos que este movimento realizado pela tradição ortodoxa Senior-Mill será reafirmado no programa neoclássico, como também servirá de base metodológica para a construção da abordagem ortodoxa da HPE.

Retomando, Blaug (1999), levando em consideração tais aspectos de síntese, classifica esses metodologistas britânicos do século XIX como verificacionistas, visto que estavam preocupados com a construção das premissas da ciência econômica, de seus pressupostos estruturantes, deixando de lado a importância com o potencial preditivo subjacentes à teoria econômica, critério este essencial para verificar a validade científica dessas teorias para esse autor. Portanto, por pregarem uma metodologia defensiva, no sentido de marcar o território da jovem ciência que nascia, a tradição Senior-Mill pode, segundo Blaug (1999), ser considera como parte

[40] Ressalta-se que a distinção não se caracteriza pela definição de um campo científico e um não científico, mas no esclarecimento de dois campos científicos, preocupados com questões diferentes. Neville Keynes (1891) esclarece essa indagação, afirmando que a economia política será "sistematicamente combinada com investigações éticas e práticas, ou se será estudada no primeiro caso independente. A última dessas alternativas é preferida sob fundamentos de conveniência científica. Nosso trabalho será mais completo e as nossas conclusões teóricas e práticas, da mesma forma, serão mais dignas de confiança se nos contentarmos em fazer uma coisa de cada vez." (KEYNES, 1891, Apud. MYRDAL, 1997, p.33)

[41] Uma síntese desses elementos que chamamos atenção pode também ser encontrada, de maneira bastante esclarecedora, em Bianchi (1992). Reproduzindo as palavras da autora: "(...) O método preconizado pelos ingleses [Senior, Mill, Cairnes e Bagehot] definia-se como positivo, abstrato e dedutivo, ou seja, a construção teórica assentava-se em princípios a priori, considerados auto evidentes, que supostamente mostraram a realidade como ela era. Dentre eles, o da racionalidade econômica sobressaía-se. Em torno de tais princípios, a teoria articulava-se de forma lógica, permitindo a dedução de leis passíveis de aplicação na realidade empírica. A comparação com os fatos era encarada como um momento posterior do trabalho científico, complementar ao raciocínio dedutivo." (BIANCHI, 1992, p.136)

da pré-história da metodologia econômica, cuja influência consolidou as bases do método de investigação hipotético-dedutivo, da concepção da ciência econômica em abstrato, em que:

> "As premissas eram derivadas da introspecção e da observação casual dos vizinhos e nesse sentido constituíam verdades a priori, sendo conhecidas, podemos dizer, antes da experiência; um processo puramente dedutivo levava das premissas às implicações; porém, tais implicações eram verdadeiras somente no caso de ausência de causas que as modificassem. Portanto, o objetivo de verificar as implicações consistia em determinar a aplicabilidade do raciocínio econômico e não sua validade real." (BLAUG, 1999, p. 95)

Embora lançada as bases que viriam a consolidar a metodologia ortodoxa na economia, vale ressaltar que este caminho não fora trilhado tendo em vista uma aceitação absoluta entre seus pares. Para usar o termo de Kuhn, paradigmas concorrentes fazem parte da marca de nascença das ciências sociais em geral e da ciência econômica, principalmente, em particular. Neste sentido, uma reação importante aos economistas políticos clássicos surgiu na Alemanha com o desenvolvimento da Escola Histórica. Figuras como List, Roscher e Schmoller criticavam os postulados dos economistas políticos clássicos e a base epistemológica por qual se erguia o edifício da ciência econômica influenciada pela concepção destes economistas. Por ora, não entraremos nos detalhes das contribuições destes autores, por mantermos firmes no intuito de descrever a evolução e consolidação da concepção abstrata-dedutiva como método para apreensão do objeto da economia. Todavia, vale lembrar, que a oposição realizada pela Escola Histórica permaneceu viva até meados do século XX, sobretudo, com a emblemática disputa realizada na "Batalha dos Métodos" entre o historicista Smoller e o marginalista Menger. Retomemos suas concepções em momento oportuno.

1.1.3.2 Marginalismo e Neoclassicismo: ápice e hegemonia da concepção abstrata-dedutiva em economia

O balanço traçado até aqui nos apresenta de forma contrastantes os seguidores de Ricardo de um lado e os historicistas alemães de outro, de tal modo que a metodologia de investigação proposta por essas correntes inviabilizava o desenvolvimento da disciplina dado o impasse que esses dois polos opostos representavam para a definição de um caminho seguro para investigação científica. O panorama de crise só seria superado após a vitória epistemológica do programa neoclássico a partir da Revolução Marginalista na última metade do século XIX.

Este período de crise da teoria econômica pode ser interpretado como reflexo mais amplo das transformações sofridas no próprio sistema econômico capitalista. Esta menção é

importante por enfatizar a vinculação entre a realidade material e a produção do conhecimento subjacente ao campo econômico. Portanto, vale lembrar que o século XIX presencia o nascimento do positivismo em sua roupagem mais formal com os trabalhos de Comte na França, como também as contribuições do materialismo histórico desenvolvidas por Marx na Alemanha. Neste contexto, além das duas correntes mencionadas, surge uma abordagem alternativa, denominada como a "alternativa formal" com base, principalmente, nos trabalhos de Walras, cuja proposta tinha como intuito a construção de novos alicerces para uma teoria do valor, dos preços e da distribuição. (FONSECA, 1991)

Trata-se da Revolução Marginalista, que a partir de 1870 colocaria fim a crise da teoria acadêmica com o desenvolvimento independente dos trabalhos de Jevons, Menger, Wicksell e do já citado Walras. Estes autores construiriam uma visão sobre a ciência econômica que se consolidaria no paradigma neoclássico, sendo inclusive, a visão hegemônica de nossos dias atuais. Este movimento foi o responsável por uma reorientação total dos fundamentos da Economia Política até então, não se limitando às ressignificações apenas no campo teórico, mas sobretudo, nas novas considerações no campo metodológico e na própria definição do objeto a ser empreendido por essa ciência. Neste aspecto, para o que estamos chamando atenção, o caráter revolucionário consistia, principalmente, na ressignificação dos termos da teoria clássica do valor e na crítica metodológica que aproximaria o objeto da ciência econômica do campo das ciências exatas.[42]

[42] Embora consagrada pela historiografia como "Revolução" Marginalista, interpretações alternativas questionam o caráter revolucionário desta corrente, baseando na concepção de que o termo pressupõe a noção de ruptura e ideias radicais que tenham a capacidade de romper com as teorizações do passado. Estudos como o de Feijó (1998) apontam para a necessidade de reinterpretar a Revolução Marginalista, considerada prudente do ponto de vista didático do termo, mas problemática quando interpretada à luz de constatações históricas que aludem a originalidade dos termos desenvolvidos pela doutrina da utilidade marginal a estudos anteriores à "revolução; bem como o questionamento da ideia de homogeneidade teórica (tese da desomogenização) sobre as concepções de seus três cânones (Jevons, Walras e Menger, destacando, sobretudo, as filiações filosóficas variadas, a saber o utilitarismo na Inglaterra, a filosofia aristotélica na Áustria e a filosofia cartesiana na Suíça, responsáveis por importantes divergência teóricas, principalmente com relação às concepções de Menger); e por fim a base que estruturou a crítica dos marginalistas à escola clássica não representava elementos que deveriam ser incorporados por estes últimos a fim de sanar suas debilidades teóricas, mas se tratava de mundos diferentes que levantavam questões diferenciadas, não exigindo a necessidade de síntese entre essas escolas pelo fato de não haver problemas de continuidade (sistemas díspares não precisam ser logicamente integrados, e o maior exemplo é a própria divergência acerca da teoria do valor, onde adeptos à teoria clássica continuavam mantendo-se cativos nesta tradição). Em última instância, a corrente Marginalista pode ser considerada como mais uma entre outras alternativas pós crise epistemológica da ciência econômica no século XIX.

O aspecto fundamental da mudança residia no abandono da teorização feita pelos economistas políticos clássicos sobre a teoria do valor assentada no trabalho, substituindo-a pelo aspecto subjetivo do valor associado doravante à utilidade. Assumiam explicitamente a influência da filosofia utilitarista de Bentham e James Mill em favor de uma construção psicológica do valor relacionado à sua utilidade marginal em contraposição ao objetivismo da teoria do valor de troca, medida em termos de custo-trabalho. Em outras palavras, centravam a explicação dos fundamentos econômicos na atividade individual dos agentes econômicos, substituindo ainda a base da noção do valor por uma espécie de desejo abstrato representado na utilidade em contraponto à noção de trabalho abstrato da tradição Smith, Ricardo e Marx. Em outras palavras, reorientava-se o antigo objeto da Economia Política Clássica, assentado na produção material da vida, a saber, a produção e distribuição da riqueza (plano concreto), a favor de uma subjetivação da utilidade (plano abstrato).

O valor subjetivo da utilidade expressava-se na relação prazer-dor associado à demanda individual de um bem, ou seja, o cálculo dos indivíduos convictos de que certas vantagens são maiores ou iguais que outras, e estas podem ser comparadas pelo preço em que este indivíduo está disposto a pagar por aquele bem, ou a utilidade que teria obtido pelo gasto da mesma magnitude com outro bem. Desejavam a partir desta construção fornecer uma interpretação hedonista em que cada relação entre demanda, oferta e preço deriva de uma relação mais fundamental assentada no cálculo entre prazer, dor e os meios de se satisfazer as necessidades. Esta ideia é central à análise de Jevons e pode ser explicitada na seguinte passagem:

> "O prazer e o sofrimento são indiscutivelmente o objeto último do cálculo da Economia. Satisfazer ao máximo nossas necessidades com o mínimo de esforço – obter o máximo do desejável à custa do mínimo do indesejável –, ou em outras palavras, maximizar o prazer, é o problema da Economia." (JEVONS, 1996, p.69)

Em síntese, a nova definição da teoria do valor vincula o valor de troca com a utilidade, sendo dividida ainda em seu componente total (relacionado à gama de unidades de uma certa quantidade de bens) e seu componente marginal (refere à última unidade demandada). Neste sentido e mais importante, derivado desta nova concepção de valor, ressignifica-se também o próprio conceito de riqueza: esta deixa de ser constituído como objetos produzidos pelo trabalho, identificando-se a partir do marginalismo, como objetos úteis que estão distribuídos em quantidades limitadas. Em outras palavras, o problema da economia se deslocaria para o plano da

escassez.[43] Subjacente a esta problematização, definia-se que qualquer objeto (produzido ou não pelo trabalho dos homens) poderia ser englobado pelo conceito de riqueza, desde que respeitada a imposição da escassez, daí que a antiga nomenclatura "mercadoria" passaria a ser abordada como "bens".

Neste sentido e nas entrelinhas, os economistas que consolidaram o paradigma ortodoxo na ciência econômica trataram de retirar qualquer conteúdo social da dimensão da análise de sua disciplina. Para esses economistas, os bens perdem a significação de produtos específicos do trabalho para se apresentarem como coisas materiais que oferecem prazer e/ou previnem da dor, ou ainda, como coisas que só possuem valor enquanto atributo de utilidade para o desfruto individual, sem qualquer relação com o meio social em que este agente atomístico vive. Nas palavras de Walras: "Se o trigo e o dinheiro têm valor é porque são raros, isto é, úteis e limitados em quantidade, duas *circunstâncias naturais*." [44](WALRAS, 1996, p.49).

Essa concepção é central para a teoria marginalistas do preço. Esses economistas passaram a despender grandes esforços nessa agenda, sobretudo porque a ressignificação da teoria do valor lançaria luz para este aspecto, pois, para os marginalistas, o sistema de preços seria o responsável pela sinalização da escassez relativa de cada bem para os indivíduos, possibilitando que estes maximizem sua utilidade no plano individual e, por agregação, que essas escolhas individuais sejam responsáveis pela melhor mix de alocação dos recursos possível. Compreende-se o porquê a determinação dos preços passa a ser um dos elementos mais "caros" à teoria econômica.

Por outro lado, apresentando o valor a partir de sua dimensão psicológica, relacionada a utilidade proporcionada pelo consumo de determinado bem, os marginalistas teorizavam a partir de uma base equalizadora em que todos fatores de produção são postos em pé de igualdade, mitigando toda luta de classe na simples lógica, que em essência reflete suas visões sobre o amálgama social: um trabalhador realizará seu trabalho, enquanto o capitalista poupará os recursos frutos desta atividade. Esta relação será preservada até o ponto em que adicionalmente (análise na margem) um pequeno sacrifício passa a causar mais dor do que a potencial recompensa fruto do

[43] Definição, inclusive, ainda presente nas edições mais atuais dos manuais de introdução. Reconhecemos que a formalização desta concepção ganharia destaque somente em 1932 com os trabalhos de Lionel Robbins. Contudo a perspectiva já estava aberta desde os primeiros marginalistas, como apontamos.
[44] Grifos nossos.

consumo. Note, que esta forma de raciocinar reduz todos os agentes do sistema econômico a detentores de um capital que lhes é específico: o trabalhador detém o capital trabalho, o proprietário de terra detém o capital fundiário e os capitalistas possuem o capital propriamente dito, dirimindo assim a hierarquia existentes nas relações sociais do sistema capitalista ao considerar que, enquanto proprietários de capital, cada agente ao interagir no sistema econômico troca a parte que possui recebendo o rendimento associado a esta. Comentando este movimento, escreve Teixeira (2003, p.46): "(...) O conceito concreto de classe capitalista é substituído pelo conceito abstrato de ofertante, que inclui tanto o capitalista que oferta bens como o trabalhador que oferta mão-de-obra: todos são iguais, são indivíduos, agentes econômicos."

No agregado, esse naturalismo descrito na citação de Walras há pouco e nessas concepções que estamos chamando atenção até aqui, constitui outro pilar da construção ortodoxa, pois tomado em seu aspecto essencial por esta corrente, o homem maximizador do prazer será, sutilmente, deslocado do tempo histórico, fazendo com que propensão natural dos homens se metamorfoseiem nas leis universais do capitalismo, desaparecendo assim qualquer especificidade histórica contrária à lógica, agora, eternizada no mundo capitalista. [45]

Em conjunto, esses pontos basilares da construção da ortodoxia econômica nos fornecem elementos para interpretar o seu apelo ao subjetivismo e à abstração como parte de uma lógica maior de esvaziar o objeto da Economia Política dos temas que envolvem as relações entre os homens na dinâmica social, onde as desigualdades inexoravelmente apareceriam. No seu lugar, enfatizariam os princípios gerais e atemporais entre a relação dos homens não mais entre homens, mas agora, destes com a natureza, derivando desta lógica os problemas salutares da economia, como a maximização das utilidades; a alocação ótima dos recursos escassos, etc. Nas palavras de Mazzuchelli (2003, p.139), este processo de abstração cuidadosamente planejado trata-se: "(...)de uma abstração falsa, que não dá conta do que é característico, particular, da economia capitalista.". Ademais, considera ainda em sua interpretação o legado dos economistas da Revolução

[45] Concretamente, essa forma estratégica de encarar a história, lhe conferindo status natural, ajudava os adeptos de manutenção do status quo contra os anseios revolucionários dos socialistas, pois denunciavam qualquer proposta de reorganização do trabalho e propriedade, não pela alegação de irem na contramão dos interesses econômicos ou da justiça social, mas por serem escusos, dado que a proposta não passava de uma construção artificial que jamais poderia substituir as forças naturais da sociedade. Esse argumento pode ser levantado em vários momentos da história, sobretudo, nos momentos de crise. A lógica capitalista é eternizada nos constructos da ortodoxia econômica e gostaríamos de chamar atenção para esse modo de abordagem da história.

Marginalista a partir das ressignificações que estamos tratando aqui. Nesta passagem os define suas concepções assim:

> "Os atropelos dessa visão – que elimina explicitamente as determinações sociais e históricas do processo econômico – são notórios: o sujeito da atividade econômica é a satisfação, e não a valorização; o dinheiro é meio de circulação, e não início e fim de um processo expansivo; a troca é o veículo da maximização das utilidades individuais, e não o caminho necessário da maximização do valor; o capital são as coisas 'empregadas para facilitar a produção', e não o valor em busca da valorização; o trabalho é uma atividade com 'utilidade negativa' ou 'desutilidade', e não a base assalariada sobre a qual se erige o capital; o lucro, à maneira de Senior, é o prêmio pela abstinência, e não o resultado de uma relação social; a 'liberdade da troca' conduz à 'maximização da utilidade', e não à instabilidade, à crise ou à desigualdade; a superprodução só existe 'em alguns ramos em relação a outros', e nunca assume um caráter geral." (MAZZUCHELLI, 2003, p.140)

Portanto, por tudo que fora mencionado, o projeto dos economistas da Revolução Marginalistas retirava toda força e potencialidade da história, relegando-a como mecanismo de verificação e ilustração dos princípios e leis da ciência econômica, despida, portanto, de qualquer consideração de fonte do conhecimento e reflexão deste campo. Torna-se elementar, neste momento, o porquê do aprofundamento dos fundamentos subjetivos da ciência econômica e o respectivo caminho aberto para o alinhamento metodológico deste campo com as ciências exatas. Passando a considerar a natureza da ciência econômica e seus fenômenos independentes da vontade humana, escreve Jevons (1996) em famosa passagem:

> "A economia apresenta grande analogia com a ciência da mecânica estática e as leis da troca se assemelham às leis de equilíbrio de uma alavanca. A riqueza e o valor se explicam através do cálculo de montantes infinitamente pequenos de prazer e dor, da mesma forma que a teoria da estática apoia-se na igualdade de montantes infinitamente pequenos de energia." (JEVONS, 1996, p. 4)

Mesmo quando questionado sobre a complexidade de quantificação deste campo do conhecimento (como medir a utilidade?), o recurso à analogia dos exemplos com a física parecia abrir caminho para a teorização. A argumentação se baseava na constatação de que nesta ciência muitos progressos teóricos sobre, por exemplo, as correntes elétricas, foram feitos antes mesmo de se conseguir medir a tensão elétrica. Em verdade, a definição de seu método estava clara: "consiste em assumir certas condições simples das funções enquanto conformes com a experiência e então revelar, mediante a inferência simbólica, os resultados implícitos dessas condições." (JEVONS, 1996, p.13)

Portanto, bastava-se elencar alguns axiomas elementares como a consideração de que "um ganho maior é preferível a um menor", que "o trabalho prolongado se torna penoso", ou ainda, que "toda pessoa escolherá o maior bem aparente", para a partir destas constatações deduzir as leis

gerais de funcionamento da ciência econômica, tais como a lei de oferta, demanda e a lei do valor. A teoria econômica consistia em submeter esses princípios elementares ao cálculo diferencial, motor que conduziria às deduções. A crença na analogia com as ciências exatas chega ao extremo, definindo inclusive, o não alinhamento pleno dessas ciências em virtude somente das limitações tecnológicas para o tratamento adequado de dados estatísticos, por exemplo. Em um mundo ideal para esses economistas, ciência econômica é uma ciência matemática. Esta defesa passa a ser tão forte a ponto de associar, exclusivamente, o trabalho científico ao uso do instrumental matemático. [46]

No fundo, essa aproximação por analogia dos fundamentos econômicos com os da ciência exata, retoma a velha distinção entre economia como ciência e como arte, proposta desde os estudos precursores de Nassau Senior quase meio século antes. A face com garantia científica se valia do método matemático, visto que neste campo interferências ideológicas eram dirimidas em nome de um raciocínio neutro, objetivo e universal. Walras, o mais célebre dos marginalistas, tendo em vista essa pretensão, defende tal postura em seu livro "Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura" publicado em 1874, argumentando que o objeto da economia enquanto ciência, isto é, enquanto economia política pura, deve-se eximir de julgamentos de valor em nome da busca da verdade objetiva. Portanto, não fazia sentido teorizar em cima das questões levantadas pelo trabalho de Adam Smith, por exemplo, dado que a aconselhamento acerca da riqueza das nações extrapolava o objeto da economia política pura, evidenciando as crenças ideológicas deste autor. Este argumento fica claro com a analogia proposta por Walras na seguinte passagem:

> "Com efeito, o caráter da ciência propriamente dita é o completo desinteresse por qualquer consequência vantajosa ou prejudicial quando se dedica à busca da verdade pura. Assim, o geômetra, quando enuncia que o triângulo equilátero é ao mesmo tempo equiângulo, e o astrônomo, quando formula que os planetas se movem seguindo uma órbita elíptica da qual o Sol ocupa um dos focos, fazem ciência propriamente dita. É possível que a primeira dessas duas verdades, bem como as outras verdades da Geometria, conduza a resultados preciosos para a carpintaria, para o corte das pedras, para toda a arquitetura ou a construção das casas; é possível que a segunda, e todo o conjunto das verdades astronômicas, seja da maior utilidade à navegação; mas nem o carpinteiro, nem o pedreiro, nem o arquiteto, nem o navegador, nem mesmo os que fazem a teoria da carpintaria, do corte de pedras, da arquitetura e da navegação são sábios e fazem ciência, na acepção verdadeira dessas palavras." (WALRAS, 1996, p.30-31)

[46] Nas palavras de um eminente marginalista: "(...) Sustento que todos autores econômicos devem ser matemáticos na mesma medida em são científicos, porque tratam de quantidades econômicas, e as relações de tais quantidades e todas as quantidades e relações de quantidades estão dentro do objeto da Matemática. (...) Por isso o reconhecimento explícito do caráter matemático da ciência era uma condição quase necessária para qualquer progresso real da teoria [econômica]." (JEVONS, 1996, p.24)

É neste sentido que devemos interpretar a contribuição de Walras para a ciência econômica: a partir de sua teoria dos preços e suas determinações de equilíbrios em regime de concorrência peita, pois este fato, assim como a constatação de que "o valor das coisas tende a aumentar quando a quantidade procurada aumenta", ou "a taxa de juros cai em uma sociedade progressiva", e ainda "o imposto lançado sobre a renda fundiária fica inteiramente a cargo do proprietário das terras, sem afetar os preços dos gêneros" são fatos que expressam a verdade puramente científica, livre de qualquer aplicação prática (campo da economia enquanto arte) ou mesmo julgamento de valor (campo da economia enquanto ciência moral), e portanto, constatações que devem ocupar os estudos daqueles que querem fazer ciência pura.

Por estes compêndios, a ciência econômica deveria se ater aos fatos naturais e as forças neutras que as movem, por exemplo a constatação do equilíbrio dos mercados, e apreendê-los a partir do instrumental que não se contamine por desvios ideológicos, ou seja, por julgamentos de valor do sujeito que pretende apreender essa realidade constatada. Por tudo isso, justifica-se a assunção do método espelhado nas ciências exatas. Embora reconheça que existem fatos que dependam e constantemente são modificados a partir da ação dos homens, contudo, estes devem ser objeto não de análise da ciência pura, mas são campos para a reflexão da economia enquanto ciência moral e histórica (relação entre os homens), ou inclusive como arte, quando abrange a relação entre os homens e a natureza.

Mais uma vez, e agora sob aparência ainda mais formal nos termos de exposição, observamos o encaminhamento do nó górdio que se arrasta nas discussões metodológicas no campo da ciência econômica: o conflito epistemológico em torno do *modus operandi* de "fazer ciência". A solução de Walras consiste em compartimentalizar o objeto da ciência econômica em esferas do conhecimento, tais como a ciência pura, a arte e a moral, visto que assumem critérios de apreensão e objetivos diferentes, como respectivamente, a verdade objetiva, a utilidade e a justiça. Trazendo para termos mais atuais, as subdivisões podem ser classificadas em teoria econômica, política econômica e doutrina econômica, todas elas ligadas na ciência econômica como um todo. Solução menos estilizada, mas neste mesmo sentido, é compartilhada por Jevons, que chega inclusive a sugerir no prefácio da segunda edição de seu livro "A teoria da Economia Política", em 1879, a retirada do termo "Política" não só por ser mais conveniente e autossuficiente o termo "Economia",

mas por considerar obsoleto e problemática quando considerada em nome composto, tendo em vista uma definição de ciência que se pretende ser pura.[47]

Estariam assim lançadas as bases e as concepções mais elementares desta ciência que se consolidariam no paradigma neoclássico a partir dos trabalhos amplamente repercutidos de Marshall. Desde então a ciência econômica se constitui como um campo autônomo do conhecimento, possuindo objeto, método e leis próprias, independentes dos outros temas que viriam a compor posteriormente o campo das ciências sociais. Depois de Marshall veio Edgeworth, Pareto, Fisher, Robbins e cia. Temos consciência que a noção de paradigma neoclássico como uma estrutura monolítica e coesa esconde várias divergências importantes, o que faz com que alguns autores interpretem a longevidade do paradigma não como uma evolução progressiva que expressa uma continuidade teórica desde os primeiros economistas clássicos (do tipo "tudo estava nascendo progressivamente desde Smith"), mas sim como várias "revoluções dentro da revolução (marginalista)". (MIROWSKY, 1994). Entretanto, para nossos propósitos, deixaremos de lado digressões que aproximam às peculiaridades da teoria proposta por cada autor e chamaremos atenção para os elementos de convergência, uma espécie de núcleo comum característico desta corrente. Esta posição esboça as conexões do pensamento neoclássico com os trabalhos metodológico dos clássicos ao estilo da tradição Senior-Mill como também com os marginalistas, como buscamos evidenciar neste subitem.

Este tipo de encaminhamento das discussões metodológicas cristalizadas no paradigma neoclássico levantam o seguinte questionamento: a ciência econômica a partir de então definiu um caminho seguro de investigação no sentido de unificação do conhecimento científico, ou desviou-se dos problemas reais a partir de malabarismos lógico formais? (CORAZZA, 2003). Se temos em vista a proposta metodológica contida no trabalho clássico de Friedman (1953) e a atual aceitação deste método pela comunidade especializada, podemos reorganizar os questionamentos de Corazza (2003) compatibilizando-os: o contexto filosófico dos anos de 1930 representava a abertura de questionamentos positivistas à formalização "matemática sem números", clamando pela

[47] Subjacente a este velho projeto que cinde os campos positivos e normativos na ciência econômica está também, de maneira implícita, a noção de atribuir a este último um caráter negativo e não científico. Embora, tomando as contribuições de Walras, não fosse uma questão desconsiderar o teor científico da economia enquanto ciência moral e histórica, a consequente divisão do trabalho intelectual entre economista-profissional e economista-historiador expressa uma estratégia de legitimação da autoridade científica baseada no critério de supervalorização do lado positivo da economia, por se tratar de construções neutras, objetivas e longe de desvios morais e políticos, assim como atestam as experiências nas ciências exatas.

observação dos fenômenos empíricos. Influenciado por este contexto, a discussão metodológica na economia ganharia novos contornos através do empirismo de Hutchton, do operacionalismo de Samuelson e, principalmente, pelo instrumentalismo de Friedman. No agregado, tem-se uma teoria hegemônica unificada na concepção de Friedman, portanto, presenciamos a constituição de um caminho seguro de investigação capaz de muito das teorizações de fronteira do conhecimento na economia, ao mesmo tempo em que se ressignifica esse clamor realista contido na segunda inquietação de Corazza, no sentido de que a metodologia de Friedman de certa forma autoriza esses formalismos abstratos.

Em texto clássico escrito em 1953, Milton Friedman constrói as bases do instrumentalismo na ciência econômica ainda tão presente nas teorizações atuais. De certa forma seus constructos metodológicos resolveram uma série de críticas direcionadas à teoria neoclássica, por exemplo, no tocante ao irrealismo (generalização) de suas hipóteses, sobretudo por ressignificar os objetivos da ciência. No limite, considerava Friedman, uma teoria deveria ser construída tendo como exigências finais os critérios de previsão, deslocando a explicação para o segundo plano. Por isso a complacência com pressupostos e hipóteses irrealistas para construção de modelos/teoria, desde que mantido um alto grau de predição das mesmas. Em suas palavras, na famosa passagem: "O objetivo geral de uma ciência positiva [como a economia para esse autor] é o desenvolvimento de uma 'teoria' ou 'hipótese' que gere predições válidas e com significado (isto é, que não sejam truísmos) sobre fenômenos ainda não observados." (FRIEDMAN, 1981, p.43). Em síntese suas considerações podem ser resumidas na passagem:

> (...)o objetivo da ciência é dominar e controlar a natureza; a evidência empírica é o ponto de partida de toda elaboração teórica e a realidade objetiva, o ponto de chegada da investigação científica, ou seja, a validez de uma teoria depende de seus resultados práticos. Assim, a ciência se define como um instrumento teórico que objetiva solucionar problemas práticos, mais especificamente, explicar a realidade é prever seu comportamento, pois é a capacidade de prever de uma teoria que lhe confere validade científica. Dizendo de outra forma, uma teoria é válida, se é útil para prever, não importando se é verdadeira ou falsa. (CORAZZA, 2009, p.128)

Sem nos alongarmos mais, o fato é que gostaríamos de enfatizar, por fim, é que a história do pensamento coroa a vitória do programa de pesquisa neoclássico, preservando seu núcleo rígido até a atualidade, como percebemos a partir da discrição da atual crise da teoria econômica. Buscado as conexões evolutivas, mostramos quais inflexões históricas foram essenciais para chegarmos neste panorama atual, pois como admitido por Corazza (2009, p.128): "(...)Assim, vemos que, de Mill a Friedman, consolidou-se a visão positivista da ortodoxia

econômica até os dias atuais.". E completaríamos, visão esta que se expressa na profunda crise da teoria econômica atual.

1.1.4. A crise em nossos termos: a morte da história

> (...) reconstruir mundos é uma das tarefas essenciais do historiador, e ele não a empreende pelo estranho impulso de escarafunchar arquivos e farejar papel embolorado – mas para conversar com os mortos (...) Se rompermos todo contato com mundos perdidos, estaremos condenados a um presente bidimensional e limitado pelo tempo; achataremos nosso próprio mundo. (DARNTON, 1987 apud. LIMA, 1996, p.9)

No fundo, gostaríamos por ora de tecer algumas reflexões com o fito de se afastar de vez dos argumentos caricaturais e aproximarmos daquela definição mais essencial dos aspectos que estamos buscando evidenciar ao afirmar os elementos caracterizadores de uma crise teórica contida no paradigma neoclássico. Podemos elencar uma série de questões e perspectivas que explicam o processo de matematização/formalização, tomados por muitos como expressão da atual crise teórica da ciência econômica, como destacado em itens anteriores. Dentro desta perspectiva, este amplo processo, por exemplo, poderia ser compreendido à luz da análise histórica sobre os mecanismos de incorporação de matemáticos aos departamentos de economia, ou a partir de análises que interpretassem as motivações individuais que explicam o flerte de determinados cânones da economia com a matemática. (MANSOR, 2009). No entanto, estes caminhos abertos na literatura prendem-se nos aspectos mais efêmeros deste fenômeno.

Para nós, o fato é que algumas vertentes de historiadores do pensamento buscam abordar os processos de um modo geral a partir da compreensão dos movimentos mais amplos, evidenciando perspectivas interpretativas que pretendem capitanear o fluxo histórico e suas conexões, revelando assim os aspectos mais essenciais dos fenômenos analisados. Seguindo esses passos, somos levados, nesta problemática abordada, ao contato com uma literatura que evidencia os temas da filosofia da ciência, no sentido de compreender a formalização da economia como um processo de aproximação desta ciência à matriz maior de racionalidade científica, a saber, do positivismo filosófico. Neste sentido a própria teoria neoclássica, como já afirmamos

anteriormente, poderia ser interpretada como a aproximação deste ideal de racionalidade e, portanto, a crise de seu paradigma na verdade representa uma crise mais profunda deste projeto positivista transposto enquanto ideal de ciência para a economia.

Buscaremos enfatizar duas consequências deste movimento: i) os problemas epistemológicos de transposição de uma matriz fundada nas ciências naturais para a economia; e ii) as debilidades formativas das estruturas embebidas por essa visão de mundo neoclássica. Por fim, mostraremos como esses pontos podem ser conectar pela pretensão comum de ataque e marginalização da história.

Preliminarmente, dentro destes propósitos evidenciados, aproximemos de uma definição, para sermos extremamente concisos neste momento, do ideário positivista enquanto busca de construção de uma ciência afastada da metafísica, construída através de uma linguagem rigorosa e objetiva que apreenda os fatos empíricos e, portanto, uma ciência, em última instância, de caráter universal e a-histórica. A partir dessa caracterização, se olharmos de perto o desenvolvimento das ciências naturais, como a física e a matemática, observaremos uma correspondência entre a lógica interna inerente dessas ciências com os valores exaltados pela concepção positivista. Explicitamente, note como a matemática se encaixa em suas concepções na medida em que é a ciência mais afastada dos anseios ideológicos dos homens (como linguagem serve tanto para calcular o lucro de um monopólio como para mensurar o fenômeno da concentração de renda); lida com as quantidades (estatísticas) relacionadas aos fatos empíricos; e pode ser utilizada em termos de suas conclusões independentemente da localização no tempo e espaço de quem a usa. Seu culto pode agora ser reinterpretado dentro deste amplo processo. Portanto, neste momento, gostaríamos de chamar atenção para essa reinterpretação do referido processo de formalização na economia, que representa agora, a abertura desta dinâmica maior de concepção positivista da ciência como um valor a ser buscado pela economia.

Ganem (2003), atesta esta interpretação, indo inclusive mais longe, ao afirmar que a "teoria neoclássica, em seu momento inaugural [revolução marginalista], constitui a face econômica de uma racionalidade construída ao longo de três séculos de história da razão". (GANEM, 2003, p. 117). Defendendo a hipótese de que a ciência econômica é a mais perfeita obra da razão positiva no conjunto de todas as ciências sociais, a autora busca compreender a construção dos fundamentos da teoria neoclássica a partir de uma lógica maior de evolução que teve seus

primórdios na revolução científica com a definição de uma certa racionalidade. A partir deste escopo de análise, que compreende a ciência econômica "como um campo alargado do conhecimento em que a filosofia, as ciências físicas e sociais, a ética e a ideologia se interpenetram", faz-se necessário investigar a trajetória que coroa este tipo de razão positiva, base estrutural que emerge todo paradigma neoclássico.

O século XVI e XVII presenciam a partir dos estudos de Galileu, Newton, Bacon e Descartes uma revolução científica fruto da superação das explicações teológicas do mundo em prol da definição dos pressupostos científicos e filosóficos da ciência moderna.[48] Esta transição reflete uma ressignificação da relação entre o sujeito (homem) e o objeto (mundo), antes assentada na concepção de um objeto exterior aos sujeitos, mas agora redefinido a partir da assunção de um sujeito como centro do universo, capaz de apreender e transformar este mundo antes mistificado pelas explicações divinas. A ciência se afirmará, portanto, como o novo *locus* da verdade e a racionalidade científica expressará o método de investigação desta realidade. O que fornece liga nestas concepções é a definição de um padrão de cientificidade embasado nas ciências físicas e naturais, derivando assim a hipótese mecanicista da natureza, do homem e do conhecimento, tão valiosa para a construção dos fundamentos da teoria neoclássica. Comentando sobre este aspecto, escreve Ganem:

> "Esta hipótese compreende a natureza como um *automaton*, uma máquina cujos elementos obedecem a regularidades de fundamento. Associado a esta compreensão está o atomismo, que define os elementos do mundo como partículas isoladas, pontos dotados de massa e que se movem segundo leis fixas. Este movimento causal e previsível é determinístico por excelência, e está assentado no rigor científico ditado pela lógica matemática. Subjacente a esta compreensão de natureza, tem-se a ideia de um saber objetivo, ascético, livre de valores e atemporal." (GANEM, 2003, p.120)

Foi o filósofo Kant que estendeu essa possibilidade de racionalidade científica das ciências naturais para as ciências da sociedade. Neste sentido, no alvorecer do século XVIII nascem as disciplinas do campo da ciência social embebidas na mesma hipótese mecanicista da ordem da natureza. A revolução marginalista no século XIX expressa esta perspectiva, sobretudo, em seu

[48] Sobre a contribuição para a definição da racionalidade científica, escreve Ganem (2003): "De Galileu a Newton, tem-se a estrutura atômica, causal e determinística da física clássica. De Bacon, não apenas o legado empírico, mas a perspectiva útil e funcional da ciência fornecendo sentido prático aos modelos determinísticos. E, finalmente, do mestre da razão moderna, Descartes, extraímos não apenas a herança racionalista dos modelos a priori, mas fundamentalmente a conclusão lógica ditada pelo rigor da matemática." (GANEM, 2003, p. 123)

conteúdo preciso, rigoroso e matemático do cálculo maximizador dos agentes racionais, como bem mostrado anteriormente, sobretudo a partir das concepções de Jevons.

A trajetória completaria seu ciclo e atingiria seu auge com o nascimento e consolidação do positivismo no século XIX a partir da dogmatização da razão positiva formal como padrão científico das ciências sociais, e é neste momento que o que estamos chamando atenção aqui neste subitem se liga nas concepções da autora. Seguindo Ganem (2003), os critérios de cientificidade seriam definidos pelas certezas empíricas e metódicas, como também pela utilidade funcional da ciência. O dogma diz respeito a uma dupla redução: "a redução da teoria da teoria do conhecimento a teoria da ciência, e a redução da teoria da ciência ao método positivista." (ibidem. P. 126). No fundo, esta concepção revela uma objetividade científica em que outras esferas do conhecimento são renegadas frente à possibilidade de conhecer o positivo, o útil e o preciso. Trata-se, em resumo, de substituir o "porquê" pelo "como" em nome da vitória da racionalidade objetiva: do cientificismo positivista.

Note, que muito dos pressupostos da teoria neoclássica derivam desta trajetória que consolida a razão positiva como *locus* da ciência. O cálculo maximizador da utilidade, apresentado nos termos dos marginalistas, concilia a ética egoísta dos agentes isolados (atomismo) com o altruísmo resultante dessas ações (equilíbrio e bem-estar social). Absorvem as deduções dos desvios ideológicos, em nome dessa lógica matemática que esvazia a especificidade histórica destes homens. Tem-se assim a construção de um saber neutro, objetivo e determinístico, unificado no critério matemático de racionalidade científica, tão expresso nos trabalhos de Walras e sua preocupação com a teorização do campo da economia enquanto ciência pura, ou seja, aquela velha concepção de economia "separada da arte, associada à física, distante da normatividade e, portanto, da política e dos valores, [que] só poderia se traduzir em ciência 'positiva'." (GANEM, 2003, p. 129)

Neste sentido, se dermos um passo para trás, a matematização em si não representa o núcleo do problema, mas como bem indica Teixeira (2003), este ponto na etapa do processo global é precedido por um movimento anterior e essencial de abstração da própria teoria, tornando seus conceitos abstratos não pelo recurso metodológico do tipo "hipóteses simplificadoras", mas sim no sentido exaurir a historicidade dos mesmos, adotando a abstração como elemento epistemológico, ou seja, como a própria origem do conhecimento. Assim, a abstração é admitida na teoria

neoclássica, emprestada de sua concepção filosófica positivista da ciência, como "(...)processo subjetivo de classificação, definição de conceitos, e assim já separa de antemão sujeito e objeto, teoria e realidade, e abstração torna-se sinônimo de fuga de realidade – abrindo espaço para o instrumentalismo." (TEIXEIRA, 2003, p.6). Assim, deslocando a sua crítica daquela literatura presa à problematização quanto ao irrealismo dos pressupostos da teoria neoclássica, clareia o autor: "Ela [sua crítica] diz respeito à própria simplificação das relações sociais e a produção de conceitos puramente abstratos, absolutamente genéricos e fora de seu contexto social ou institucional, que são incorporadas em equações matemáticas no modelo." (idem, p.8).

Portanto, por todas essas aproximações, chegamos ao ponto de convergência deste processo incorporado pelo paradigma neoclássico de afirmação do ideal de racionalidade positivista na ciência econômica, que para nossa interpretação, caracteriza o processo atual de crise da teoria econômica; e esta síntese que estamos chamando atenção representa o movimento de eliminação do conteúdo histórico (epistemológico e disciplinar) da ciência econômica. Tal afirmação pode ser compreendida e mediada em muitas frentes, entretanto, buscaremos enfatizar dois aspectos que caracterizam as consequências e, ao mesmo tempo, as fragilidades deste movimento realizado pelo paradigma neoclássico.

O primeiro ponto diz respeito às contradições inerentes ao projeto neoclássico de transposição de uma epistemologia inspirada na física clássica à uma ciência social, como a economia. Hagge (1987, p.125), enfatiza este aspecto mostrando como as contribuições de Newton e Leibniz exerceram influência desde muito cedo nas concepções do campo da ciência econômica, instaurando uma espécie de "paradigma metodológico" capaz de alçar a economia política clássica agora ao status de um "saber científico", logo, a um saber positivo. Segundo o autor, é neste sentido que devemos interpretar uma das cláusulas pétreas desta ciência que nascia, como a afirmação de uma das "leis" econômicas tão repercutidas ainda hoje, como a de: "(...) um mercado livre, através de leis endógenas, tende sempre a um ponto de equilíbrio que maximiza o bem-estar social". Nota-se como os princípios da mecânica do equilíbrio e o princípio geométrico desses clássicos da física ainda se fazem presentes em nosso campo.

Por outro lado, na exata medida em que alcançou o prestígio do campo das ciências positivas, a economia passou a dedicar seus esforços exatamente na descoberta de suas leis, ao exemplo do que acontecia com a sua matriz de racionalidade. Contudo, por princípio, as

descobertas das leis físicas representam categorias atemporais, ou seja, como lembra Hagge (1987, p.125), as equações que definem o movimento da terra em torno do sol são as mesmas desde os tempos de Galileu! Imersa nesta matriz epistemológica, a economia política na medida em que se aproximava cada vez mais deste ideal positivista de ciência, afirmando suas leis ao espelho da física, deixava em segundo plano a dimensão temporal de seus fundamentos, renegando, portanto, a história daqueles circuitos caracterizados por fazerem parte do rol do conhecimento científico legítimo. O ápice deste processo é atingido com a hegemonização desta racionalidade na ciência econômica com a consolidação do paradigma neoclássico e a incorporação de duas características, que no limite, representam a "morte" da história, a saber: "1) o tempo é uma variável meramente lógica; e 2) o espaço histórico é homogêneo em função do tempo." (idem.).

É claro que a ortodoxia neoclássica desde o auge desse processo passou por severas críticas quanto ao apego dos cânones clássicos da física, por exemplo. No entanto, em outros momentos, outras vertentes teóricas foram revividas como o paradigma heinsenbergiano, mantendo o que para nós é essencial: a incompatibilidade com o necessário tratamento do tempo, não enquanto uma variável apenas de conteúdo cronológico, mas a partir de uma concepção humanística de tempo histórico, que dê conta da complexidade do objeto desta ciência. Comentando sobre essa interpretação sobre o tempo histórico, admite Hagge (1987):

> Ora, a percepção se transforma em fato na medida em que nela se acredita. Assim sendo, o universo das decisões econômicas se constrói sobre crenças do que se foi, do que parece estar sendo e do que provavelmente será. Contudo, esses três estados não constituem realidades objetivas, mas avaliações coloidais baseado em esperanças, ideias, cálculos (corretos ou não), etc. (...) o resultado não é apenas a incerteza; é a própria impossibilidade de se prever rigorosamente o futuro (...) a conclusão a que chegamos é apenas uma: não existe, entre os métodos físicos conhecidos nenhum que corresponda às características epistêmicas da Economia Política. (HAGGE, 1987, p.130)

Seria por isso que os economistas participantes deste paradigma não previram a crise de 2008? O fato é que ao excluir o tempo e a incerteza, os neoclássicos acabam expulsando a própria história da ciência econômica, sobretudo se nos atentarmos também para a concepção por trás das estruturas formativas no ensino dessa ciência. E assim chegamos no segundo aspecto que gostaríamos de tratar: as debilidades formativas das estruturas embebidas por essa visão de mundo neoclássica.

Muito relacionado com este primeiro aspecto que abordamos, este segundo ponto problematiza o espaço destinado às disciplinas de formação histórica no ensino dos economistas através das estruturas, cuja reprodução da hegemonia neoclássica é a norma na imensa maioria dos

cursos de graduação e pós-graduação no mundo. A negação da história nas estruturas curriculares é legitimada pela "visão cumulativa" da ciência concebida nos constructos do positivismo lógico a partir dos anos de 1920. O termo é citado em Roncaglia (2005), que atentamente observa as semelhanças fornecidas pela versão positivista da chamada "visão recebida", onde interpretava-se o desenvolvimento científico como um caminho marcado pelo progresso linear rumo a mais perfeita construção analítica. Assim, definido os critérios objetivos para o julgamento das conjecturas fornecidas pelas experiências empíricas, a ciência progrediria eliminando as conjecturas analíticas e sintéticas contraditados pelos testes e resultados empíricos ou pelas inconsistências lógicas, ambas julgadas por esses critérios objetivos definidos pelos cânones positivistas. No fim, têm-se uma teoria, econômica no caso, que representa o acumulo progressivo dos esforços do passado, uma espécie de bola de neve que desce o penhasco incrementando-se cada vez mais para ficarmos na analogia escrita por Screpanti (1997).

Esta concepção, definida na tipologia de Arida (1996, p.14) como modelo "*Hard Science*", assenta-se na ideia de fronteira do conhecimento, noção muito utilizada e transmitida nos constructos das ciências exatas, em que, por exemplo: "(...) O físico em processo de aprendizado não precisa aprender a história da física; basta-se aprender o atual estado da disciplina para contribuir efetivamente ao conhecimento (...) o passado não desempenha nenhum papel.". Basta o atual estágio da disciplina, pois subentende-se que todas as contribuições, passadas pelo crivo de demarcação positivistas, já estão necessariamente incorporadas nos modelos da atualidade, que apenas são atuais visto que acumularam conhecimento do passado chegando ao estado da teoria no presente.

Três consequências extremamente danosas para formação dos economistas nestas estruturas embebidas pela visão neoclássica da economia enquanto *Hard Science* podem ser listadas: i) a marginalização da história, na medida em que subjacente à noção de fronteira tem-se a ideia de que conhecer o passado de um modo geral não altera a capacidade de avanço das teorias, motor inexorável da ciência, portanto, justifica-se o caráter eletivo das disciplinas de conteúdo histórico, quando não o próprio silenciamento, dado que os custos de oportunidade e o incentivo ao antiquarismo tão nocivos ao progresso científico; ii) quando aceita, tem-se uma concepção de história como a história dos vencedores e do progresso científico, atestado pelo método de abordagem dos trabalhos mais disseminados no campo da HPE, como veremos adiante, por exemplo; e iii) a imposição do manual enquanto método pedagógico para a transmissão do

conhecimento que possibilita conduzir os principiantes para a fronteira do conhecimento atestada pelas estruturas hegemônicas.

No agregado tem-se uma estrutura que reproduz o que Boulding definiu, ainda em 1971, como "*idiots savant*" [49], ou afirmações parecidas com os conselhos de Hahn (1992), como as palavras de Gordon (1965): "economic theory (...) finds no necessity for including its history as a part of professional training" (GORDON, 1965 apud. RONCAGLIA, 2005, p.3).

Por fim, a partir das longas digressões trazidas até aqui, admitimos agora que o divórcio reinante na atualidade entre o mundo da teoria neoclássica e o mundo dos homens, causador da crise de seu paradigma em seus termos mais elementares, representa na verdade a crise maior de um projeto positivista de ideal de ciência, pois a teoria neoclássica sendo a expressão deste movimento no campo da economia, no fundo, buscou construir seu paradigma isolado das demais ciências sociais relegando a história, a cultura, as instituições etc. às "notas de rodapé" deste processo de formalização, que na verdade é um dentre os amplos aspectos de ataque à história.

No agregado, tem-se a admissão da teoria econômica como o estudo dos fenômenos naturais e universais, independente do desenvolvimento cultural, social e histórico de seu objeto de análise, agora abstraído na construção de seus modelos. Portanto, em última instância, a crise se define e se expressa nesta **pretensa universalidade da teoria econômica neoclássica**, em que o particular, o específico e o nacional são expurgados em nome do selo cientificista definido pelas estruturas hegemônicas.

Crise, para nossos termos, é a morte da História (com H maiúsculo); é a negação da potencial construção de uma HPE nacional!

1.2 O DEBATE ASCENDIDO NO CAMPO DA FILOSOFIA DA CIÊNCIA

> Verdade, pensamento, procedimentos especiais para conhecer fatos, relação entre teoria e prática, correção e acúmulo de saberes: tudo isso não é ciência, são questões filosóficas. O cientista parte delas como questões já respondidas, mas é a Filosofia quem as formula

[49] Citado em Blaug (2001), escreve Boulding: "(...) desenvolvimento de técnicos lisos que sabem como usar computadores, correr maciças correlações e regressões, mas Que não sabem realmente qual lado do pão de alguém é amanteigado, que são incrivelmente ignorantes das instituições econômicas, que não têm nenhum sentido em todo o sangue, suor e lágrimas que têm ido para a tomada de economia e muito pouco sentido de qualquer realidade que Está além de seus dados.". (BOULDING, 1971 apud. BLAUG, 2001, p.16)

> e busca respostas para elas. Assim, o trabalho das ciências pressupõe, como condição, o trabalho da Filosofia, mesmo que o cientista não seja filósofo. (CHAUÍ, 2000, p.11)

A oportunidade de abordarmos temas da filosofia de um modo geral nos coloca em uma posição inquietante. Primeiramente, o vislumbre com esta temática é quase inevitável, seja pelo reconhecimento da enorme importância, pertinência e profundidade de seus estudos, ou pelo "choque" que seus temas causam em economistas formados ao estilo *mainstream* de pensamento cartesiano. Neste sentido, de antemão ressaltamos que a limitação formativa e espacial nos impõe o contato com "textos síntese" consolidados na literatura, bem como o tratamento mais superficial de muitos pontos levantados pelos seus debates.

Afinal, por que abordar temas da filosofia da ciência? Em nosso caso, entramos nessas discussões por duas vias.

Primeiramente, estamos cientes de que muitos aspectos levantados no subitem anterior carecem de qualificações, por algumas vezes adiantadas em nota de rodapé. "Crise", "revoluções", "paradigmas", "núcleo duro do programa", "método apreensão", "positivismo" etc. são temas complexos e foram amplamente discutidos nos círculos de filósofos da ciência. Portanto, neste momento, abordá-los sob sua perspectiva faz-se necessário para maior compreensão dos elementos causadores da atual crise na teoria econômica.

Por outro lado, e mais importante, consideramos que a retomada dos estudos no campo da HPE a partir dos anos 1970 muito se justifica pelo desenvolvimento desta agenda de pesquisa que tratou de discutir os aspectos fundantes da ciência de um modo geral. Embora inicialmente preocupados com os elementos e estruturas das ciências naturais, é fato notório que os desdobramentos dos estudos da filosofia da ciência tiveram ampla repercussão no campo da ciência social, principalmente na ciência econômica, abrindo inúmeras perspectivas para a metodologia econômica como também para a construção de abordagens no campo da HPE. Diversas abordagens na historiografia do pensamento econômico tiraram proveito do contato com esses temas da filosofia da ciência, seja reproduzindo em alguns casos esses debates à título de introdução de suas obras; seja assumindo explicitamente filiações teóricas; ou até mesmo nas entrelinhas de suas narrativas.

Filosofia da ciência e história da ciência (HPE para nossos fins) se ligam por muitos aspectos, pois como já asseverava Kant: "a filosofia da ciência sem a história da ciência é vazia. A

história da ciência sem a filosofia da ciência é cega.". Portanto, abordar suas conexões enriquece bastante e ajuda a clarear nosso propósito.

1.2.1 O projeto positivista da ciência

Paralelo a toda essa discussão trazida até aqui, apresentamos o que para nós constitui o segundo pilar fundamental para a contribuição da retomada dos estudos sobre metodologia e HPE: o aparecimento de controvérsias, a partir do final dos anos de 1960, no campo da filosofia da ciência que foram responsáveis pelo questionamento da hegemonia positivista. Essas teorizações procuravam romper o consenso em torno dos ideais positivistas de ciência reinante desde meados do século XIX e consolidado na prática científica a partir do positivismo lógico construído pelo Círculo de Viena [50] nos anos de 1920. Muito já fora comentado na literatura sobre os elementos fundantes desta concepção positivista da ciência, por ora, para os termos deste trabalho, caracterizaremos as premissas positivistas a partir da síntese realizada em Löwy (2013, p.54), que assim descreve, de um modo geral, as premissas positivista: "1) a sociedade é regida por leis naturais (independente das vontades humanas); 2) a sociedade, portanto, pode ser estudada pelos mesmos métodos da ciência da natureza [monismo metodológico]; 3) essas ciências (sociedade e natureza) devem se limitar a observação e explicação dos fenômenos de forma objetiva, neutra e livre de ideologias."

Por trás dessas três premissas sínteses, que refletem a influência do idealismo kantiano como também de um certo empirismo clássico ao estilo de Bacon (TEIXEIRA, 2003), esta corrente filosófica tinha como principal objetivo demarcar o campo científico tendo em vista a expurgação de conteúdos metafísicos, que embora não fossem considerados falsos, apresentavam-se como "não ciência" na medida em que seriam desprovidos de significado cognitivo, em outras palavras, uma atualização daquele antigo movimento de libertação do mundo das explicações religiosas e metafísicas, presente desde os primórdios positivistas (Auguste Comte) e agora reafirmado em suas

[50] "Formado no início da década de 20 por um grupo de pensadores, como reação à filosofia idealista e especulativa que, como acreditavam seus membros (Philipp Frank, Otto Neurath, Hans Hahn, Moritz Schilick e Rudolf Carnap, Hans Reichenbach), era praticada nos centros de estudos da Alemanha naquela época, o Círculo de Viena (Wiener Kreis) teve como principais influências as ideias dos positivistas Ernst Mach e Auguste Comte, a lógica de Russell, Whitehead, Peano e Frege, bem como os novos paradigmas da física contemporânea, especialmente as descobertas de Einstein. A leitura do Tractatus Logico-Phylosophicus de Wittgenstein permitiu ao grupo elevar ao máximo o alcance filosófico de uma nova lógica, possibilitando, assim, incorporá-la a uma interpretação empírica dos fundamentos do conhecimento." (PINTO, 2007, p.14)

expressões mais recentes do positivismo lógico. Por outro lado, o que também fornecia liga aos seus participantes seria a constatação de uma estratégia positivista ao buscar definir os contornos da ciência tendo em vista os predicados da universalidade e a-historicidade [51]. Tendo em vista essas nuanças que abordaremos as contribuições de Popper dentro desta lógica maior de ideal positivista de ciência, ainda que o mesmo se apresente como alternativa ao positivismo praticado pelo Círculo de Viena.

De volta à compreensão deste objetivo maior, o projeto lógico-positivista reconhecia preposições de três tipos: as analíticas, as sintéticas e as metafísicas. As primeiras se diferenciariam desta última por serem possuidoras de conteúdo cognitivo e seriam representadas por asserções tautológicas, como a preposição analítica do tipo "todos homens solteiros são homens não casados", ou ainda por asserções que possam ser verificadas empiricamente, tais como a preposição sintética "o homem está solteiro". Diferentemente seriam caracterizadas as preposições metafísicas, que por estarem carregadas de um componente não verificável empiricamente, como por exemplo a asserção "os homens são melhores quando estão solteiros", evidencia um aspecto normativo, por conseguinte, não fornece uma explicação lógica acerca do mundo, se afastando, portanto, das cláusulas pétreas da ciência em seus termos. Destarte, dentro deste critério de cientificidade, somente preposições analíticas e sintéticas deveriam ser analisadas pela ciência. (CAVALCANTE, 2007)

Do ponto de vista do método científico, os filósofos do Círculo de Viena entendiam que o objeto da ciência, portanto, é composto por elementos empíricos, apreendidos pela experiência sensível e tratados a partir do recurso da análise lógica. Este proceder, conhecido na história como "visão adquirida das teorias", indicava que as investigações deveriam se valer de uma visão indutiva da ciência, ou seja, citando as palavras de Blaug (1999):

> "(...) as investigações científicas começam com a observação livre e sem preconceitos dos fatos, prosseguem por meio da inferência indutiva em direção à formulação de leis universais sobre esses fatos e chegam finalmente, por meio de indução mais ampla, a enunciados de generalidade ainda maior conhecidos por teorias; tanto as leis como as teorias

[51] Este aspecto é abordado em Chalmers (1994), em que o autor afirma: "A caracterização geral da ciência buscada pelos filósofos [positivistas] a que me referi pretendia ser universal e a-histórica. Universal, no sentido de que tencionava que fosse igualmente aplicada a todas as teses científicas. Os positivistas buscavam, por exemplo, uma 'teoria unificada da ciência' que pudessem empregar para a defesa da física e da psicologia behaviorista e para criticar com severidade a religião e a metafísica. A explicação que se buscava para a ciência seria a-histórica no sentido de que deveria aplicar-se tanto às teorias passadas como às contemporâneas e às futuras." (CHALMERS, 1994, p.15). Podemos neste momento melhor compreender a crítica que propomos anteriormente à pretensão universalista e sua filiação positivista da teoria neoclássica.

> são finalmente examinadas para que se possa aferir seus conteúdos de verdade, por meio de comparação de suas consequências empíricas com todos fatos observados, inclusive aqueles com os quais elas iniciaram." (BLAUG, 1999, p. 38)

Assim, fechavam-se os três principais pilares deste programa, sintetizados por Pinto (2007) da seguinte maneira:

> "1.A ciência deve poder ser unificada na sua linguagem e nos fatos que a fundamentam, bem como todo conhecimento científico vem da experiência e do caráter tautológico do pensamento; 2. A filosofia, quer seja ou não considerada como uma verdadeira ciência, se reduz a uma elucidação das proposições científicas e estas se referem direta ou indiretamente à experiência. A ciência tem por tarefa verificar tais proposições (...); 3. O sucesso de tal filosofia porá fim à metafísica, pois não será mais necessário tratar 'questões filosóficas', já que toda questão será tratada, agora, em uma linguagem provida de sentido." (PINTO, 2007, p.15)

Contudo, limitações de duas ordens começavam a questionar a hegemonia deste projeto lógico-positivista. A primeira se referia ao critério utilizado para a demarcação do campo de estudo científico, a saber, o teste de verificação empírica das asserções sobre o mundo, entendido como mecanismo capaz de selecionar os conteúdos com substância cognitiva das outras preposições metafísicas. Não obstante, este critério poderia exigir uma quantidade infinita de testes dependendo da natureza do objeto a ser comprovado, como por exemplo, a afirmação "todo corvo é negro" apoia-se em um grande número de evidências empíricas, estabelecendo esta proposição geral, que servirá de base para indução de uma teoria científica (considerada inclusive como expressão de um sistema lógico destas preposições gerais), até que novos testes empíricos contraditem a asserção inicial. Em resumo, não é possível ratificar conclusivamente uma proposição científica dado a limitação dos testes finitos, ou seja, nos termos do exemplo, não se pode verificar empiricamente todos os corvos do mundo.

Por outro lado, teorizar pressupõe a utilização de conceitos em sua estrutura interna que em essência são não verificáveis empiricamente, sendo classificados, dentro da lógica do projeto, como asserções metafísicas (portanto, não científicas). Somadas essas contradições (interna e externa), clamava-se por uma solução que conciliasse essa tradição filosófica com a prática efetiva dos cientistas e é neste contexto que surge a proposta de formalização do modelo hipotético-dedutivo por Hampel e Oppenheim em estudo publicado em 1965.

Os autores argumentavam que todas explicações científicas partilhavam de uma estrutura lógica comum, composta de uma lei universal aliada a uma declaração sobre as condições iniciais e/ou seus limites, formando os *explans* ou premissas sob as quais deduziriam, sob ajuda das regras dedutivas, os *explanadum,* ou seja, um enunciado sobre algum evento que estejamos

buscando. Estes podem, por fim, serem classificados por sua natureza determinística em que o *explanadum* sempre deriva do *explan,* ou probabilística onde existe uma probabilidade de associação do *explanadum* ao *explan*. (CAVALCANTE, 2007).

Tratava-se, em suma, de um raciocínio lógico que se fundamenta naquilo que os filósofos caracterizavam como silogismo hipotético, visto que se afirma o consequente pelo antecedente (se A é verdade, temos B também verdadeiro; A é verdade, portanto, B também o será), mantendo, inclusive, esta estrutura lógica não apenas para estas operações explicativas, mas também para as operações de previsão, que nada mais eram para eles do que inferências lógicas que vinham antes dos eventos, sendo usada assim para verificar se de fato a lei universal se mantém. Neste sentido, diferindo apenas da operação explicativa com base no momento de realização do evento (previsão se faz antes e explicação depois do evento), os autores do modelo hipotético-dedutivo consolidaram uma noção de que existe uma simetria lógica (tese da simetria) entre a natureza da previsão e explicação, sendo esta última, portanto, uma espécie de operação de previsão escrita ao contrário. Por isto a denominação dos críticos deste modelo, como o modelo de explicação científica baseado na lei, porque reduz toda a regra lógica de inferência à dedução. Este raciocínio é fundamental para entendermos a metodologia que embasou os estudos dos economistas de orientação neoclássica e a crise paradigmática que este programa sofre atualmente (como mostrado no subitem 1.1).

Um dos primeiros críticos desta concepção foi o filósofo alemão Karl Popper, que partindo da crítica ao princípio da verificação empírica do significado, consolidado pelo Círculo de Viena, construiria novos alicerces para a demarcação das teorias científicas. Tomando para si os mesmos questionamentos de Hume, Popper denunciaria a falácia lógica da visão indutiva da ciência, visto que não há garantias que as experiências ocorridas repetidamente no passado persistam no futuro. Assim a afirmação da premissa o "sol nasce toda manhã", baseada nas observações empíricas do passado, não pode implicar necessariamente em conclusões verdadeiras por meio de uma dedução logicamente conclusiva, pois existe uma assimetria fundamental entre indução e dedução.

Conhecido como "problema da indução" esta assimetria pode ser considerada uma falácia lógica, pois a conclusão não deve seguir necessariamente as premissas, embora o contrário seja sempre logicamente verdadeiro. Blaug (1999) ilustra esta afirmação na seguinte consideração:

“se Blaug é um filósofo qualificado, ele sabe usar corretamente as regras da lógica; Blaug sabe usar corretamente as regras da lógica; portanto, Blaug é um filósofo qualificado (aliás, ele não é).” Porém “(...)se Blaug não conseguir usar corretamente as regras da lógica, estaremos logicamente justificados, ao concluir que ele não é um filósofo qualificado” (BLAUG, 1999, p.51).

Em outras palavras, nenhum enunciado universal pode ser derivado de afirmações singulares, porém pode-se contradizer qualquer enunciado universal através de um enunciado particular: “(...)por mais que se observe os cisnes brancos, não se pode inferir que todos cisnes são brancos, porém a observação de um cisne negro é suficiente para refutar aquela conclusão.” (BLAUG, 1999, p.50). Desta forma, estaria lançado a defesa do “falsificacionismo” como metodologia para demarcar o campo científico, visto que não se demonstra que qualquer coisa é verdadeira, embora possamos identificar que algumas coisas são materialmente falsas, e neste sentido, para Popper “a ciência é aquele corpo de proposições sintéticas sobre o mundo real que pode, pelo menos em princípio, ser falseada mediante observações empíricas.” (idem.). Conhecido na lógica como *modus tollens*, este critério de demarcação de Popper é sintetizado em Teixeira (2003) e sua reprodução é oportuna neste momento:

> Por meio do *modus tollens* mostra-se portanto que o salto indutivo não tem sustentação lógica. Assim, se um enunciado foi refutado pela experiência empírica (a negação do consequente), ele será considerado falso. Mas se ele foi comprovado (a afirmação do consequente), não há sustentação lógica em dizer que ele é ‘verdadeiro’, mas apenas que foi corroborado pelas evidências até então disponíveis, o que é uma maneira mais simpática de dizer que não foi refutado. Assim, contrariamente ao que defendiam os autores do Círculo de Viena, não há uma lógica de verificação, mas há, o que defende Popper, uma lógica do falseamento. (TEIXEIRA, 2003, p.22)

A partir destas constatações, o progresso da ciência era admitido para Popper na medida em que este critério de demarcação fosse contrastado com a história da evolução das teorias científicas. Em sua dinâmica, a atividade científica começa com um rol de problemas levantados pelos cientistas associados à tentativa de explicação de algum aspecto do mundo. Em sequência, admite-se certas hipóteses falsificáveis para a solução do problema em questão, empreendendo-as ao crivo da crítica e dos testes. Uma gama de conjecturas serão descartas neste ínterim e outras se mostrarão bem-sucedidas, levadas, inclusive a novos testes ainda mais rigorosos, até que se cristalize uma explicação consensual. Eventualmente, se esta hipótese vier a ser falsificada no futuro por outra evidência, distante do consenso antigo, um novo problema emergirá, exigindo a invenção de novas hipóteses, onde, destarte, serão seguidas de críticas e testes renovados. Assim o processo continua repetidamente.

Portanto, seguindo Popper, nunca a comunidade científica pode taxar determinada teoria como verdadeira *ad infinitum*, por mais que tenha passado por seguidos e rigorosos testes, mas a partir da noção de progresso da ciência, pode-se admitir que a teoria de explicação de um fenômeno corrente é superior a suas predecessoras no sentido de que ela foi capaz de superar os testes que falsificaram as explicações anteriores. Este aspecto, para muitos analistas, como lembra Teixeira (2003) afasta Popper do dogmatismo positivista, visto que a ciência nesses círculos é encarada como uma busca permanente pela verdade absoluta. Chalmers (1993) descreve a concepção falsificacionista de progresso da ciência a partir de uma inquietação exemplar: como os morcegos conseguem voar tão habilmente a noite a despeito de seus olhos pequenos e fracos? O problema que incitará os cientistas segundo um falsificacionista, se coloca como tal, não por uma associação à moda de um empirista ingênuo de uma observação direta, mas sim a partir do questionamento: os animais, assim como os humanos, "veem" com os olhos?

Descrevendo o processo, Chalmers indica que um falsificacionista levantando a hipótese elementar de que os morcegos enxergam analogamente como os homens, realizará um experimento para testar sua hipótese: soltará um morcego com olhos vendados em uma sala escura com obstáculos, esperando que o mesmo se choque nestes. Observa-se que o morcego evita colisões tão eficazmente como antes, ou seja, a hipótese inicial foi falsificada. Prosseguindo em termos da dinâmica de progresso popperiano, escreve Chalmers:

> "Há necessidade agora de um renovado uso da imaginação, uma nova conjectura, hipótese ou palpite. Talvez um cientista sugerirá que de alguma forma as orelhas do morcego estão envolvidas em sua habilidade de evitar obstáculos. A hipótese pode ser testada, numa tentativa de falsificá-la, tapando-se os ouvidos do morcego antes de soltá-lo novamente no teste de laboratório. Desta vez descobre-se que a habilidade do morcego em evitar obstáculos está consideravelmente prejudicada. A hipótese foi corroborada. (...) O falsificacionista parece agora estar conseguindo uma tentativa de solução para seu problema, embora não tenha provado por experimento como os morcegos evitam as colisões enquanto voam. Quaisquer fatores podem vir a mostrar que ele se enganou. Talvez o morcego detecte os ecos não com seus ouvidos mas com regiões sensíveis próximas aos ouvidos, cujo funcionamento foi prejudicado quando os ouvidos do morcego foram tampados." (CHALMERS, 1993, p.76)

Embora a conclusão não se afirme inteiramente, assim como evidenciado no exemplo, a teoria progride na medida em que o crivo dos testes elimina teorias falsificáveis e abre caminho

para novas teorizações que passaram a ser corroboradas [52] pela experiência empírica, mas que necessitarão de novos testes a posteriori.

Se por um lado, Popper inaugura a crítica quanto a pretensão do projeto lógico-positivista de construção de um método perfeitamente objetivo que nos leve a compreensão imediata do que é ou não uma teoria científica aceitável, questionando a validade de suas propostas, por outro, a antiga perseguição dos positivistas em demarcar o campo científico afastando-o da metafísica compartilhada pela metodologia popperiana, também coloca à mostra as limitações de seu projeto.[53]

Quando contrastado com a história concreta da evolução da física, por exemplo, somos levados à constatação de que, embora as teorias se mostrem falíveis através de um choque proporcionado pela evidência empírica seus desenvolvimentos nesta linha de raciocínio não são abandonados pelos cientistas. Basta notar como a teoria da atração universal de Newton mostrou-se um instrumento bastante eficiente para gerar previsões corretas para quase todos os objetivos práticos dentro do nosso sistema solar, mesmo não sendo capaz de explicar o movimento dos corpos. (BLAUG, 1999). Ou ainda, a consideração de que: "É exatamente isto que estava envolvido quando a teoria de Copérnico foi mantida e a observação a olho nu de que Vênus não muda de tamanho apreciavelmente no curso do ano, inconsistente com a teoria de Copérnico, foi rejeitada." (CHALMERS, 1993, p.92).

Tantos outros exemplos da física podem ser enumerados para provar que as falsificações não foram responsáveis pelo abandono da teoria, pelo contrário, em alguns casos as teorias ganharam mais forças a partir das constatações falseáveis, não estando hoje no patamar que estão – para o bem da ciência – se admitissem a lógica de um falsificacionista "ingênuo" (é o caso de desenvolvimentos importantes na teoria da cinética a partir da posterior mensuração do calor específico dos gases). Por outro lado, dentro ainda das pretensões de Popper, em seus primeiros trabalhos, onde se enfatizou o papel dos indivíduos e da comunidade científica na

[52] Como aponta Teixeira (2003), Popper prefere o termo "corroborar" ao verificar, por achar que o primeiro não carrega os valores de algo absoluto.

[53] Entretanto, Chalmers aponta o que une em essência qualquer tipo de falsificacionista é a concepção de que: "As teorias podem ser conclusivamente falsificadas à luz das provas disponíveis, enquanto não podem jamais ser estabelecidas como verdadeiras ou mesmo provavelmente verdadeiras qualquer que seja a prova. A aceitação da teoria é sempre tentativa. A rejeição da teoria pode ser decisiva. Este é o fator que faz com que os falsificacionistas mereçam seu título." (CHALMERS, 1993, p.91)

aceitação/rejeição dos testes, pode-se questionar o viés subjetivo que este determinante introduz, sobretudo, se tem em vista o objetivo principal de Popper de expulsar as influências da metafísica no campo científico.[54]

Destarte, ainda considerando o tom crítico acerca das considerações de Popper para a filosofia da ciência, ressalta-se que realisticamente as teorias cientificas se engalfinham em um complexo de afirmações universais ao invés de anunciar conjecturas isoladas. Teorias científicas são mais complexas do que afirmações do tipo "todos cisnes são brancos". Neste sentido, uma teoria não pode ser completamente descartada pelos testes de falsificação, visto que hipóteses auxiliares possam ser responsáveis por previsões erradas e não necessariamente o âmago da teoria. Paradoxalmente, uma teoria pode ser sempre protegida de falsificação, desviando os testes para alguma outra parte de sua complexa tessitura de suposições. [55]

1.2.2 Para além da visão positivista da ciência: a nova heterodoxia.

A partir deste panorama, em que tanto os filósofos da ciência da corrente indutivista como os falsificacionista mostraram-se incapazes de conciliar suas pretensões com um relato da ciência compatível com sua história evolutiva, inclusive, onde a grande maioria dos modelos de

[54] Conhecida na literatura como "objetividade institucional" na medida em que Popper mantém o postulado da neutralidade axiológica das ciências ao considerar que as instituições são determinantes para a supressão das idiossincrasias individuais (desvios ideológicos dos pesquisadores individuais). Esta solução pode ser considerada como uma adaptação da solução proposta por Weber, que para muitos os deixam presos nos construtos positivistas. Um balanço desses aspectos pode ser encontrado em Lowy (2013)).

[55] Este ponto da crítica do falsificacionismo contrastado com a evolução histórica é ilustrado, de forma exemplar, na hipotética situação descrita por Lakatos (1974): "A história é sobre um caso imaginário de mau comportamento planetário. Um físico da era pré-einsteiniana toma a mecânica de Newton e sua lei da gravidade, N, como as condições iniciais aceitas, I, e calcula, com sua ajuda, o percurso de um pequeno planeta recentemente descoberto, p. Mas o planeta desvia-se do percurso calculado. Por acaso, nosso físico considera que o desvio era proibido pela teoria de Newton e, portanto, que, uma vez estabelecido, refuta a teoria N? Não. Ele sugere que deve haver um desconhecido planeta p', que perturba o percurso de p. Ele calcula a massa, órbita etc. de seu hipotético planeta e pede então a um astrônomo experimental que teste sua hipótese. O planeta p' é tão pequeno que mesmo os maiores telescópios disponíveis não podem observá-lo; o astrônomo experimental pede uma verba de pesquisa para construir um ainda maior. Em três anos o novo telescópio está pronto. Se o desconhecido planeta p' for descoberto será uma nova vitória para a ciência newtoniana. Mas não é. E nosso cientista abandona a teoria de Newton e sua idéia de um planeta perturbador? Não. (...) Isto é visto como uma refutação da física newtoniana? Não. Ou uma outra engenhosa hipótese auxiliar é proposta ou... a história toda é enterrada nos valores empoeirados de publicações periódicas e a história nunca mais será mencionada." (LAKATOS, 1974 apud. CHALMERS, 1993, p.97-98)

explicação científica deixam de se encaixar nos próprios ditames de seus cânones filosóficos é que surge espaço para olhar para outras questões além da demarcação do campo da ciência e da não ciência. Em outras palavras, poderíamos nos questionar sobre a falência deste projeto metodológico calcado em uma abordagem prescritiva do tipo a "ciência que deveria ser", ignorando muitas vezes o fato de como a "ciência realmente é".

Desta constatação, que enfatiza a diversidade das práticas científicas, surge a inflexão no campo da filosofia da ciência no sentido de mostrar a limitação de uma corrente, caracterizada pela incapacidade de alcançar um critério único para questões referentes aos objetivos e à avaliação de teorias, apontando assim para um horizonte que descreva as teorias que de fato são empregadas no discurso científico. Em outras palavras, substitui-se uma perspectiva de análise que se volta para a lógica das estruturas formais das teorias, por uma metodologia que privilegie o que os cientistas realmente fizeram e fazem, ou seja, a dinâmica complexa do processo de transmissão e construção do conhecimento. O que nos mostra, em última instância, a dificuldade de se separar a filosofia de sua história! Desta tensão entre norma científica e a prática efetiva dos cientistas é que surge a contradição capaz de questionar a hegemonia da "visão adquirida" abrindo espaço para novas teorizações nos anos de 1960.

Refiro-me aos trabalhos de Kuhn, Lakatos e Feyerabend que constituíram a corrente na filosofia da ciência denominada de "nova heterodoxia" ou "teóricos do crescimento do conhecimento". [56] Embora não constituíssem um novo consenso, os trabalhos desses autores foram responsáveis pela mudança de foco na discussão dos temas da filosofia da ciência, de forma a colocar na ordem do dia a centralidade da apreensão histórica, rompendo em muitos aspectos com a epistemologia positivista. Evidenciando os pontos de convergência, escreve Caldwell:

> "Enquanto os lógico-empiricistas preocupavam-se com a elaboração de modelos universais e regras de procedimento que eles acreditavam que poderiam caracterizar apropriadamente a prática científica legítima, os pós-positivistas enfatizavam o crescimento do conhecimento ao longo do tempo, a dinâmica de transformação nas disciplinas individuais, e a prática atual dos cientistas. A universalidade é qualificada pela especificidade; verdades imutáveis são desafiadas pelo reconhecimento da mudança nos critérios de investigação e padrões de pensamento; a análise lógica é suplementada por e checada pelo estudo da história." (CALDWELL, 1982, p. 68).

Entre "paradigmas", "programas de pesquisa científica" e até mesmo um certo "anarquismo metodológico", o que estes pensadores tem em comum é uma visão de ciência como

[56] As denominações foram realizadas por Blaug (1999) e Caldwell (1982), respectivamente.

processo social, imerso, portanto, nas contradições que envolvem este fazer tão complexo.[57] Monteiro (2003) também sintetiza um aspecto que unifica esta corrente:

> "(...) tais filósofos irão opor-se à produção de qualquer tipo de linguagem que se pretenda neutra na formulação de teorias científicas. Recusam a ideia de que se possa por um selo de autenticação científica às formulações teóricas que se sujeitem a uma determinada especificação axiomática. Antes, ressaltam a complexidade da prática científica, revelada a partir dos diversos padrões de teorização observados ao longo da história da ciência e a necessidade de recorrer-se a essa história para a avaliação de teorias." (MONTEIRO, 2003, p.221)

Tomás Kuhn iniciou sua carreira acadêmica como físico, mas o interesse voltou-se para a história da ciência, sobretudo após publicar a primeira edição de seu livro clássico "Estrutura das Revoluções Científicas", em 1962. Tendo em vista o vácuo explicativo deixado pela tradição ortodoxa da filosofia da ciência, Kuhn admitiu que a história do progresso da ciência pode ser resumida, esquematicamente, através da sucessão progressiva de períodos de pré-ciência, ciência normal, crise revolucionária e nova ciência normal, nova crise revolucionária, *ad infinitum*.

Descrevendo esta dinâmica evolutiva, o autor afirma que toda explicação científica consensual é precedida por períodos em que diversas interpretações são sugeridas para explicar determinado fenômeno, desarticulando a comunidade científica em torno dessas visões de mundo conflitantes. Eventualmente, um consenso pode ser atingido por esta comunidade, tanto na identificação de problemas relevantes a serem estudados como nos caminhos para a explicação destes fenômenos. Instaura-se, nos termos de Kuhn, um "paradigma científico", que será responsável pela transição do período de pré-ciência para o de ciência normal.

Portanto, um paradigma determina os padrões para o trabalho legítimo dentro da ciência que esta emerso, sendo composto por dois elementos: as matrizes exemplares, que são os tipos de questões e respostas levantadas pela comunidade; e as matrizes disciplinares que envolvem as crenças, valores e técnicas, tais como as generalizações simbólicas, proposições de caráter metafísico e estilo (formalismo, simplicidade, etc.), que serão responsáveis por guiar o trabalho

[57] Apropriando-se das contribuições da sociologia do conhecimento, Schwartzman (1994) contrapõe o mundo da ciência como reino da lógica e da razão positiva com o mundo social que ilustra a complexidade que referimos. E suas palavras: "(...) Vista no seu que-fazer quotidiano, a pesquisa científica não seria mais nem menos 'racional' de que qualquer outra atividade humana. Os conhecimentos obtidos não derivam de uma lógica ou razão atemporais, nem de generalizações e abstrações obtidas diretamente da observação sistemática dos fatos. Eles surgem como construções provisórias e tentativas, desenvolvidas em um processo gradual de decisões oportunistas, negociações, e muitos casos, a imposição de pontos de vistas de uns sobre os dos demais (...) [portanto] O conhecimento científico e a técnica não são nem produtos universais da razão e da lógica, como querem os epistemólogos e como sustentam muitos cientistas, nem o simples mascaramento de convicções irremediavelmente locais, contingentes e efêmeras. " (SCHWARTZMAN, 1994, p.173)

destes cientistas. (CALDWELL, 1982). Genericamente, os paradigmas constituem uma espécie de agenda de pesquisa comum, com a qual, partilhando de técnicas legitimas e factíveis, os cientistas, em período de ciência normal, se inclinarão a trabalhar. Sendo este, inclusive, o fator responsável por distinguir as "ciências maduras" [58] das demais. Para clarear, observa Chalmers (1993):

> "Os paradigmas devem também incluir maneiras padrão de aplicação das leis fundamentais a uma variedade de tipos de situação. Por exemplo, o paradigma newtoniano deverá incluir métodos para aplicar as leis de Newton aos movimentos planetários, aos pêndulos, às colisões de bolas de bilhar e assim por diante. A instrumentação e as técnicas instrumentais necessárias para fazer com que as leis do paradigma se apliquem ao mundo real estarão também incluídas no paradigma. A aplicação do paradigma newtoniano na astronomia envolve o uso de tipos aprovados de telescópios, juntamente com as técnicas para o seu uso e uma variedade de técnicas para a correção dos dados coletados com sua ajuda." (CHALMERS, 1993, p.125-126)

Observe, que a partir das considerações de Kuhn, a instituição de um paradigma não tem a pretensão de resolver todos os problemas, mas somente os problemas iluminados pelo ângulo que o paradigma dominante lançou luz. Neste sentido, no período de ciência normal, os cientistas não serão críticos ao caminho aberto pelo paradigma em que trabalham, fato que impediria uma análise profunda capaz de atingir o objetivo, em última instância, que é o de melhorar a correspondência de seu paradigma com os aspectos impostos pela realidade empírica. Nas palavras de Kuhn:

> "A ciência normal não tem como objetivo trazer à tona novas espécies de fenômeno; na verdade, aqueles que não se ajustam aos limites do paradigma frequentemente nem são vistos. Os cientistas também não estão constantemente procurando inventar novas teorias; frequentemente mostram-se intolerantes com aquelas inventadas por outros. Em vez disso, a pesquisa científica normal está dirigida para a articulação daqueles fenômenos e teorias já fornecidos pelo paradigma." (KUHN, 2003, p. 44-45).

Entretanto, no meio do caminho, problemas de ordem teórica ou experimental podem aparecer. No primeiro momento, os cientistas pressupõem, através do credo subjetivo, que o paradigma lhe oferecerá respostas que se adaptam as anomalias detectadas. Duas situações se abrem, ou o paradigma atual se mostra efetivo ao neutralizar as refutações, portanto, segue-se o período de ciência normal; ou então as anomalias representam tamanho afronto aos seus princípios, questionando seus fundamentos mais elementares, iniciando assim o período de revolução científica. Ressalta-se que os paradigmas conterão em si algumas anomalias (por exemplo o

[58] Seguindo a lógica de seu argumento, grande parte da sociologia moderna, por estar desprovida de um paradigma, deixa de caracterizar-se como ciência, estando ainda naquela fase de pré-ciência, onde cada sujeito cognoscente estaria habilitado para oferecer uma explicação para determinado fenômeno. (CHALMERS, 1993)

paradigma newtoniano e a órbita de Mercúrio), reconhecimento que afasta Kuhn dos princípios falsificacionistas elaborados por Popper. Sobre este ponto, assevera Blaug (1999):

> "Ele [Kuhn] considera a ciência normal, ou seja, a atividade que resolve problemas no contexto de um arcabouço teórico ortodoxo, como a regra, e a ciência revolucionária, ou a derrubada de um arcabouço por outro por meio de refutações repetidas e anomalias acumuladas, como a exceção na história da ciência. Fica-se tentado a dizer que para Popper a ciência está em estado de revolução permanente, sendo sua história uma sucessão de conjecturas e refutações; para Kuhn a história da ciência é marcada por longos períodos durante os quais o status quo é preservado(...)" (BLAUG, 1999, p.67)

Neste sentido, na medida em que a anomalia proporcionar uma insegurança séria na comunidade científica, expressada na analogia kuhniana, no momento em que o operário deixa de questionar sua habilidade prática no manejo das ferramentas e começa a pensar em novos equipamentos, é que se torna factível o início do período de revolução científica. Entretanto, este período de ciência extraordinária possui características peculiares. Primeiro, uma comunidade científica não abandona seu paradigma se outra solução paradigmática não lhe for oferecida. Caso seja, pressupõe que a solução proposta pelo paradigma concorrente aumente o conjunto de fenômenos analisado pela ciência, de forma a incorporar a anomalia que proporcionou a crise de seu predecessor, adicionando novos elementos para a evolução da ciência. Portanto, o choque entre paradigmas envolve na verdade a disputa de visão de mundo conflitantes, em que soluções de "meio"/"sintéticas" não podem ser alcançadas, visto que neste momento os paradigmas se mostram incomensuráveis. Por isso Kuhn compara revoluções científicas com revoluções políticas, pois tratam-se de dois mundos dicotômicos.

Contudo, fica a inquietação: dentro do rol de propostas em conflito, sem denominador comum, como se chega na instauração de um novo paradigma? A solução de Kuhn é recorrer aos aspectos subjetivos contidos na fé dos cientistas de que determinado paradigma ofereça uma solução ao problema lançado. Em suas palavras: "Dito de outra forma, precisa ter fé na capacidade do novo paradigma para resolver os grandes problemas com que se defronta, sabendo apenas que o paradigma anterior fracassou em alguns deles." (KUHN, 2003, p. 198). Este ponto foi alvo de muitas críticas, suscitando, inclusive, reconhecimento de um certo "exagero retórico" em edições posteriores com relação, por exemplo, às revoluções científicas (não se trata somente das "grandes" revoluções como a newtoniana, mas também revoluções "menores" imperceptíveis àqueles de fora do debate); e à incomensurabilidade dos paradigmas em disputa (incompreensão em questão de

grau, enfatiza que o novo paradigma contém elementos irracionais para além do formalismo). [59] (BLAUG, 1999)

De tudo que foi considerado até aqui, pode-se levantar a seguinte inquietação: Popper e os indutivistas propõem uma metodologia da ciência normativa (aquela do tipo "deve ser") e Kuhn realiza uma história da ciência positiva (do tipo "é")? Quase como uma caricatura de um Popper "arrogante" e de um Kuhn "ingênuo". Será possível escrever uma história da ciência do tipo "é", sem tocar, nem que sejam nas entrelinhas, em critérios de "boa/má" ciência? "(...) contando a história de ocorrências passadas de uma forma ou de outra, eles necessariamente estarão revelando seus pontos de vista implícitos sobre a natureza da explicação científica [?]." (BLAUG, 1999, p.71-72) Paradoxalmente, atuando no campo normativo, poderia Popper fechar os olhos permanentemente para a história? Parece que caímos em um círculo vicioso, ao negar veementemente ambas inquietações. Dentro destes questionamentos mais amplos que a proposta de trabalho de Lakatos, contida em uma série de estudos no início dos anos de 1970, deve ser interpretada, ou seja, a partir de sua pretensão de tornar o círculo vicioso em virtuoso, pois Lakatos, na interpretação de Blaug: "(...) desenvolveu e elaborou a filosofia da ciência de Popper, tornando-a um instrumento crítico de pesquisa histórica, tomando como axioma uma paráfrase de uma das máximas de Kant: 'A filosofia da ciência sem história da ciência é vazia; a história da ciência sem filosofia da ciência é cega'." (idem.) [60]

A contribuição de Lakatos começa com a constatação de que teorias individuais não são apropriadas para a realização de avaliações científicas, não obstante, devemos segundo ele nos atentar para os grandes aglomerados interconectados de ideias que formam os "programas de

[59] Este ponto ilustra uma característica interessante da obra de Kuhn. Lida em sua primeira edição, Blaug (1999) afirma que o conceito de paradigma pode ser interpretado de 21 diferentes formas. Mais do que uma posição de humildade intelectual, o reconhecimento de crítica em edições posteriores, revela, para nós, como de fato o trabalho de Kuhn pode ser considerado seminal nesta corrente da filosofia da ciência, bem como prova sua grandeza ao realizar inflexão neste campo colocando inúmeros filósofos em contato com sua obra.

[60] Esta observação contextual na qual o trabalho de Lakatos se insere nos debates da filosofia da ciência é descrita, de forma ainda mais enfática, na seguinte passagem: "A metodologia da ciência de Popper é uma metodologia agressiva (...) A metodologia de Kuhn, entretanto, é uma metodologia defensiva, pois busca justificar em vez de criticar a prática real. Os escritos de Lakatos, por outro lado, podem ser interpretados como uma acomodação entre a metodologia agressiva, a-histórica, ou até mesmo anti-histórica, de Popper e a metodologia defensiva e relativista de Kuhn, um acordo que, no entanto permanece firmemente dentro do campo popperiano. Lakatos é 'mais suave' com relação à ciência do que Popper, porém muito 'mais pesado' do que Kuhn, e está sempre mais inclinado a criticar ciência ruim com a ajuda de uma boa metodologia do que qualificar especulações metodológicas mediante apelo à prática científica." (BLAUG, 1999, p.72-73)

pesquisa científica" (PPC). Este PPC é uma espécie de estrutura que fornece caminho para orientação de pesquisa futura e é composto por partes rígidas (núcleos centrais/*hard core*) e flexíveis (hipóteses auxiliares/cinturão protetor). A parte rígida possui uma heurística negativa irrefutável, ou seja, representam as crenças mais elementares que não serão passíveis de questionamentos através de testes de falsificação. Sendo assim este núcleo central, na verdade, consiste em uma hipótese muito geral que funda a base sob a qual o programa deve se desenvolver. Lakatos ilustra este componente dando o exemplo do materialismo histórico de Marx, que em seu núcleo central constaria a hipótese de que a mudança histórica deva sempre ser explicada em termos de luta de classe, sendo estas determinadas, em última instância, pela base econômica.[61]

Este núcleo central, rígido, estará combinado com partes flexíveis, que atuarão como uma espécie de cinturão protetor, onde os cientistas estarão habilitados para desenvolver hipóteses auxiliares formando teorias específicas passíveis aos testes de falsificação. É nesta parte da estrutura de um PPC que encontramos sua heurística positiva, ou seja, a tentativa de explicar fenômenos previamente conhecido e prever, inclusive, novos fenômenos. Em suas palavras: "A heurística positiva consiste em um conjunto de sugestões ou indícios parcialmente articulados de como mudar, desenvolver, as 'variantes refutáveis' de um programa de pesquisa, como modificar, sofisticar, o cinturão protetor 'refutável'" (LAKATOS, 1974, Apud. CHALMERS, 1993, p.116). Neste sentido, é esta parte a responsável pela reputação científica de um PPC. [62]

Portanto, na descrição de Lakatos, o mérito de um PPC deve ser avaliado na medida em que este programa ofereça uma estrutura coerente capaz de mapear uma gama de questões que embasarão as pesquisas futuras de um número significativo de cientistas, bem como esta linha aberta pelo desenvolvimento dessas pesquisas deve levar a descoberta de novos fenômenos e realizar novas previsões, proporcionando um aumento de correspondência empírica deste PPC.

---

[61] Para muitos autores a hipótese do "homem econômico"/"individualismo metodológico", analisada no item anterior, caracteriza-se como um dos aspectos fundantes do núcleo duro do PPC neoclássico. Ver Corazza (2003).

[62] Ilustrando este ponto, escreve Chalmers (1993): "O trabalho no interior de um único programa de pesquisa envolve a expansão e a modificação de seu cinturão protetor pela adição e articulação de várias hipóteses. (...) Cientistas individuais ou grupos de cientistas são convidados a desenvolver o cinturão protetor de qualquer maneira que quiserem, contanto que seus passos ofereçam a oportunidade de novos testes e, portanto, a possibilidade de novas descobertas. Tomemos, como ilustração, um exemplo do desenvolvimento da teoria de Newton que consideramos várias vezes antes e consideremos a situação com que se confrontaram Leverrier e Adams quando se dedicaram à problemática órbita do planeta Urano. Esses cientistas escolheram modificar o cinturão protetor do programa propondo que as condições iniciais não eram adequadas. Sua proposta detalhada era científica porque era testável independentemente e, como sucedeu, levou à descoberta do planeta Netuno." (CHALMERS, 1993, p.118)

Tendo em vista esses aspectos, adicionalmente, os PPC podem ser caracterizados qualitativamente: um PPC pode ser progressivo, se o grau de corroboração de conteúdo empírico, medido pelo sucesso ao prever fatos novos, realizado pelo desenvolvimento de suas partes flexíveis proporcionar mais do que respostas (ainda que inteligentes) sobre o fenômeno já conhecido antes que o PPC fosse formulado. No fundo, o progresso significa fornecer respostas que aumente o caráter preditivo das novas teorias. Paralelamente, um PPC seria degenerativo caso contrário.

Colocando em movimento na história da ciência, Lakatos reconhece que podem haver vários PPCs concorrentes ao longo do tempo, afastando-o, portanto, da noção kuhniana de ciência normal e instauração de um paradigma dominante que norteará a atividade científica. Mais do que isso, a realidade empírica pode atestar ou rebaixar esses PPCs na medida em que suas hipóteses auxiliares deixem de caracterizá-lo como progressivo. [63] Neste sentido, não será mais a fé dos cientistas a responsável pela cristalização de um novo consenso, mas sim um critério racional, objetivo, que pode ser medido na avaliação de um PPC ao cobrir os fatos previsto por um rival, e além disso, realizar previsões extras. Para Blaug (1999), com essas constatações:

> "Lakatos prossegue com a declaração algo surpreendente de que toda a história da ciência pode ser igualmente descrita como sendo a preferência 'racional' de cientistas por PPCs progressivos em vez de degenerativos, aparentemente porque o ganho de conteúdo sempre excede a perda, e ele define qualquer tentativa de proceder neste sentido como a história interna da ciência." (BLAUG, 1999, p.77)

Pondera-se no sentido de que Lakatos não negaria a influência da história externa, ou seja, as pressões que os ambiente político e social exercem na prática científica, entretanto, segue sua interpretação sobre Lakatos:

> "Ele aceita a alegação segundo a qual toda história da ciência pode ser explicada por uma reconstrução racional puramente 'interna' talvez não seja sustentável à luz da evidência histórica; porém, ele recomenda que priorizemos a história interna antes de recorrermos à

[63] Uma ponderação se faz necessário neste ponto, como constata Chalmers: "Por causa da incerteza do resultado de tentativas futuras de desenvolver e testar um programa de pesquisas, não se pode nunca dizer, de programa algum, que ele degenerou para além de toda a esperança. Sempre é possível que alguma modificação engenhosa de seu cinturão protetor conduza a alguma descoberta espetacular, que trará o programa de volta à vida e o colocará numa fase progressiva. (...)O desenvolvimento da teoria eletromagnética clássica teria sido grandemente prejudicado se a abordagem da ação à distância houvesse sido abandonada mais no início do século por causa do progresso superior do programa de campo. Incidentalmente, a interação entre os dois programas e o fato de que a teoria eletromagnética clássica surgiu como uma reconciliação dos dois programas, herdando, de um lado, os campos e, do outro, os elétrons, sugerem que os programas de pesquisa não são tão autônomos quanto argumenta o relato de Lakatos. Dentro desse relato, então, não se pode nunca fazer a afirmação sem as restrições de que um programa de pesquisa é 'melhor' que um rival. O próprio Lakatos admite que os méritos relativos de dois programas somente podem ser decididos 'olhando-se para trás'" (CHALMERS, 1993 p.121)

> história externa. De forma alternativa, o que podemos fazer é 'relacionar a história interna, no texto, e indicar nas notas de rodapé como a história real 'comportou-se mal' à luz de sua reconstrução racional. (...) Escrita dessa maneira, a história da ciência precisaria de poucas notas de rodapé que se referissem à história externa, pensava Lakatos." (BLAUG, 1999, p.77)

Tendo em vista o panorama geral que descrevemos, por um lado, podemos aproximar as contribuições de Kuhn e Lakatos na medida em que ambos escreveram sob a batuta da crítica da história da ciência, além do próprio Kuhn relativizar as críticas feitas por Lakatos ao seu trabalho, visto que embora sob terminologias diferentes, paradigmas, ciência normal e crise, teorizado por ele, são considerados próximos analiticamente aos conceitos de núcleo central, trabalho no cinto protetor e fase degenerativa, de Lakatos. Por outro lado, assim como toda boa incursão no campo da filosofia em geral, após os trabalhos de Lakatos, resta-se uma dúvida: história da ciência, natural ou social, pode ser interpretada como uma sucessão de paradigmas refinados por tempos de revolução científica à la Kuhn? Ou como a história da metodologia de PPCs progressivos, acoplando teorias de cada vez mais conteúdo empírico, como afirmou Lakatos? (BLAUG, 1999)

Em outras palavras, a inquietação sugerida acima, que entendemos ser a responsável pelo ponto de afastamento entre a contribuição dos dois autores para a filosofia da ciência, expressa uma disputa muito maior do que o embate entre dois autores específicos. Estamos chamando atenção para o debate entre os racionalistas e relativistas na teoria do conhecimento científico. Vale lembrar, o racionalista afirma ser possível empreender um critério único, atemporal e universal para avaliar teorias conflitantes. Sob essas considerações, os cientistas decidem qual teoria seguir através do subsídio fornecido por este critério único, separando, destarte, aquilo que pode ser considerado ciência daquilo que não pode. No campo oposto, os relativistas negam esse padrão de racionalidade universal, válido em qualquer tempo e espaço. Qualquer tentativa de comparação, delimitação de campo de teorias, variará entre indivíduos e comunidades de acordo com sua localização espacial e temporal, e ainda revelará questões sociológicas longe da racionalidade atestada pelo título "científico".

Tendo em vista essas questões mais amplas como pano de fundo, Chalmers (1993) atesta, ainda que por muitas vezes não explícita, as contribuições de Kuhn e Lakatos como representações dos pontos levantados pelo debate entre relativistas e racionalistas, respectivamente. O projeto de Lakatos compartilhava o mesmo objetivo que o de Popper, em

essência, "eliminar a poluição intelectual" contida nas asserções metafísicas, clareando o caminho para as práticas verdadeiramente científicas.[64] Neste sentido, sua ideia de progresso através da metodologia dos programas de pesquisa científica, representa esse critério racional (corroboração empírica) para a narrativa da história da ciência. Embora Kuhn negue ser um relativista, sobretudo, por afirmar que o progresso científico da ciência estaria presente em suas considerações sobre as revoluções científicas, pois na construção desta dinâmica admitia-se que as teorias passariam por inúmeros períodos de revolução aproximando-as de uma verdade objetiva.

Contudo, para Chalmers (1993), esta postura de Kuhn, sobretudo de considerado as relativizações no pós-escrito de seu livro, revela exatamente o oposto:

> "Se uma teoria é ou não melhor que outra é um assunto a ser julgado em relação aos padrões da comunidade apropriada, e os padrões variarão, tipicamente, com o cenário histórico e cultural da comunidade. O relativismo de Kuhn está enfatizado nas sentenças de conclusão do pós-escrito à Estrutura das Revoluções Científicas. 'O conhecimento científico, como a linguagem, é intrinsecamente a propriedade comum de um grupo ou então não é nada. Para compreendê-lo será necessário que saibamos as características especiais dos grupos que a criam e usam." (CHALMERS 1993, p.145)

O impasse a que chegamos, caracterizado pelas considerações de Lakatos ao pretender dar um relato racionalista da ciência (com sucesso questionável), e nas pretensões de Kuhn ao negar oferecer um relato relativista da ciência (com sucesso afirmável), tem muito a oferecer se quisermos entender as contribuições de Feyerabend para a filosofia da ciência. Seu "anarquismo metodológico" surge exatamente como resposta radical ao impasse que permeava a filosofia. Descrevendo este contexto:

> "Entretanto, se juntamos a concepção dos fatos embasados em teorias à noção kuhniana da perda de conteúdo em teorias sucessivas, paradigmas ou PPCs, de forma que sistemas teóricos concorrentes tornem-se difíceis de comparar se não literalmente incomensuráveis, chegamos a uma posição em que pareceria não haver condições para se exercitar uma escolha racional entre teorias conflitantes." (BLAUG, 1999, p.81)

[64] "As categorias gerais de ciência e de método científico são usadas também para excluir ou suprimir áreas de estudo. Por exemplo, Popper argumenta contra o marxismo e a psicologia adleriana, baseado no fato de que elas não se conformam com uma metodologia falsificacionista, enquanto Lakatos recorreu à metodologia dos programas de pesquisas científicas para argumentar contra o marxismo, a sociologia contemporânea e outras poluições intelectuais!" (CHALMERS, 1993, p.216). No que se refere ao trato de Lakatos com a corrente marxista, para esse autor, embora essa escola possua coerência no mapeamento de questões que orientem pesquisas futuras (mérito primeiro para a caracterização de um PPC), o fato deste programa não levar a descobertas de fenômenos novos (critério segundo), desqualifica-o enquanto constituição de um PPC.

Feyerabend estava chamando a atenção para o fracasso das propostas em oferecer uma metodologia para a atividade científica, seja nos termos de seus próprios projetos, seja na incompatibilidade dessas metodologias com a história da física, por exemplo. Mais ainda, a própria intenção de fornecer regras adequadas para orientação da atividade científica, figura-se como uma não-questão, sobretudo, por pautar-se em um dogma "cientificista" não realista, pernicioso e, inclusive, prejudicial. Em suas palavras:

> "(...) É não-realista, pois supõe uma visão por demais simples dos talentos do homem e das circunstâncias que encorajam ou causam seu desenvolvimento. E é perniciosa, pois a tentativa de fazer valer as regras aumentará forçosamente nossas qualificações profissionais à custa de nossa humanidade. Além disso, a ideia é prejudicial à ciência, pois negligencia as complexas condições físicas e históricas que influenciam a mudança científica. Ela torna a ciência menos adaptável e mais dogmática." (FEYERABEND, 1975, p.295)

Dito em outros termos, o desapego aos cânones da metodologia científica pode alargar a correspondência com o real, proporcionando uma visão que melhor se aproxime da complexa atividade científica, pois neste campo, a ponderação histórica indica que algumas das maiores contribuições só alcançaram sucesso exatamente por quebrar as regras processuais e, neste sentido, a ideia de que as contribuições na ciência ocorrem por justaposições e pequenos avanços sob a teoria antiga não se aplica, muito pelo contrário, o progresso somente ocorreu neste ambiente em que os cientistas não estavam limitados por qualquer filosofia da ciência. Portanto, se deve existir uma metodologia da ciência, está será a metodologia do "vale tudo".

No fundo, o autor estava explicitando através deste relativismo extremado, que a escolha entre teorias através de critérios objetivos e racionais leva a ciência para um "beco sem saída", ou melhor, leva a ciência para a estrada do subjetivismo. O que sobra, em última instância, da pretensão racionalista é exatamente o que em seu discurso combate: os julgamentos pessoais, os preconceitos metafísicos, em suma, os limites de nossos próprios desejos subjetivos. Portanto, considerando sua lógica, o rótulo científico, que coloca as "ciências" em pedestais, no limite, na verdade não está distante de outras áreas do conhecimento, como, ironicamente, a magia.

Neste sentido, a interpretação de vale qualquer coisa, deve abarcar seu posicionamento crítico ao projeto racionalista. "Vale tudo" não significa que não existam princípios metodológicos racionais, mas sim, se admitirmos a pretensão de afirmar uma metodologia universal, a correspondência com o real, "impõe goela baixo" indiscriminação entre as áreas do conhecimento. Interpretando este aspecto, clareia Chalmers (1993):

> "Resumindo, se você quer fazer uma contribuição para a física, por exemplo, não é necessário que esteja familiarizado com as metodologias da ciência contemporânea, mas sim que esteja familiarizado com aspectos da física. Não será suficiente seguir somente os caprichos e inclinações de maneira desinformada. Na ciência não se dá o fato de que vale tudo num sentido sem limites. Feyerabend argumenta, com sucesso, contra o método na extensão em que mostrou que não é aconselhável que as escolhas e decisões dos cientistas sejam restringidas por regras estabelecidas ou implícitas nas metodologias da ciência." (CHALMERS, 1993, p.178)

Em suma, está claro agora que Feyerabend não se posiciona contra o método em si, mas contra a posição de se assumir um método universal. Neste sentido, além das contribuições puramente teóricas, a crítica deste autor se direcionava à contrapartida normativa, no sentido de que sua visão anarquista da ciência impunha questionamentos inclusive à estrutura do sistema científico oficial, ou seja, no controle ideológico do Estado ao impor a lógica cientificista no sistema de ensino, impedindo a liberdade dos pais de ensinarem outros aspectos do conhecimento, por exemplo. Assim como evoca-se a liberdade para separar Estado e religião, para Feyerabend, deve-se estender este princípio separando também Estado e ciência.

Diversas foram as reações que suscitaram um enorme debate na filosofia da ciência após as contribuições dos autores aqui tratados. Realizando um balanço histórico, observamos que a perspectiva aberta pela nova heterodoxia, caracterizada sobretudo pelo rompimento com o dogmatismo metodológico positivista, abriu espaço para muitos trabalhos, influenciando-os na medida em que as novas perspectivas buscariam recuperar a prática efetiva dos cientistas ao invés de se pautarem nas antigas visões prescritivas e dicotômicas de definição da "boa e má ciência".

Todavia, uma análise acurada desses desdobramentos excede as pretensões deste trabalho. O que estamos querendo frisar é que, embora suas preocupações em princípio estiveram voltadas para as ciências naturais, identificamos que os desdobramentos no campo da economia foram bastante relevantes. Diversos economistas revisitaram esses debates, evocando autores no campo da filosofia da ciência, como uma espécie de princípio de autoridade, de forma a defender posições epistemológicas ora mais racionalistas, ora mais relativistas. Backhouse (1994) apresenta uma boa síntese deste movimento ao recuperar o desenvolvimento histórico da metodologia da economia a partir dos anos de 1980. O panorama descrito pelo autor consiste em evidenciar como diversas correntes metodológicas na economia emergiram embebidas deste movimento mais geral na filosofia da ciência, tendo nos anos 80 uma inflexão importante, em que basicamente abriam-se duas perspectivas: uma representada pelos trabalhos de Blaug e sua defesa ao falsificacionismo

popperiano como metodologia a ser empreendida na economia; e a outra com viés mais relativista, evidenciando as limitações do projeto de Blaug ao mesmo tempo que também buscava recuperar a prática efetiva dos economistas, desmembrando-se em vários programas de pesquisa, como o da Retórica (McCloskey, Arida), da Sociologia do Conhecimento (Collins, Latour), do Realismo (Mäki, Lawson) e no Pragmatismo (Hirsch, de Marchi). [65]

1.2.3 Filosofia da ciência e HPE

Para além dos ecos proporcionados nos espaços da metodologia, observamos que muito das reflexões abordadas pela filosofia da ciência também foram amplamente repercutidas no campo da HPE. Em certa medida, este contexto intelectual mais amplo de superação da filosofia inspirada no positivismo nos ajuda a compreender o porquê da atual conexão entre os desenvolvimentos da metodologia e da HPE. Ao definir como agenda de pesquisa a "recuperação da prática real dos economistas", a teorização nos circuitos dos metodologistas, para muitos analistas, deixou de ser caracterizada como aquele lugar de heterodoxos combativos ao *mainstream*, tornando-se muito mais conciliatória e descritiva (por isso a classificação de metodologias "pós-modernas"). Assim, como afirma Bianchi (2010, p.3): "a metodologia econômica hoje praticada é umbilicalmente ligada à história do pensamento, seja na forma de história intelectual, seja na busca de fundamentação teórica. O objetivo é menos julgar do que conhecer, menos chegar a um veredito do que traçar um perfil.". Por mais uma via podemos agora compreender o atual ressurgimento dos estudos no campo da HPE.

Por outro lado, relaxando os conceitos e aproveitando as categorias desenvolvidas nas análises dos filósofos da ciência podemos trilhar um caminho proveitoso também para a construção de abordagens alternativas para as narrativas no campo da HPE. Esta aproximação, que interpreta os debates na historiografia do pensamento econômico dentro dos grandes marcos proporcionados pelos movimentos gerais da história, filosofia e história da ciência é revivida na interpretação de Klaes (2003). Este autor, observando o contexto historiográfico mais geral nos indica como a HPE passa por uma inflexão no final dos anos de 1960, deixando aquela influência dos marcos da

[65] Estas linhas de pesquisa abertas na metodologia da economia são fontes muito ricas, mas, paradoxalmente, pouco investigadas. Para uma perspectiva geral e introdutória, além do já citado trabalho de Backhouse (1994), ver Hausman (2008) e Backhouse (1998).

história conceitual mais tradicional (história das ideias, dos grandes precursores das teorias atuais), para admitir essa nova possibilidade aberta pelo trabalho de Kuhn. Esta nova perspectiva para a HPE, gerou uma espécie de "novo paradigma historiográfico" e o autor relembra a primeira edição da revista History of Political Economy (HOPE) publicada em 1969 para corroborar sua interpretação, sobretudo, porque naquela ocasião o artigo que abria a publicação, "Research priorities in the history of economics" escrito por Coats, foi responsável por indicar quais eram os novos caminhos e prioridades mais frutíferas para as abordagens na área, exaltando os tópicos que abordassem as interconexões entre o pensamento econômico com a política, sociologia do conhecimento, etc. Nas palavras de Klaes (2003, p. 497): "(...) A influência de Kuhn foi reconhecida abertamente", reconhecendo a insatisfação com as abordagens precedentes e apontando para aquela abordagem que se consolidaria nesta que pode ser considerada como um dos espaços mais respeitados para a HPE.[66]

Seguindo este aspecto, Nunes e Bianchi (1999) enfatizaram o mérito do estudo de Kuhn, onde mesmo quando ponderada a dificuldade de transposição de seu modelo de progresso para o campo da ciência social [67], observa-se a abertura de uma possibilidade de construção de uma HPE para além da reconstrução puramente intelectual da teoria [68]. Os autores admitiam que esta

[66] Para uma análise mais aprofundada sobre esta ligação entre o desenvolvimento da história da ciência e da história da economia ver Schabas (2002). Esta autora analisa como estas correntes historiográficas possuem proximidades desde muito cedo, observando as referências no campo da economia catalogadas em importantes dicionários das ciências, bem como o espaço fornecido para a economia em espaços importantes para a história da ciência, como a ISIS (1912) e History of Science Society (1924). Por fim, a autora realizando um balanço sobre o atual ataque e marginalização da história na ciência econômica, chega a aconselhar esses historiadores econômicos a procurarem espaços nos departamentos de História das Ciências nas Universidades que proporcionem tal conjuntura de ataque.

[67] Este é exatamente o tema do artigo "Um pouco além de Thomas Kuhn" escrito por Fábio Earp e publicado em 1996. O autor assevera que toda construção da análise deste filósofo fora idealizada para o mundo das ciências exatas e que a extensão ao campo das ciências sociais deve ser problematizada. Se referindo à disciplina de economia, a ideia de paradigma só pode ser empregada se: "(i) considerar a economia como pré-científica e prosseguir no caminho kuhniano, ou (ii) tentar relaxar seu conceito de paradigma, afirmando que a convivência de diversos destes é uma característica das ciências sociais." (EARP, 1996, p.60). Contrapondo esta crítica, Cavalieri (2007) ressalta as ponderações feitas pelo próprio Kuhn na reedição de seu livro alguns anos depois. Já em seu prefácio, Kuhn, tendo em vista as apropriações realizadas no campo das ciências sociais e a especificidade da convivência de paradigmas neste campo (estágio pré-científico), atenta: "(...) o que muda com a transição à maturidade não é a presença de um paradigma, mas antes sua natureza, somente depois da transição é possível a pesquisa normal orientada para a resolução de quebra-cabeças." (KUHN, 2003, p.7). Ademais, contrasta novamente Cavalieri: "A ideia de se utilizar os paradigmas como unidades de análise, em vez de teorias isoladas, deve ser considerada a grande contribuição de Kuhn. Isso especialmente para os economistas, que trabalham sob a coexistência de várias escolas de pensamento." (CAVALIERI, 2007, p. 382)

[68] Adiantamos que a reconstrução instrumental/analítica/intelectual da teoria econômica se apresenta como a vertente tradicional da abordagem da HPE e é definida nos termos deste trabalho como abordagem ortodoxa. Seus constructos e projetos serão alvo de discussão específica no capitulo 2.2.

nova perspectiva de narrativa para a HPE seria construída a partir da mesclagem dos elementos do pensamento com um contexto mais amplo, dando espaço, por exemplo, para uma abordagem que explore as conexões do pensamento com: a história econômica, a política econômica, e com as instituições estruturantes dessa profissão. Em outras palavras, o maior trunfo da influência kuhniana para a disciplina da HPE, seguindo os autores, está na constatação de que mais do que construções lógicas abstratas, as teorias são produtos da sociedade, do desenvolvimento intelectual e, portanto, estão localizadas no espaço e no tempo. Neste sentido, "para falar sobre método na ciência, é necessário reservar um papel privilegiado para a história." (NUNES; BIANCHI, 1999, p.94) onde, "(...) várias teorias deixassem de ser vistas como construções puramente abstratas, e passassem a ser enxergadas como um produto localizado e datado do trabalho desenvolvido por comunidades de especialistas." (idem).

Para os autores, utilizando o conceito de paradigma kuhniano, conseguimos ilustrar o período das primeiras décadas do século XIX, como o período de ciência normal em que a comunidade dos economistas se movia em torno do paradigma proposto por Adam Smith a partir da publicação de seu clássico "A Riqueza das Nações". Embora a reação da comunidade não pressuponha consenso, no sentido de muitos adotarem posições críticas aos constructos lançados por Smith, o fato é que sua obra pode ser interpretada como uma construção de agenda de pesquisa que guiou os trabalhos dos economistas, como uma verdadeira espécie de paradigma à la Kuhn. Por outro lado, adicionalmente, diversos historiadores do pensamento também se apropriaram do modelo de progresso da ciência de Kuhn, expressado em seu conceito de revoluções científicas, para interpretar a evolução do pensamento econômico. Nunes e Bianchi (1999) citam, por exemplo, o estudo de Bronfenbrenner que faz referência a três episódios da história da economia que poderiam ser interpretados como revoluções científicas kuhnianas, e estes seriam: o surgimento da ciência econômica com a contribuição de Hume em 1752 e de Smith em 1776; a revolução marginalista em 1870; e a revolução keynesiana a partir do colapso dos anos de 1930.

Paralelamente, o próprio trabalho de Blaug (1999), citado várias vezes anteriormente, após realizar longas digressões no campo da filosofia da ciência, propõe na segunda parte de seu livro, realizar uma releitura da HPE utilizando a metodologia dos programas de pesquisa científico de Lakatos, sobretudo, por constatar que neste campo, em qualquer período de desenvolvimento científico, coexistiram um grande número de paradigmas que se interpenetravam. Iniciativa

também corroborada por Backhouse (1994; 1998). Por outro lado, outras referências na historiografia do pensamento também abordaram esses debates na filosofia da ciência, como uma espécie de predicados introdutórios para o estudo da HPE, ainda que não explicitem a influência admitida em sua narrativa, como é o caso de Deane (1978).

Cavalieri (2007), por fim, também partilha da ideia de tirar proveito das contribuições dos autores da filosofia da ciência para o campo da HPE, desde que admitidas de maneira crítica. Seu estudo sugere a construção de um método para o estudo do surgimento das escolas do pensamento econômico (denominado "contexto da descoberta"), que articula os conceitos propostos pela contribuição de Kuhn e Lakatos na filosofia da ciência com outras influências, de forma a enfrentar questões como anacronismo, pluralismo, etc. Enfim, a lista de trabalhos é grande e o que queremos enfatizar é o eco proporcionado pelos teóricos da filosofia da ciência no campo da economia de um modo geral e na HPE particularmente.

Este é o ponto que nos interessa ressaltar, o fato de que estes pensadores reascenderam uma discussão no campo epistemológico que abre brecha para repensar as diferentes abordagens para a construção de narrativas alternativas para a HPE, sobretudo, porque trazem para o centro da análise aspectos da sociologia do conhecimento, o que fez com que Blaug (1999, p.71) considerasse, por exemplo, que o legado da obra de Kuhn "não é uma contribuição à metodologia e sim à sociologia da ciência". Este contato entre história da ciência e sociologia do conhecimento, para os termos deste trabalho, nos sugere uma interconexão que possa ser proveitosa para contrastar com a já mencionada hegemonia positivista da ortodoxia econômica, abrindo espaço para a abordagem da perspectiva nacional do pensamento econômico. Tempo, espaço e sociedade são pilares fundamentais para concebermos nosso objeto, enquanto alternativa factível para composição de uma nova agenda de estudos.

Neste sentido, a definição de um método de investigação científica para a economia e sua correlata abordagem para a construção da história da disciplina nos indica uma relação que ajuda a entender as divergências contidas entre as diferentes abordagens da HPE. Basta uma breve olhada pelos manuais mais utilizados por esta disciplina para perceber como suas narrativas, estilo e temas são abordados e estruturadas de maneira diferentes. Esta constatação sintética pode ser explicada por inúmeras perspectivas e esta dissertação focará em duas delas: questionando os projetos por trás dessas abordagens de leitura da história (tema do capítulo 2) e a partir das recém

apresentadas conexões entre filosofia e HPE. Sobre este último aspecto, reforçando o que estamos levantando neste momento, escreve Gianetti Fonseca (1996):

> (...) diferentes filosofias da ciência, por sua vez, levam a abordagens alternativas da história da ciência. Em economia, assim como na biologia ou na física, reconstruções da evolução da disciplina pressupõe um arcabouço conceitual. O papel deste arcabouço, que pode ser mais ou menos explícito, mais ou menos compatível com as filosofias da ciência correntes, é estabelecer as perguntas relevantes para o historiador das ideias e, desta forma, estruturar a narrativa histórica. (GIANETTI FONSECA, 1996, p.238)

Portanto, munidos de questionamentos amplos, do tipo: a reconstrução da evolução da disciplina estará contida em quais aparatos conceituais? Quais as perguntas relevantes que o historiador das ideias fará para a história? Como se estruturará, pois, essa narrativa? Existe espaço para a construção de uma história do pensamento econômico nacional? Pretendemos evidenciar a marca das divergências e avançar na construção de um campo de pesquisa para uma HPE crítica que contemple nosso objeto de pesquisa, ou seja, uma história do pensamento econômico brasileiro.

1.3 EM DEFESA DO PLURALISMO METODOLÓGICO

O terceiro e último pilar que estamos buscando aproximar para compreendermos o porquê do ressurgimento da preocupação com o campo de estudo da HPE consiste na defesa do pluralismo na ciência. Particularmente dentro de nossos objetivos este subitem pode ser considerado extremamente significante, diríamos até que sua essencialidade é dupla na medida em que defendemos tanto uma perspectiva plural para concepção da ciência econômica de modo geral, tendo a "história" e as metodologias alternativas ao *mainstream* espaço considerável nas estruturas fundantes desta ciência, como também, inclusive, mais especificamente clamamos para uma concepção pluralista dentro da própria "história", tornando factíveis metodologias que abordem o componente nacional do pensamento (HPE nacionais), por exemplo. Essa consideração consiste no pressuposto fundamental desta dissertação, pluralismo aqui é cláusula pétrea e buscaremos agora explorar suas vantagens para ciência de um modo geral.

De antemão, antes de entrar nas questões específicas do pluralismo na economia, é importante descrever os contornos gerais que o definem. Primeiro, nota-se que este conceito é utilizado de algumas maneiras diferentes, a saber, por exemplo, no campo político pluralismo possui o significado de liberdade de expressão, direito do contraditório; na esfera jurídica, muitas

vezes o termo é utilizado para defender posições favoráveis à repartição de poder (ao conjunto da sociedade), no sentido de que os monistas defendem a necessidade de um poder absoluto (o Estado); por fim, nas relações internacionais, muitos países clamavam por pluralismo no sentido de respeito à autonomia nacional na condução de seus projetos de desenvolvimento econômico e político. (BIANCHI, 1992). Enfim, os sentidos são amplos, mas especificamente para nós, pluralismo na economia significa primeiro algo muito geral, como a defesa de uma estrutura (simbólica e material) que permita dar voz para disciplinas tão silenciadas pelo *mainstream*, como a história e metodologia. Pluralismo, neste sentido, significa equalização de espaço; em sentido específico, quando falarmos em pluralismo gostaríamos de ressaltar o significado de coexistência de abordagens e princípios metodológicos diversos para a apreensão do objeto das ciências, sobretudo no campo das ciências econômicas, onde a realidade se apresenta de maneira tão complexa, impossibilitando a totalidade de sua apresentação por uma teoria/método/abordagem exclusiva. Paradoxalmente, monismo metodológico pode ser entendido como a doutrina que busca a unificação de métodos nas ciências em geral (positivismo e o monismo metodológico), ou mesmo até dentro das ciências especificamente (neoclassicismo e o individualismo metodológico).

Ainda dentro deste meandro introdutório, tecer comentários sobre os aspectos positivos desta concepção pluralista de ciência pode soar como uma questão sem relevância para aqueles que não são versados no tema, pois parece ser algo óbvio demais para ser considerado objeto de disputa, afinal, a ciência não deveria ser (é?) pluralista em essência? Se nos atentarmos para as analogias biológicas, lembraremos de pronto da importância da biodiversidade, em que a diversidade de seres vivos, estruturas genéticas, ecossistemas, etc. são condições essenciais para a vida e seu progresso, sobretudo porque a homogeneidade pode levar ao definhamento das espécies, em suma, à involução. Evolução pressupõe pluralidade e é assim dentro da dinâmica dos seres vivos, por que seria diferente nas ciências? Outro aspecto, mais elementar ainda, que guia essa sensação trivial de defesa do pluralismo consiste na observância em torno dos princípios éticos fundantes da sociedade contemporânea, em que o respeito à democracia em geral e às instituições democráticas especificamente enquadram-se no rol de valores legítimos aceitos por todo tecido social, ou ainda melhor, que posturas exclusivistas e autoritárias encaixam-se dentro daqueles valores repugnáveis, fruto de vívidas lembranças históricas dos tempos ditatoriais. Portanto, poderíamos facilmente levantar a bandeira da ética pluralista na ciência como característica natural e necessária de uma sociedade democrática regida pelos pilares liberais, pois assim como coexistem diversas opiniões

conflitantes e opostas sobre tantos temas, não era de se esperar exceção neste campo tão complexo como as ciências e, portanto, naturalmente tão suscetível à divergência de visões, métodos, filosofias, etc.

Todavia, este flerte natural com o pluralismo nem sempre esteve presente na agenda do dia. Ao abordar no subitem anterior os debates no campo da filosofia da ciência ficou claro como o projeto positivista da ciência tornou-se hegemônico por muito tempo, fazendo com que o ideal de busca da "boa ciência"/metodologia prescritiva se configurasse como um dos principais dogmas a ser respeitado pelos cientistas. Somente a partir do movimento de superação desta concepção na filosofia da ciência, com o desenvolvimento dos trabalhos da nova heterodoxia, é que o pluralismo começou a se legitimar como prática científica. O surgimento de programas interdisciplinares, como por exemplo o da economia comportamental, neuroeconomia, economia evolucionária, para ficarmos em nosso campo, é parte integrante deste movimento maior de aceitação e incorporação de variadas metodologias. Também é verdade que, ao atentarmos para a descrição feita das estruturas gerais caracterizadoras da formação do conhecimento na ciência econômica, poderíamos nos questionar sobre o espaço e relevância desses programas frente à hegemonia neoclássica. Neste sentido, identificar o pluralismo significa reconhecer que o *locus* do poder/hegemonia não necessariamente comporta toda a dimensão de produção do conhecimento, pelo contrário, a partir de um olhar atento poderíamos observar que abundam na história os exemplos em que o progresso do conhecimento só se realizou porque existia uma estrutura polifônica, em que os cientistas respeitavam a multiplicidade de ideias. Enfim, o panorama atual composto por uma variada série de programas científicos na economia, por exemplo, reflete a presença de princípios pluralistas nesta ciência. Até quando se estenderá este contexto já é, para nós, outra questão. [69]

Especificamente no campo da economia, há de se fazer justiça aos primeiros bastiões que empunharam essa bandeira do pluralismo. John Neville Keynes (o "Keynes pai") foi o pioneiro ao escrever no final do século XIX seu livro clássico denunciando a falácia de posturas que

[69] Recentemente, Davis (2008) escreveu um artigo tendo, de certa forma, como objeto esta inquietação. Para o autor, revisitando os debates metodológicos a partir da HPE, pode-se notar um padrão em que se alternam períodos mais abertos ao pluralismo com outros mais avessos. O movimento atual caracterizador do neoclassicismo, em que muito do seu núcleo fora aberto, relaxando pressupostos e incorporando insights da heterodoxia, é um marco de uma fase estendida deste ciclo pluralista, que mais cedo ou mais tarde, cederá lugar para uma nova ortodoxia, ainda mais avessa e combativa ao pluralismo.

defendiam o exclusivismo metodológico para as ciências. Movido pelo contexto maior de paralisia em torno da teoria econômica, representado pelos embates entre as escolas Clássicas e Histórica Alemã, que disputavam veementemente uma série de questões, entre elas a definição de qual seria o método seguro e apropriado para apreensão do objeto da ciência econômica, a saber, respectivamente, se através da dedução (método a priori) ou indução (método a posteriori). O autor defendia uma postura conciliatória (combinação não preconceituosa de ambos os métodos), pluralista em nossos termos, como caminho para o progresso da ciência e utilizava a obra de Smith como ilustração de sua argumentação, na medida em que, para Keynes, "A riqueza das nações" expressava a combinação perspicaz entre teoria abstrata e observância aos fatos empíricos. Quase cem anos depois da publicação desta obra clássica, sob interlúdio hegemônico da visão positiva da ciência, Bruce Caldwell escreveu seu livro fornecendo uma robusta crítica a este projeto, problematizando suas intensões dogmáticas de alcançarem um metacritério de demarcação do campo científico. A partir de uma vasta revisão bibliográfica, Caldwell denunciaria a falácia do falsificacionismo de Popper, enquanto metodologia científica caracterizadora do trabalho científico dos economistas, admitindo uma posição muito mais modesta para a meta da metodologia em geral, por exemplo, onde esta não substituísse o trabalho substantivo em si, bem como fosse mais realista e capaz de dar conta da diversidade das abordagens presente nas práticas dos economistas. Portanto, em sua concepção, o caminho mais coerente para o metodólogo seria a admissão do pluralismo metodológico. (BIANCHI, 1992).

Para além desse apelo retórico, diversos autores buscaram defender o pluralismo na ciência em geral e na economia em particular como elemento característico da primazia do progresso da ciência. O próprio Caldwell (1982) posteriormente em seu livro teceu considerações sobre as vantagens da adoção do pluralismo metodológico na ciência econômica. Para esse autor, as vantagens do culto ao pluralismo metodológico derivariam de três aspectos principais, a saber: primeiro, se empregado, estimularia a novidade na ciência, sob a alegação de convívio com bases metodológicas distintas e, portanto, maior abertura de possibilidades de combinações gerando novas teorias; segundo, estimularia a crítica não dogmática, ou seja, entendê-la como essência do trabalho científico visto que a posição dogmática é anticientífica por definição; por fim, o diálogo proposto atenua a incomensurabilidade de paradigmas das diferentes correntes de pensamento na ciência econômica, ajudando a preencher o vácuo de controvérsias que se fundamentam na escolha de diferentes métodos. (CALDWELL, 1982)

Outra sólida vertente de defesa ao pluralismo na economia é fornecida pelos trabalhos dos autores ligados ao programa do realismo crítico, sobretudo nas figuras de Lawson e Dow. Basicamente, esses autores partem de uma premissa ontológica que tende a compreender a economia dentro de sua complexidade, como uma espécie de sistema aberto, intraduzível em termos de epistemologias que pregam o monismo e o universalismo teórico. Neste sentido, as construções das teorias necessariamente abordariam uma parte da realidade econômica complexa, pois essa realidade se expressa, para eles, por meio de processos tão abertos que nenhuma contribuição teórica conseguiria apreendê-la em sua plenitude. Portanto, o pluralismo se apresenta como uma abertura do flanco de análise, fornecendo e agregando diferentes perspectivas interpretativas que enriquecem o objeto da ciência econômica produzindo, no limite, um aumento de conhecimento neste campo. (GARNETT, 2006).

Sheila Dow (1989), por exemplo, traduz essa perspectiva realista tendo em vista a necessidade de construção de uma nova matriz de racionalidade na ciência econômica, para além da hegemonia neoclássica enquanto representação do modo de pensamento cartesiano/euclidiano, fundada nos pilares do atomismo e dualismo. Para essa autora, a complexidade econômica e social exigiria uma nova matriz de racionalidade, adaptada à ontologia do realismo crítico, definida por ela como modo babilônico de pensamento. O pluralismo metodológico estaria no centro dessa redefinição da forma de pensar em economia, pois "(...) o modo babilônico exige uma gama de métodos de análise, com o argumento de que nenhum método pode justificar a confiança no conhecimento sobre o mundo real. Uma pergunta pode ser abordada com base em todo ou qualquer material histórico, dados de questionário, dados agregativos e modelos formais, por exemplo.". Assim, como também "O pensamento babilônico pode ainda ser explicado epistemologicamente, já que seu ponto de partida é a suposição de que o conhecimento pleno é impossível de alcançar. (...) o uso de uma série de análises explicitamente parciais é projetado para lidar com essa - incompletude tão eficazmente quanto possível.". (DOW, 1989, p.7-8)

Ainda dentro deste aspecto, que ressalta as especificidades dos objetos das ciências sociais como um todo, Meller (1991) também aborda os aspectos característicos da economia que clamam, inexoravelmente, pela defesa do pluralismo. Para este autor um dos elementos presente deste o surgimento da economia enquanto ciência autônoma é a coexistência de paradigmas em constante disputa, por isso a explicação para os recorrentes debates não resolvidos ao longo do tempo (incomensurabilidade); ou ainda a constatação de dificuldade de empreender sínteses

conciliatórias entre essas visões de mundo conflitantes por longos períodos (controvérsia é inerente à esta ciência). O que fica a partir das características gerais desta ciência, é a constatação de que as teorias são formuladas tendo em vista a compreensão e/ou resolução problemas específicos, localizados na escala tempo e espaço, frustrando concepções universalistas. No agregado, "(...) a Economia não é um sistema unificado e coerente de ideias e sim, uma coleção de teorias e modelos (...) em síntese, a Economia é uma espécie de catálogo." (MELLER, 1991, p.123). Portanto, seguindo seu raciocínio em defesa do pluralismo, o economista estaria em uma melhor situação na medida em que movido por suas inquietações particulares pudesse escolher uma teoria específica dentro do maior estoque possível de modelos, derivados de diferentes paradigmas.

Outra interessante consideração sobre a temática é fornecida por Bianchi, em seu artigo, felizmente intitulado como "Muitos métodos é o método: a respeito do pluralismo", publicado em 1992. A autora, como mostramos anteriormente, refletindo sobre a crise da hegemonia do *mainstream* neoclássico e o terreno aberto para novas construções no campo epistemológico, define o pluralismo como opção conveniente para muitos autores, nesse tempo de transição, pois se apresenta como critério oportuno, sendo uma estratégia:

> "i) suficientemente modesta para respeitar a prática efetiva dos cientistas, a ciência econômica como tem sido feita pelos economistas, sem tolher seu desenvolvimento substantivo em nome de deficiências de natureza metodológica; ii) suficientemente ambiciosa para permitir o desenvolvimento de novas teorias, capazes de oferecer alternativas à teoria mainstream e competir com a mesma em condições de igualdade; e iii) suficientemente esperta para possibilitar que a disputa sucessória ocorra sem maiores desperdícios de esforços, nos limites do razoável para o fortalecimento da ciência." (BIANCHI, 1992, p.142) [70]

Em suma, entre argumentos que resguardem princípios éticos ou, inclusive, uma própria justificação epistemológica e ontológica, o pluralismo é defensável, sobretudo, pela

[70] Importante ressaltar que esta posição "oportunista" reflete uma tensão, sobretudo, no interior da heterodoxia, muito bem representada por Garnett (2006). Este autor observa dentro da literatura heterodoxa, corrente naturalmente inclinada a defender o pluralismo na economia, duas estratégias por trás dessa postura: a primeira, definida como estratégia paradigmática, compreenderia o pluralismo a partir de uma narrativa de evolução da ciência influenciada pelo trabalho de Kuhn, em que o pluralismo serviria como uma estrutura que evidenciaria e potenciaria o surgimento das anomalias, gerando a crise paradigmática capaz de impulsionar a ulterior revolução científica cristalizando um novo paradigma, agora fundado nos constructos heterodoxos, por isso a necessidade de orientar a comunidade heterodoxa em torno de um método globalizante capaz de gerar uma teoria heterodoxa à altura de rivalizar e substituir o paradigma neoclássico. A outra corrente, comprometida com o verdadeiro e definitivo pluralismo, partiria da compreensão de que qualquer pretensão monopolista do conhecimento estaria fadada ao fracasso, assim o pluralismo seria defendido como elemento ontológico. Outra referência sobre o assunto pode ser encontrada em Fernández (2014).

especificidade do objeto de estudo dos economistas. Reconhecê-lo em sua complexidade se faz necessário para o avanço dessa ciência. Sintetizando essas posições, assevera Cavalieri (2009):

> "Essa tendência é composta pela miríade de posições pluralistas, que defendem, de alguma maneira, a situação de convivência de diferentes programas de pesquisa comprometidos com a investigação de um objeto comum. Isso dito porque, ao se prestar atenção à história do pensamento econômico, a variedade de abordagens substitutas é imediatamente notável. E, tal peculiaridade, apesar de não ser surpresa para aqueles mais abertos à complexidade e a belicosidade do pensamento social, é capaz de desolar outros que esperam encontrar na economia uma situação mais sintônica. Sendo assim, o pluralismo em economia ganha especial destaque por abordar esse saber científico do ponto de vista que reconhece esta histórica alteridade opositiva de ideias." (CAVALIERI, 2009, p.6) [71]

Mais uma vez, fazendo justiça a este tema controverso, afastando-o da impressão de um certo consenso em torno de sua defesa, ressaltamos que muitos autores, ligados tanto à ortodoxia como à heterodoxia, realizaram ponderações sobre esta postura de defesa inexorável. Garnett (2006) aborda essas objeções à recente virada pluralista, ilustrando seu argumento a partir, por exemplo, das ressalvas propostas por Sent, em que este economista questiona a seriedade da defesa heterodoxa em torno do pluralismo, sobretudo, porque para ele a maioria destes economistas realiza críticas ao *mainstream* tratando-o de maneira não pluralista (consideram o neoclassicismo como um bloco coeso e monolítico sem incorporar os recentes movimentos e transformações internas desta comunidade). Para Sent, esta postura somente atesta a gana heterodoxa em se tornar monista no futuro (pluralismo "estratégico"). Opostamente, Paul Davidson, encarnando a postura paradigmática, realiza sua ressalva ao pluralismo metodológico exatamente por ser estrategicamente frágil. Para esse economista, a comunidade heterodoxa deveria reunir todas suas forças para a construção de uma espécie de "teoria geral"; uma fundação axiomática única que forneça um caso geral de pesquisa que consiga somar as forças da comunidade heterodoxa contra a postura neoclássica, famosa por marginalizar de antemão essas concepções. Até que tal feito não se efetive, a heterodoxia continuará marginalizada nos espaços de disputa e fadada à derrota no debate público.

Outras objeções derivam mais de incompreensões sobre o tema do que pontos específicos de crítica. Por exemplo, pode-se encontrar na literatura caracterizações críticas ao

[71] Essa ideia é reforçada por Fernández (2014) na seguinte passagem: "No caso específico da economia, já falamos da existência de diversas escolas e na onipresença da ideologia, o que realça a importância da possibilidade da crítica. Outros problemas relevantes da economia, partilhados com outras ciências sociais, estão no seu próprio objeto de estudo, tal como a dificuldade para realizar experimentos, seu caráter histórico, a possibilidade de aprendizado sujeita aos limites cognitivos dos agentes, etc. Por isto tudo, o pluralismo em nossa ciência passa a ser uma necessidade vital." (FERNÁNDEZ, 2014, p.16)

pluralismo por identificar uma espécie de defesa de um "vale tudo" científico, no sentido de associar pluralismo à ausência de rigor e objetividade científica. Por outro lado, outras análises atestam a contradição inerente à prática pluralista, na medida em que, ocasionalmente, pode-se aceitar dentro da comunidade especializada uma metodologia/teoria "A", concomitantemente com outra "não A". Não concordamos com tais ponderações, sobretudo por não aceitar a existência de uma suposta contradição entre a defesa do pluralismo no nível da comunidade especializada em geral e objetividade no plano individual de cada cientista. Em outras palavras, o pluralismo reivindica para si a compreensão de que qualquer projeto exclusivista na ciência estará fadado ao fracasso, pois todas experiências históricas em busca de metacritérios mostraram-se falaciosas. Por outro lado, também não significa "vale tudo", pois os cientistas, no plano individual, terão que responder aos critérios objetivos fornecidos pelo paradigma em que está inserido, sendo, inclusive, avaliado por sua comunidade, ainda que participe indiretamente de algum paradigma. Em suma, pluralismo pressupõe liberdade criativa, de escolha, ainda que tal seja julgada dentro de seus próprios termos.

De volta à nossas pretensões, gostaríamos de chamar atenção para uma perspectiva interpretativa levantada no artigo escrito por Dow (2016). A autora tenciona a questão pedagógica envolta na defesa do pluralismo colocando o ensino em economia no centro do debate. O diagnóstico descrito em seu texto procura problematizar a evolução dos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação em economia de um modo geral, mostrando como as transformações ao longo do tempo foram nocivas à formação dos economistas, sobretudo, porque o formalismo defendido pela ortodoxia se transformou em uma espécie de atestado científico, silenciando e marginalizando (quando não calando) todas as outras dimensões do conhecimento neste campo, crivo este, inclusive, ratificado pelas estruturas hegemônicas e muito permanente na atualidade. A pior consequência de tal processo foi que os economistas deixaram de aprimorar e aprender uma característica essencial de seu campo, que é entender a economia enquanto uma ciência eminentemente propensa ao debate, ao contraditório e às disputas. Essa fragilidade se expressa, por exemplo, nas incompreensões reinantes em torno das explicações da crise de 2008. A partir deste panorama descrito, a autora clama para uma transformação do ensino em economia, tendo como principal objetivo fornecer a seus profissionais o senso crítico capaz de adaptá-los ao ensino na forma de debates. Neste sentido, esse ensino pluralista da ciência econômica defendido pela autora

passa inexoravelmente por uma concepção de currículo a ser construído tendo em vista dois pilares centrais, a saber, a metodologia econômica e a HPE. Em suas palavras:

> O argumento para o pluralismo é metodológico, exigindo ela mesma referência à história do pensamento. Mas o que discuti aqui é que a metodologia e a história do pensamento devem ser parte integrante do ensino pluralista na economia. Estamos apenas na posição de ter que considerar tais questões porque o desenvolvimento não-pluralista da economia dominante considera sua abordagem metodológica como dada (e portanto um árbitro de qualidade na disciplina) e faz pouca referência à história do pensamento. A metodologia e a história do pensamento seriam uma parte tão natural do discurso que deixaríamos de considerá-los como especialidades separáveis. Eles se tornariam parte integrante de como ensinamos economia. (DOW, 2016, p.16)

Estamos inteiramente de acordo com a perspectiva levantada pela autora, ressaltada, inclusive, em outros lugares e por outros autores, como por exemplo em "A metodologia como argumento para uma economia pluralista". [72] Pluralismo metodológico pressupõe um enfrentamento no âmbito do ensino de economia e, pragmaticamente, a HPE tem muito a nos oferecer. Primeiro, porque naturalmente esta disciplina ocupa o espaço destinado ao pensamento crítico, pois as tensões do passado ajudam a explicar ou relativizar (até ignorar) muito dos problemas do presente; segundo, porque é a HPE que fornece o rol de questões relevantes a serem estudas pela comunidade, mais uma vez revisitar o passado (qual passado?) torna-se essencial. No agregado o passado, de certa forma o objeto da HPE, é necessariamente alvo de disputas interpretativas, porque mais do que revitalizar no presente, o passado de certa forma aponta para possibilidades de diferentes futuros.

É neste sentido que gostaríamos de dar um passo além, clamando para a defesa de um pluralismo no ensino capaz de abranger perspectivas e narrativas que dotem a HPE dessas características mencionadas há pouco. Como veremos, existe um debate metodológico na historiografia do pensamento econômico, e esses elementos críticos são relativizados de certa forma pela abordagem tradicional (ortodoxa nos termos deste trabalho). Uma das possibilidades exaltadas neste trabalho consiste em construir uma agenda de pesquisa no campo da HPE nacionais (brasileira, particularmente para essa dissertação). Tal alternativa passa necessariamente por esse

[72] Fernández (2014) conclui em seu artigo, como bem sintetizado pelo próprio título, que um dos principais objetivos da metodologia econômica atualmente consiste na defesa do pluralismo e, neste sentido, os metodólogos ainda tem muito a desempenhar. Em suas palavras: "(...)O metodólogo, descrevendo e comparando abordagens, bem como sugerindo limites, pode então ajudar os pesquisadores a posicionarem a si próprios e suas obras dentro do panorama mais geral da ciência. Mais ainda, seria muito proveitoso que esta perspectiva orientasse a construção dos cursos que montamos e dos departamentos que construímos com muita maior frequência do que o faz hoje. A difusão de uma metodologia deste tipo certamente levará ao surgimento de uma ciência econômica melhor e mais útil do que a que existe hoje." (FERNÁNDEZ, 2014, p.18)

primeiro passo que acabamos de dar, ou seja, nesta defesa de uma concepção plural dos elementos fundantes da ciência econômica em geral e também particularmente no próprio campo da HPE.

1.4 POR UMA SÍNTESE:[73] A NECESSIDADE DE APROFUNDAMENTO NA AGENDA DE PESQUISA DA HPE NACIONAIS.

Como pensar uma ciência em crise? Ou seja, como transmitir e promover conhecimento neste contexto de crise teórica do paradigma? Ou ainda mais profundo: como ressignificar os fundamentos de uma ciência em crise? Tais questionamentos são extremamente pretensiosos e, portanto, não encontram respostas rápidas e muito menos exclusivas. Dentro de nossos propósitos, procuraremos neste momento aproximar algumas reflexões de natureza mais geral, de forma a encaminhar nosso objeto para o centro da discussão.

Se admitirmos as contribuições de Kuhn e se considerarmos que as anomalias expostas ao paradigma neoclássico são relevantes a ponto de gerar essa sensação de insegurança na comunidade científica, ou seja se são fortes o suficiente para proporcionar uma crise nesta ciência; o conhecimento gerado neste campo deve necessariamente abranger essa realidade. Em um contexto de ciência normal é natural transmitir e reproduzir os fundamentos teóricos do paradigma (ou PPC hegemônico para aproximar mais à realidade da ciência econômica), fato totalmente paradoxal em contextos de crise deste paradigma, em que mais do que reconhecimento desta situação, os conhecimentos gerados devem ser capazes de revisarem os erros passados bem como devem apontar também para novos rumos. Pensar em uma estrutura apta para abranger essas considerações, saindo da inercia paradigmática é essencial neste momento.

---

[73] Por todos os apontamentos que trouxemos até aqui para compreender o florescimento de estudos no campo da HPE, recapitulando: seja descrevendo a aguda crise atual da teoria econômica sob constructos da hegemonia do programa neoclássico; ou abordando o florescimento de um campo na filosofia da ciência que possa contrastar com o positivismo abrindo caminho para novas alternativas metodológicas de narrativas para HPE; ou ainda, por fim, ressaltando a defesa de um pluralismo metodológico na economia enquanto prática legitima de disputa pela hegemonia; por todo esse emaranhado de assuntos, faz-se necessário uma síntese, que lance luz ao nosso objeto. Estamos cientes que a estratégia de exposição, discutindo os porquês e os predicados da retomada da HPE, por muitas vezes se apresentam como peças de um quebra cabeça desconectados do objetivo principal da dissertação, o que para nós reforça ainda mais a necessidade dessa síntese. No fundo, por outro lado, achamos essencial entender quais são os elementos que recolocam a HPE dentro do conjunto de questões importantes a serem investigadas, sobretudo porque para nós a centralidade de nosso objeto emana desta constatação e sua abordagem será também enriquecida por muitos desses elementos tratados anteriormente. Portanto, neste momento, aproximar HPE brasileira da atual crise teórica, das epistemologias alternativas ao positivismo e do pluralismo metodológico, é fundamental para nossos objetivos.

Operacionalização das reformas, discussões específicas sobre currículos, revisão dos critérios e espaços de disputas, são todos temas ligados a esta preocupação mais estrutural. Todavia, dentro de nossas limitações, proporemos uma reflexão ao estilo da encontrada em Tolipan e Guimarães (1980): pensar na concepção maior (núcleo comum nos termos dos autores) da ciência econômica, mas reforçando a também necessária abordagem do problema sob a perspectiva da periferia do sistema capitalista.

Tolipan e Guimarães (1980) se debruçaram sobre essas inquietações no contexto da crise (teórica e econômica) dos anos 80, fornecendo enormes contribuições, que pretendemos agora evidenciá-las dado sua grande aderência na atualidade. Esses autores defenderam uma proposta de reformulação das estruturas da ciência econômica assentada em dois eixos principais de formação para os novos economistas: o primeiro diz respeito à aprendizagem em matemática e estatística, por considerar que são instrumentos importantes para a formulação de análises econômicas; o segundo, mais importante para nossos objetivos, contempla o aprendizado em História e sua justificativa merece uma transposição embora longa, mas muito esclarecedora. Em suas palavras:

> (...) o aprendizado de História, necessário não apenas porque a História constitui a própria matéria de conhecimento econômico mas também porque o processo de conhecimento mesmo é um processo histórico e não um produto do gênio. O conceito econômico, por mais abstrato que seja, é sempre um produto de um pensar sobre a história; neste sentido, a história é propositora de hipóteses para o trabalho teórico. Decorre então que o conhecimento histórico não pode ser pura ilustração empírica, reduzindo-se a uma mera ciência de apoio; ao contrário, está organicamente relacionada à disciplina econômica. Tampouco seu modo de exposição pode ser confundido com a pura narração de série temporal dos fatos; ao contrário, deve ser uma reflexão sobre o modo social de produção e destruição dos fatos, integrando-se ao trabalho de produção teórica. (TOLIPAN; GUIMARÃES, 1980, p.8).

É importante frisar, que esses autores, ao defenderem a "bandeira da história", enquanto elemento formativo do conhecimento no campo da economia e não como antiquarismo cultural (descartável), realizaram uma enorme crítica à corrente hegemônica, que merece maiores atenções. Embora possa causar estranheza às vistas dos economistas formados na tradição ortodoxa, um célebre conjunto de economistas, muitas vezes denominados como clássicos do pensamento econômico, já realizaram trabalhos de incursões históricas ou a defenderam em algum momento, dentre eles Keynes, Smith, Schumpeter, Marx. Diversas foram as perspectivas levantadas pela literatura em geral, ora com tons mais modestos, mas por tantas outras vezes com o mesmo teor da citação acima: defendendo a história analiticamente, de forma a afetar a própria concepção da economia em si. Como indica Blaug (2001):

> O conhecimento tem profundidade multidimensional, bem como amplitude, e algumas das dimensões do conhecimento econômico incluem análise, dados, história, instituições e questões de política. Existe um aspecto da profundidade conceitual, onde os conceitos só são compreendidos quando são diferenciados em relação a outros estritamente relacionados, de modo que a extensão do conhecimento depende da finura com que se pode diferenciar. (BLAUG, 2001, p.150)

Nesta perspectiva, clareia o mesmo autor:

> (...) nenhuma ideia ou teoria na economia, na física, na química, na biologia, na filosofia e mesmo na matemática é completamente compreendida, exceto como o produto final de uma fatia da história, resultado de algum desenvolvimento intelectual anterior. Nunca entendi o cálculo que aprendi na escola até ler relatos das disputas de Newton-Leibniz sobre 'o teorema fundamental do cálculo', fundamentado no significado metafísico de um incremento ou decremento infinitamente pequeno; foi só então que pude ver exatamente por que a diferenciação é o oposto da integração. (...) Assim é, eu acho, com todas as teorias econômicas. O conhecimento econômico é dependente da trajetória. O que sabemos agora sobre o sistema econômico não é algo que acabamos de descobrir, mas é a soma de todas as descobertas, insights e falsos começos no passado. (BLAUG, 2001, p.156)

Neste sentido, a perspectiva histórica se apresentaria como alternativa para a ressignificação dos fundamentos desta ciência em crise, sobretudo por estar assentada nos princípios ativos geradores do conhecimento neste campo, a saber, seu aspecto de "memória" e "imaginação", nos termos dos autores. Admitido isto, prosseguem Tolipan e Guimarães (1980), o curso de economia se desdobraria em duas vertentes: i) na HPE (exercício da memória) e ii) em uma proposta aberta de investigação, desenvolvida como exercício de imaginação (mais tarde admitidas genericamente como quatro áreas do saber econômico: "Análise dos n capitais", "Análise do capital", "Economia Internacional" e "Moeda e finanças").

Estamos inteiramente de acordo com a problematização levantada pelos autores, principalmente por colocar a HPE e a crise no centro da discussão. Neste sentido, gostaríamos de avançarmos um pouco neste caminho, sobretudo porque a operacionalização desta disciplina na proposta dos autores abre espaço para algumas reflexões. [74]

Dando um passo para trás, afinal, por que deveríamos defender uma disciplina como a HPE? Poderíamos começar respondendo essa questão afirmando ser naturalmente a HPE o espaço destinado para organizar aquela concepção como anterior, visto que "(...)História do pensamento econômico não é uma especialização dentro da economia. É a economia cortada verticalmente

[74] Sobre este aspecto, escrevem os autores: "A primeira vertente [a HPE] se organiza naturalmente por escolas do pensamento: economia clássica, economia marxista, economia neoclássica e economia Keynesiana.". Cientes das implicações desta proposta, completam: "Assim, o curso não tem pretensões enciclopédicas, só possível para uma ciência segura de si, e deixa de lado correntes teóricas que não se inserem no movimento geral do pensamento econômico." (TOLIPAN; GUIMARÃES, 1980, p.10-11)

contra o eixo horizontal do tempo." (BLAUG, 2001, p.11). Todavia, uma série de outros motivos podem ser elencados, como os relatados por Schumpeter (1964), de ser o espaço privilegiado para compreensão e transmissão do estudo dos blocos conceituais (custo de oportunidade, custo marginal, etc.) fundamentais da economia em uma ampla variedade de contextos intelectuais; fornecer os insights sobre os caminhos percorridos pela mente humana; sugerir novas ideias.

Roncaglia (2005, p.11) também neste sentido assevera ser a HPE a disciplina capaz de contrastar com a visão cumulativa da ciência, sobretudo, porque em primeiro lugar: "(...)a análise dos escritos dos economistas no passado ajuda frequentemente a esclarecer as características básicas da abordagem que está sendo proposta e as diferenças entre ela e a dominante"; em segundo: "(...)ajuda a avaliar teorias baseadas em diferentes abordagens, trazendo à luz as visões do mundo, o conteúdo dos conceitos e hipóteses em que se baseiam."; por fim, e mais importante: "(...)lembrar raízes culturais ilustres às vezes serve de propósito tático, para contrariar a inércia. Isso constitui uma vantagem tão forte para o futuro.".

Caldwell (2012), de forma mais didática, expressa sua visão de defesa da HPE na formação do economista, dentro daquele contexto de banimento de seus espaços na graduação e pós graduação na maioria dos cursos de economia nos EUA, dividindo as vantagens inerentes ao seu ensino, primeiro, ao nível de graduação, a HPE é importante, pois: i) por se tratar de temas relacionados à origem das ideias, estimula a percepção deste campo como inerente ao debate, crítica e argumentações (escamoteada pelos manuais); ii) através do contato com os textos originais, promove o conhecimento das mentes mais brilhantes da área; iii) ajuda a desenvolver as habilidades necessárias de escrita e fala, de forma eficaz e persuasiva; iv) relativiza as inovações cultuadas no presente na medida em que muitas delas na verdade são "vinhos velhos com novos rótulos"; v) fornece o caminho de falhas analítica proporcionadas por algumas opiniões que o tempo tratou de mostrar que eram erradas; e vi) é um dos únicos lugares que expõem aos alunos ideias que não são incorporadas pelas opiniões convencionais. Já no que se refere à presença da HPE na pós-graduação, prossegue o autor: i) aceitando as seis justificativas e instituindo-se a cadeira para a disciplina, tem-se a necessidade de formar professores aptos a ministrarem-na; ii) meio de adquirir a sensibilidade histórica capaz de livrar o pesquisador da camisa de força proporcionada pela visão positivista da ciência; iii) ajuda a desenvolver a comunicação com outros campos do conhecimento, visto ser a história o campo da interdisciplinaridade de um modo geral; iv) trabalhando com temas específicos, como a economia do desenvolvimento por exemplo, a

história fornece as circunstâncias contextuais do desenvolvimento das instituições culturais, políticas, jurídicas, etc. centrais para a análise; e v) reforça a humildade com relação ao presente e a ideia de auge do conhecimento que potencialmente pode cercar o ambiente de pesquisa.

Aprofundar os estudos nessa agenda de pesquisa é essencial a partir de nossa realidade atual, pois como diz Roncaglia (2014, p.11): “A Economia sem HPE é um corpo sem alma.”

CAPÍTULO 2 - A HISTORIOGRAFIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO.

Procuramos demonstrar a potencialidade dos estudos no campo da HPE enquanto alternativa para o equacionamento da atual crise reinante na teoria econômica tradicional. Chegamos até aqui com uma certa bandeira de "defesa da história" como argumento contra os atuais ataques da ortodoxia neoclássica a este campo, que no fundo, representam o próprio recrudescimento deste processo de crise, como também tentamos enfatizar. O passado é importante, portanto, HPE é central e isto ajuda a explicar o atual aumento de interesse nos estudos deste campo. Talvez seja este o consenso pretendido até este momento.

No entanto, uma série de outras questões se recolocam diante daqueles que pretendem estudar o passado, pois, diferente daquilo que é reproduzido em muitos cantos, o conhecimento histórico não se apresenta como um reflexo exato do passado, visto que este passado não fala por si só, pelo contrário, ele ganhará vida exatamente no próprio ofício do historiador que o admitiu enquanto tal. Portanto, subjetividade, seleção, ordenamento, método de apreensão e, sobretudo, intencionalidade e projeto, são questões a serem enquadradas pela historiografia, principalmente neste campo das ciências sociais em que o sujeito e objeto se constituem como uma totalidade orgânica, caracterizada por esta conexão. É exatamente com este conjunto de interrogações contidos na historiografia que nortearemos este segundo capítulo.

Aliás, o próprio termo historiografia nos exige uma conceituação. Se olharmos seu significado mais estrito, o de "escrita da história", podemos derivar a princípio dois caminhos interpretativos: o primeiro relacionado ao relato do passado e contraste com o próprio passado; já o segundo pode se aproximar da reflexão de como os historiadores explicam o passado, deslocando para o centro da análise questões como os métodos históricos particulares empregados pelo historiador, ou reflexões mais amplas sobre a metodologia subjacente a sua pesquisa histórica. (KLAES, 2003). Notadamente, estamos interessados neste segundo plano conceitual da historiografia: evidenciar como e por que os historiadores da economia "reconstruíram" o passado de sua disciplina.

Mais uma vez adicionamos a ênfase na ideia de passado enquanto uma reconstrução, visto que queremos nos afastar de vez da ideia de passado inequívoco, para enfatizar a subjetividade desta tarefa. Passado não é um "arquivo morto" e o "estudo dos mortos" não é uma atividade

passiva do historiador, pois, como bem observa Lima (1996, p.11): "(...) o presente e o futuro nada mais são do que o passado transmogrificado. O passado não é algo morto, mas algo que ainda sobrevive no presente e no futuro. Apesar de distinguíveis no tempo cronológico, passado, presente e futuro confundem-se no tempo lógico.". Em síntese, também reproduzimos as palavras de Klaes (2003), que reforçam nossa constatação:

> Devido aos seus compromissos filosóficos subjacentes, escolhas historiográficas nunca são inocentes. Mesmo se eles não forçam seus proponentes, em última análise, a um lado ou a outro do debate Popper-Kuhn, ou uma de suas encarnações mais recentes ou antigas, o resultado é que as historiografias que adotamos como historiadores individuais da economia, para nós estudarmos e investigarmos autocraticamente, são menos o resultado de uma correspondência desinteressada de meios da caixa de ferramentas historiográfica pluralista para os fins da nossa pesquisa do que gostaríamos de admitir. (KLAES, 2003, p.13)

Ressalta-se, por fim, que o caminho apontado como roteiro para nós, exige uma ponderação importante, visto que estudos com este viés de investigação historiográfica flertam com impulsos normativos, no sentido de realizar asserções avaliativas que prescrevem e julgam as metodologias e abordagens no campo da HPE. Gostaríamos de enfatizar que esta linha tênue que cerca as abordagens historiográficas, como a que estamos propondo, na verdade reproduz aquela "inquisição positivista", tão criticada neste trabalho. Reforçamos a defesa e espaço para a pluralidade de abordagens e métodos para a HPE, e muito das avaliações críticas que seguem adiante refletem essa violação, na medida em que o método da HPE ortodoxa se funda em um ponto de vista exclusivista, que no limite, desqualifica as abordagens nacionais do pensamento econômico.

2.1 O MÉTODO DA HPE ORTODOXA.

Evidenciamos os elementos que forneceram explicações para compreender como o estudo da história do pensamento econômico ganha relevância na agenda de pesquisa dos economistas a partir dos anos 70, e mais do que isso, como este movimento abriu espaço para a teorização em um campo alternativo à visão hegemônica ortodoxa. Este longo recuo nos colocou em contato com uma série de divergências entre as diferentes correntes de economistas no tocante à definição do método seguro de análise científica para o campo desta disciplina. Todavia, este recurso pode ser profícuo e justifica-se, visto que esses debates também encontrarão correspondência quando passarmos a analisar os fundamentos metodológicos que embasaram os

diferentes estilos de narrativa na historiografia do pensamento econômico, sobretudo, por considerar que a história de uma dada ciência está intimamente ligada à forma como se considera a evolução e as definições dos empreendimentos científicos. Neste sentido, método, filosofia da ciência e HPE são três esferas que podem ser interpretadas tendo em vista suas conexões e, neste sentido, buscaremos agora explorar tal constatação enfatizando a última destas.

Mesmo que não seja consensual o aprofundamento e explícitas as filiações teóricas no que se refere às questões metodológicas da HPE, quando olhamos os principais estudos, o desenrolar da leitura de seus trabalhos evidencia distintas abordagens presentes em suas tentativas de reconstruir o passado da economia como disciplina específica do conhecimento. Mais do que o inevitável problema de seleção e ênfase nos autores, escolas e conteúdos escolhidos, que permeia a atividade de qualquer historiador das ideias, o olhar cuidadoso sobre este aspecto metodológico pode alcançar substancialmente as diferenças contidas nestes trabalhos, explicando assim as opções que justificam a empreitada dos autores em determinados conteúdos, estilos e estrutura de narrativa. Trata-se da ligação entre história e filosofia da ciência que fornecerá, entre tantas coisas, as perguntas relevantes a serem feitas pelo historiador das ideias e esta é, sem dúvidas, a força motriz que estruturará sua narrativa histórica. De volta às propostas iniciais deste capítulo, passemos a analisar então o método que embasou a construção da HPE ortodoxa.

2.2.1 Schumpeter e a História (do progresso) da Análise Econômica

Exposta, nos termos deste trabalho como a vertente ortodoxa, essa forma de abordagem da historiografia do pensamento econômico também foi classificada pela literatura especializada como HPE "internalista", "absolutista", "incrementalista", e até como "reconstruções racionais" [75], tendo como expoente os trabalhos de Schumpeter (1964), Blaug (1989) e Stigler (1965).

Engajados em universidades norte americanas, esses autores foram os responsáveis pela construção de uma metodologia que reconstruía o passado da disciplina à luz da evolução do

[75] Ver respectivamente GIANETTI FONSECA (1996), BLAUG (1989), SCREPANTI (1997) e MARCUZZO (2006). Longe de pretender criar uma distinção na literatura optando por uma nova tipologia, justificamos a utilização do termo "ortodoxa" na medida em que queremos enfatizar a correspondência entre a consolidação do método hegemônico ortodoxo, ou seja, a visão abstrata-dedutiva da economia (parte 1.1.3 deste trabalho) com a abordagem específica desta HPE.

instrumental analítico que os economistas, nas diferentes escolas, utilizavam para a construção de suas teorias econômicas. O olhar atento para o título de suas obras [76], o ano das suas publicações e a localização desses autores, a saber "History of economic analysis" (1954); "Economic theory in retrospect" (1962) e "Essays in the history of economics" (1965), revelam aproximações que procuraremos explorar afim de demostrar como este "fazer história" se popularizou na maioria dos cursos de economia e, sobretudo, como esta abordagem contribuiu fortemente para a legitimação da hegemonia da teoria ortodoxa dos economistas da vertente neoclássica.

Ciente que esta correspondência não pode ser feita de forma direta e merece grande atenção, passemos a analisar a construção metodológica que proporcionou uma "revolução" na historiografia do pensamento econômico. A caracterização é feita por Zerkowski (1987), que comentando o impacto do livro de Schumpeter trinta anos depois, escreve: "O que se procurará aqui, por conseguinte, é dar ênfase em alguns pontos gerais que fizeram com que a obra se distinguisse, ainda que esses pontos nem sempre tenham sido muito compreendidos, sobretudo a metodologia de abordagem no tempo, verdadeira revolução que foi e é." (ZERKOWSKI, 1987, p.120). [77]

Não se justificando apenas cronologicamente, dado que foi a primeira das três obras, "História da análise econômica" de Schumpeter é o trabalho seminal e, sobretudo, de maior fôlego para a construção da metodologia ortodoxa da HPE, tendo influenciado diretamente, inclusive, os outros dois citados anteriormente como também tantos outros trabalhos. O livro de mais de 1200 páginas (escritas a mão) e organizado postumamente em três volumes, reflete um pouco da trajetória intelectual desta que é uma das figuras mais destacadas entre os economistas de todos os tempos. Escrito nos últimos nove anos de sua vida, o livro faz parte de um esforço de sistematização de seu pensamento desde quando ministrou o curso de História do Pensamento Econômico na Universidade de Harvard pela primeira vez em 1939, embora, afirme a organizadora do livro – sua esposa, Elizabeth – já na introdução, que em sentido mais amplo, a dedicação a obra pode remeter

[76] Chamamos atenção, sobretudo, para o termo "análise" e "retrospectiva" ao qual nos deteremos com mais atenção mais tarde.

[77] Outra passagem bastante reveladora que resume o impacto deste trabalho de Schumpeter é realizada por Viner. Em suas palavras: "Há, como veremos, muito neste livro que é redundante, irrelevante, crítico, fortemente tendenciosa, paradoxal, ou de outra forma inútil ou até prejudicial à compreensão. Quando tudo isso é posto de lado, ainda permanece o suficiente para constituir, por larga margem, a contribuição mais construtiva, mais original, mais aprendida e mais brilhante para a história das fases analíticas de nossa disciplina que já foi feito. (VINER, 1954 apud. PERLMAN, 2006 p.11)

à toda sua vida acadêmica, porque a ambição de seu projeto "Tinha em mira uma teoria que pudesse algum dia sintetizar a economia dinâmica, do mesmo modo que o sistema walrasiano sumarizou a economia estática."

Esta ambição de seu projeto é relatada também na introdução da décima edição publicada em 2006 escrita por Mark Perlman, que caracteriza HAE como:

> A inacabada História da Análise Económica (HEA) é a parte mais significativa do quinto e último dos grandes projetos de Schumpeter. Para alguns, seu desenvolvimento representa os reflexos sombrios de um erudito mais velho, amargurado por tragédias pessoais, de carreira e de caráter. Para outros, é a quinta-essência, se não concluída, final grande turnê deste acadêmico profissional da economia, visionário do século XX. E para outros ainda é o mais sábio compêndio de nomes e títulos já publicados em inglês (e possivelmente em todas as outras línguas) na longa história da disciplina. (PERLMAN, 2006, p.6)

Nessas proporções, o contato com os estudos de metodologia e HPE eram indispensáveis, ademais, se considerarmos sua trajetória como um todo, por outro lado, somos levados a crer que a preocupação com essas questões estavam presentes desde suas primeiras incursões, onde o ainda "jovem" Schumpeter, em sua tese de doutorado defendida em 1908, realiza um trabalho de sistematização da economia teórica cujo o núcleo, identificado por ele, era a economia walrasiana e a partir destas considerações se propunha fazer uma exposição do conteúdo principal da disciplina. Tinha como objeto, também questões epistemológicas que versassem sobre a diferença entre economia estática e dinâmica; o caráter científico da ciência econômica e suas interconexões com outros campos do conhecimento; e o papel da matemática na economia.[78]

[78] Essas questões são tratadas de forma ampliada pelo ainda "jovem" Schumpeter no trabalho Der Dogmen-und Methodengeschichte de 1914. Perlman (2006), comenta sobre essa incursão: "Ele era na época um jovem, percebido tanto pelo mundo como por ele mesmo como um prodígio. Era parte de seu julgamento, talvez, de sua presunção, que ele queria estabelecer um esquema para a compreensão do desenvolvimento da disciplina de economia, tanto como uma ciência e como uma arte." (PERLMAN, 2006, p.6). No âmbito de seu precoce e ambicioso projeto, continua descrevendo Perlman (2006): "Este livro anterior não foi traduzido para o inglês até depois da morte de Schumpeter, mas para a maior parte da história da economia aficionados do período entre guerras, a sua existência e (para aqueles que podiam ler alemão, o seu conteúdo) (...) No entanto, o próprio Schumpeter parece tê-lo considerado uma prova de um produto inacabado. As limitações espaciais não permitem muita insistência em seu conteúdo, mas na época em que o escreveu, ele estava determinado a *(1) estabelecer uma distinção entre economia científica e economia política; (2) mostrando como a economia clássica britânica estava dando lugar a "escolas de pensamento econômico" (3), indicando que o futuro da análise econômica estava na tradição da análise de equilíbrio geral walrasiano, embora de uma forma dinâmica e não estática; e (4) insistindo que a filiação de ideias, bem como a política econômica descansou melhor nas mentes e mãos de uma elite cultural desinteressada.*" (PERLMAN, 2006, p.7). Os grifos são nossos e estamos insistindo nesta caracterização da trajetória intelectual de Schumpeter, resgatando as conexões de seus primeiros textos, por considerar que muitas dessas questões ajudarão a compreender o projeto por trás da "leitura da história" que se consolidaria mais tarde na abordagem da HPE ortodoxa com a publicação da HAE em 1954. Trataremos com mais profundidade essas conexões no momento oportuno. De antemão, constata-se que essas interconexões foram extensamente tratadas na tese de Silva (1993), a qual nos basearemos em alguns dos pontos levantados por este autor.

Nestes termos, o "jovem" e o "maduro" se ligam por esta preocupação com o método e a história, elementos que sempre estiveram presentes de forma destacada em toda sua trajetória intelectual. Além da preocupação temática comum, Silva (1993) procura afirmar ao longo de sua tese de doutorado uma certa coerência teórica de sua trajetória, na medida em que as influências filosóficas assumidas desde os primeiros trabalhos se mantiveram inalteradas, quiçá até aprofundadas, em seu trabalho mais elaborado, a HAE. O autor procura evidenciar como as incursões teóricas de Schumpeter representam, no fundo, a criação de uma epistemologia instrumentalista para a economia. Retomaremos seus significados e conclusões à frente.

De volta, esta conexão de temas ao longo da trajetória de Schumpeter, que enfatiza um certo amadurecimento intelectual sobre as questões tratadas desde os primeiros trabalhos é também relatada por Perlman (2006):

> Em HEA Schumpeter pretende explicar como a disciplina deve ser percebida. A parte I (3,7 por cento das páginas) parece-me a mais importante. Em seu estudo de 1914, Der Dogmen- und Methodengeschichte, que demorou muito para a organização autoconsciente, os temas de Schumpeter envolvem uma distinção entre ciência (por exemplo, economia científica) e programas de economia política (...). O mais velho Schumpeter estabelecido na HEA buscou fazer algo muito mais sofisticado. Procurou explicar a economia em termos da dinâmica da sociologia do conhecimento, e não sob a rubrica mais usual, a epistemologia clássica. (PERLMAN, 2006, p.9)

O pano de fundo na virada do século XX ajuda a esclarecer as motivações que guiariam o economista austríaco neste percurso metodológico. Vale lembrar que a já mencionada Batalha dos Métodos deflagrou uma crise na ciência econômica no mundo germânico, deixando para trás a sombra da escola clássica ao mesmo tempo em que se consolidava o neoclassicismo. Não estando alheio a tudo isto, Schumpeter presenciou o alvorecer da Escola Austríaca bem como a força de resistência da Escola Histórica Alemã, movimento que se expressa muito bem nos objetivos que pretendia alcançar desde suas primeiras reflexões. Por outro lado, as quase quatro décadas que ligam os dois trabalhos citados presenciam o enorme aperfeiçoamento da teoria econômica, emergindo neste tempo, inclusive, John M. Keynes, considerado como um dos maiores expoentes desta constatação. Somados, estes são os elementos contextuais que habilitariam Schumpeter a entrar de vez nos temas relacionados ao método e a teorização no campo da HPE.

Escrevendo contra certa tradição francesa e alemã, que tendiam em abordar a HPE sob uma perspectiva que apresentava o pensamento econômico a partir de uma justaposição em blocos, como uma espécie de evolução cronológica que fornecia os caminhos do desenvolvimento geral, Schumpeter de antemão em sua "História da Análise Econômica" trata de resgatar a importância e

a necessidade de adentrar no campo do conhecimento histórico das disciplinas, visto que este é o caminho que reflete a virtualidade das conexões entre o presente e o passado. Matizando os debates no campo da filosofia da ciência, e marcando terreno das influências tomadas, escreve o autor:

> "A análise científica não é um processo logicamente consistente que se inicia com algumas noções primitivas que se adicionam linearmente a um conjunto preexistente. Não é também, simplesmente, a descoberta progressiva de uma realidade objetiva – como o é, por exemplo, a descoberta de acidentes geográficos. Mais exatamente, é uma incessante luta com criações de nosso próprio espírito e o de nossos predecessores e progride – quando o faz – em ziguezague, não como uma lógica, mas como um impacto de novas ideias, observações ou necessidades, e também segundo às propensões e temperamentos de novos homens (...) o estado de qualquer ciência num tempo qualquer implica sua história anterior e não será entendido se não se tornar explícita essa sua história." (SCHUMPETER, 1964, p.25)

Neste sentido, a riqueza do olhar para a história encontra-se na apresentação do caminho percorrido pelo espírito humano, o enfrentamento de determinadas questões e a forma de encaminhamento das controvérsias que floresceram, refletindo, portanto, porque a evolução nos levou até certo ponto ou ainda porque não fomos adiante, ou seja, caberia a história nos revelar quais foram as descontinuidades e os "ziguezagues" do progresso. Neste sentido, ciência envolve história e, em economia, estas observações saltam aos olhos, visto que diferentes tempos históricos suscitam questões particulares com especificidades que lhe são inerentes, fato que por si só já justifica a construção de uma HPE.

Por outro lado, este campo privilegiado – a história -, forneceria ao economista o conhecimento das grandes questões tratadas no processo evolutivo, podendo evitar, na maioria das vezes, aqueles erros de análise que por muito refletem o desconhecimento da experiência histórica mais do que qualquer limitação de cunho técnico. Destarte, caberia também a observação histórica o enriquecimento da perspectiva da análise na medida em que seu olhar dos eventos econômicos pode apresentar as interrelações com o contexto histórico das instituições, bem como as interconexões da economia com outros campos do saber, fornecendo a análise um maior grau de complexidade e enriquecendo, no limite, seu objeto de apreensão.[79]

Assim, HAE pretendia ser uma espécie de introdução à ciência econômica para iniciantes; um manual que oferecesse uma introdução (por que não inspiração?) para a análise

[79] Expressando sua preferência pessoal pela história, opina Schumpeter: "Desses ramos fundamentais [história econômica, estatística e teoria] a história econômica – que inclui os fatos presentes e o que deles deriva – é o mais importante. Quero estabelecer de antemão que se iniciasse novamente meus estudos de economia e me dissessem que deveria escolher apenas um dos três ramos mencionados, minha preferência teria recaído sobre a história econômica" (SCHUMPETER, 1964, p.34)

econômica. É neste sentido que a incursão de Schumpeter com a economia estaria para a incursão de Ernst Mach com a física. Schumpeter reconhecendo a influência assumida deste filósofo explicita a virtualidade de seu trabalho sobre a história da física. Citando suas palavras:

> "A fecundidade de tal experiência [reconhecimento da importância da história] pode ser exemplificada pelo fato de que as ideias fundamentais que são desenvolvidas na teoria (espacial) da relatividade aparecem primeiramente em um livro sobre a história da mecânica" (SCHUMPETER, 1964 p.25) [80]

Portanto, constatado esses aspectos, prossegue Schumpeter em HAE:

> "Realmente, nosso principal objetivo é descrever o que podemos denominar o processo de Filiação das Ideias Científicas – o processo pelo qual o esforço dos homens para compreender o fenômeno econômico produz, aperfeiçoa e destrói as *estruturas analíticas* numa sucessão interminável. E – o que também é uma das principais teses a serem verificadas neste livro – que *fundamentalmente este processo não difere dos problemas análogos*, utilizados em outros campos do conhecimento." (SCHUMPETER, 1964, p.27)

Os grifos da citação são nossos e o fizemos por entender que esta é uma das passagens mais explícitas de todo seu projeto metodológico contido de maneira mais acabada nesta primeira parte da HAE. Primeiro, evidencia seu objeto: as estruturas analíticas (ou a "caixa de ferramentas", instrumental conceitual, etc.) das teorias econômicas. O olhar do historiador austríaco se voltaria especificamente para o caminho evolutivo desses elementos. Em seguida, elenca a hipótese de que a evolução de seu objeto se assemelha ao desenvolvimento de campos análogos, ou seja, procura buscar conexões entre os campos científicos da ciência econômica com outras áreas, consideração que alimentou grandes polêmicas na filosofia da ciência e que de certa forma nos mostram indícios de influências filosóficas positivistas.

Portanto, dentro de seus propósitos, mais do que uma sucessão cronológica de escolas, a História da Análise Econômica tratava de descrever o desenvolvimento histórico dos instrumentos de análise científica que embasaram a construção de teorias no campo da ciência econômica. Em outras palavras, seu objetivo consistia em evidenciar o *aparatus* conceitual utilizado pelos economistas para descrever e explicar os sistemas econômicos, submetendo-o ao crivo da história. Todavia, reconhecia que diversos elementos estariam embrincados em seu objeto - a análise econômica -, como por exemplo a influência do contexto histórico, mas seria em

[80] Silva (1993) explorando a conexão desses dois autores atesta: "Um exemplo que podemos retirar da historiografia da física e que corrobora Schumpeter é que, de fato, o próprio Einsten foi influenciado na juventude pelo pensamento machiano e pela sua análise histórica da mecânica que abriu a possibilidade para ele, Einsten, criar sua teoria. (...) Este fato é uma evidência que corrobora a visão de Schumpeter acerca da importância do estudo da história da análise para se entender o que se deve procurar desenvolver para ampliar a fronteira do conhecimento, para dinamizar o progresso da ciência, principalmente numa ciência como a economia." (SILVA, 1993, p.210)

oposição a estas narrativas que enfatizavam outros aspectos, que não o da evolução do instrumental analítico, que Schumpeter pretendia escrever sua "história": não se daria protagonismo na narrativa, por exemplo, para os elementos que compõe as motivações históricas que levaram Smith a escrever sua obra clássica, pelo contrário, trocariam as inquietações dos "porquês" pelo "como", ou seja, quais foram as ferramentas de análise que estariam presentes em suas interpretações e como esta "caixa de ferramentas" evoluiu até se chegar na contemporaneidade. É neste sentido que o título de sua obra expressa de forma literal o teor de seu projeto. Em suas palavras:

> "Entendo por História da Análise Econômica a história do esforço intelectual levado a efeito por homens com o fito de compreender o fenômeno econômico ou, o que vem a dar no mesmo, a história dos aspectos científicos ou analíticos do pensamento econômico." (SCHUMPETER, 1964, p.23)

Mas por que sua metodologia de HPE propunha dar ênfase nos instrumentos analíticos? Quais as características mais elementares de seu objeto? O que levou Schumpeter a realizar uma empreitada histórica de sua evolução? Essas inquietações nem sempre foram respondidas diretamente nesta introdução metodológica de HAE, o que nos exige uma leitura bastante acurada bem como o contato com outros textos publicados pelo autor.[81] Todavia, ter em mente essas especulações é de extrema importância para compreendermos o significado de seu projeto e a grande influência que HAE exerceu na historiografia do pensamento econômico.

Importante ressaltar que já estava bem claro na visão de Schumpeter, desde o texto publicado em 1949 "Science and ideology" a riqueza e centralidade do desenvolvimento histórico do instrumental analítico. O reconhecimento do progresso das ferramentas conceituais dos economistas viria acompanhado pela caracterização da finalidade autônoma e objetiva deste elemento, o que em última instância, legitimaria sua empreitada proposta em uma história dessas análises em ciência econômica. Identificando essas questões em suas palavras:

> Devo insistir, entretanto, na proposição de que nossos poderes de análise cresceram em sintonia com nosso estoque de fatos. Um novo conjunto de métodos estatísticos surgiu, em certa medida, por nossos próprios esforços, que é tão importante para nós quanto para todas as ciências (...) Em resposta a esse desenvolvimento e em aliança com ele, bem como de forma independente, nossa própria caixa de ferramentas analíticas foi muito

[81] Uma observação reforça esse argumento: como salientado já na introdução de HAE, os quatro capítulos que oferecem a construção metodológica de seu projeto, não foram concluídos, devido ao falecimento durante sua escrita. Este fato pode resultar em omissões e incompreensões fruto da organização póstuma, sobretudo em se tratar de um livro tão complexo que é o resultado de uma vida intelectual. Neste sentido, somos levados ao contato do texto publicado em 1949 "Science and ideology", em razão do proferimento do discurso presidencial da sexagésima primeira reunião anual da American Economic Association, realizada em 1948, em que Schumpeter tange questões centrais tratadas de forma complementar na parte metodológica da HAE.

> enriquecida: teoria econômica, no sentido instrumental do termo - em que não significa nem o ensino dos fins últimos de hipóteses políticas ou explicativas, mas simplesmente a soma total de nossos métodos de lidar com os fatos - cresceu tanto quanto Marshall e Pareto tinham previsto que iria. (SCHUMPETER, 1949, p.1)

Colocado nesses termos, a proposta metodológica de Schumpeter para a construção da história dos instrumentos analíticos para a economia teórica chocava-se com diversas controvérsias no campo das ciências sociais, imanentes de sua concepção que como veremos à frente realiza fundamentalmente uma cisão entre a história, o pensamento e a análise. Ciente desses entraves, faz-se necessárias algumas digressões para que seu projeto torne inteligível, a começar sobre os seus apontamentos sobre a defesa da economia enquanto campo científico.

Buscando exorcizar fantasmas do relativismo historicista em HAE, Schumpeter parte do pressuposto, bastante vago, de que em essência, ciência pode ser considerada como refinamento de bom senso e de conhecimento dirigido. Seria esta a primeira definição mais geral do que ele considera como características do campo científico. Citando suas palavras:

> Para nossos propósitos, uma definição ampla se apresenta de pronto: uma ciência é qualquer conhecimento que seja objeto de esforços conscientes para aperfeiçoa-lo. Tais esforços produzem modo de pensamento – métodos ou 'técnicas' – e uma ordem de fatos revelados por estas técnicas que estão além da disposição de hábitos mentais e do conhecimento empírico da vida cotidiana. Daí que nós possamos também adotar a seguinte definição praticamente equivalente: ciência é qualquer campo de conhecimento que tenha desenvolvido técnica especializada de verificação de fatos e de interpretação ou inferência (análise). (SCHUMPETER, 1964, p.28)

Neste aspecto, muito embora, caracterizada também pela interligação de alguns outros campos do conhecimento, a economia se consolida enquanto área especializada do conhecimento científico, pois, existe reconhecidamente pelos seus pares técnicas especializadas para apreensão dos fatos econômicos, fatos estes, que se colocam como questão por serem observáveis e apreendidos pela experiência empírica. Portanto, sendo refinamento de bom senso e conhecimento dirigido, não há dúvidas sobre a coerência do aspecto científico da economia a partir deste seu critério de demarcação.

Dois elementos são importantes nesta definição: primeiro, a influência marcante do substrato científico do positivismo lógico ao dar significância ao empirismo como marca distintiva da ciência econômica, o que levou a Backhouse (1994, p.1) a considerar a metodologia de Schumpeter como uma espécie primitiva de "filosofia da ciência empírica" [82]. Embora não tenha

[82] Escreve Backhouse (1994): "Há uma grande ênfase em que a economia é uma ciência, onde a ciência envolve ir além das explicações cotidianas de fenômenos econômicos. Muitas das frases que Schumpeter usa para descrever a

explicado o porquê adere este critério de demarcação, a ênfase no caráter empírico da ciência o habilita, na classificação de Silva (1993), a ser um "verificacionista pré-popperiano", na medida em que é a "possibilidade de adaptação de teorias aos fatos e esta adaptação é uma espécie de verificação da teoria" (SILVA, 1993, p. 164).

Em suma, Schumpeter considera a economia como ciência pois diferentemente de outras áreas do conhecimento e da metafísica, esta esfera específica do conhecimento possui relação crítica com os fatos empíricos, e estes, que serão responsáveis pela adaptação das teorias ao longo do tempo (teste de verificação). Em outra oportunidade, em texto escrito em 1931 intitulado "Recent developments of political economy" Schumpeter sintetiza sua definição, de certa forma reafirmando e resumindo as asserções feitas até aqui. Para ele:

> "(...) Eu encaro a economia como uma ciência (...) Este é o ponto o qual eu tentarei esclarecer, isto é, que economia é uma ciência como qualquer outra e que seu objeto é, tal qual em qualquer ciência, estabelecer relações funcionais entre os fenômenos que nós observamos. Ciência empírica, que como qualquer outra, lida com fatos econômicos, os quais nós simplificamos e de uma forma ou de outra colocamos em conexão recíproca – uma conexão que de alguma forma misteriosa satisfaz a ânsia do coração humano por conhecimento, e à qual nós dominamos verdade científica. Não é verdade eterna – uma revelação religiosa ou uma visão intuitiva. É somente conexão racional das coisas. Isto é tudo. Vista desta maneira, eu encaro a economia como tendo tudo o que uma ciência física possui." (SCHUMPETER, 1931 apud. SILVA, 1993, p.169)

Por outro lado, reafirmava o status privilegiado da ciência ao considerar sua atividade como refinamento de bom senso, longe da compreensão sensorial de homens comuns e leigos. Economia, portanto, é ciência - positiva, particularmente - ainda que consensos tão presentes nas ciências naturais não sejam unanimidades na comunidade científica dos economistas. É o que deixa transparecer na passagem:

> Muitos tipos de mente são necessários para construir a estrutura do conhecimento humano, tipos que nunca se entendem entre si. A ciência é técnica e, quanto mais ela se desenvolve, mais completamente se aproxima do alcance da compreensão não só do público, mas, menos sua própria especialidade escolhida, do próprio pesquisador. Mais ou menos, isso é assim em toda parte, embora uma maior uniformidade de treinamento e uma maior disciplina de esforço possam, na física, reduzir as divergências a algo mais consensual. (SCHUMPETER, 1949, p.12)

Mas destas constatações muito gerais, se ciência é técnica, quais seriam as técnicas sob domínio da ciência econômica? Quais matérias específicas o economista científico deveria dominar para se considerar como tal? Buscando tatear as relações da economia com outros ramos do

---

ciência refletem a influência do positivismo lógico (...) Schumpeter escreve que as regras da ciência "moderna" ou "empírica" ou "positiva" ... reduzem os fatos que somos convidados a aceitar por razões científicas à categoria mais restrita de 'fatos verificáveis pela observação ou experimentar'." (BACKHOUSE, 1994, p.1)

conhecimento bem como os elementos que estão sob seu domínio, Schumpeter elenca a história, a estatística, a sociologia econômica e a teoria, como compartimentos que formariam em conjunto a "análise econômica". Esta totalidade contida na definição de "análise" pode ser considerada como a aproximação de uma conceituação específica do que é ciência econômica. Em outras palavras, os economistas utilizam essas técnicas derivadas desses diferentes campos do conhecimento para dominar os fatos econômicos, produzindo, em uma etapa superior, a análise econômica: essa caixa de ferramentas utilizada para apreender os fatos do mundo empírico.

Vale ressaltar, que esta divisão, enfatiza a especificidade do objeto que compõe a análise econômica, atribuindo determinado método científico corresponde ao ramo que se pretende apreender, ou seja, uma determinada abordagem (ou combinação de abordagens) com respeito a algum fato econômico deve ter em vista o problema a ser analisado, e a validade do método utilizado por sua vez, seja ele histórico, teórico ou estatístico, deve estar ligado ao tipo de problema em questão. No limite, depreende-se que cada problema exige um método específico para seu tratamento.

Trocando em miúdos, tendo em vista essas questões, se o economista pretende estudar a formação de determinado mercado, poderá escolher a história como conjunto de técnicas adequadas para apreender este fato. Todavia, se optar pelo estudo dos mecanismos de formação dos preços nesses mercados, sem fazer alusão aos aspectos de evolução histórica, deverá proceder à luz das técnicas da teoria. Este aspecto é importante, pois algumas interpretações relacionam esta premissa como uma certa tolerância de Schumpeter com vários métodos para a economia teórica, quase como uma defesa ao pluralismo metodológico. Silva (2012) critica essas posições, chamando a atenção para uma posição que se aproxima ao pragmatismo metodológico. [83] Em síntese, argumenta que:

[83] Em suas palavras, o problema traduzido da concepção pragmática de Schumpeter em termos lógicos seria: "Cada disciplina (T), seja ela história, economia teórica ou estatística possui, para Schumpeter, um conjunto de técnicas e de regras de procedimento que lhe é particular (RTc). Cada método ou disciplina representa, portanto, um conjunto RTc usado para se abordar um conjunto de fenômenos (D) — ou domínio de fenômenos. A metodologia é um conjunto de regras (R) de escolha de disciplinas ou de conjunto de disciplinas (CTi). Logo, estabeleçam-se as seguintes Proposições Metodológicas (PM): PM1: Quando eu escolho uma disciplina específica T1 para lidar com um conjunto de fenômenos D1, automaticamente estou optando por um conjunto de regras e técnicas RTc1 e irei seguir um conjunto de procedimentos. A escolha entre disciplinas Ti é a escolha entre regras e técnicas RTci. Essa escolha também pode se dar entre diversas combinações de disciplinas ou métodos CTi usados para abordar um domínio específico de fenômenos; PM2: Existe um conjunto de regras que orientam a escolha de Ti e de CTi. Esse conjunto de regras é R; PM3: O conjunto R possui um único elemento, que representa uma única regra de escolha: a regra de escolha entre disciplinas e, portanto, entre conjuntos de regras e técnicas, é a capacidade de cada um descrever um conjunto de

> "Machlup [o representante desta concepção que o autor critica] parece confundir a tolerância de Schumpeter quando da escolha entre disciplinas e conjuntos de disciplinas e a escolha de diversos 'métodos' dentro da economia teórica, como se a economia teórica ora fosse teórica, ora histórica, ora estatística. O meu argumento é algo distinto. O pragmatismo metodológico schumpeteriano, tal qual o defini, arbitra com tolerância a escolha entre a história, a estatística e a economia e entre conjuntos combinados das mesmas; Machlup, ao contrário, parece querer mostrar que Schumpeter permite que a história se misture com a economia teórica, como se ambos não possuíssem uma identidade definida." (SILVA, 2012, p.116)

Das considerações realizadas até aqui, que classificam os domínios das quatro técnicas específicas que dotam a análise econômica no campo da ciência, exige-se uma ponderação. Embora tenha vislumbrado as interconexões, Schumpeter não esconde a ênfase na esfera da "teoria" enquanto núcleo central da análise econômica. É claro que o domínio da história e estatística são fundamentais para a formação do economista enquanto cientista, mas é especificamente o domínio do campo da teoria que o distingue como tal. Escrevendo sobre a centralidade deste ramo ao projeto de construção de uma epistemologia instrumentalista para a economia teórica, escreve Silva:

> "O economista não se define, para Schumpeter, como um estatístico ou como um historiador. Ele é, antes de mais nada, um teórico que, por vezes, precisa recorrer a outros métodos para abordar alguns problemas. Um dos esforços básicos de Schumpeter em WHT [sigla utilizada para aludir à sua tese de doutorado 'Das Wesen und der Hauptinhalt der theoretischen Nationalökonomie' defendida em 1908] está justamente em demonstrar a relevância da economia teórica ou simplesmente da teoria para a formação da economia científica e do economista." (SILVA, 2012, p.160)

Mas em que consistiria este termo tão abrangente como "teoria"? Segundo o economista austríaco, basicamente, teoria poderia ser entendida sob dois aspectos. O primeiro deles é a aproximação da definição de teoria como um conjunto de hipóteses explicativas a partir do qual deduzimos os teoremas, que realizarão, por sua vez, as inferências sobre as relações entre o fenômeno econômico estudado. Realizar um empreendimento científico no campo da economia, assim como no campo da física teórica, indica Schumpeter, pressupõe uma série de simplificações que retratam certos aspectos da realidade, que a teoria, inevitavelmente deverá pressupor através de suas hipóteses, que podem, em última instância, estar pautadas tanto nas evidências empíricas ou serem meras abstrações do pensamento.

---

fenômenos. O mesmo vale para a escolha entre conjuntos/combinações de disciplinas; PM4: R determina que o critério de escolha entre disciplinas seja prático; o mesmo vale para a escolha entre os conjuntos-combinações de disciplinas." (SILVA, 2012, p.115-116)

Comentando sobre o duplo caráter das hipóteses explicativas, a saber, o fato de expressarem uma abstração generalizadora do pensamento, porém, tendo como referência os fenômenos concretos, Schumpeter ilustra a constatação tomando como exemplo a atividade dos alfaiates: embora possuam liberdade para criar um paletó de diversas maneiras utilizando de sua abstração criativa, esperamos não sermos surpreendidos quando experimentá-lo, visto que o mesmo fora feito sob medida. Tratava-se da metáfora realizada por Poincaré, que como salienta Silva (1993), consistia também na influência filosófica assumida desde os tempos de juventude, assim como o filósofo já citado Mach. Em suma, o que é importante frisar, é que Schumpeter recorre a definição de teoria enquanto hipóteses explicativas, onde estas atuam como instrumentos que serão utilizados visando alguma inferência sobre os fenômenos. [84]

Em uma etapa superior, elencam-se os conceitos sob os quais se possam derivar resultados das hipóteses feitas, e estes compõem o segundo elemento caracterizador das teorias. No entanto, diferentemente das hipóteses, que estão pautadas de certa maneira nos fenômenos que se pretende teorizar, os conceitos podem ser utilizados indiscriminadamente, não possuindo relação com nenhuma teoria particular: é o caso da taxa marginal de substituição, produtividade marginal, multiplicador, etc. Em resumo, temos a definição de que teoria é composta por hipóteses e conceitos, que formam um grande conjunto de instrumentos e utensílios, utilizados para descrever fatos econômicos. Nas palavras de Schumpeter, explicitamente, teoria é " a soma total destes instrumentos – inclusive proposições úteis em certos momentos – que constitui a teoria econômica". (SCHUMPETER, 1964, p.37). Para resumir, enfim, em sua definição, tem-se que teoria econômica pode ser caracterizada como uma "caixa de instrumentos".

Implicitamente, sua definição de teoria tem como pano de fundo a mesma questão enfrentada pelos filósofos positivistas Mach e Poincaré, que enfatizavam o caráter instrumental da ciência. Buscando afastar a ciência da metafísica, Schumpeter, considera o objetivo da teoria como sendo a descrição dos fenômenos econômicos e não a explicação dos mesmos. Portanto, teoria econômica possui um caráter descritivo (não explicativo) sendo impossibilitada de realizar

[84] Clareando esta definição um tanto quanto truncada em HAE, escreve Silva: "Por exemplo, nós podemos usar uma hipótese de agente público altruísta se nossa preocupação maior, dentro de uma análise de bem-estar, é mostrar que o governo pode maximizar a função de utilidade social condicionado a uma série de outras hipóteses; no entanto, se o nosso objetivo é explicar a formação de elevados estoques de dívida pública que serão transferidos intergeracionalmente, diminuindo o bem-estar das gerações futuras, talvez seja interessante trabalhar com a hipótese de agente público rent-seeking. A escolha da hipótese e sua formulação é arbitrária mas, ao mesmo tempo, depende do conjunto de fatos que queremos relacionar e classificar." (SILVA, 1993 p.167)

asserções sobre a essência dos fenômenos (aferição de verdade ou falsidade). No limite, em seus termos, não podemos dizer nada sobre a veracidade ou não de determinada teoria, tal afirmação consiste em uma extrapolação do campo científico da teoria econômica. Este seria um dos pilares para o que Silva (1993) classifica como proposta de uma epistemologia instrumentalista para a economia, enquanto economia teórica. [85]

Destarte, de tudo que foi dito, neste sentido de distanciamento do relativismo, Schumpeter prossegue criticando como "método fácil de luta política" a redução dos empreendimentos científicos à metafísica, na medida em que pretendem evidenciar os aspectos que motivaram/explicariam tais ações, não se atentando a descrição "fria" dos mesmos. Em contraposição, ressalta o caráter científico de qualquer peça de análise independentemente dos objetivos que as motivou *a priori*. O recado era bem claro: buscava-se afastar daquela tradição iniciada por Marx que questionava a cientificidade do conhecimento problematizando o condicionamento social deste empreendimento. [86] Interpretando este aspecto da epistemologia instrumentalista de Schumpeter [87], escreve Silva:

> O papel da teoria e da teoria do valor em particular não é nem buscar razões morais ou ideológicas para justificar a ação dos agentes nem buscar explicações causais metafísicas sobre a origem real do valor. O objetivo da teoria do valor, dentro da economia teórica, é descrever o fenômeno do valor da melhor forma possível, isto é, da forma mais eficiente e econômica – daí vem em grande parte a simpatia de Schumpeter por Walras que cria um

[85] Para além das citações diretas de Mach e Poicaré em HAE, o argumento de Silva pode ser reforçado pela citação reproduzida de Schumpeter, em um dos seus últimos artigos, escrito em 1947, onde o economista austríaco afirma, atentamente notado por Silva, que: "Eu espero que esteja subentendido neste artigo que o termo teoria não significa nada que de alguma forma transcenda o domínio da análise empírica, vale dizer, nada de que de alguma forma dependa de premissas 'filosóficas', 'metafísicas' ou 'especulativas'. (...) Eu quero enfatizar o papel instrumental da teoria. Ela deve ser considerada exclusivamente como uma ferramenta de pesquisa ou mais ainda como uma caixa de ferramentas que nos ajuda na tarefa de descrever fatos e relações entre fatos. (SCHUMPETER, 1947 apud. SILVA, 1993, p.170)

[86] Em suas palavras: "(...) Marx foi o primeiro a transformar esta relação de interdependência entre 'ciência' e outros departamentos da história social em uma relação de dependência da primeira sobre os dados objetivos da estrutura social e em particular sobre a localização social dos trabalhadores científicos que determina sua perspectiva sobre a realidade e, portanto, o que eles veem e como eles vê-lo. Esse tipo de relativismo - que, naturalmente, não deve ser confundido com qualquer outro tipo de relativismo se rigorosamente levado a suas consequências lógicas ilumina uma nova filosofia da ciência e uma nova definição da verdade científica." (SCHUMPETER, 1949, p.4)

[87] Neste momento, torna-se oportuno replicar uma ponderação feita pelo próprio Silva (1993) que pode nos levar a algumas incompreensões. Em suas palavras: "(...) Aqui cabe fazer novamente um alerta importante: quando falamos que Schumpeter é um instrumentalista que tem fortes influências do instrumentalismo do início do século, fazemo-lo em referência tão somente à sua análise da economia teórica ou teoria.

Em suma, o instrumentalismo schumpeteriano vale aqui para o Schumpter economista teórico, e não talvez para o Schumpeter que, como intelectual lato sensu, busca entender, por exemplo, a natureza do capitalismo e a relação entre o comportamento atávico da burguesia e das elites europeias do início do século e o imperialismo. (...) o Schumpeter economista quer ver se a teoria do valor do Marx economista é, de fato, um bom instrumento para descrever a formação dos preços numa economia. Não obstante, a visão de capitalismo de Marx, por exemplo, é elogiada por Schumpeter." (SILVA, 1993, p.172)

> sistema onde todos os preços são determinados uns em relação aos outros, simultaneamente. (...) Qualquer verdade objetiva é inacessível ao conhecimento teórico, à teoria, à economia teórica. A única verdade que existe é construída dentro da teoria. (SILVA, 1993, p.171)

Assim, se um economista analisar os mecanismos de comércio internacional estará fazendo ciência, seja lá qual for sua posição em relação ao protecionismo ou não, da mesma forma que um biólogo também estaria o fazendo se realizasse pesquisas bacteriológicas para servir a um objetivo médico ou outro qualquer. Neste horizonte, "ocasionalmente, pode ser de interesse responder por que uma pessoa diz o que diz; mas qualquer que seja a resposta, não nos diz nada sobre o que se afirma é verdadeiro ou falso." (SCHUMPETER, 1964, p.32)

Estariam assim suscitados os problemas e os debates sobre os empreendimentos científicos e a questão da ideologia, dos desvios proporcionados pelo juízo de valor, ou seja, aquela velha questão envolvendo a objetividade científica *versus* metafísica. Fica claro em sua concepção a reafirmação da autonomia reservada para a atividade científica, este empreendimento neutro, objetivo e positivo. Schumpeter tinha consciência das influências filosóficas positivistas que estava assumindo, o que fica ainda mais expresso na passagem:

> Não vou reabrir a velha discussão sobre julgamentos de valor ou sobre a defesa de interesses de grupo. Pelo contrário, é essencial para o meu propósito enfatizar que em si o desempenho científico não exige que nos despojemos de nossos julgamentos de valor ou que renunciemos ao chamado de um advogado de algum interesse particular. Investigar fatos ou desenvolver ferramentas para fazer isso é uma coisa; para avaliá-los de algum ponto de vista moral ou cultural é, na lógica, outra coisa, e os dois não precisam de conflito. Da mesma forma, o advogado de algum interesse ainda pode fazer um trabalho analítico honesto, e o motivo de provar um ponto para o interesse ao qual ele deve lealdade não provar em si mesmo nada a favor ou contra este trabalho analítico: mais francamente, advocacia não implica mentir. (SCHUMPETER, 1949, p.2)

Para nossos propósitos, a identificação dos elementos internos à análise econômica trata-se de uma estratégia de, ao mesmo tempo que procura enfatizar seu objeto de interesse, a saber a teoria enquanto elemento descritivo dos fatos econômicos, imuniza-o de debates inconvenientes ao seu projeto principal de reconstrução da evolução deste instrumental analítico composto pela teoria. Este movimento que, no primeiro momento realiza a cisão para imunizar doravante, como veremos, é marca distintiva de sua metodologia.

Assumindo nestes termos, uma das implicações vislumbrada pelo economista austríaco ao definir o campo da teoria econômica é que ao olhar a experiência empírica de determinadas classe de fenômenos (econômica, biológica, etc.), visto que, embora cada observação diga respeito a ocorrências individuais, munidas de especificidades históricas e contextuais, no limite, cada caso individual expressa características similares, garantindo o tratamento em conjunto por meio de

esquemas gerais. Por exemplo, pode ser necessário analisar a formação de preços em um mercado específico, mas evidenciados os elementos que caracterizam em essência o fenômeno, depreende-se uma teoria que ascenda ao mais alto nível de abstração generalizadora, formando o mecanismo de análise geral, como no exemplo, a formação geral dos preços em qualquer mercado e em qualquer época, basta atentarmos para o êxito, tão vangloriado por Schumpeter, do trabalho de Walras.

Esta é a característica marcante de um instrumento analítico de modo geral: funciona de idêntica maneira seja qual for a natureza histórica do fenômeno. Esta definição fica clara em passagem que evidencia uma crítica, novamente, a uma certa tradição marxista:

> "Aqui é necessário nos acautelarmos quanto uma ilusão de ótica similar à que tornou os marxistas tão relutantes a usarem termos como preço, custo, moeda, valor dos serviços da terra ou juro equitativo quando falam de ordem socialista futura: estes termos denotam conceitos da lógica econômica geral e parecem, aos marxistas, estar impregnados de significado capitalista, somente porque são usados também na sociedade capitalista." (SCHUMPETER, 1964 p.40) [88]

Exatamente por considerar a supra-historicidade do instrumental analítico, ou seja, ao ganhar "vida própria" no trabalho de Schumpeter, é que este elemento se desvincula de interesses de quem os usa. Assim, tanto faz o "imperativo", pois o "indicativo" permanece friamente intocado. Podemos notar essa consideração na passagem:

> Abundam os exemplos em que os economistas estabelecem proposições para as implicações de que eles não têm qualquer simpatia. Mencionar um único exemplo: estabelecer a consistência lógica das condições (equações) que são descritivas de uma economia socialista parecerá à maioria das pessoas equivalente a ganhar um ponto para o socialismo; mas foi estabelecido por Enrico Barone, um homem que, seja lá o que for, não era certamente simpatizante de ideais ou grupos socialistas. (SCHUMPETER, 1949, p.3)

Neste sentido, da mesma forma que ele pretende se afastar da metafísica pela consideração dos elementos internos da teoria como se evidenciou, Schumpeter também pretende combatê-la a partir do momento em que passa a tratar da relação entre a análise econômica com outros campos do conhecimento. Partindo, novamente, de uma analogia exemplar da física teórica,

---

[88] Clareando melhor o argumento, assevera Schumpeter: "Sociólogos como Max Weber que sustentam a aplicação do método interpretativo às mudanças e estados sociais – isto é, que acreditam que nossa principal ou mesmo única preocupação é tentar entender as aspirações populares – facilmente nos levam a crer que o uso de quaisquer conceitos não familiares ao povo sob observação envolve o erro de admitir-se que seus espíritos funcionam exatamente como os nossos. Este erro pode ser corrigido, embora não necessariamente: usando-se um conceito que contenha um sentido para nós, mas não para o povo que observamos; ou estabelecendo-se que conceito apresenta sentido para o povo. Não precisamos recuar às tribos primitivas para ilustrá-lo; se formularmos as condições para maximizar os lucros, e função de nosso próprio conceito, não é necessário que admitamos que o homem de negócios os usa também; nossa teoria é perfeitamente inteligível mesmo que saibamos que eles assim não procedem." (SCHUMPETE, 1964, p.75)

afirma que qualquer contribuição realizada neste campo se fez despida da relação com a crença religiosa dos seus formuladores: Leonhard Euller (1707-1783), por exemplo, justificou seu método de mínimo e máximos com o argumento de que o mundo é a perfeição do trabalho de Deus e por isso o método para determinar as curvas que possuem características extremas.

Depreende-se, que posições filosóficas não alteraram o curso do empreendimento científico e que o mesmo é compatível com qualquer posicionamento filosófico de seu formulador, pois teoria é "caixa de ferramenta" e este corpo neutro está despido de crenças, interesses e juízos de valor. Assim, por agregação, também considera a análise econômica, cujo processo de construção pode ser despido das influências filosóficas, inclusive quando se atentou para as análises de pensadores como Quesnay e Marx, tão explícita em termos dos interesses e filosofias que os motivavam. No entanto, rejeitando uma solução à moda de um cientificismo extremo, como no caso físico, para o caso das ciências sociais, pondera Schumpeter:

> "(...) minha tese não implica naturalmente que a própria ação humana e os processos psíquicos a ela associados – motivos e métodos de raciocínio, se político, econômico ou de qualquer outro tipo – são livres da influência de ou sem correlação com as convicções éticas, religiosas ou filosóficas. Acontece, porém, que faz parte da minha própria psicologia social admitir que esta correlação está longe de ser perfeita (...) E isto também se aplica à 'política' dos economistas científicos e qualquer opinião ou recomendação que possam oferecer com vistas a 'políticas' de influência. O máximo que podemos inferir de nossa tese é que não se aplica a seu instrumental e teoremas." (SCHUMPETER, 1964, p.56)

Mais uma vez estaria este aspecto da análise econômica, a teoria, imunizada dos desvios de qualquer natureza. Ao que parece, Schumpeter reconhece a antiga distinção realizada por Senior, que coloca os elementos práticos (economia como arte) em lados diametralmente opostos dos teóricos (economia positiva). Não obstante, podemos aproximar essa concepção daquela em que considera apenas as motivações (motor) do desenvolvimento teórico explicadas pelos anseios da própria dinâmica interna da teoria. Talvez esteja aí o ranço com Keynes, o economista que escreveu sua "Teoria Geral" nitidamente motivado pelos anseios da crise que assolava o mundo capitalista naquele momento.[89]

[89] Comentando sobre este tratamento desequilibrado dado a Keynes em HAE, comenta Zerkowsky: "Evidentemente se incorre em armadilhas. Schumpeter acabou por não 'resistir'. Walras ocupa lugar de destaque tanto no que concerne à apreciação qualitativa quanto a extensão em que trata deste economista francês. (...) Neste, como noutro caso, haverá sempre críticas. Da mesma forma, keynesianos empedernidos terão certamente razões de queixa, pelo tratamento um tanto quanto desequilibrado, que contrasta com outros autores menos 'badalados' nos dias de hoje." (ZERKOWSKY, 1987, p.128)

Neste sentido, elencando a centralidade da teoria econômica a partir dessas digressões, que no limite, rejeitava as teses de economistas e historiadores que negavam o intuito de sua proposta por considerarem que a teoria econômica seria incapaz de se desvencilhar de seu condicionamento social, ou seja, da teoria levar a resultados que aludem à questões práticas, bem como, a própria análise de situações de certo fenômeno econômico, sem ter em mente algumas (ou todas) substância histórica, política, cultural, institucional e/ou social, pelo qual todo instrumento analítico está necessariamente vinculado. Reconhecendo esta crítica, rebate Schumpeter:

> "Esta opinião é bem difundida em determinados setores e implica em crítica de qualquer trabalho que se concentre no aperfeiçoamento dos instrumentos teóricos ou estatísticos da análise, e não me parece significar coisa alguma, a não ser incapacidade de satisfazer a inexorável necessidade de trabalho especializado." (SCHUMPETER, 1964, p.45)

Embora indique que ao andar pelo caminho de seus críticos estamos assumindo atalhos que nos levam a "métodos de explicações fáceis", a "pseudo-explicações", Schumpeter interessantemente reconhece a complexidade de seu objeto e a inexorável limitação problemática quando se reduz esta ciência às leis naturais da física, por exemplo. Não podemos associá-lo diretamente à filosofia positivista, pois sua solução é muito mais engenhosa que o dogmatismo desses últimos. As fortes críticas à corrente positivista, o surgimento de Weber e suas contribuições para a sociologia econômica, entre outros aspectos, obrigavam-no a realizar ponderações.

Entrementes, admitia, emprestado das contribuições da filosofia da ciência, que todo empreendimento de análise científica é parte de um fenômeno humano mais elementar, ou seja, está sendo realizado por um analista que se encontra em determinado meio social que o condiciona a interpretar melhor certas coisas a outras, bem como vê-las de determinado ângulo.[90] Neste sentido, este analista escolherá determinados métodos de apreensão, estabelecendo em seguida os mecanismos que responderão pelo sucesso (ou fracasso) da linha de pesquisa. O objetivismo cego da ciência positiva poderia facilmente ser questionado a partir dessas observações e, tendo em vista

[90] Corroborava também para esta ponderação o reconhecimento de estudos realizados no âmbito da psicologia (como a psicoterapia) que problematizaram o processo de racionalização dos analistas. O reconhecimento de nossas abstrações, por muitas vezes, diz mais sobre como nós pensamos que os fatos são, do que o são propriamente. Dito isto, pressupomos de forma ilustrativa segundo Schumeter que: "O competidor que tem mais sucesso que nós é como se ele conseguisse por intermédio de artifícios desprezados por nós. Como, do mesmo modo, o líder de um partido que não seja o nosso é um charlatão. (...) A importância deste hábito para o enriquecimento e felicidade do espírito normal é óbvia, como também o é a importância de um diagnóstico correto de suas manifestações verbais. (SCHUMPETER, 1964, p.60-61)

este raciocínio, que se admite a introspecção de todo o debate acerca dos desvios proporcionados pelo juízo de valor e a ideologia.

Contudo, sua consideração engenhosa, por outro lado, se imunizava dessas concepções mais dogmáticas. Schumpeter reconhecia que o próprio processo analítico, mesmo que tratado em sua metodologia de forma isolada destes aspectos "perturbadores", ainda assim, estaria sujeito à influência de elementos ideológicos indissociáveis ao processo científico. Todavia, o reconhecimento não significava descartar a objetividade científica em nome desta ponderação, muito pelo contrário, sua estratégia consistia em localizar onde os elementos ideológicos poderiam estar presentes, de forma a reconhecê-los (em nome de nossas limitações humanas) e, quiçá, *a posteriori* eliminá-los.

Bastava olharmos para a prática científica e a construção no seu processo cognitivo mais elementar. Observa Schumpeter, que todos analistas começam suas pesquisas através de caminhos traçados por seus antecessores, ou seja, a direção que avançaremos no empreendimento é parte de uma estrada que, embora escolhidas por nós, não possui origem nos nossos primeiros passos. Em outras palavras, o esforço analítico é necessariamente precedido por um conjunto de matérias-primas sob os quais os analistas concentrarão seu trabalho, ou seja, um ato cognitivo pré-analítico, que o autor denominou como "visão". Explicitando suas concepções, escreve o economista austríaco:

> Tão logo percebemos a possibilidade de viés ideológico, não é difícil localizá-lo. Tudo o que temos a fazer para este fim é examinar o procedimento científico. Parte da percepção de um conjunto de fenômenos relacionados que desejamos analisar (...) Em primeiro lugar, essa percepção de um conjunto de fenômenos relacionados é um ato pré-científico. Deve ser realizado para dar à nossa mente algo para fazer um trabalho científico - para indicar um objeto de pesquisa -, mas não é científico em si mesmo. Embora pré-científico, não é pré-analítico. Não consiste simplesmente em perceber fatos por um ou mais dos nossos sentidos. Esses fatos devem ser reconhecidos como tendo algum significado ou relevância que justifique nosso interesse neles(...) essa mistura de percepções e análise pré-científica chamaremos a visão ou intuição do pesquisador. (SHUMPETER, 1949, p.6)

Neste sentido estariam contidos nesse processo preliminar as intuições, anseios, questões normativas que compõe o grande aspecto da "visão de mundo" dos pesquisadores. Portanto, a visão, por definição, é quase ideológica. Todavia, duas questões se colocam: primeiro, este momento comum a toda prática científica é o pontapé inicial, momento em que não nos oferece o conhecimento científico em si, este último, representado por uma etapa superior: a análise. Para compreendermos esta constatação, citamos suas palavras:

> "Em toda a empreitada científica, a primeira coisa a aparecer é a visão. Isto é, antes de abraçar uma obra analítica de qualquer tipo temos que isolar primeiramente o conjunto de fenômenos a investigar e obter 'intuitivamente' uma noção preliminar de como eles se relacionam ou, em outras palavras, daquilo que, de acordo com nosso ponto de vista, parecem ser suas propriedades fundamentais. (...) Posto isso, nós procedemos então a conceitualização de nossa visão e ao seu desenvolvimento e revisão de acordo com o exame dos fatos, duas atividades que necessariamente andam juntas – os conceitos que nós possuímos em qualquer instante e a relação lógica entre eles sugerindo uma investigação fatual posterior e a investigação dos fatos sugerindo novos conceitos e relações." (SCHUMPETER, 1964, p.562)

Portanto, embora o trabalho analítico constitua-se inseparavelmente dessas duas atividades, podemos entendê-las a partir de suas distinções. Ao adentrarmos no momento posterior, que se refere a atividade científica em si, a visão, embora articulada, pode ser isolada do momento da teorização, não adentrando nos limites da teoria, pois como já mencionamos, esta última compreende aquele conjunto de instrumentos calcados na apreensão de fatos empíricos, que busca a descrição das relações dos fenômenos não carecendo de sentido cognitivo. Neste sentido, Schumpeter recorre novamente a saída "verificacionista" na medida em que é o domínio dos fatos empíricos o fator que explica o movimento de adaptabilidade da teoria ao longo do tempo e não os condicionantes fornecidos necessariamente pela visão inicial. É o que representa a seguinte passagem: "O trabalho concreto e o trabalho teorético, numa relação infinita de dar e receber, testam-se reciprocamente, estabelecendo entre si novas tarefas, e eventualmente produzirão modelos." (SCHUMPETER, 1964, p,70). Finalmente, estaria reafirmada nos seus constructos a neutralidade do conhecimento.

A outra questão caracteriza-se pelo momento de localização dessa região de influência onde a ideologia poderá exercer seus "desvios" dotando a prática científicas de "impurezas" do campo da metafísica Observa-se que regras de comportamento definidas pela comunidade científica são por muito isentas de influência ideológica individuais, muito porque baseadas em procedimentos científicos em campos imunes à ideologia, como nos procedimentos das ciências naturais. Esses padrões transcendem os desejos pessoais dos pesquisadores, fazendo com que a ideologia quando não excluída, possa ser minimizada. Se em um primeiro momento, quando deparou-se com a complexidade do objeto das ciências sociais Schumpeter recorreu aos estudos da filosofia da ciência, agora, podemos aproximar suas concepções à solução proposta por Weber em nome da "neutralidade ética" das práticas científicas, dotando-as de objetividade neste campo do

conhecimento. Destarte, essa solução que afirma a neutralidade da prática científica pelo crivo das instituições especializadas ganharia contornos nos trabalhos desenvolvidos por Karl Popper.[91]

Reconhecendo esses debates, o que fica para Schumpeter é o questionamento se toda a história da economia pode, como defende seus opositores, portanto, ser reduzida à uma história das ideologias. Ou ainda, se qualquer projeto que tenha como elemento central os instrumentos analíticos devam ser abandonados, visto que possui vícios de natureza metafísica que inviabilizariam qualquer possibilidade de démarche rigorosa no campo do conhecimento científico. Em suas palavras: "(...)nosso problema é determinar até que ponto o viés ideológico é ou tem sido um fator no desenvolvimento do que - concebivelmente - poderia ser um equívoco chamam a ciência econômica." (SCHUMPETER, 1949, p.5)

Se por um lado, Marx fora o primeiro a denunciar os elementos que compõe esta interpretação com respeito a vinculação orgânica das ideias de um tempo com a superestrutura de fatores mais elementares, alegando inclusive, que grande parte da economia de seu tempo podia ser reduzida à ideologia de classe da burguesia industrial e comercial. Por outro lado, é exatamente contra esta perspectiva que Schumpeter encaminhará a construção de sua metodologia para leitura de uma História da Análise Econômica. Buscava-se reconhecer a virtualidade dos elementos trazidos pelo debate sobre a ideologia, fornecendo-lhes campos específicos para seu tratamento e, neste sentido, reforçava sua metodologia que distingue e focaliza seu estudo na História da Análise Econômica, e não na História do Pensamento Econômico ou na História dos Sistemas de Economia Política.

Se o instrumental analítico, a partir das digressões que mostramos, ganha "vida própria" com a construção metodológica proposta por Schumpeter, o que lhe inviabilizaria a empreitada de análise histórica de sua evolução? Pensamento econômico, sistemas políticos, estruturas econômicas, etc. possuem suma importância e reconhecimento nas convicções de Schumpeter e a engenhosidade de seu argumento protege-se de críticos apressados: são tão importantes que merecem metodologias e narrativas próprias, a saber, uma História do Pensamento Econômico e uma História dos Sistemas de Economia Política.

[91] Para uma apreensão detalhada da evolução deste debate nas diversas correntes filosóficas ver Lowy (2013).

Lembremos, não estamos diante de uma defesa expressa em nome do pluralismo metodológico, mas sim, muito mais perto de um certo pragmatismo em que considera a necessidade de apreensão metodológica diferenciada para cada objeto de análise. Assim foi quando considerado os aspectos das disciplinas que compunham a análise econômica, assim também o será quando se encara os diferentes projetos de leitura da história.

Por História dos Sistemas de Economia Política, entende-se os princípios unificadores normativos sob os quais erigiam uma gama de políticas econômicas. Tratava-se de princípios norteadores que configurariam legitimidade para a atuação na realidade através de políticas econômicas, tais como o liberalismo econômico, o socialismo etc. Destarte, a História do Pensamento Econômico define-se como o campo onde agregam as opiniões e desejos dos economistas referentes, sobretudo, a política governamental que se encontra localizada em determinado contexto e espaço, pertencendo ainda, ao espírito público de uma certa época. Somadas, essas categorias englobam as leituras tradicionais dos historiadores da ciência econômica de uma tradição que buscavam interpretar a história dessa disciplina dando relevo aos elementos temporais e sociológicos presentes na evolução da teoria econômica, resignando os aspectos do desenvolvimento do instrumental analítico ao plano das notas de rodapé. É com este intuito que expressará seu objetivo de "separar o melhor que pudermos tais atitudes analíticas da vala comum das verbalizações dos humores das épocas que, não se relacionando a nenhum esforço para aperfeiçoar nosso aparatus conceitual, não tem interesse para nós." (SCHUMPETER, 1964, p.65).

Portanto, somente se realizado este processo de cisão entre pensamento e análise, colocando-os em campos dicotômicos, que será possível escrever, enfim, uma História da Análise Econômica. Ainda que tal separação não abstraia totalmente o ambiente geral do pensamento econômico sob os quais atua no processo de construção da teoria, estes não serão considerados no objetivo principal de interesse, mas atuarão enquanto forças contingentes, que se revelam mais favoráveis ou não ao trabalho analítico, o qual se manterá, no entanto, como o herói dessa metodologia de reconstrução histórica dos instrumentos de análise econômica.

Esta é a visão de Schumpeter quando propõe analisar as contribuições de Adam Smith, tendo como referência os questionamentos de historiadores que admitem o condicionamento social dos empreendimentos científicos. Conclui nosso autor:

> Mas - e este é o ponto realmente interessante - toda essa ideologia [atribuída a Smith como a filosofia da lei natural, o racionalismo individualista], por mais fortemente mantida,

> realmente não prejudicou muito sua realização científica. A menos que lhe tenhamos acesso à sociologia econômica recebemos dele ensinamentos factuais e analíticos sólidos que sem dúvida trazem data, mas que não estão abertos à objeção em razão de preconceitos ideológicos. Há alguma roupagem filosófica de uma natureza ideológica, mas pode ser removido sem prejuízo de seu argumento científico. A análise que apoia suas conclusões qualificadas de livre comércio não é - como foi com alguns filósofos contemporâneos, como Morellet - baseado na proposição de que por natureza um homem é livre para comprar ou vender onde quiser. (SCHUMPETER, 1949, p.10-11)

Portanto, nos termos da metodologia ortodoxa da HPE, estamos aptos a realizar a interpretação da proeminência do trabalho de Adam Smith na história do pensamento econômico, não pelo fato e intenção deliberada desse autor inaugurar um novo Sistema de Economia Política, mas na medida em que os princípios políticos e as fórmulas, a saber, por exemplo a defesa do livre comércio, se apresentam como disfarce de uma realização maior de cunho analítico, ou seja, na medida em que sua contribuição à construção do instrumental analítico da teoria se sustenta independentemente de influências contextuais, concepções filosóficas, em suma, se sustentam à revelia de sua ideologia. Os interesses e juízos de valores intrínsecos à contribuição de Smith guardam valor aos outros campos de apreensão histórica e devem ser marginalizados por aquele que tem em mente a metodologia que busca tornar inteligível o mais atual mecanismo de análise econômica através da reconstrução histórica de sua evolução, ou seja, através da história da análise econômica.

Em última instância, a estratégia assumida pela metodologia schumpeteriana, na medida em que realiza concessões às controvérsias travadas no campo da filosofia da ciência, reconhecendo a complexidade do campo das ciências sociais e relativizando posturas positivistas mais dogmáticas, consiste em se afastar de leituras que caracterizam de forma negativa a introspecção dos elementos ideológicos nos empreendimentos científicos, desqualificando-os em nome de um relativismo ceticista. No fundo Schumpeter tangencia essas questões propondo exatamente o oposto: primeiro reafirma-se o caráter científico da economia, ainda que reconheça a abertura para questionamentos derivados da intromissão ideológica; segundo, reserva-se um espaço específico para localização dessa introspecção e para abordagens que pretendem enfatizá-la; por fim, tece considerações sobre a ideologia identificando-a como elemento constitutivo do processo mais geral, reservando, por tudo isso, um tratamento longe de ser negativo, mas como algo natural e indissociável da construção científica. É o que fica expresso no parágrafo:

> Mas isso não é inviolável [reconhecimento da ideologia]. É pertinente lembrar outro aspecto da relação entre ideologia e visão. Esse ato cognitivo pré-científico que é a fonte de nossas ideologias é também o pré-requisito de nosso trabalho científico. Nenhuma saída nova em

> qualquer ciência é possível sem ela. Através dela adquirimos novos materiais para nossos empreendimentos científicos e algo para formular, defender, atacar. Nosso estoque de fatos e ferramentas cresce e se rejuvenesce no processo. E assim - embora possamos avançar devagar por causa de nossas ideologias, não podemos prosseguir sem elas. (SCHUMPETER, 1949, p.17)

Por todas as digressões que foram feitas até aqui, de forma a reconstruir a lógica argumentativa da metodologia que coloca em movimento a evolução dos instrumentos analíticos, a mais importantes delas, para o que estamos buscando evidenciar, encontra-se nas motivações que estavam por trás da cisão entre as histórias: "da análise", do "sistema de economia política" e do "pensamento". Schumpeter, reconhecendo e enfrentando as questões colocadas desde a Batalha dos Métodos, buscou tecer uma metodologia de leitura da história que se **assentava na ideia de progresso científico**. Enfatizaremos este ponto, sobretudo, por considerar que este é o elemento que une as abordagens do que chamamos de leitura ortodoxa da história do pensamento econômico.

Na interpretação de Silva (1993), a construção metodológica de Schumpeter, definida como "instrumentalismo schumpeteriano", representa uma alternativa contra as correntes filosóficas que pregavam o dogmatismo e o relativismo ceticista. No fundo, para esse autor, sua contribuição no campo da economia teórica surge como "estratégia para escapar tanto do realismo essencialista, que constitui-se em conhecimento dogmático e metafísico, como do ceticismo, que não suporta a comensurabilidade de teorias." (SILVA, 1993, p.190). Para nossos propósitos, gostaríamos de adicionar a especulação de que ao fornecer essa alternativa entre esses dois caminhos mencionados, na verdade, Schumpeter atua como um intelectual que ao se aventurar no caminho das narrativas históricas explicita sua visão de mundo sobre a ciência econômica. Não obstante, seu projeto pode ser interpretado como algo maior, pois HAE pretende oferecer um guia para a compreensão e (por que não?) perpetuação do programa hegemônico do neoclassicismo, naquele momento identificado nos constructos de Walras.

Esta é a chave para compreendermos narrativas que aclamam e legitimam a vitória do programa neoclássico: reconstruir o caminho da evolução do instrumental analítico da teoria econômica tendo como motor desta história a noção de progresso científico. Este nosso argumento se explicita na seguinte passagem, quando o economista austríaco afirma:

> "(...) das épocas mais afastadas até hoje, os economistas analíticos interessam-se, mais ou menos, pela análise do fenômeno que chamamos de preços competitivos. Quando um estudante moderno encontra o problema num estágio superior de seu estudo, por exemplo nos livros de Hicks ou Samuelson, que lhe parecerão difíceis a princípio, e certamente teriam sido incompreensíveis também para um autor relativamente recente como John Stuart Mill. Mas o estudante descobrirá, muito antes, que um novo instrumental apresenta e resolve

> problemas para os quais os autores mais antigos mal teriam estabelecido a resposta, ainda que tivessem conhecimento deles." (SCHUMPETER, 1964, p.66)

Depreende-se primeiramente dessa afirmação, que existe um certo consenso na "visão" dos economistas, ou seja, dentre inúmeros fenômenos econômicos passíveis de estudo, os preços competitivos, parecem ser aqueles que se apresentam como uma questão, demandando, portanto, esforços interpretativos da comunidade especializada. Por outro lado, se se admitido a questão anterior, podemos notar que o instrumental de análise daqueles economistas clássicos (suas teorias sobre preços competitivos) passando pelo crivo adaptativo característicos das teorias, ou seja, sua ligação direta com os fatos econômicos, produziram novas teorias, colocando o problema em um patamar superior, descrevendo-o tão bem, que eles próprios não estabeleceriam as respostas, ainda que estivessem munidos com o novo instrumental.

Esta é a propriedade que garante aos instrumentos analíticos uma possibilidade de reconstrução histórica envolta pela coerência argumentativa da noção de progresso científico, ou seja, sua propriedade caracterizada pela comensurabilidade e, por conseguinte, ordenação. Na medida em que teoria se reduz ao seu aspecto instrumental ganhando uma espécie de valor intrínseco, podemos deslocá-la de qualquer espaço e tempo, afastando-a, inclusive, de desvios ideológico, pois preços competitivos, são elementos neutros que descrevem algumas relações econômicas específicas, não dizendo nada além disso. Tendo em vista que a aderência aos fatos é o motor da evolução desses instrumentos, podemos então afirmar o progresso da teoria de Hicks em relação aos clássicos antigos.

Entretanto, se possuirmos outras finalidades, não fará sentido, "(...) falar-se em superioridade das ideias de Carlos Magno a respeito de política econômica, que se revela por suas ações administrativas e legislativas sobre as ideias econômicas do rei Hammurabi." (SCHUMPETER, 1964, p.56). Ou, adicionalmente, corroborando com essa concepção, têm-se:

> Compartilho a convicção de que não há sentido em dizer que o mundo das ideias do liberalismo burguês é "superior" em qualquer sentido relevante para o mundo das ideias da Idade Média ou o mundo das ideias do socialismo para o do liberalismo burguês. Na verdade, acredito também que não há outra razão senão a preferência pessoal por dizer que mais sabedoria ou conhecimento entra em nossas políticas do que entrou naqueles dos Tudor ou Stuarts ou, para essa matéria, em Charlemagne. (SCHUMPETER, 1949, p.6)

Trocando em miúdos, não podemos ter em mente a noção de progresso científico do programa neoclássico, por exemplo, quando estamos trabalhando no campo da história dos sistemas de economia política, ou ainda, na história do pensamento econômico, pois não existe um

critério objetivo que evidencie esta superioridade, dado que seus objetos não são redutíveis a determinado elemento comensurável, como os instrumentos de análise. Afirmações deste tipo, pelo contrário, expressam apenas convicções pessoais de quem as julgam.

Estas observações subjetivas não estarão presentes quando isolarmos na análise, como a proposta de Schumpeter indica, as ferramentas analíticas que embasaram as construções das teorias econômicas, afinal, custo marginal, função de produção, matriz insumo produto, etc. como vimos são instrumentos ideologicamente neutros que podem ser utilizados por qualquer economista, seja lá qual for suas orientações político filosóficas, proporcionando resultados objetivos em qualquer tempo e espaço. Voltando para o exemplo, as veias do instrumentalismo proposto por esta metodologia de leitura da história da análise econômica, salta aos olhos na esclarecedora passagem:

> "Isso define em relação ao senso comum e de certo modo sem ambiguidades, em que sentido houve *progresso científico* entre Mill e Samuelson. Neste mesmo sentido, pode-se dizer que houve progresso tecnológico na extração de dentes entre a época de John Stuart Mill e a atual." (SCHUMPETER, 1964, p.66)

Se em uma de suas primeiras aproximações com relação à definição dos objetivos do trabalho, Schumpeter levantava a hipótese de que umas das principais teses a serem verificadas era a de que a evolução do instrumental analítico nas ciências econômicas se assemelhava aos de outros campos do conhecimento, nesta altura, este economista resolve suas pretensas ambiguidades recorrendo à plena analogia do instrumentalismo positivista presente fortemente nas ciências naturais. Pois, assim como um dentista constrói novos instrumentos capazes de tratar os problemas que surgem, o economista o faz com os problemas econômicos. Finalmente, HAE é a história que nos conta o progresso do instrumental analítico.

Prosseguindo, na mesma citação, Schumpeter se justifica ao afirmar este progresso, visto que:

> "Nossa autoridade para falar de progresso nestes casos é devida obviamente ao fato de que há um padrão comumente aceito, limitado, no entanto, a um grupo de profissionais, que nos permite ordenar diferentes teorias sobre os preços competitivos em uma série, sendo que cada um dos membros dessa série pode ser, sem ambiguidade, definido como superior ao precedente. Deve-se observar, mais, que esta ordem associa-se ao intervalo de tempo, no sentido que a mais recente teoria a respeito dos preços competitivos quase sempre ocupa um posto mais alto na escala da perfeição analítica: sempre que assim não acontecer, é possível atribuir este fato a influências extra-analíticas, e neste particular, perturbadoras." (SCHUMPETER, 1964, P.66)

Backhouse (1994) interpreta esta posição de Schumpeter aproximando-a das contribuições de Kuhn, quase como uma noção pré-kuhniana do conceito de paradigma. De fato, Schumpeter se alinha a esta concepção quando explicita a ideia de "padrão comumente aceito por um grupo de profissionais" [92], entretanto, sua afirmação mais contundente vai além desta semelhança com o trabalho de Kuhn. Observe que, em seguida, o economista austríaco considera que é a partir deste consenso em teoria econômica que se pode ordenar linearmente as contribuições, em que as mais recentes expressam o primor do progresso do instrumental analítico. Contudo, podemos então, neste momento, nos questionar sobre: qual é o critério para Schumpeter que permite medir e avaliar este progresso, de forma a ordená-lo e hierarquizá-lo?

Seguindo neste caminho, se adicionarmos a consideração de que para Schumpeter o problema central a se resolver em teoria econômica é aquele formulado por Walras, recorrentemente expresso em seus trabalhos como a "carta magna" da teoria econômica [93], temos então, uma espécie de evolução das ferramentas conceituais sobre a definição dos preços competitivos, que permite afirmar o progresso científico das contribuições desde Mill até Samuelson. Mas, qual a marca que distingue e exalta o trabalho de Walras para teoria econômica?

Silva (1993) oferece uma interpretação muito interessante a qual torna-se oportuno reproduzir. Este autor constatou, reforçando sua tese sobre o instrumentalismo, que Schumpeter é

---

[92] De forma recorrente, podemos observar essa postura quando ele buscou interpretar a evolução da teoria da poupança, por exemplo. Ao que parece, a ciência econômica assenta-se em um paradigma há muito tempo e a contribuição dos diferentes autores é o que fornece sustança para o progresso da teoria. Em suas palavras:
"Desde os tempos de Turgot e Smith - na verdade de tempos ainda mais antigos - até o tempo de Keynes, todas as principais proposições sobre sua natureza [da teoria da poupança] e efeitos foram, por acréscimo lento, reunidas para que, à luz da fonte mais rica de fatos, deve haver pouco espaço deixado para a diferença de opinião. Deve ser fácil elaborar uma análise resumida (embora talvez não muito empolgante) que a grande maioria dos economistas profissionais pode aceitar como uma questão de curso. (SCHUMPETER, 1949, p.14)

[93] Comentando sobre a centralidade da teoria do equilíbrio geral de Walras, escreve Schumpeter: "A sua interdependência de influência omnipresente é o fato fundamental, cuja análise é a fonte principal das adições que a atitude especificamente científica tem que fazer para o conhecimento prático do homem dos fenômenos econômicos; e que a mais fundamental de todas as questões especificamente científicas é a questão de saber se a análise dessa interdependência produzirá relações suficientes para determinar ... todos os preços e quantidades de produtos e serviços produtivos que constituem o "sistema" econômico. ... A descoberta [deste problema fundamental] não foi plenamente realizada até que Walras, cujo sistema de equações, definindo equilíbrio (estático) num sistema de quantidades interdependentes, é a Magna Carta da teoria econômica ... A história da análise econômica ou, de qualquer modo, do seu kernel "puro", de Child a Walras poderia ser escrito em termos da gradual emergência da concepção para a luz da consciência. (SCHUMPETER, 1964, p.241-242)". O tom elogioso deste trabalho, que para Schumpeter é o divisor de águas da história da análise econômica, não para por ai, adicionalmente a esta constatação, temos a seguinte passagem: "(...) até onde a teoria pura se refere, Walras é (...) o maior de todos os economistas. Seu sistema de equilíbrio econômico, unido (...) a qualidade de criatividade 'revolucionária' com a qualidade de síntese clássica, é o único trabalho de um economista que poderá ser comparado com as realizações da física teórica (...) Ela é a marca decisiva no caminho que a economia segue na direção do status de uma ciência rigorosa e exata. (SCHUMPETER, 1964, p.837)

influenciado mais uma vez por Mach e seu "princípio de economia de pensamento", na medida em que este será o critério para avaliar e medir o progresso. Como já mencionamos, além de cada vez mais as teorias passarem pelo crivo verificacionistas de aderência aos fatos econômicos, este movimento será dotado de eficiência se observado o princípio de economia do pensamento, fato que coloca a análise do equilíbrio geral de Walras no pedestal. Nas palavras de Silva:

> Schumpeter associa a ideia de teoria (e, portanto, de análise) à elaboração de estruturas que arquivam e classificam mais e mais fatos, aumentando o comando sobre o domínio dos fenômenos econômicos. Este processo tem sua origem no contínuo dar e tomar entre teoria e fato. Contudo, este arquivamento vem acompanhado de uma organização específica dos fatos. O economista utiliza estes arquivos para garimpar uma miríade de fatos que precisam ser organizados e relacionados de uma forma ou de outra. Mas esta atividade quase arqueológica vai se sofisticando porque nossos arqueólogos aperfeiçoam seus instrumentos de trabalho, motivados pelos problemas que emergem de dentro de sua atividade. Os economistas, enquanto cientistas, procedem, de acordo com Schumpeter, no sentido de criar instrumentos que implicam a **economia de pensamento.** (SILVA, 1993, p.195)

Portanto, tomando Kuhn, seria esse um progresso empírico na medida em que o paradigma dominante consegue absorver cada vez mais estas evidências factuais? Se observarmos para sua conceituação que define as características da "teoria", este ramo específico dentro da análise econômica, a resposta seria afirmativa, pois como vimos, o motor da evolução das teorias é a interconexão com a adaptabilidade da mesma aos fatos ao longo do tempo: "é o complexo dar e receber" do descrito processo teorético, se de fato isso veio a ocorrer, já é outra questão.

Contudo, como bem observa Backhouse (1994), o que importa para Schumpeter, em termos de eficiência deste progresso, diferente de Kuhn, é o progresso teórico, na medida em que o instrumental cada vez mais recebe sofisticação nas análises econômicas dos problemas fundamentais da economia, de maneira a respeitar o princípio de economia do pensamento. Este é o motor de sua "História da análise econômica" no geral, e na abordagem ortodoxa da HPE em particular: progredimos na medida em que nos aproximamos do primor desenvolvido pelo instrumental da teoria do equilíbrio geral de Walras: o ápice das contribuições teóricas para este campo.

Estariam lançadas assim as bases metodológicas que se consolidariam nas abordagens ortodoxas da historiografia do pensamento econômico, ganhando cada vez mais espaço nos cursos de economia, sobretudo, após os trabalhos tão difundidos de Blaug e Stigler.

2.2.2 Blaug e a História (retrospectiva) do Pensamento Econômico

Um dos autores que mais receberia a influência da metodologia proposta por Schumpeter e intensificaria seu projeto foi Mark Blaug em seu livro intitulado "Economic theory in retrospect" lançado pela primeira vez oito anos após a publicação de HAE. Embora não tenha se atido a longas incursões preliminares sobre os aspectos metodológicos que cercam sua abordagem para a construção de uma HPE [94], Blaug se consolidaria tempos mais tarde como uma das maiores autoridades sobre a temática da metodologia econômica e HPE, publicando trabalhos de ampla difusão nos circuitos especializados.

De volta a sua "História do pensamento econômico" (BLAUG, 1989), notamos que este economista logo de início buscou marcar território ao intitular a apresentação do livro com a seguinte provocação: "A teoria econômica progrediu?". Neste sentido, o próprio título do livro também pode ser interpretado neste mesmo teor provocativo: "Teoria econômica em retrospectiva", ainda que a tradução para o português não seja feita de forma literal. Progresso e retrospectiva carregam, para aqueles que se aventuram no campo das histórias das ideias, relações que como vimos exigem uma série de mediações. Ciente disso, Blaug, buscou qualificá-las ainda nas primeiras páginas de seu livro. Nos primeiros parágrafos do prefácio da primeira edição de seu livro, escreve:

> "(...) este é um estudo de coerência lógica e de valor explicativo do que se convencionou chamar de teoria econômica ortodoxa (...) Não estou, contudo, interessado com antecedentes históricos em si mesmo. O meu propósito é ensinar teoria econômica contemporânea. Mas a teoria contemporânea continua marcada pelos problemas de ontem hoje resolvidos, pelos **erros de ontem agora resolvidos**, e não pode ser totalmente compreendida se não for vista como uma herança recebida do passado. Foi por esta razão que adotei uma forma de apreensão histórica. No entanto, essa apresentação **centra-se na análise teórica**, não se dispersando com digressões históricas ou coloridos biográficos laterais." (BLAUG, 1989, p.21) [95]

Nesta citação, Blaug estaria definindo de forma explícita o escopo a ser analisado em seu trabalho, que pode também ser verificado, talvez de maneira ainda mais enfática na

[94] Este fato, reconhecido pelo próprio autor, motivou a publicação de seu outro livro "The methodology of economics or how economists explain" em 1980 (BLAUG, 1999), assim como diversos artigos sobre o tema, como "Why i am not a constructivist confessions of an unrepentant popperian" (BLAUG, 1994). Tendo em vista essas publicações, que expressam o amadurecimento intelectual e a abordagem de temas correlatos (como HPE, metodologia da econômica e filosofia da ciência) em espaços específicos, atentamos para o tratamento conjunto de seus textos, não se limitando ao espaço específico do livro sobre a HPE (BLAUG, 1989), para melhor compreendermos as nuanças de seu pensamento e suas próprias incursões no campo da HPE.

[95] Os grifos são nossos.

apresentação do livro, onde o autor afirma ser: “Esta obra é um estudo crítico do passado: centra-se na análise teórica dos principais economistas do passado, pondo de parte suas vidas, o seu próprio desenvolvimento intelectual, os seus precursores e seus continuadores. A crítica pressupõe sempre um ponto de referência, e o meu é o da teoria econômica moderna.” (BLAUG, 1989, p.33). Subjaz dessas suas intenções que: primeiro, para ficar nos termos da influência teórica de Schumpeter que Blaug estava admitindo nas entrelinhas, inclusive como advertiu em HAE, sua “visão”, ou seja, o ângulo de sua análise estaria voltado para a teoria econômica contemporânea, a saber, a teoria neoclássica. Por outro lado, todo debate na historiografia do pensamento econômico sobre a consideração orgânica entre um autor, seu tempo, o espaço e sua visão de mundo, estava sendo matizado a partir da dicotomia entre pensamento e análise proporcionada também pela metodologia instrumentalista schumpeteriana.

Somava-se a esta possibilidade de incursão proporcionada pela metodologia schumpeteriana a argumentação de que seria uma hipótese romântica estudar o autor em seu contexto, como clamam os relativistas, visto que teríamos que fazer um exercício de esquecimento de todo conhecimento acumulado em teoria econômica moderna, ou seja, ter em mente os problemas trazidos pelo anacronismo histórico. No fundo era como estivéssemos no cinema assistindo um filme que já soubéssemos o final, portanto, um caminho que já conhecemos o percurso e suas curvas e ainda fingíssemos espanto com esses devaneios.

Ademais, prosseguia sua análise visualizando no panorama da historiografia do pensamento duas abordagens que se colocavam em polos diametralmente opostos, sendo uma caracterizada pela ênfase que davam aos erros e omissões de personagens antigos, sem realizar uma ponderação no que diz respeito às contingencias de qualquer tipo que lhes eram impostas; já a outra tratava de enxergar antecipações visionárias, por muitas vezes de forma demasiada. A partir deste antagonismo, Blaug, pegando emprestado da filosofia alemã, representou este conflito através das tipologias absolutistas e relativistas. Descrevendo-as, escreve o autor:

> “O relativista considera qualquer teoria avançada no passado como um reflexo mais ou menos fiel das condições da época, cada teoria sendo em princípio igualmente justificada em seu próprio contexto; o absolutismo não vê senão o desenvolvimento estritamente intelectual do assunto, visto como uma progressão regular desde o erro até a verdade. Os relativistas não podem ordenar as teorias de diferentes períodos em termos de melhores e piores; pelo contrário, os absolutistas não conseguem evitá-lo.” (BLAUG, 1989, p.34)

Em outras palavras, em sentido *latu*, relativistas seriam aqueles autores que consideram o condicionamento social da teoria econômica em sua narrativa historiográfica e; paralelamente,

os absolutistas seriam aqueles autores que seguiriam os passos iniciados pela metodologia schumpeteriana, exaltando a história evolutiva do instrumental analítico.

Embora, aponte Blaug, que cada trabalho dificilmente se associe exclusivamente a algum polo extremo, o fato é que diferentes abordagens tendem a se aproximar mais de um ou de outro desses polos. Entre os relativistas, por exemplo, existem abordagens que interpretam as ideias dos economistas do passado como racionalização de ideologias de classe, ou seja, suas teorias seriam reflexas de concepções viciadas ideologicamente que teriam a finalidade de realizar propaganda de política econômica que atendessem aos interesses da classe que tal economista representa. Em uma versão mais radical, algumas abordagens interpretam a teoria econômica exclusivamente a partir dessas implicações práticas em termos de condução de política econômica sob sua égide e, nesse sentido, teoria seria encarada como legitimação da prática, desconectada com qualquer interesse relacionado à lógica interna do pensamento. Alguns tratamentos mais moderados tendem a encarar os teóricos do passado através de uma simbiose entre o desenvolvimento histórico, institucional e intelectual, realizando assim uma espécie de mistura, bastante frutífera quando bem articulada, entre a história econômica com a história social e cultural.

Não obstante, de um modo geral, os relativistas clamam a favor de uma interpretação que consiga abarcar o pensador como filho de seu tempo, em que o estudo do contexto histórico ajuda a clarear os traços do desenvolvimento analítico. Sem dúvidas, essa constatação ecoa nos solos absolutistas, mas a questão que se coloca é que seja "natural que nos interroguemos [os absolutistas] porque razão será necessário lembrá-lo [o contexto histórico] com tanta insistência, a menos que seja uma forma sutil de nos fazer esquecer que as ideias têm uma força que lhes é própria." (BLAUG, 1989, p.35).

No fundo, observa Blaug, admitir a posição relativista consiste, consequentemente, em comprar a ideia de legitimação da necessidade histórica, chocando assim com as análises que possuem outras motivações. Os absolutistas não negam a história, todavia, contrastam com os relativistas por considerar que a inteligibilidade da teoria prescinda dos elementos relacionados ao contexto histórico. O que lhes move é a compreensão do caminho do progresso das concepções analíticas, aliás, neste aspecto, voltando na inquietação inicial lançada por Blaug: alguém duvida que nesta matéria não tenha havido progresso?

As argumentações a favor deste progresso, podem ser constatadas para Blaug, por exemplo, olhando para as contribuições de Adam Smith, que foi o primeiro teórico a tecer esclarecimentos sobre os mecanismos de funcionamento do mercado e como a atuação livre deste, sofrendo influência da "mão invisível" é capaz de coordenar as decisões individuais dos agentes econômicos. Contudo, um aspecto essencial desta dinâmica, que é a relação funcional entre demanda e preço lhe escapou. Depois de Smith, presenciamos as contribuições de Marshall, Walras, Pigou e Pareto, onde muito claramente, estes economistas trataram de demonstrar que economias descentralizadas conduzem a resultados ótimos harmonizando o sistema em um nível máximo de bem-estar social. É neste sentido que entram em cena os absolutistas, os quais irão procurar examinar "(...)do cume onde se encontram, os erros dos seus antepassados, não podem deixar de concluir que a verdade reside largamente nas contribuições graduais para o avanço do conhecimento econômico." (BLAUG, 1989, p.36)

Posteriormente, em outro espaço, Blaug procura responder especificamente essa questão: houve progresso em teoria econômica? Se sim, em qual sentido: empírico ou teórico (ou, por que não nos dois)? Tendo como pano de fundo essas questões, Blaug (1994) parte de um estudo que procurou aferir positivamente o progresso em ciências sociais de um modo geral, elencando sessenta e duas inovações neste grande campo, tendo a correspondência de doze delas como marca distintiva para se encontrar caminhos para progresso em economia, particularmente.[96]

Embora questione algumas incompreensões de teor mais geral na composição desta lista, como por exemplo, "a teoria do crescimento como um subconjunto do 'desenvolvimento econômico'; Samuelson como um econometrista?", Blaug, analisando muito dos pontos levantados concluirá que de tão explícito, nenhum historiador do pensamento poderá negar o progresso teórico da teoria econômica nos diferentes ramos especializados que compõe a ciência econômica. Ainda que nosso autor reconheça que muitos críticos possam questionar o progresso empírico, na medida

[96] O Estudo citado escrito por Deutsch, Markovits e Platt. é intitulado como "Advances in the Social Sciences 1900–1980: What, Who, Where, How?", e particularmente para o caso das ciências econômicas admite os seguintes doze pontos: 1 Teoria e mensuração das desigualdades sociais (Pareto, Gini);2 Papel das "inovações" na mudança socioeconômica (Schumpeter, Ogburn, Usher, Schmookler);3 Funções de bem-estar social na política e na economia (Pigou, Arrow);4 Propensões económicas, emprego e política fiscal (Keynes);5 Teoria dos jogos (Neumann e Morgenstern);6 Economia da concorrência monopolística (Chamberlin, Robinson);7 Contabilidade da renda nacional (Kuznets, Clark, Escritório de Estatística da ONU);8 Análise de entrada-saída (Leontief);9 Programação linear (Kantorovich, Souto, Dantzig, Dorfman);10 Teorias do desenvolvimento econômico (Rosenstein-Rodan, Prebisch, Nurkse, Lewis, Myrdal, Hirschman, Harrod, Domar, Chenery);11 Econometria (Tinbergen, Samuelson, Malinvaud);12 Simulação computacional de sistemas económicos (Klein, Orcutt). Ver Blaug (1994, p.9-10)

em que consideram o movimento de abstração e o consequente distanciamento do mundo real – descrito, inclusive, no capítulo 1 deste trabalho -, o fato é que essas ressalvas devem ser abandonadas na medida em que se propõe questionar uma falsa questão. Como aponta na passagem:

> Essa noção de progresso teórico, de maior compreensão das relações econômicas, não necessariamente acompanhada de uma capacidade melhorada de prever as consequências econômicas de nosso comportamento, é quase mística e difícil de definir. No entanto, é essa convicção irreprimível que vemos mais longe, que se apega a cada vez que lemos um autor mais antigo. Podemos apenas ver quando lemos *A riqueza das nações* que Adam Smith nunca conseguiu descobrir como o aluguel do solo poderia ser determinado em um sentido e determinado em outro sentido; em momentos como esse, não temos absolutamente nenhuma dúvida de que houve progresso teórico na economia. No entanto, assim que nos perguntamos se a escassez de terras no centro de Londres é responsável pelos altos preços do cinema no West End, percebemos que as questões sobre o progresso teórico são a própria simplicidade em comparação com questões sobre o progresso empírico. Podemos realmente explicar a determinação do aluguel do solo em áreas urbanas melhor do que Adam Smith fez? (BLAUG, 1994, p.119)

Prosseguindo, conclui assim que o balanço geral reafirma a noção de progresso, seja por qual ângulo pretende-se olhar. De forma explícita:

> Podemos agora concluir que houve muito progresso teórico na economia do século XX. Houve também alguns progressos empíricos que, por mais limitados que sejam, são talvez suficientes para refutar os pessimistas mais extremados. Seria benéfico expor exatamente o que sabemos agora sobre o comportamento econômico que não conhecíamos, digamos, em 1900 ou 1920, em campos como economia do trabalho, economia do desenvolvimento, organização industrial, economia urbana e regional, economia ambiental, comércio internacional, finanças públicas, análise financeira e teoria da escolha pública, etc. Alguém pode duvidar de que a lista de conhecimentos substanciais adquiridos nesses campos durante o último século seria longa demais? (BLAUG, 1994, p.124)

O que não está implícito necessariamente em todos absolutistas, nesta constatação positiva da pergunta que fizemos, é que tal progresso aconteça de maneira linear. O caminho evolutivo, no campo da ciência econômica, expressa muito mais uma sucessão de novos encaminhamentos do que um incremento contínuo de realizações teóricas. Neste sentido, os absolutistas em sua maioria creem que a história da ciência econômica progride (sim!), porém através de sucessivas revoluções que colocam teses em campos diametralmente opostos. Basta observar, sumariamente, a preocupação que afligiam os economistas políticos clássicos, a saber a riqueza das nações (Smith), ou os mecanismos de distribuição (Ricardo), até a lógica de evolução do capitalismo (Marx). Pós Revolução Marginalista, convencionou-se que em matéria de economia deveria ser contemplada as análises que tinham como escopo os recursos escassos que possuem fins alternativos (Robbins). Note que enquanto os clássicos tratavam da micro e da macroeconomia de forma conjunta, os marginalistas retirando o qualitativo, enfatizavam os aspectos

microeconômicos da teoria, criando uma espécie de "novo mundo econômico". Consenso hegemônico que seria questionado a partir do surgimento de Keynes na década de 1930, onde a macroeconomia voltou a ganhar protagonismo, mas, contudo, de forma limitada, na medida em que é contraditada pelo novo consenso neoclássico que propõe retomar as forças teóricas explicativas enfatizando os microfundamentos do mundo tratado pelos keynesianos. Enfim, o que se observa em ciência econômica a partir de uma perspectiva histórica são diversas proposições em "mundos econômicos" também diversos, onde o caminho do progresso é seguido, mas não necessariamente a partir de contribuições lineares sobre o mesmo objeto.

Caberia questionar os absolutistas, a partir desta ponderação, até que ponto o contexto histórico não ajuda a explicar essas sucessões (progressivas) de "mundos"? Ora, Keynes não escreveu sua Teoria Geral a partir das inquietações trazidas pela crise de 1929? Até que ponto entra em cena o contexto histórico, filosófico e político nas teorizações dos economistas? A porta de saída fora aberta por Schumpeter e muitos utilizaram de seu "malabarismo" metodológico que permite como vimos, em termos lógicos, consolidar a ideia de que "análises econômicas independem da posição filosófica, sociológica e política de determinado pensador" e mais do que isso, que o contexto histórico para esses autores ortodoxos da HPE atua como força, no máximo, contingente do desenvolvimento da teoria, que se move de maneira própria, independente da "história", no limite. Tal ideia pode ser explicitada na seguinte passagem:

> "É certamente concebível que o conhecimento das idiossincrasias psicológicas dos grandes economistas possa fazer luz sobre suas teorias, mas deduzir as teorias a partir de associações psicológicas das palavras, é ignorar o caráter lógico, sistemático, e o conteúdo empírico da análise econômica." (BLAUG, 1989, p.37)

Blaug, neste momento, assim como nos constructos de Schumpeter, busca reafirma a neutralidade objetiva deste campo da "análise" nos constructos da ciência econômica [97]. Contudo, diferentemente de Schumpeter, o economista norte americano retoma esta propriedade a partir de fontes diferentes. Enfatizando os debates que envolveram a cisão da economia em seu aspecto positivo e normativo, Blaug pretende imunizar o campo positivo dos desvios proporcionado pelos

[97] Em outro momento, no livro em que tratou de maneira mais amplas as questões metodológicas na ciência econômica, Blaug mostrou-se muito inclinado à influência filosófica positivista em sua defesa irrestrita da ciência. Diferentemente de Schumpeter que o fez de maneira velada, o economista norte americano utilizou uma citação do "proeminente filósofo da ciência moderna" Enerst Nagel reafirmando a sua defesa da economia enquanto uma ciência empírica e positiva. Citando sua opinião, temos: "(...) Não há dúvida que a economia oferece muitos exemplos de 'explicações que são ao mesmo tempo sistemáticas e controladas por evidência factual' [critérios de demarcação extraídos da citação de Nagel], e, portanto, não perderemos tempo defendendo a asserção segundo a qual a economia é uma ciência." (BLAUG, 1999, p.15)

juízos de valor, ou seja, reafirmando seu aspecto neutro e objetivo, a partir da classificação realizada pelo filósofo Ernest Nagel entre juízos de valor caracterizadores e avaliadores, ou se preferirmos, nos termos de Blaug, juízos metodológicos e juízos de valor. Em suas palavras essa caracterização dos conceitos possui o seguinte significado:

> (...) Julgamentos de valor caracterizadores envolvem a escolha do assunto a ser investigado, o modo de investigação a ser seguido e o critério para julgar a validade dos resultados, como a adesão aos cânones da lógica formal, a seleção de dados em termos de confiabilidade, quaisquer decisões explícitas anteriores acerca do nível de significância estatística, etc. (...) Julgamentos de valor avaliadores, por outro lado, se referem a ponderações avaliadoras acerca do estado de mundo, incluindo a vontade de certos tipos de comportamento humano e os resultados sociais produzidos por aquele comportamento; portanto, todos os enunciados sobre a 'boa sociedade' são julgamentos de valor avaliadores. (BLAUG, 1999, p.168)

Se olharmos de perto, embora partindo de influência diferente, a definição de julgamentos de valor caracterizadores se assemelha bastante com o conceito de "visão" em Schumpeter e o de julgamentos de valor caracterizadores podem ser tratados pelo o conceito de ideologia de um modo geral. Neste sentido, Blaug recorre à tipologia de Nagel buscando enfrentar o recorrente dilema entre a objetividade da ciência e os desvios normativos e sua solução é muito parecida com a dos autores que buscaram manter viva a guilhotina de Hume, vide as cisões propostas desde a tradição Senior-Mill (economia positiva, normativa e arte), ou posteriormente nos trabalhos de Walras e Pareto (economia pura e aplicada), etc. Em outras palavras, o economista norte americano buscou primeiro ponderar as posturas mais dogmáticas presentes na filosofia positivistas, reconhecendo a intromissão, específica no tempo e espaço, de elementos provenientes dos julgamentos de valor dos pesquisadores, que refletem sua subjetividade e que marcam, no limite, qualquer incursão científica. Em outro momento, diferencia-se esses valores inexoráveis de outros, os quais refletem profundamente a ideologia/normatividade/juízos de valor desses autores. Assim: "(...) A ciência enquanto empresa social não pode funcionar sem julgamentos metodológicos, porém pode-se libertar, pelo menos em princípio, segundo Nagel, de qualquer compromisso com julgamentos de valor avaliadores ou normativos." (BLAUG, 1999, p.168)

Essa liberdade da ciência, reconhece Blaug, ainda que dificilmente observada a partir de uma perspectiva filosófica profunda pode se considerar "real e significante" quando tratada a partir do trabalho de pesquisa científica comum. Sobretudo porque:

> (...) Existem métodos bem testados e estabelecidos há muito tempo para se reconciliar diferentes julgamentos metodológicos. Não há tais métodos para se reconciliar julgamentos de valor normativo – a não ser eleições políticas e tiros nas barricadas. É este contraste nos métodos de arbitrar desentendimentos que confere relevância à distinção de Nagel. (BLAUG, 1999, p. 169)

Buscava-se diferenciar dois momentos presentes no processo científico, aquele que se um lado envolve o contexto de descoberta das teorias imerso nas idiossincrasias inevitáveis dos pesquisadores, de outro lado o contexto de justificação das mesmas, contemplado pelos critérios dos cânones científicos. Assim, mais uma vez, não se tratava de negar a influência que o contexto histórico, ou ainda, as intenções práticas em termos de política econômica, que o desenvolvimento analítico traz consigo naturalmente. Contudo, busca-se no primeiro momento separar os elementos em que os desvios ideológicos aparecerão inexoravelmente, para a partir de aí submeter as teorias a testes de validade científica. Assim, está é, para Blaug, a maior preocupação que cerca seus trabalhos de HPE: mostrar como os pressupostos admitidos conduzem a certo tipo de análise e submeter a testes de validez científica a partir do momento em que estas estão desprovidas do manto da ideologia.

Neste momento, o economista norte americano deixa aflorar o critério que utilizará para realizar sua análise retrospectiva do pensamento econômico, e neste sentido, se distancia de certa maneira da influência schumpeteriana. Ao afirmar que "A ciência – têm-no-lo dito bastante vezes – consiste no processo contínuo de refutação de hipóteses." (BLAUG, 1989, p.39), Blaug admite o critério de falsificação do filósofo da ciência Karl Popper, como elemento que será responsável a dar movimento para sua narrativa. Destarte, é este critério popperiano de demarcação científica que será o motor de sua HPE. Em passagem contundente, afirma Blaug:

> (...) A interação mútua de fatos e valores é precisamente o combustível que faz a ignição do trabalho científico, e isso não ocorre menos nas ciências sócias do que nas ciências físicas. O progresso científico surge apenas quando lutamos para maximizar o papel dos fatos e minimizar o papel dos valores. Se é que a economia deve progredir, os economistas devem dar absoluta prioridade à tarefa de produzir e testar teorias econômicas falsificáveis. (...) A meca da economia não é, como pensou Marshall, a biologia ou qualquer ramo da ciência. A meca da economia é o próprio método da ciência. (BLAUG, 1999, p.193)

Ainda que admita que este critério seja um tanto difícil de ser admitido integralmente na história da ciência econômica [98], dado que não existem condições para a realização de experiências controladas e nem um consenso acerca dos critérios empíricos precisos para falsear uma teoria econômica, contudo, a veia do falseabilismo popperiano é reafirmada explicitamente

[98] Essas concessões foram feitas de acordo com o reconhecimento da pertinência das críticas realizadas por Caldwell (1982) à sua posição. Entretanto, Blaug as admite ponderando, a partir das contribuições trazidas pelo trabalho de Gerard, que existe uma diferenciação entre o falsificacionismo radical de Popper, que inclusive admitia ponderações específicas para o caso das ciências sociais, com o falsificacionismo dogmáticos de certos trabalhos que Popper é tomado como referência e que devem ser abandonados, dado sua ingenuidade ao levar o conceito até as últimas consequências assim como observado nas ciências naturais.

em diversos trabalhos posteriores, vide os já citados "Why I am not a constructivist: Confessions of an unrepentant Popperian" como também seu livro "Metodologia da economia: ou como os economistas explicam". Blaug, procura fazer uma defesa do critério de Popper como método para a leitura da HPE, tendo em vista dois aspectos: o primeiro é de caráter epistemológico e reflete sua crença (subjetiva?) de que "(...) a única forma de sabermos se uma teoria é verdadeira ou, por outra lado, não falsa é nos *comprometermos* com uma previsão sobre atos/eventos/estados que se seguem a partir dessa teoria" [99]; já o segundo aspecto é definido a partir do próprio olhar histórico em que, embora nem sempre, muitas vezes os economistas praticaram o critério falsificacionista de Popper, o que por si já legitima uma empreitada historiográfica, ou seja: " (...)Nada disso implica que todos os economistas sejam falsificacionistas, mas isso implica que muitos são e que alguns até praticam o que pregam. Quanto aos que não, o argumento até agora recomenda que eles devem tentar mais. (BLAUG, 1994, p.3)" [100]

Portanto, da aparente debilidade de admissão dos critérios de Popper para a ciência econômica é que Blaug construirá a proficuidade do ofício do historiador das ideias. Admitindo ser a HPE o campo paradigmático para responder, sobretudo, quais teorias positivas tem sido falseadas em comparação de seus prognósticos com as evidências empíricas. Neste sentido, Blaug consegue estabelecer uma conexão na linha evolutiva da teoria econômica a partir de uma concepção de progresso. É neste aspecto que afirmamos a noção de intensificação do projeto de Schumpeter. A HPE agora pode ser interpretada a partir da ideia de progresso reafirmada por um critério metodológico explícito de constatação e demarcação científica.

Em seus termos, as teorias econômicas contemporâneas são aquelas que seguiram um caminho evolutivo em que os erros, passando pelo critério de demarcação científica do

[99] Os grifos são nossos e o fizemos por querer enfatizar o "compromisso"/a metafísica/o subjetivismo envolvido no processo de adesão ao cânone filosófico, que, paradoxalmente, representa o próprio combate à metafísica.

[100] Elencando uma série de exemplos na história da economia em que as refutações teóricas foram praticadas a partir da perspectiva do falsificacionismo, adverte Blaug "(...) Aqui apresentamos uma lista ilustrativa: a rejeição total da curva de Phillips nos anos 70, interpretada como uma troca estável entre inflação e desemprego; a rejeição de uma velocidade de renda do dinheiro estável nos anos 80, fugindo da noção segundo a qual a inflação pode ser controlada apenas com o controle da base monetária, podendo até mesmo reduzi-la (a inflação) a zero em dois ou três anos; a rejeição, ainda nos anos 80, da proposição de que expectativas racionais tornam-se impossível se alterar o output real ou a taxa de emprego por meio da política monetária ou fiscal; a rejeição da 'lei' de Bowley, em algum momento dos anos 60, que proclamava a constância das proporções relativas de renda nacional que iriam para o capital ou para o trabalho, assim como a 'lei' de todos sobre a constância da taxa capital-output na economia como um todo; a rejeição nos anos 50 da função consumo de Keynes, que faz do consumo corrente uma função simplesmente da renda corrente; a rejeição nos anos 30 da visão do Tesouro acerca da contração total dos dispêndios públicos em tempos de depressão (...) – poderíamos prosseguir aqui citando exemplos até o fim do livro." (BLAUG, 1999, p.24)

falseabilismo, foram eliminados para que encontrássemos a "verdade". Neste sentido, respondendo a inquietação que abriu a apresentação de seu livro, responde o autor:

> "E, assim, tem havido progresso na teoria econômica? A resposta é claramente afirmativa: os instrumentos analíticos tem sido continuamente aperfeiçoados e acrescentados; mais e mais dados empíricos tem sido de uma forma crescente reunidos e classificados para a verificação das hipóteses econômicas; os enviesamentos meta-econômicos tem sido repetidamente revelados e separados do corpo das proposições verificáveis com as quais se relacionam; e o funcionamento do sistema econômico é melhor compreendido do que anteriormente." (BLAUG, 1989 p.40)

Admitindo o critério de verificação popperiana como elemento que dará coerência à sua narrativa, colocando a ideia de progresso científico em termos um pouco diferente de Schumpeter, Blaug encaminhará o dilema entre relativistas e absolutistas de maneira muito parecida com que o economista austríaco o fez: escolher entre uma das duas abordagens depende da intenção de cada historiador (nos termos de Schumpeter depende pragmaticamente da escolha do objeto, entre querer realizar uma HAE ou uma HPE/HSEP). Contudo, se um historiador quiser saber porque determinados economistas do passado defenderam, por exemplo, uma teoria do valor trabalho enquanto outros professavam em nome da teoria da utilidade, tendo em mente não o contexto histórico em que estes estavam embutidos, mas o debate também em diferentes contextos e lugares, "(...) ele é obrigado a concentrar a atenção na lógica interna da teoria e, quer queira quer não, tornou-se um absolutista." (idem.)

Neste sentido, de forma a resumir os fundamentos da HPE ortodoxa, um absolutista exemplar chegou a afirmar, a partir da influência trazida pelos trabalhos de Schumpeter e Blaug que: "Pode ser (embora eu, em certo sentido, duvide) que a Teoria Geral de Keynes tenha sido um produto da grande depressão; se assim o foi, teria sido um dos grandes poucos eventos que influenciariam basicamente a teoria." (STIGLER, 1965, p.21). Ou ainda, de maneira mais enfática: "(...) nem os problemas econômicos populares nem os eventos heroicos influenciam muito o desenvolvimento da teoria econômica (...) A influência dominante no horizonte de trabalho dos economistas teóricos é o conjunto de valores internos e pressões da disciplina." (ibidem.)

2.2.3. Uma proposta de síntese crítica para a historiografia ortodoxa do pensamento econômico

Buscamos elencar, entre os diferentes trabalhos apresentados neste capítulo, os aspectos que nos permitiram propor uma tipologia específica que caracterizam as suas abordagens

de leitura da HPE, ainda que reconhecemos o quanto essas subclassificações envolvem sempre simplificações e arbitrariedades. Insistiremos em afirmar esta aproximação teórica, já realizada inclusive em outros trabalhos[101], enfatizando, contudo, outros argumentos que corroboram a coerência dos teóricos da HPE ortodoxa.

Podemos observar em outros trabalhos, ainda que de forma bastante geral e diversa, essa busca interpretativa que compara e relaciona as abordagens de diferentes trabalhos/manuais de HPE. Um exemplo pode ser expresso pelo artigo de Sbicca (2005). A autora, diferentemente do que se afirmou aqui com relação à proximidade dos trabalhos de Schumpeter e Blaug, em um momento do texto, interpreta os elementos que compõe a "História da Análise Econômica" de Schumpeter de forma a insinuar certa exaltação da história neste quando comparado com outros manuais, afirmando:

> "Dessa forma, [Schumpeter] diverge de Blaug por não propor um progresso científico certo. Apesar de não esclarecer se segue alguma metodologia científica, seu modo de pensar a ciência tem elementos semelhantes a Kuhn (...) Schumpeter não poderia propor uma HPE no sentido de contribuições graduais para o avanço da ciência, como faz Blaug, sob pena de ser inconsistente. (...) Schumpeter busca inferir uma espécie de lógica descritiva. Não assume, portanto, que a HPE já possua uma lógica intrínseca, como fazem Blaug e Denis ["História do pensamento econômico" (1982) que consiste em outro exemplo de abordagem absolutistas para a autora], cada um a seu modo. Schumpeter propõe como um dos principais objetivos determinar a relatividade histórica na análise econômica." (SBICCA, 2005, p.46)

Acreditamos que ponderações deste tipo devem ser realizadas, dado as imprecisões de todas as análises que pretendem aglutinar autores em prol de uma síntese de seus trabalhos e projetos, como a que estamos tentando construir aqui. Uma ponderação neste sentido é fornecida por Almodovar (1995). Este autor, na tentativa de separar o "joio do trigo", reconhece que HAE de Schumpeter abre uma perspectiva metodológica que torna factíveis abordagens como a de Blaug, mas, no entanto, considera inoportuna uma aproximação irrestrita desses dois trabalhos, pois as contribuições deste último, representam para ele, uma inflexão em termos de substância do trabalho de Schumpeter. Seu argumento contempla três pontos: o primeiro, consiste em reconhecer que em Schumpeter a forma como a história é exaltada, elencando seus aspectos positivos para a análise econômica, de certa forma se diferencia muito do tratamento que Blaug fornece a este campo; segundo, o contexto intelectual vivenciado por cada autor também exige grandes mediações, pois, para Almodovar (1995), as razões metodológicas de Schumpeter se assemelham às incursões de Alexandre Koyré e seu modelo de história da ciência, já Blaug vivenciou o

[101] Ver Gianetti Fonseca (1996).

nascimento da abordagem de Lakatos e os ataques em geral à tradição kuhniana e sua forma de apreensão da história; por fim, enquanto Schumpeter representa a coroação da vitória da revolução marginalista (momento em que esta perspectiva de visão do mundo econômico apodera não apenas da perspectiva de construir seu futuro, mas também de reconstruir seu passado), Blaug escreve em um ambiente e contexto histórico de hegemonia neoclássica já consolidada. No agregado, escreve este autor:

> (...) poder-se-á dizer que a obra de Schumpeter [HAE] traduz a sua crença no progresso ou na modernização da ciência econômica, enquanto que a obra de Blaug [HPE] apenas tenta traduzir a existência de progressos – isto é, de transformações parcelares que contemplam e aperfeiçoam um corpo teórico que, no fundamental foi sempre (e se mantem sempre) o mesmo. (ALMODOVAR, 1995, p.16)

Acreditamos que, mesmo que a comparação de Schumpeter e Blaug, ou ainda desses dois com Stigler, não seja o ponto central dos autores citados e, embora também como já mencionamos anteriormente existem estudos que abordem, por exemplo, as semelhanças entre as concepções de Schumpeter e Kuhn, sua exaltação privilegiada para a história, etc. Para nossos propósitos, ainda que escrito sob contornos teoricamente muito mais refinados, em momentos históricos diferentes, abertos a propensões idiossincráticas pessoais, por todas essas relativizações – necessárias - ainda assim, consideramos que o trabalho de erudição de Schumpeter muito mais se aproxima do que se distancia do trabalho de Blaug.

Se observarmos de perto as influencias filosóficas tomadas por esses autores, notamos que a proposta metodológica de Schumpeter ao longo de toda sua trajetória intelectual buscava permitir, no limite, um tratamento das preposições (teoria, análise econômica, instrumental analítico) afastadas do campo da metafísica, do dogma e do essencialismo. Esses objetivos também foram seguidos de perto por Popper em toda sua trajetória intelectual. Neste aspecto, Schumpeter e Blaug se ligam preliminarmente pela veia de influência do positivismo filosófico.

Curiosamente, por que então não verificamos essa convergência entre o trabalho de Schumpeter com o de Popper se, em última instância, seus objetivos são os mesmos?[102] Como bem observado por Silva (1993, p.212-213): "(...) Note-se que Schumpeter viveu até o final da década de 40 e, nesta época, a obra de Popper não era relativamente conhecida (...) ademais até a metade

[102] Sobre esse distanciamento, atesta Silva: "Não existe referência sobre o possível contato intelectual de Schumpeter com Popper. Em HAE não encontramos nenhuma referência a Popper. (...) Não existe evidência biográfica e bibliográfica, até onde se sabe, que ateste a possibilidade de Schumpeter conhecer as ideias de Popper." (SILVA, 1993, p.212)

do século o positivismo lógico era dominante." Portanto, assim, completa o autor: "(...) À sua época de formação intelectual, as únicas saídas para se fugir da metafísica eram o instrumentalismo de Mach, o convencionalismo de Poincaré e Duhem, o positivismo lógico e, posteriormente, o pragmatismo americano." (ibidem.) Fica a especulação oportuna e de impossível resposta: em sua obra de maior maturidade intelectual (HAE), Schumpeter teria seguido caminhos diferentes se tivesse tomado contato com os trabalhos de Popper? Seria mais fácil, assim, nossa empreitada de trabalharmos os aspectos de semelhanças com os trabalhos de Blaug?

Ocorre, enfim, para o que buscamos evidenciar, que sob diferentes contornos, essas análises **se unem pela concepção de história** e **pelo consequente projeto que as suas abordagens representam**.

Esta união, que aproximou certas abordagens na historiografia do pensamento econômico a partir do trabalho de Schumpeter, se faz, sobretudo, a partir de uma concepção de história e de uma visão de mundo econômico que se estruturam de maneira semelhantes em seus trabalhos. Estes autores trataram a história de forma em que ela seja puro aparato descritivo da evolução dos instrumentos formais de análise, pois, este é o elemento que permite a conexão com a ideia de progresso científico da teoria econômica. Em outras palavras, buscaram construir uma **história neutra**, que cindida dos componentes metafísicos, tinha no caminho do presente uma reconstrução racional do passado; uma **história das verdades econômicas**, em que o progresso hierarquizou a teoria atual com a acúmulo das contribuições positivas, justificadas como tal, visto que expurgaram os erros cometidos no passado, enfim, uma **história dos progressos da teoria econômica**.

Por outro lado, e não menos importante, esses autores se ligam também pelas suas concepções de mundo econômico assentadas no dogma da economia positiva, esta ciência espelhada nas contribuições das ciências naturais, que produzem teorias objetivas, neutras e, portanto, longe de juízos de valor. No agregado, e mais importante para nós, tem-se uma defesa irrestrita de uma teoria econômica de aplicação universal e atemporal.

No limite, essas duas percepções que sintetizam essa abordagem ortodoxa da HPE, para os termos desse trabalho, podem ser tratadas como tal, visto que representam, neste ponto de ligação mais essencial, a negação da possibilidade de construção de nosso objeto, pois admitindo que a teoria econômica possua aplicação universal e que a HPE representa a evolução das

contribuições que foram responsáveis pelo progresso da ciência econômica, qual a relevância de estudos que abordam o pensamento econômico nacionais (sobretudo em países periféricos como o Brasil)? Comprometidos com esta abordagem ortodoxa, não conseguimos nem mesmo responder essa pergunta, dado que ela não se apresenta como uma questão a ser investigada.

Por outro lado, como também mencionamos, esta forma de abordagem da HPE ortodoxa se liga pelo projeto hegemônico que representa. Relativizando a intencionalidade desse projeto ou não, o fato é que a abordagem ortodoxa exerce grande influência para a legitimação da hegemonia da corrente neoclássica. Iluminar o passado, a partir de uma concepção de natureza muito mais teórica do que histórica, consiste em elencar as questões cruciais para desenvolvimento futuro da teoria econômica. Neste sentido, olhar para a evolução dos instrumentos analíticos de forma retrospectiva, se por um lado faz parte de uma narrativa que coroa a vitória dos economistas neoclássicos, por outro, reafirma as velhas questões que deverão ser seguidas pelos jovens economistas para avançar nesta estrada chamada "progresso da ciência". Em síntese, podemos ter em mente a imagem de um espiral, que evidencia as questões específicas trazidas do passado para se reafirmar de maneira hegemônica no presente.

Sintetizado os elementos que formam nossa perspectiva interpretativa para o que estamos chamando de HPE ortodoxa, podemos cair em uma armadilha argumentativa logo em seguida, no sentido de julgá-la normativamente recorrendo ao dualismo. Realizada esta síntese, cabe ressaltar, não procuraremos a partir de então prescrever uma fórmula superior de abordagem para a HPE, comprando de certa forma as falsas dicotomias tão espalhadas nos debates historiográficos, como por exemplo, na oposição absolutistas contra relativistas, histórias internas versus externas, ou ainda, utilizando as tipologias mais recentes, reconstruções racionais ante reconstruções históricas. Muitos historiadores já alertaram para o quanto este debate caminha para o "beco sem saída" da esterilização, na medida em que muito dessas oposições binárias simplifica o trabalho real e efetivo dos historiadores. Inclusive, os próprios autores que tratamos já anteciparam essa ponderação, seja relativizando as aproximações exatas com as polaridades (Blaug), ou ainda indicando que a escolha da inclinação para algum dos polos, no limite, dependerá das motivações, seleções e critérios a serem tomados por cada historiador individualmente (Schumpeter).

Neste sentido, outra observação que corrobora com essa postura, de distanciamento de julgamentos normativos através das oposições polares, pode ser fornecida contrapondo a metodologia proposta pelos autores da HPE ortodoxa e o que de fato entregaram com seus trabalhos. Este é um ponto interessante, onde muitos analistas que interpretaram os contornos da HAE enfatizaram: o fato de que Schumpeter não seguiu à risca o que se propunha a fazer nos capítulos metodológicos (1 a 4 do volume I da HAE) e no agregado, sua obra entregou muito mais do que uma leitura "absolutista" da HPE, ou que a própria história da análise econômica da forma com que ele a definiu. (SILVA, 1993; ZERKOWSKI, 1987; GIANETTI FONSECA, 1996). O próprio Blaug (2001) reconhece essa interpretação da obra de Schumpeter[103] e logo em seguida, realiza uma espécie de relativização/*mea culpa* de sua ânsia em escrever a HPE através das reconstruções racionais, visto que a consideração dos fluxos históricos e suas complexidades inerentes acabam por sobrepor ao projeto inicial do historiador comprometido com este tipo de abordagem. Em suas palavras:

> Embora tenha me culpado do próprio pecado que acabo de lamentar, cheguei à conclusão de que a única abordagem da história do pensamento econômico que respeita a natureza única do material em questão, em vez de transformá-lo em grão para o uso de modernas técnicas analíticas, é trabalhar em reconstruções históricas, por mais difíceis que sejam. A reconstrução racional faz com que os pensadores passados pareçam ser um pouco mais como nós do que eram; As reconstruções históricas tornam-nos um pouco menos como nós do que eram. Não podemos recriar a mentalidade de Adam Smith nem o legado intelectual que ele herdou, mas podemos tentar nos aproximar dele. (BLAUG, 2001, p.6)

Interessante notar como o fervor absolutista tão defendido no passado (BLAUG, [1962] 1989), passados quase quarenta anos, se apresenta de forma paradoxal nesta constatação que citamos. O que para nós só reforça as idiossincrasias inexoráveis à trajetória intelectual de um autor.

Também não queremos passar a impressão que a perspectiva alinhada com o absolutismo se encontra morta, muito pelo contrário, as experiências históricas de diversos países, relatadas em Weintraub (2002) e Cardoso (1995), nos mostram como esta perspectiva encontra-se

[103] Em sua interpretação: "(...) O que Schumpeter (1954) chamou de 'história da análise econômica' é, de fato, uma história de reconstruções racionais, mas apesar das intenções anunciadas no capítulo inicial de seu grande livro, ele quase continuamente caiu no que ele chamou de 'história intelectual', 'Geistesgeschichte ', que é praticamente a mesma coisa que o que eu chamo de 'reconstruções históricas'." (BLAUG, 2001, p.5)

ainda muito presente nas concepções que estruturam as disciplinas, pesquisas e publicações no campo da HPE.[104]

Para nós, o que estamos querendo enfatizar a partir dessas ressalvas, consiste em clamar pela defesa do pluralismo de perspectivas para a construções de HPEs, pois as diferentes incursões neste campo são igualmente legitimas e devem ser avaliadas pela historiografia pelos próprios termos que se propõem a discutir. Em conjunto, essas diferentes perspectivas somente contribuem para realçar a complexidade do ofício do historiador, bem como ampliar e enriquecer a própria concepção sobre a ciência econômica.

No entanto, podemos também avaliar os custos envolvidos na admissão de certas perspectivas, pois pluralismo na HPE não é sinônimo de "histórias passivas/neutras", como bem indicamos no ponto que buscamos aproximar HPE com filosofia da ciência. Cada perspectiva historiográfica opta e admite, ainda que indiretamente, um projeto social e um conjunto de pressupostos que caracterizam suas visões de mundo sobre a economia. Em síntese, na medida em que a HPE ortodoxa, por exemplo, ao realizar a cisão entre pensamento e análise, concreto e abstrato, positivo e normativo, acaba por fazer uma opção metodológica, que por um lado, expressa uma certa visão de mundo, que para nós reforça a atual crise na teoria econômica, como também, por outro lado, e muito dependente da consideração anterior, acaba por inviabilizar/desqualificar incursões que possuam o objeto como o nosso. Tendo em vista essas questões específicas é que procuraremos problematizar os limites dessa concepção ortodoxa através de um breve balanço crítico.

Sumariamente, organizaremos nossas problematizações através de questionamentos aos pilares fundantes da metodologia ortodoxa e seu projeto social, sintetizado nos seguintes pontos: i) possibilidade de cisão entre pensamento e análise; ii) a defesa da economia positiva e o mito do cientificismo; iii) a HPE como projeto de legitimação da hegemonia ortodoxa neoclássica.

Sobre o primeiro ponto, retomamos o debate muito presente nas ciências sociais sobre as possibilidades e limitações de se operar uma distinção entre elementos ideológicos e abordagem científica objetiva; metafísica versus ciência positiva; juízos valorativos contra o real/verdadeiro;

[104] O próprio Blaug (2001) cita algumas publicações recentes com este perfil, um marco neste sentido pode ser atríbuido ao trabalho de Samuelson (1988) ""Out of the Closet: A Program for the Whig History of Science.".

economia positiva versus normativa; ou em síntese, nos termos de Schumpeter: Economia Política e Pensamento Econômico *versus* Análise Econômica. [105]

O encaminhamento deste debate, a partir da solução proposta por Schumpeter, ou seja, identificando primeiramente o ponto em que a ideologia penetra no processo analítico (conceito de visão), e segundamente, optando por um tratamento separado e "valorizado", através de um espaço específico de abordagem para o historiador (HPE e HSEP), revela, para uma literatura crítica, uma falácia metodológica na medida em que não é possível realizar uma cisão entre pensamento e análise, pois estes não se apresentam de maneira distinta, mas sim dialética. Em outras palavras, agente histórico, contexto político-econômico-social, teoria, visão de mundo, etc, fazem parte de um todo orgânico indissociável, ou seja, se tratando de ciência econômica: teoria abstrata, política econômica, sistema filosófico, contexto social e político, tempo histórico, espaço geográfico e social etc, todos esses elementos constituem as partes que formarão o todo, que no fundo só é todo, porque também é parte. Propor uma separação específica das partes é ignorar a complexidade criando objetos amorfos.

No entanto, realizar essa crítica, não significa negar quaisquer pretensões de se realizar um estudo separado sobre a evolução dos aspectos analíticos do pensamento econômico, ou seja, uma história do aperfeiçoamento do aparelho técnico de qualquer ciência, como o projeto de estudo da HPE ortodoxa. Mas, como lembra Dobb (1976):

> "o que é duvidoso é que, se se fizesse esse estudo, ele pudesse ser considerado um estudo de uma seção separável e definível da própria matéria: isto é, como um conjunto de preposições ou afirmações para cujo suporte o esquema analítico foi concebido (...) O que é discutível é se em economia, ou qualquer ramo da ciência social, se se prestar atenção ao conteúdo econômico duma teoria como distinto da sua estrutura analítica, qualquer parcela da teoria pode manter a independência e neutralidade que se atribui (com alguma razão) à própria análise formal." (DOBB, 1976, p.15)

Estamos chamando atenção para o problema de se particularizar uma parte do todo, de fornecer vida própria à análise econômica (instrumentos analíticos) e esta crítica se sustenta ainda se considerarmos os aspectos mais formais de teorização econômica, pois, na medida em que o desenvolvimento formal da matemática do modelo, por exemplo, sai dos constructos lógicos e abstratos e, se minimamente pretende tecer algumas considerações sobre economia, ou seja,

[105] Existe no ramo das ciências sociais amplos debates em torno dessas controvérsias, que podem ser sintetizadas como problemas inerentes à ideologia. Diversos são os trabalhos, e cabe, nas limitações de nossas pretensões abordá-las de maneira bastante sintética, apoiando em bibliografias que tiveram como esforço sumarizar as questões em disputa. Para um tratamento mais acurado dessas questões ver Lowy (2013).

quando volta-se para a realidade, inexoravelmente, inclusive de maneira inconsciente, impõem-se os aspectos valorativos do investigador a respeito de sua visão de mundo a um certo momento e situação social no processo da história. A não ser que esteja fazendo referência a sistemas econômicos totalmente imaginários, o que nos colocaria em outro aspecto da crítica podendo questionar em que medida esta contribuição pode ser considerada no campo da ciência econômica. Tomemos para clarear as considerações tecidas por Dobb:

> "(...) Um modelo matemático pode ser (e deve ser) examinado em seu aspecto puramente formal, como estrutura compatível. Ao mesmo tempo, enquanto teoria econômica, a sua própria estrutura é relevante para afirmação que se faz acerca da realidade – para a sua qualidade diagnosticada. Preferindo uma estrutura à outra, o criador do modelo não só está a preparar um suporte ou estrutura dentro do qual o pensamento humano pode operar, como também está a por evidência certos fatores e relações e a excluir outros ou a coloca-los na sombra; e ao agir assim, pode-se julgar-se que está a distorcer ou esclarecer a realidade, proporcionando dessa maneira uma base segura ou não para interpretação e previsão (...). (DOBB, 1976, p. 17)

Portanto, ainda que expressas em linguagem extremamente formais, este caráter abstrato e generalizador entendido como expressão do "ideologicamente neutro" e "supra histórico", deve ser questionado, na medida em que, por exemplo, continua o autor marxista:

> "(...) Para conseguir, o sistema de equações dizer-nos algo mais; e este "algo mais" tem quase inevitavelmente uma forma causal, que se trate de uma interação mútua complexa de um conjunto de variáveis, quer do tipo mais simples de ligação causal unidirecional. Isso acontece muito corretamente de fato, mesmo com aquilo que o leigo afirma serem sistemas puramente formais, que descrevem uma cadeia de inter-relações e nada mais; estando implícita uma ordem de determinação, desde que o momento em que algumas das variáveis são consideradas como exogenamente determinadas a partir do exterior do sistema, ou então como constantes, e, portanto especificadas como dados (implícita ou explicitamente), sendo as outras dependentes das relações internas do sistema ou "incógnitas" que guardam uma solução." (DOBB, 1976, p. 19)

Outro aspecto que podemos elencar como ponto de crítica, consiste em reconhecer que a pretensa distinção entre economia positiva e normativa, mascara um elemento constitutivo da HPE, que são as provas abundantes do condicionamento histórico da teoria econômica. Visto que se trata de uma ciência aplicada, intimamente ligada a juízos de valores e avaliações de sistemas e políticas reais, mesmo o pensamento econômico mais abstrato e os sistemas mais formalizados, quando examinados de perto, acabam exprimindo a realidade econômica e exercem influência na política real, como indica Myrdal (1997):

> "Mesmo quando a reivindicação não é claramente expressa, as conclusões subentendem, sem sombra de dúvida, a ideia de que análise econômica é capaz de produzir leis no sentido de normas, e não apenas leis no sentido de repetições demonstráveis e regularidades de fatos reais e possíveis. Deste modo, a teoria da 'livre-concorrência', não tem a pretensão de ser apenas uma explicação científica do curso que as relações econômicas tomariam sob certas hipóteses (...) Destarte, a 'livre-concorrência', em bases lógicas e reais, transforma-se em

> mais do que uma série de suposições abstratas, usadas como instrumentos de análise teórica das relações causais de fato. Converte-se em um desideratum político." (MYRDAL, 1997, p.28).

Neste sentido, complementa Dobb:

> "Mais fundamental, embora talvez mais difícil de identificar em casos particulares, é a medida em que o pensamento é moldado pelos problemas decorrentes de um certo contexto social. Este contexto é em si próprio uma mistura e interação complexa de ideias e sistemas do pensamento aceites (que com toda probabilidade são em partes construídos por elementos metafísicos e hipóteses não verificadas, e exercem uma forte ação como tendências conservadoras inatas) com os problemas apresentados pelos acontecimentos e situações práticas correntes. Deste modo, a generalização aceite e a prática corrente estão em permanente confronto (...) Os problemas correntes são criados tanto pela ação humana inspirada no pensamento, exercida sobre uma situação existente, como pela própria situação objetiva e mutável); e neste sentido pode dizer-se que estão constantemente em contradição." (DOBB, 1976, p.28).

É exatamente esta contradição que Dobb menciona que caracteriza a riqueza das incursões no campo da HPE como um todo. Revisitar o passado é reviver aquele mundo em seu conjunto de perspectivas, em que todos seus elementos estão embebidos por todas as tensões de seu tempo, logo, propor uma cisão entre pensamento e análise, dando vida própria a este último, é criar um objeto que nunca se apresentará em sua potência plena.

Como avaliamos, o processo de cisão entre pensamento e análise, faz parte de uma estratégia que pretende exaltar o lado positivo da ciência econômica, sobretudo, por permitir enquadrá-la em abordagens exemplares como as ciências da natureza e, portanto, lograr o estatuto de ciência positiva, leia-se, economia como matéria neutra, objetiva e universal, como, por exemplo, a física. E assim chegamos no nosso segundo item de questionamento: o mito do cientificismo positivista.

Esse antigo projeto positivista ecoa recorrentemente nas pretensas incursões de pensadores ortodoxos e faz parte de uma evolução mais ampla, em que o positivismo é um ponto nesta estrada iniciada com as revoluções científicas do século XVI em torno da construção do ideal de racionalidade científica. Buscamos mostrar, como a economia, a partir dos constructos gestados na revolução marginalista, pode ser interpretada como o projeto mais rigoroso desse ideário positivista nas ciências sociais: a construção e valorização do "mito cientificista" em detrimento da degradação do campo normativo/valorativo/ideológico, considerados como elementos metafísicos, despidos, portanto, de necessidade de investigação científica.

Mais uma vez, podemos elencar uma ampla literatura que critica este movimento em torno do mito cientificista na esteira do projeto positivista. Retomemos os elementos constitutivos das ciências humanas como ponto de afastamento dos constructos das ciências naturais.

Tomada em sua complexidade, os filósofos olhando para a história da ciência, nos mostram que o objeto homem é algo que surge somente a partir do século XIX (tudo que se referia ao homem era estudado pela filosofia). Nascida, portanto, após o ideário de cientificidade já estar construído a partir dos cânones das ciências naturais em geral e da matemática em particular e, para ganhar respeitabilidade científica, as disciplinas das ciências humanas se viram obrigadas a estudarem seu objeto através de emprego de conceito, método e técnicas propostas pelas ciências exemplares. Entretanto, como não era possível empregar uma transposição conceitual clarividente, dado as especificidades de seu objeto, as ciências humanas começaram a trabalhar por analogia às ciências da natureza. A partir dessas constatações, Chauí (2000) assevera os seguintes questionamentos:

> ”1) A ciência lida com fatos observáveis, isto é, com seres e acontecimentos que, nas condições especiais de laboratório, são objetos de experimentação. Como observar - experimentar, por exemplo, a consciência humana individual? 2) A ciência busca as leis objetivas gerais, universais e necessárias dos fatos. Como estabelecer leis objetivas para o que é essencialmente subjetivo, como o psiquismo humano? Como estabelecer leis universais para algo que é particular, como é o caso de uma sociedade humana? Como estabelecer leis necessárias para o que acontece uma única vez, como é o caso do acontecimento histórico? 3) A ciência lida com fatos regidos pela necessidade causal ou pelo princípio do determinismo universal. O homem é dotado de razão, vontade e liberdade, é capaz de criar fins e valores, de escolher entre várias opções possíveis. Como dar uma explicação científica necessária àquilo que, por essência, é contingente, pois é livre e age por liberdade? 4) A ciência lida com fatos objetivos, isto é, com os fenômenos, depois que foram purificados de todos os elementos subjetivos, de todas as qualidades sensíveis, de todas as opiniões e todos os sentimentos, de todos os dados afetivos e valorativos. Ora, o humano é justamente o subjetivo, a sensível, o afetivo, o valorativo, o opinativo.” (CHAUÍ, 2000, p.122)

Tomada em particular, a economia enquanto campo das ciências humanas, nota-se que suas particularidades saltam aos olhos e as assunções axiomáticas ortodoxas se esvaziam nos próprios elementos que pretendiam combater: nas visões de mundo, ou seja, na metafísica. Retomando essa questão, clareia Paula:

> “E, no caso da economia, o que se vai colocar é, decisivamente, a disputa, a controvérsia, a busca de explicar os mesmos fenômenos – a distribuição de renda, o desemprego, o crescimento econômico, a crise etc. – a partir de perspectivas distintas, não necessariamente convergentes algumas vezes, e radicalmente opostas quase sempre. Diante deste quadro as possibilidades de aferição da cientificidade das teorias é sempre um exercício inverificável, cujo resultado só pode ser a expressão de interesses particularistas e, neste sentido, sem validade universal. E aí, não se perca pela palavra – esta condição de inverificabilidade de

> universalidade é a própria expressão da natureza do objeto – a economia é uma disciplina política, é sempre economia política, na medida que todas as suas categorias estão mergulhadas no mundo dos interesses, são realidades histórico-político-sociais, isto é, são realidades de poder." (PAULA, et all. 2002, p.17-18)

Por outro lado, podemos ainda levantar um questionamento ainda mais elementar em torno da "falácia do método científico": tê-la como questão pressupõe um critério de demarcação universalmente aceito na filosofia da ciência, contudo, como nós bem retratamos no capítulo anterior, esse tema foi palco de grandes debates de forma que não podemos tecer considerações seguras que assegurem um cânone metodológico demarcativo. Positivistas do Círculo de Viena, Popper, Kuhn e os teóricos da nova heterodoxia, enfim, todos esses cânones da filosofia da ciência definiram este empreendimento científico de formas diversas e por muitas vezes conflitantes, como confiar num critério universal?

No fundo, além de evidenciar o projeto do "mito da cientificidade", devemos para os nossos termos, realizar um contraponto ao ideal de racionalidade moderna, que articule a crítica da valorização do método matemático transposto às ciências humanas na forma de axiomatização e, portanto, uma aproximação de matrizes teóricas que ressignifiquem a concepção de racionalidade.

Entendemos, que a valorização da matemática pelos defensores da ciência econômica positiva se faz em prol dos princípios inerentes a idealidade pura de seus objetos, que não se confundem com as coisas percebidas subjetivamente por nós; os objetos matemáticos são universais e necessários; bem como pela precisão e o rigor dos princípios e demonstrações matemáticas, que seguem regras universais e necessárias, de tal modo que a demonstração de um teorema seja a mesma em qualquer época e lugar e a solução de um problema se faça pelos mesmos procedimentos em toda a época e lugar. Contudo, essa forma de raciocinar é incapaz de empreender a complexidade, necessária, do objeto da ciência econômica enquanto economia política.

A ressignificação, necessariamente passará pela adoção de uma outra matriz de racionalidade em que se reconhece o caráter essencialmente contraditório da realidade; a compreensão da interdependência constituinte dos processos naturais e sociais; a presença irredutível da alteridade, da irreversibilidade, da indeterminação, do acaso, do espanto como componentes do real; o reconhecimento do tempo e da história como dimensões contingentes. Neste sentido, a HPE tem muito a contribuir, sobretudo se não se tingir de um projeto social

comprometido com a história das verdades e progresso econômico. Assim, chegamos ao terceiro e último aspecto da problematização que levantamos.

Como buscamos mostrar, este é o ponto em que se coloca a essência da crítica à abordagem ortodoxa da HPE. Precisamos agora realizar dois movimentos para trilharmos caminhos diferentes: primeiro nos despir de vez dessa camisa de força historiográfica portadora do vício anacrônico, para tanto, questionar a ideia de progresso linear, cumulativo, revelador dos erros do passado em prol da construção do edifício das verdades econômicas se faz necessário; por fim, também precisamos rejeitar esse projeto social de releitura do passado, que nos coloca em um círculo vicioso de legitimação da hegemonia ortodoxa. No agregado, precisamos pensar outras questões e objetos que esta perspectiva nos impede de termos como tal. Comecemos pela negação de sua cláusula pétrea: a ideia do progresso.

Hagge (1989), constrói uma linha argumentativa que problematiza a consensual ideia de progresso nas ciências econômicas. Colocando como questão preliminar os fundamentos lógicos desta visão, indica este autor, cabe nos questionar qual é a base de referência que permite avaliar tal progresso? No fundo, progredimos em relação a quê? Questionando-nos, ironicamente: "Se a álgebra tosca de Walras foi 'traduzida' para o cálculo por seus seguidores, e, depois para a topologia, isso foi progresso? Progresso em economia ou em matemática?" (HAGGE, 1989, p.29)

A partir de considerações que encaram a complexidade dos problemas econômicos, a saber o constante deslocamento de fundamentos e a improbabilidade de resoluções conclusivas das controvérsias, Hagge realiza outra digressão a respeito dos teoremas da impotência:

> "Resta, portanto, que o essencial da problemática econômica é a instabilidade provocada pelo desconhecimento do futuro: pelo fato de não sabermos como nossas ações em 't' afetarão 't+k'. Ora, esse desconhecimento é igual em todas as épocas. Logo, em todas as épocas estamos igualmente impotentes em relação ao futuro; e, consequentemente, em relação ao presente. Em suma, em todas as épocas estamos igualmente impotentes diante da realidade." (HAGGE, 1989, p.30)

Se estamos impotentes diante da realidade igualmente, nos diferentes tempos históricos, como afirmar que houve progresso de Mill a Samuelson, como afirma Schumpeter? Fica claro que as bases que admitem a noção de progresso estão longe de serem compostas por esse olhar que tem na complexidade do objeto da economia política o centro da questão. A noção de progresso da ortodoxia da HPE vem a propósito de reafirmar sua visão de mundo e um ideal científico, a saber, a "ciência econômica pura" assentada na racionalidade positivista. É neste

sentido que a teoria econômica progride. Progride na medida em que se aproxima mais desse ideal de ciência, ou seja, na medida em que se torna mais formalizada, abstrata, dedutiva, modelizada, como a ciência exemplar e os constructos da matemática nos indicam. No limite, na medida em que se torna mais hegemônica. Neste sentido, completa o autor:

> "é precisamente sobre essa exclusão do 'mundo' do objeto da economia que se estabelecem as bases epistemológicas do progresso de seu tecido teórico; o que ocorre é muito mais frequentemente um processo de purificação progressiva da linguagem do que incorporações de novas dimensões da realidade ao corpo dos saberes constituídos. Na verdade, o progresso em si passa a existir porque a lógica intrínseca das ideias (e não sua potencial relação com os problemas do mundo) tornou-se o único parâmetro de controle de possibilidades de 'movimento' do saber. Foi assim que o progresso 'automatizou' dentro das fronteiras do saber econômico." (HAGGE, 1989, p.41)

Portanto, respondendo a inquietação anacrônica de Blaug, podemos negar o progresso em economia? Concordaríamos e diríamos que não! No mínimo, de fato este progresso pode ser entendido quando olhamos para dentro do paradigma. Mas o que Blaug esconde, é que admitido sob critérios que fundamentam uma visão diferente de economia ortodoxa, somos levados a crer que este progresso se assentou na alienação da realidade através do movimento de crescente formalização, que caracteriza, inclusive, a crise que descrevemos no capítulo anterior.

Caminhando para nosso segundo movimento, necessitamos também sair desse círculo vicioso que a necessidade de assunção da história do progresso econômico nos impõe. De forma esclarecedora, expõe Chauí, sobre o projeto social, que esta démarche histórica representa, bem como seus fundamentos adictos do anacronismo histórico desta concepção de história traz:

> "Evolução e progresso são a crença na superioridade do presente em relação ao passado e do futuro em relação ao presente. Assim, os europeus civilizados seriam superiores aos africanos e aos índios, a física galileana-newtoniana seria superior à aristotélica, a física quântica seria superior à de Galileu e de Newton. (...) Evoluir significa: tornar -se superior e melhor do que se era antes. Progredir significa: ir num rumo cada vez melhor na direção de uma finalidade superior. (...) Evoluir e progredir pressupõem uma concepção de História semelhante à que a biologia apresenta quando fala em germe, semente ou larva. O germe, a semente ou a larva são entes que contêm neles mesmos tudo o que lhes acontecerá, isto é, o futuro já está contido no ponto inicial de um ser, cuja história ou cujo tempo nada mais é do que o desdobrar ou o desenvolver pleno daquilo que ele já era potencialmente.(...) Em resumo, evolução e progresso pressupõem: continuidade temporal, acumulação causal dos acontecimentos, superioridade do futuro e do presente com relação ao passado, existência de uma finalidade a ser alcançada." (CHAUÍ, 2000, p.105)

Lembremos, o passado coabita o presente, contingenciando, por muitas vezes, o futuro. Daí a força e a potência da HPE, esta disciplina "herética" que deve, portanto, ser "neutralizada", para parafrasear os dizeres de Tolipan (1990):

> "É, por outro lado, com grande desconfiança que cada configuração atual desse discurso [abordagem ortodoxa da HPE nos termos da dissertação] aceita olhar seu passado. Isto porque, por mais que o exorcize – pensando que ele é a série de erros que culmina na sua verdade -, percebe-se que em qualquer ponto da série a pretensão é sempre a mesma. Tal percepção obriga a relativizar o presente; por isso, a História do Pensamento de qualquer ciência é tratada como apêndice incômodo a ser neutralizado." (TOLIPAN, 1989, P.16)

2.2 HPE NACIONAIS

Buscamos mostrar como a leitura ortodoxa da HPE nos coloca diante de um impasse, principalmente na medida em que nosso objeto não se configura como uma questão a ser investigada dentro de seus constructos metodológicos. Neste momento, necessitamos buscar caminhos na historiografia que possam acolher nossas inquietações. Para tanto, temos a convicção de que dois movimentos de ressignificação em relação à ortodoxia devem ser realizados: primeiro, redefinindo a substância a ser explorada pela HPE para, logo em seguida, contrapor então seu método de apreensão. Nestes termos, muito das contribuições relativistas podem ser reaproximadas para estes fins.

2.2.1 À procura de abrigo na historiografia.

Ainda que nenhum trabalho relativista consagrado pela historiografia como tal tenha se atido a longas discussões metodológicas e/ou introdutórias de um modo geral, muito menos realizado apontamentos específicos sobre HPEs nacionais; o fato é que algo do resultado final desses trabalhos representa muito dos movimentos que acabamos de chamar atenção. Buscando os pontos de contato dessas obras, observamos que, entre diferentes narrativas, estilos e seleções, mantêm-se a ideia de que o pensamento econômico (objeto final da HPE) guarda uma série de complexidades e determinações que escapam à abordagem abstracionista e racionalista empreendida pela ortodoxia. Olhando mais de perto, essa ponderação pode ser sintetizada na medida em que o pensamento econômico, admitido nos constructos relativistas, além de seu componente lógico interno inerente à teorização, deve também ser enriquecido e ampliado relacionando-o com aspectos que contemplem, por exemplo, pelo menos um desses pontos, como: as visões de mundo dos autores estudados (filosofias sociais, posição classe, inclinações ideológicas, etc.); a interconexão existente entre pensamento econômico e a política econômica

(teoria x realidade); e, mais importante, as considerações envolvidas nas contingências espaço/tempo das teorias econômicas.

No agregado tem-se a difícil tarefa imanente ao historiador das ideias econômicas, já devidamente antecipadas por Rubin ([1929] 1989), de conciliar em sua narrativa essas questões mais amplas e interdisciplinares com o sentido teórico mais estritos das teorias.[106] Somente assim, aproximaremos de uma compreensão de história muito mais como um processo, afastando-a das armadilhas contidas na "camisa de força" da mecânica do progresso do pensamento econômico.

Pontualmente, esses três complicadores do objeto relativista são mencionados explicitamente nas considerações iniciais dos principais trabalhos neste campo. Sobre a ligação existente entre pensamento econômico e a visão de mundo dos autores analisados em sua obra, considera Hunt (1989, p.22): "(...) acredito que todos os economistas estejam e sempre estiveram vitalmente comprometidos com questões morais, políticas, sociais e práticas." Logo, para este autor marxista, ainda que teoricamente possamos separar os elementos científicos e ideológicos, têm-se que: "Jamais poderemos compreender completamente o elemento científico, cognitivo na teoria de um economista, sem compreender, nem que seja em parte os elementos valorativos e ideológicos da teoria." (idem.). Ou ainda na consideração mais enfática pelo também autor marxista Isaac Rubin: "De um ponto de vista histórico, as doutrinas e ideias econômicas podem ser incluídas entre as mais importantes e influentes formas de ideologia (...) As ideias econômicas não nascem do vácuo." (RUBIN [1929] 1989, p.29).

Afirmada essa característica que retoma a ciência econômica enquanto economia política, torna-se mais fácil compreender a posição desses autores ao não aceitar a famosa distinção entre economia positiva e normativa, tão perseguida nos terrenos ortodoxos desde seus primórdios (tradição Senior-Mill) e também reproduzida na abordagem da HPE ortodoxa ao realizar a cisão entre pensamento e análise. É neste sentido, que a afirmação já citada anteriormente de Dobb (1976) sobre a ligação entre teoria e política econômica deve ser interpretada. Seguindo esta concepção, esclarece também um dos precursores do relativismo na HPE, Eric Roll (1977, p.xx): "As teorias econômicas sempre se relacionam com a prática econômica, ainda que frequentemente

[106] Em suas próprias palavras: "O que torna particularmente difícil um tratamento da história do pensamento econômico é essa natureza dual de nossa tarefa: a necessidade de fornecer ao leitor, a um só tempo, uma exposição, tanto das condições *históricas* a partir das quais as diferentes doutrinas econômicas surgiram e se desenvolveram, quanto de seu *significado teórico*, isto é, da relação lógica interna entre as ideias." (RUBIN [1929] 1989, p.30)

de modo tortuoso. ” Portanto, seguindo seu raciocínio: “O que unicamente pode servir de guia para as ideias é o estudo das relações que existem entre as teorias e as condições objetivas.” (idem.). No limite, a mensagem deixada por esses autores era muito clara: não podemos realizar uma clivagem entre o condicionamento social das teorias econômicas e seu aspecto analítico puramente.

No agregado chegamos ao ponto mais essencial que liga esta corrente dentro da historiografia, ou seja, a identificação de que “(...) as ideias econômicas são sempre e intimamente um produto de sua época e lugar; não podem ser vistas desvinculadas do mundo que interpretam.” (GALBRAITH, 1987, p.1). Por tudo isso, defende-se a convicção de que “(...) a estrutura econômica de uma dada época e as mudanças que sofre são os determinantes *últimos* do pensamento econômico.” (ROLL, 1977, p.xxii). Agora podemos notar mais de perto como os elementos contingenciais espaço/tempo, tão importantes para nosso trabalho, são admitidos pelos relativistas: espaço relaciona-se com a estrutura econômica característica de determinada região, e tempo refere-se ao contexto histórico de um período analisado. Juntas, essas duas variáveis ajudam e muito a compreender as vicissitudes do pensamento econômico em diferentes nacionalidades e contextos históricos, como bem sintetizado nas ideias introdutórias do trabalho de Screpanti (1997):

> Reconhecemos que a realidade estudada pelo economista não é imutável como a das ciências naturais. Os nexos econômicos combinam-se no tempo e espaço, de maneira que problemas que pareciam cruciais em determinado período podem ser considerados irrelevantes em outros, e aqueles que se consideram importantes em certo país podem ser totalmente ignorados em outro. Esta peculiaridade do objeto de investigação pode contribuir para explicar parte da história do pensamento econômico: por exemplo, a **existência de certas peculiaridades nacionais** ou o surgimento de certas teorias específicas em determinados momentos históricos. (SCREPANTI, 1997, p.20)[107]

Esta porta de entrada na historiografia para começarmos a pensar em HPE nacionais fica mais evidente quando defendida a ideia de “estilos nacionais de economia política”, ou seja, a defesa da necessidade de vinculação entre a abordagem do pensamento econômico com as características gerais da sociedade nacional concreta que o produz. Este contraponto claro à abordagem ortodoxa é enfatizado na seguinte concepção:

> Assume-se aqui que o pensamento econômico, em que pese certa autonomia discursiva, certas exigências metodológico-conceituais, reflete o seu tempo e o seu lugar, expressa-se segundo estilos, metáforas, referências, interesses que transcendem o específico da análise econômica. Trata-se, assim, de entender o pensamento econômico, como, em alguma medida, refletindo o contexto nacional, as circunstâncias históricas que o ensejaram. De tal modo que é isto que explicaria a existência de estilos, de certos cacoetes definidores das

[107] Grifos nossos.

> diversas escolas nacionais de pensamento econômico, que dizem respeito tanto à forma quanto ao conteúdo de suas respectivas elaborações teóricas. (PAULA et all. 2007, p.358)

Para exemplificar esta forma de interpretar a HPE, os autores abordaram dois de seus grandes capítulos, a saber, a teoria do valor e a revolução marginalista. Sobre a problemática trazida por este primeiro tema, eles argumentam: ainda que a economia política clássica nasça a partir da centralidade da teoria do valor trabalho, se observada mais de perto as estruturas econômicas que caracterizavam os sistemas na Inglaterra e na França, pode-se admitir que esta teoria fora incorporada de forma a enfatizar o contraste nacional entre os diferentes estilos de economia política. Em outras palavras, buscava-se entender o porquê da França relutar em assumir todas as consequências da vitória do modo de produção capitalista, enquanto observa-se na Inglaterra ampla hegemonia dos valores liberais e utilitaristas. Explicitando esse contraste, afirmam os autores: "(...) [lembrem-se que] é invenção inglesa uma certa concepção de mundo tomada como espaço da realização de interesses individuais, com base em escolhas hedonísticas e relações impessoais." Do mesmo modo que, diferentemente desses valores ingleses, na França: "(...) prevalecerão a regulamentação e a interferência estatais, a concentração absoluta do poder monárquico, a ausência de instituições político-representativas capazes de vocalizar os interesses do 'terceiro estado'. "(PAULA et all. 2007, p.360). No limite, é este contexto teórico que estaria por trás do pensamento econômico produzido nesses países e, de certa forma, por isso Sismondi não é Ricardo.

Mais interessante ainda são os esclarecimentos históricos fornecido pelos autores acerca das reações alemães e austríacas à revolução marginalista e à consolidação posterior do neoclassicismo. De pronto, questionam-se: por que o paradigma inaugurado pelo marginalismo será tão combatido na Alemanha ao passo que fora tão bem incorporado pela corrente austríaca? Mais uma vez reconstroem os fatores político-culturais presentes na formação histórica desses países para compreender a configuração do pensamento econômico produzido por cada uma dessas tradições. À luz da história econômica, os autores enfatizam como a tradição cameralística e a procura constante pela autoafirmação da nação foram responsáveis por grande parte dos contornos do pensamento econômico ensejado na Alemanha, sistematizado destarte pelos trabalhos produzidos pela Escola Histórica Alemã. Este é o pano de fundo que ajudará a esclarecer o porquê da recusa da tradição alemã ao paradigma clássico e suas teorias econômicas ligadas ao abstracionismo, individualismo e à impessoalidade, ao passo que se construía uma agenda muito mais voltada para a ligação orgânica entre homem e natureza, portanto, uma agenda que: "(...) denunciando a inautencidade do mundo da racionalidade instrumental, mediante a escolha da

cultura em contraposição à civilização; da comunidade em relação a sociedade; da nação, do local, do regional em relação à abstração das relações impessoais." (PAULA et all. 2007, p.366). Por essa via interpretativa compreende-se a coerência da contribuição do pensamento alemão à economia regional (von Thünen, Lösch, Christaller) e também o desenvolvimento de conceitos relacionados à proteção da indústria (Friedrich List). Temas estes tão estranhos ao paradigma neoclássico.

Paradoxalmente, no outro campo da "batalha", encontrava-se a Escola Austríaca e sua vocação histórica para a linguagem subjetivista, abstrata, voltada para a introspecção. Lembremo-nos, para além de Menger, Böhm-Bawerk, von Mises e Hayek, Viena também se caracterizava pela filosofia de Freud (psicanálise) e pela literatura fortemente marcada pela introspecção (Hermann Broch). Somada à antiga e melancólica imagem do passado representado pela potência dos tempos de império, o resultado em termos de tradição austríaca foi: "(...) uma ação reativa que foi uma radicalização do ensimesmamento, a busca dos fundamentos da psique humana, a busca dos fundamentos da linguagem, a busca dos fundamentos da ação humana, entendida como escolha entre objetos dados.". Por isso, em termos de ressignificação do objeto de sua economia política: "Em lugar da produção, o consumo; em lugar do investimento, a escolha; em lugar da lógica da acumulação, a lógica da fruição. Trata-se de buscar maximizar a satisfação do consumidor: a hegemonia da lógica do rentista." (PAULA et all. 2007, p. 368)

Evidencia-se que tal abordagem defendida pelos autores não pretende negar o espaço ou pregar a inexistência de uma dimensão analítica do pensamento, mas sim questionar a justeza do método de apreensão da história inaugurado pelo trabalho de Schumpeter. Por outro lado, também não se pretende cair em um determinismo histórico ingênuo, enclausurando o pensamento econômico à noção de estilos nacionais de economia política, pelo contrário, se afastando de reducionismos unidirecionais ao estilo das interpretações que clamam pelo progresso linear por acúmulo de conhecimento, estes autores reconheceram que o princípio metodológico defendido no texto longe de explicar inteiramente este objeto tão complexo fornece condicionamentos, que não determinam em última instância, mas sim enriquecem o campo da análise histórica.

Assim, trata-se de aproximar mais efetivamente do trabalho empreendido por aqueles que fazem ciência, pois este é o caminho que pode dar conta de dimensões tão presentes nesta prática, como as tradições intelectuais e os contextos sociais que necessariamente se apresentam de maneira imbricada (não cindida) deste empreendimento. Em suas palavras: "Trata-se de

compreender de que maneira as especificidades histórico-culturais de cada sociedade moldaram estilos particulares de economia política." (idem.). Em síntese, trata-se de colocar o objeto das HPEs nacionais como um ponto legítimo a ser investigado pela historiografia.

Não nos esqueçamos que, embora permeada de trivialidade, esta ideia defendida de um modo geral pelos relativistas, de que estruturas econômicas diferentes, como lembrado por Roll (1977), por exemplo, comparando sistemas econômicos assentado em trabalho escravo e assalariado, necessariamente ensejarão ideias, teorias e pensamento econômico tão diversos quanto a própria dinâmica destes sistemas. Tal premissa perde seu significado ao admitir a economia enquanto uma ciência positiva, portanto, uma ciência que produz teorias econômicas aplicáveis a qualquer espaço e tempo, pois universais e despidas de juízos de valor. É esta grande controvérsia que está em jogo ao contrapor a abordagem ortodoxa da HPE.

Neste momento, por contraste, já conseguimos estabelecer as grandes marcas conflitivas entre a definição da substância e do método relacionado às diferentes correntes dentro do campo da HPE, como muito bem salientado na passagem:

> As abordagens convencionais da história do pensamento econômico [ortodoxa nos termos deste trabalho] são dominadas pela ideia de um progresso contínuo em direção ao estado atual da teoria. Este último é o parâmetro a partir do qual as obras do passado são compreendidas e avaliadas. A história da ciência é vista como um processo movido por desenvolvimentos internos às teorias, em que a eliminação do 'erro' conduz inexoravelmente ao estado atual do conhecimento. É fácil ver que, a partir dessa perspectiva, a existência de estilos nacionais de economia política deve ser impugnada ou tratada como um sinal da permanência de resquícios metafísicos, 'erros' ou 'incoerências' a serem eliminados com o desenvolvimento da teoria. (PAULA et all. 2007, p.372)

Por outro lado, também temos conhecimento dos perigos e custos empreendidos pela abordagem relativista, sobretudo em seus domínios mais extremados do tipo "arte pela arte". Mostramos anteriormente os agravantes de uma concepção de história que permite revisitar o passado em função de antecipações do presente em nome do progresso cientifico (anacronismo histórico) mas, explicar o presente somente pelo passado (historicismo); entender esse último enquanto galeria de retratos (história neutra); conceder à realidade social o motor exclusivo do movimento histórico, na medida em que a evolução da teoria seja univocamente determinada pela realidade objetiva (determinismo); ou ainda, que o aspecto político seja um elo direto e inequívoco entre teoria e realidade (politicismo); enfim, todas essas tentações relativistas guardam vícios tão problemáticos quanto aqueles que procuramos nos afastar.

Mais uma vez, trabalhar entre oposições binárias pouco nos aproxima de nossos objetivos e assim reafirmamos mais uma vez nossa defesa irrestrita da "saída pluralista". Contudo, também é notório que guardaremos pontos de conexão com o relativismo, visto que trabalhar o objeto das HPEs nacionais prescinde de dois movimentos de ressignificação (da substância do objeto e do método de apreensão) em relação à ortodoxia que, de maneira ou outra, foram realizados por estes trabalhos clássicos da HPE de vertentes simpáticas ao relativismo. É com este intuito que neste momento ressaltamos suas contribuições e formas de abordagens para a HPE. Todavia, avaliando o grosso da produção desta vertente historiográfica, tendo em vista os propósitos particulares dessa dissertação, percebemos que para além dos insights e apontamentos introdutórios, muito pouco do trabalho final dos autores mencionados contempla o objeto das HPEs nacionais especificamente, sobretudo porque, justiça seja feita, nenhum deles se predispôs a fazê-lo. Mas, ainda assim, algumas avaliações críticas merecem nota, sobretudo, se quisermos empreender novas perspectivas interpretativas no campo da HPE.

No começo da década de 70, período em que a HPE já havia atingido o ápice de seu prestígio e, portanto, os trabalhos que tornariam clássicos na área já haviam repercutidos amplamente, Goodwin (1972) fez a avaliação crítica de que os historiadores do pensamento de um modo geral não haviam respondidos aos desafios intrínsecos ao seu ofício. Em sua opinião as contribuições na área da HPE estavam muito assentadas em padrões de pesquisa que refletiam a preocupação com grandes temáticas, por exemplo, ao concentrarem as atenções aos grandes economistas e tradições que contribuíram para a inovação do pensamento econômico, ou temas de grande impacto econômico e social e sua relação com a evolução da teoria econômica. No geral, este autor avaliava que a historiografia do pensamento econômico neste contexto se caracterizava pelos seguintes aspectos: a) ênfase narrativa, ao não explorar técnicas e metodologias que permitam ao historiador da economia ir além, por exemplo, ao trabalhar com métodos estatísticos; b) isolamento do contato com outras disciplinas, guardando muitas semelhanças com o item anterior, raramente se presenciou um trabalho que empreendesse a conexão da HPE com a antropologia, sociologia etc.; c) irregularidade de coberturas temáticas, visto que tantos temas são marginalizados por não se encaixarem na "grande história"; e, mais importante, d) ênfase em eventos e personalidades específicas e não nos processos.

Paralelo à crítica, o autor propôs um esquema conceitual que permitisse apontar questões não avaliadas pela a historiografia da HPE. Relacionava-se quatro categorias (formulação

de teoria econômica "pura", aplicação empreendida pelos economistas profissionais, opinião não profissional e atividade econômica) e desenhava-se doze caminhos a serem explorados pelas conexões existentes entre essas categorias. Para além de sua contribuição específica, o ponto central do texto, e mais importante para nossos fins, pode ser interpretado pelo seu clamor para a construção de abordagens que tenham como centralidade a apreensão dos processos, pois é essa compreensão alargada que poderá nos fornecer legitimidade para estudos que versem sobre o pensamento econômico nacional. Seguiremos neste caminho.

2.2.2 A agenda de pesquisa aberta pela "difusão internacional do pensamento econômico"

Na verdade, a crítica historiográfica que acabamos de apresentar reflete um movimento de revitalização da HPE que já havia sendo gestado anteriormente, ao longo da década de 70 mais especificamente. Uma das iniciativas mais importantes neste sentido de fornecer protagonismo aos "processos" pode ser representada pela agenda de pesquisa assentada na problemática trazida pelos estudos sobre a difusão internacional do pensamento econômico (DIPE). Para nossa interpretação, este é um dos primeiros passos para começarmos a pensar a HPE nacionais enquanto objeto autônomo a ser investigado pela historiografia.

Como buscamos evidenciar, a partir do momento em que nos despimos do manto positivista e passamos a admitir a ciência econômica não mais enquanto campo de investigação imune à ideologia, produzindo teorias neutras e universais e, portanto, sem relação com a realidade concreta que a subjaz, em suma, quando recusamos a cisão ortodoxa entre economia positiva e normativa, um campo de possibilidades se abre para nós enquanto investigadores de um objeto tão enriquecido e caracterizado pelas suas complexidades, tal como o pensamento econômico.

De pronto, a própria definição deste termo, ainda neste âmbito de afastamento dos constructos ortodoxos, como mostramos há pouco, pode ser alargada a ponto de associar o pensamento econômico com elementos que refletem questões doutrinais, ideológicas e normativas dentro das quais serão responsáveis pela operacionalização de métodos, conceitos e técnicas de análise que os economistas utilizarão, em uma etapa superior, subsidiando intervenções na realidade através das definições de política econômica em diferentes contextos e espaços. Deriva

dessas tensões as variadas denominações desse campo de estudo, como “história das doutrinas”, “história das ideias”, “história da análise”, “história do pensamento”, etc.

Em outras palavras, trata-se, a partir dessa ressignificação do horizonte de análise da HPE para além da abordagem ortodoxa, de considerar as ideias econômicas em sua dupla relação constituinte, ou seja, por um lado, as ideias não possuem vida própria e independente do uso social que os fazem dela (por mais que a lógica acadêmica passe a impressão de ambiente imune às influências externas), como também, as mesmas prescindem de uma estrutura material que lhes conceba enquanto tal (pessoas e escritos que as concebem e que as divulgam). Embora relacionada na maioria das vezes com processos de abstração, as ideias possuem uma dimensão material tão importante quanto a primeira. Por tudo isso é que o pensamento econômico pode ser apreendido pelo movimento dialético do conhecimento, como contraponto a cisão realizada por Schumpeter entre pensamento e análise.

Neste sentido, em que se considera o pensamento econômico enquanto manifestação de uma realidade cultural e material, ou seja, enquanto produto cultural que para existir prescinde de espaço dentro de uma sociedade concreta, criação e transmissão se confundem em termos mais essenciais, embora sejam etapas separadas do processo geral. O que estamos chamando atenção é que nesta nova perspectiva interpretativa lançada pela DIPE existe lugar para interrogações que vão além dos contornos que envolvem os mecanismos da racionalidade criativa das ideias, como por exemplo, podendo pensar também nos processos de emergência e desenvolvimento dessas ideias nos mais variados contextos e espaços. Inquietações do tipo: “quais fatores afetam a circulação do conhecimento?”; “Por que influencias estrangeiras são aceitas e outras rejeitadas?”; Ou ainda, “como os fatores (internos e externos) condicionam a disseminação/proibição/adaptação do pensamento econômico?”, ganham destaque e relevância.

Em síntese, abre-se uma perspectiva em que os processos de difusão, transmissão e adaptação do pensamento econômico ganham legitimidade para investigação na HPE. Como esclarece Almodovar:

> O seu caminho [do pensamento econômico] para a existência depende assim da verificação de todo um conjunto de processos através dos quais se cria o espaço necessário à sua produção e aceitação social, e se criam condições para que se realizem investimentos específicos na sua manutenção e desenvolvimento. É necessário que sejam criadas condições sociais e culturais para que se verifique a possibilidade de pensar em comunicar certo tipo de ideias, é igualmente necessário que haja disponibilidade para suportar os custos inerentes à circulação (impressa) das ideias, ou a um investimento mais significativo em sua

> inculcação sistemática através da sua difusão por intermédio de mecanismos escolares formais. (ALMODOVAR, 1995, p.11)

Assim, preliminarmente já podemos compreender como o objeto estudado pela agenda da DIPE se afasta das premissas ortodoxas, pois na visão dos participantes desse paradigma dominante, subentende-se que além das características intrínsecas às teorias econômicas, como a generalidade e universalidade, a difusão internacional dessas teorias se justifica na medida em que passadas pelo crivo avaliativo do passado (visão cumulativa do tipo "hard science"), estas se apresentam como tal no presente visto que superaram as inúmeras controvérsias e disputas, ou para ficarmos nos termos de Popper, foram aquelas teorias que ainda não falseadas e, portanto, as teorias que contemplam os valores da ciência positiva. O que os autores da DIPE colocam como questão é que além do conteúdo analítico e intrínseco das teorias outros determinantes, tais como as ideologias, valores sociais e culturais, contextos políticos etc, seriam caracterizadores do processo de transmissão e assimilação das ideias econômicas influenciando, destarte, na trajetória e desenvolvimento das doutrinas econômicas nos diferentes contextos e espaços. Neste sentido, indica Cardoso (2003, p.1): "Os processos e as barreiras à difusão, transmissão e apropriação internacional que ocorreram no passado, contribuíram, em grande parte, para moldar e estruturar o desenvolvimento do pensamento econômico de forma que vale a pena tentar entender este processo.". Estaria assim aberta uma janela de oportunidades para diferentes estudos em termos da agenda de pesquisa proporcionada pelos estudos da DIPE.

Na verdade, observações pioneiras a este respeito nos remetem à Conferência Anual da American Economic Association de 1954 e seu painel responsável por discutir as questões envoltas ao processo de transmissão do conhecimento no campo econômico. Hutchison (1955) de antemão já salientava a importância do estudo deste objeto pela HPE. Em suas palavras:

> (...) o estudo dos processos econômicos deve incluir o estudo dos economistas, ou da origem, do fluxo e do desenvolvimento de suas ideias, pois dificilmente podemos separar o estudo da origem das ideias da mudança e fluxo de ideias. Tal estudo inclui, assim como todos os processos de mudanças nas ideias, e como as ideias se originam, também os processos pelos quais eles conseguem, alcançam e dominam seu tempo; inclui também os atrasos e impedimentos no fluxo de ideias, tanto dentro como fora das fronteiras nacionais e linguísticas, e as questões de se e em que sentido pode haver progresso no fluxo de ideias econômicas ou se há um movimento circular ou pendular, e até que ponto este movimento é o resultado de certa forma da moda - desde o adjetivo "na moda", em um sentido fraco pejorativo, é um dos adjetivos mais frequentemente encontrados em nossas jornadas econômicas. (HUTCHISON, 1955, p.13)

Este autor passaria a interpretar a revolução marginalista a partir dessa perspectiva, problematizando os fatores responsáveis pelo forte intercâmbio, ainda que indiretos, dos princípios

teóricos nas obras de Jevons, Menger e Walras, bem como, o arrefecimento dos mesmos no contexto inglês após consolidação da influência que as concepções de Marshall viriam a desempenhar. Já Dorfman (1955), segundo conferencista desse painel, analisou a influência teórica das concepções da Escola Histórica Alemã no pensamento econômico norte-americano. Investigando a forma de contato de importantes economistas com os temas ligados ao âmbito de abordagem EHA, o autor é enfático ao afirmar que grandes traços do pensamento econômico americano, como os desenvolvimentos na área da estatística e finanças públicas; o enriquecimento da economia com material histórico e sociológico (que ficariam mais evidentes anos mais tarde com a abordagem institucionalista); devem grandes tributos aos alemães, ainda que distinguissem bem a relevância dos temas abordados pela EHA das suas consequências filosóficas e políticas, essas últimas, tão estranhas ao mundo americano. Coube a Letiche et all. (1955) fechar essa conferência, problematizando alguns pontos levantados pelos dois textos pioneiros. No entanto, a principal mensagem deixada em seu texto consistia em reconhecer a relevância dos trabalhos para a renovação do campo da HPE.

De fato, mais importante do que a análise específica empreendida nos dois textos, esses autores foram responsáveis pelo enquadramento metodológico mínimo para os estudos da difusão das ideias econômicas. Na interpretação de Cardoso (2009), foram estudos valiosos pois: "(...) ao anunciarem algumas preocupações heurísticas sobre a formação, mudança e sucessão das ideias econômicas e sobre as condições favoráveis, fatores de aceleração e obstáculos que dificultam os respectivos processos de transmissão e difusão." (CARDOSO, 2009, p.256). No fundo, apresentavam-se como estudos ambiciosos, pois contemporâneos à HAE de Schumpeter. Neste sentido, não aglutinaram muitos adeptos, dado a revolução que esta última causara no meio intelectual, ficando marginalizados pela história por algum tempo. Todavia, estava aberta essa perspectiva metodológica e dois grupos de estudos retomariam fortemente essa agenda de pesquisa da DIPE a partir dos anos 70.

O primeiro deles é constituído por trabalhos que buscaram construir modelos teóricos que fornecessem elementos interpretativos para a DIPE. Joseph Spengler ainda em 1970 escreve o artigo "Notas sobre a transmissão internacional de ideias econômicas", uma espécie embrionária daquilo que viria a ser denominado posteriormente como modelo de teoria da informação. Justificando a importância de seu estudo, inovador para época ainda dominada por aquela concepção de Schumpeter sobre a HPE, escreve: "As ideias [e posteriormente o estudo de sua

transmissão] são importantes porque tem uma influência real nas regiões de sua proveniência e podem ganhar influência nas regiões de seu destino." (SPENGLER, 1970 p.2). No fundo, estava retomando a concepção relativista de que teorias econômicas carregam consigo uma dimensão concreta de intervenção na realidade, levantando então o problema de se investigar sua transmissão, sobretudo, porque muitas teorias são apropriadas em ambientes distintos daqueles em que foram concebidas. Destarte, observar as diferenças circunstanciais dessa transmissão se faz necessário e para o autor quatro elementos envolvidos neste processo deveriam ser analisados, a saber: i) a fonte de transmissão das ideias; ii) o meio de transmissão; iii) o conteúdo transmitido; e iv) o receptor.

Para cada um dos pontos levantados o autor buscou realçar elementos que explicavam a intensificação ou arrefecimento da transmissão de teorias econômicas, construindo espécies de tipos ideais para este processo. Por exemplo, teorias propensas à transmissão seriam aquelas difundidas por profissionais de alto prestígio acadêmico/profissional (i); que se comunicam através de linguagem escrita em idioma de alta circulação (ii); apresentando uma teoria capaz de cumprir alguma finalidade ou propósito já comprovado, tencionando pouco com as tradições, ideologias e hierarquias locais (iii); e que encontrem, por fim, uma cultura cosmopolita, aberta à recepção de novas ideias, evidenciando semelhanças entre as nações envoltas neste processo (iv). (SPENGLER, 1970).

Este modelo precursor seria complementado e enriquecido pelo estudo de Mäki (1996). Movido pela inquietação, muito parecida com a nossa inclusive, de como estudar a história do pensamento econômico em "periferias intelectuais", o autor buscou tecer alguns apontamentos metodológicos que apreendessem este objeto no movimento proporcionado pela DIPE. Tratava-se de adicionar complexidade ao modelo sugerido por Spengler (1970), problematizando os elementos internos e externos à transmissão e apropriação do pensamento econômico. Neste sentido, partindo de tipologias sugeridas daquele trabalho pioneiro, Mäki (1996) estruturou um modelo interpretativo para a história do pensamento econômico assentado nos seguintes elementos do processo de transmissão: i) criação da ideia; ii) "porto de exportação" da ideia; iii) "porto de entrada" da ideia; iv) conteúdo e forma da ideia; v) modificação da ideia; e vi) mecanismos de transmissão. Ademais, cada item deveria ser investigado levando em conta as condições específicas tanto do campo científico como também fatores mais gerais característicos das sociedades importadoras e exportadoras das ideias econômicas.

Em síntese, tem-se um rico esquema analítico que examina diversos aspectos da transmissão das ideias e seu condicionamento por diferentes fatores internos e externos, fornecendo, em última instância, vários caminhos para a investigação do pensamento econômico, sobretudo, nas "periferias intelectuais", como o caso finlandês, aquele que motivava seu estudo. Aliás, essa talvez seja a maior contribuição de seu texto: definir este objeto de investigação para historiografia do pensamento a partir dos contornos de seu modelo. Reproduzindo sua definição de "periferias intelectuais":

> O grau de periferia intelectual de uma região - um país, uma parte de um país ou um grupo de países - em um determinado campo de pensamento em um determinado período de tempo é maior quanto maior a propensão para importar ideias da região central intelectual, E quanto mais tempo é o intervalo de tempo entre a adoção das ideias no núcleo e na região importadora, e menos a ideia importada é modificada na região importadora. (MAKI, 1996, p.12)

Estamos querendo chamar atenção ao fato de Mäki (1996) adicionar a perspectiva do importador ao processo de transmissão, sobretudo nos itens, "porto de entrada" das ideias e "modificação da ideia", momento que trouxe para as discussões da DIPE uma tensão entre exportadores e importadores, problematizando visões apegadas a uma certa noção de passividade interativa, legitimando, assim, a abordagem a partir da perspectiva dos importadores na HPE.

Esta discussão fica mais clara quando abordada pelo trabalho que melhor representa este primeiro grupo dos modelos interpretativos da DIPE. Trata-se do livro "The Spread of Economic Ideas", organizado pelos professores Colander e Coats em 1989, marco para o enquadramento da DIPE nos compêndios da HPE. Estes autores sistematizaram um quadro geral para o estudo da difusão das ideias a partir da construção de três modelos. O primeiro, denominado "modelo do contágio", admite que a disseminação das ideias se assemelha com a propagação de uma doença infecciosa, assim, quanto o maior o contato entre os indivíduos, maior os pontos de propagação e mais efetiva a transmissão das ideias econômicas. Evidente que tal modelo aborda de maneira muito simplista a problemática da DIPE, no entanto, ainda mais problemático para nós é o fato de considerar o receptor enquanto agente meramente passivo, omitindo o potencial movimento de reação, adaptação criativa que eventualmente possa ocorrer, bem como, a noção de que escolher o contato com determinada "doença"/teoria revela uma escolha, ainda que implícita, afastando-se relativamente da noção de passividade receptiva.

O segundo modelo, o "mercado de ideias", representa algo daquele movimento de imperialismo econômico descrito no capítulo anterior, transplantando para a DIPE os princípios

da concorrência de mercado. Admitia-se que as teorias se caracterizariam como bens econômicos propensos à competição neste mercado específico, assim, as teorias disseminadas seriam aquelas que passadas pelo crivo do mercado melhor se adaptariam às preferências dos economistas. O modelo de Stigler (1983) talvez seja o trabalho que melhor represente o que os autores estavam chamando. O terceiro e último consiste no "modelo de teoria da informação" e aborda o processo de transmissão enfatizando os aspectos ligados ao propagador, receptor, mecanismos e canais de transmissão, etc. Os dois trabalhos destacados acima caracterizam bem o que os autores gostariam de descrever.

Consolidada essa perspectiva metodológica no campo da HPE, o segundo grupo de trabalhos se caracterizaria por abordagens de temas específicos ao processo de difusão das ideias. Diversos exemplos poderiam ser citados, como o trabalho de Hall (1989) que estudou a penetração das teorias keynesianas de forma comparada entre Europa, EUA e Japão; o trabalho de Demals e Steiner (1995) que discutiu a repercussão em vários países do legado analítico, conceitual e político deixado pelo trabalhos teórico dos fisiocratas; ou ainda o trabalho também abrangente de Coats (2000) que abordou a internacionalização e desenvolvimento da ciência econômica no pós-guerra em países periféricos como Coréia do Sul e Brasil.[108] Em resumo, esses diversos trabalhos, para além do mérito específico de sua investigação, contribuíram para a historiografia do pensamento econômico ao elucidar alternativas que destacam o desenvolvimento comparado de algumas correntes de pensamento, evidenciando paralelismos e contradições nas experiências admitidas entre diferentes países.

Em síntese, conjuntamente esses dois grupos de trabalhos consolidaram uma perspectiva para HPE que representa muito daqueles dois movimentos de ressignificação ante a HPE ortodoxa, ao tensionarem seu método de apreensão e a substância a ser apreendida, apresentando-se assim como alternativa interpretativa capaz de abranger uma série de objetos antes deslegitimados metodologicamente. Enfatizaram o processo de difusão das ideias econômicas em sua plenitude, problematizando as condições materiais, simbólicas, sociais e culturais que regem este processo de transmissão, fornecendo protagonismo aos diversos agentes envolvidos neste amplo movimento. Um rico balanço histórico sobre o desenvolvimento da agenda da DIPE é

[108] Diversas experiências neste sentido foram resenhadas em CARDOSO (2003).

fornecido por Cardoso (2003). Em suas considerações os ensinamentos deixados por estes trabalhos podem ser resumidos nas seguintes lições:

> (...) [i] fortalecimento da crença de que a análise dos processos de transmissão internacional vai muito além do escopo limitado das abordagens convencionais [ortodoxas] na história da economia (...) o interesse pelas questões de transmissão, assimilação e adaptação do pensamento econômico não implica apenas a eliminação de fronteiras entre espaços econômicos distintos que se comunicam e interagem de forma cada vez mais aberta e globalizada. Implica também derrubar as barreiras entre os territórios disciplinares que devem ser passados para se conseguir uma compreensão adequada dos contextos históricos, institucionais, políticos e culturais que enquadram a circulação das ideias econômicas a nível internacional. (...) [ii] a discussão da maneira pela qual as obras de Adam Smith, Karl Marx, John Maynard Keynes ou Milton Friedman foram e são lidos, traduzidos e apropriados em diferentes países (...) é um assunto que torna possível estender e enriquecer o nosso conhecimento disponível sobre os próprios autores que foram ou estão sendo apropriados. (...) [iii] a revisão de diferentes pontos de vista sobre o papel que foi efetivamente desempenhado por antecipadores e precursores supostamente esquecidos ou ignorados. (...) Uma abordagem que dê preferência ao estudo dos processos de transmissão pode ajudar a elucidar as circunstâncias que conduzem a cenários que favorecem a ocorrência de descobertas múltiplas e simultâneas, o que torna necessário atenuar e relativizar a importância dada aos agentes que, antes disso, eram vistos como inquestionáveis inovadores (...) [iv] Escusado será dizer que a introdução de uma escala de apreciação diferente ajudará a reavaliar o impacto de autores que há muito foram esquecidos ou que foram considerados como contribuintes menores para o desenvolvimento da economia - porque, em muitos casos, a sua influência e a difusão internacional foi muito além das repercussões limitadas da ortodoxia dominante. (...) [v] permite a formação de uma visão crítica das tentativas de criar esquemas excessivamente rígidos que tendem a dividir os autores em períodos distintos ou a classificá-los de acordo com as escolas ou fluxos de pensamento. (...) Se olharmos para o problema através do espelho da transmissão internacional, é bastante comum que os autores raramente se juntem no seu país ou países de origem sejam simultaneamente e simultaneamente importados ou assimilados num país diferente (...) [vi] [essa] abordagem implica ampliar certos pressupostos que sustentam uma análise estritamente positivista da evolução da economia como ciência, baseada em procedimentos racionais de reconstrução. (...) Ao defender a legitimidade e relevância desse caminho de pesquisa, está-se ajudando a salvar a história do pensamento econômico das garras do monolítico interpretativo." (CARDOSO, 2003, p.7-9)

Embora muito longa, a síntese realizada por Cardoso (2003) é necessária pois expressa muito bem os pontos que abordamos até aqui, tal como a: problematização aos limites da abordagem ortodoxa; ampliação do conhecimento dos autores "clássicos" através dos diferentes processos de apropriação de suas ideias; relativização dos "gênios inovadores"; abrangência às ideias dos autores "marginalizados"; crítica à abordagens que se prendem em classificações rígidas de correntes do pensamento econômico; e a defesa do pluralismo metodológico para enriquecimento da HPE. Enfim, todos esses pontos levantam uma série de questões importantes que muito contribuíram para a renovação historiográfica no campo da HPE.

2.2.3. A perspectiva nacional para a HPE

Em certo sentido, para além dos apontamentos realizados há pouco, a principal contribuição da agenda de estudos da DIPE, para os termos dessa dissertação, foi legitimar metodologicamente a dimensão nacional para o estudo do pensamento econômico, pois como já advertimos, assumindo o caráter universal das teorias econômicas como naqueles solos ortodoxos, nacionalidade do pensamento representa mais um dos elementos metafísicos a serem expurgados pela narrativa das reconstruções racionais.

Contrariamente à esta concepção, defende-se aqui que admitir a nacionalidade do pensamento econômico, não consiste necessariamente em negar a dimensão universal das teorias, mas sim demonstrar a relevância de diferentes processos adaptativos subjacentes aos fluxos internacionais das ideias econômicas. Como salienta Almodovar e Cardoso (1998), redimensionando a problemática:

> A ciência econômica não tem pátria, embora seja representada e transmitida através de diferentes línguas, hinos e bandeiras. Mas, como é o trabalho dos cientistas, não podemos ignorar o fato de que essa empreitada apátrida cria ligações entre um grande número de pessoas (pesquisadores, professores). Embora essas pessoas estejam unidas por uma busca comum de conhecimento, elas são, no entanto, espalhadas por todo o mundo, dando existência factual às escolas e outros ambientes institucionais particulares onde a ciência é realmente produzida e nutrida. (ALMODOVAR; CARDOSO, 1998, p.7)

Seguindo nessa estrutura analítica esperamos tanto melhorar a compreensão dos processos formativos da ciência econômica, como também ampliarmos o enfoque interpretativo de modo a aproximar a dimensão teórica com as realidades das estruturas econômicas e sociais dos diferentes espaços e contextos que suscitaram seu uso e apropriação. Esse talvez seja um importante movimento de ressignificação da substância da HPE capaz de problematizar aquele contexto de crise na teoria econômica.

Nesta linha interpretativa, segundo Cardoso (2009), um dos primeiros trabalhos a inserir essa problemática da dimensão nacional no seio da agenda da DIPE pode ser encontrado em Lluch (1980). Enfatizando a naturalidade do intercâmbio cultural e de ideias tanto em ambientes científicos e/ou profissionais, este autor buscou analisar os elementos que passariam a contrariar esta lógica, dando ênfase, portanto, às restrições inerentes aos processos de transmissão das ideias econômicas. Assim, para este autor, as primeiras barreiras, de caráter material, envolveriam a investigação dos meios de difusão, levantando informações acerca da velocidade

de circulação de livros estrangeiros; facilidade de acesso às publicações; conhecimento de outras línguas; quantidade e qualidade de traduções; e meios para o estabelecimento de contatos internacionais. Outras dimensões deveriam ampliar a análise dessas restrições, tal como a definição da autonomia científica e o reconhecimento acadêmico em diferentes contextos históricos, bem como, as diferenças de níveis econômicos entre o país de origem e o receptor. No agregado, defendia a ideia de que a propagação de determinadas teorias e doutrinas estariam sempre condicionadas às peculiaridades impostas pelas restrições do país importador. (LLUCH, 1980 apud. CARDOSO, 2009, p.254).[109]

Traduzindo essas observações para nossos anseios, consideramos que é exatamente o conjunto desses aspectos condicionantes e a forma que o país utiliza e adapta as influências recebidas que justifica a pertinência do estudo da HPE através de uma perspectiva nacional.

Colocada no movimento maior da historiografia, essa perspectiva nacional para o estudo do pensamento econômico encontra grande confluência nos trabalhos desenvolvidos no campo da história e sociologia da ciência. Vale lembrar que a agenda da DIPE é contemporânea de muitos estudos que passaram a enfatizar a importância do contexto local na fabricação da ciência, procurando cada vez mais se afastar daquela imagem positivista da ciência universal. (CHALMERS, 1994). Segundo essa nova linhagem historiográfica, o conhecimento científico seria gerado e avaliado como respostas às demandas objetivas relacionadas ao contexto histórico, geográfico e institucional. Desta interação surge, portanto, a necessidade de compreender o papel das instituições sociais na formação dos processos cognitivos da ciência e, neste sentido, estudos que passam a abordar a circulação e difusão do conhecimento, como também o desenvolvimento local da ciência ganham relevância e destaque. (CARDOSO, 2017).

No entanto, atualizando as preocupações dessas correntes para a ciência econômica podemos ser levados facilmente a acreditar que elas não se constituem como uma questão pertinente, dado os contornos do processo de universalização dos conhecimentos econômicos tão característicos da atualidade. De fato, como demonstrado anteriormente, tanto a definição da substância do conhecimento legítimo, a linguagem especializada, como as técnicas/ferramentas de análise partilhadas pela comunidade científica cada vez mais se reproduzem nos diferentes espaços

[109] O recurso da citação indireta neste caso específico curiosamente revela um dos próprios pontos trabalhados por Lluch (1980). Escrevendo em castelhano, o texto acabou sendo vítima de um daqueles aspectos que buscou enfatizar: "(...) o desconhecimento provocado por barreiras de linguagem". (CARDOSO, 2009, p.253)

de maneira uniformizada, derrubando barreiras limítrofes entre as nações. Neste sentido, é bem verdade que produção e reprodução de conhecimento, em matéria da ciência econômica, seguem alinhadas às normatizações de um certo padrão internacional, esvaziando potencialmente as ambições daqueles que trabalham com a perspectiva nacional do pensamento econômico.

Todavia, essa ressalva a favor da globalização nos leva ao redimensionamento da questão nacional do pensamento, buscando enfatizar, por exemplo, a natureza assimétrica das relações estabelecidas nessa escala internacional. Uma mediação entre o pensamento econômico internacional, arraigado em sua dimensão mais abstrata e teórica, com o pensamento econômico nacional, que se apropria dessas discussões traduzindo-as para sua realidade específica se faz necessária.

Em outras palavras, a questão que estamos buscando evidenciar se atualiza através da tensão existente entre cosmopolitismo e nacionalismo, entre pioneiros e seguidores, em síntese, entre o reconhecimento de relação desigual entre dois atores envolvidos neste processo: os difusores e os adaptadores em termos de pensamento econômico. De fato, se investigarmos o sentido desses fluxos de transmissão de teorias econômicas ao longo de toda HPE, de pronto perceberemos uma direção bem definida, que se articula a partir de um "centro" pioneiro e difusor até uma "periferia" refletiva e/ou reativa, como indica Cardoso (2011):

> "Sobre os temas passados em revista existe uma matriz de reflexão comum e padrões interpretativos que se impõem de forma quase espontânea. A especificidade de cada situação requer, naturalmente, uma adaptação criteriosa dos modelos cognitivos de utilização recorrente. Mas são as novidades trazidas por cada situação específica que concorrem para a configuração dos arquétipos de que a história é feita. (CARDOSO, 2011, p.11)

O reconhecimento desta tensão não deve ser admitido de maneira estanque, mas sim a partir de uma perspectiva que capte a complexidade que a questão exige, enfatizando as relações intelectuais e institucionais envolvidas no processo de transmissão do pensamento econômico. Neste sentido, conexões entre o pensamento difusor, geralmente produzido pelo "centro", com os adaptadores, compostos em sua maioria pela "periferia" intelectual, devem ser buscadas ampliando o horizonte de possibilidades para a abordagem da HPE em sua perspectiva nacional. A partir dessas relações, três situações particulares ao nível nacional podem ser identificadas, como nos lembra Almodovar e Cardoso (1998, p.2-3): primeiramente, pode-se constatar em determinados contextos e espaços tradições nacionais de pensamento econômico, ou seja, observa-se a existência de um determinado tema que intriga gerações sucessivas de investigadores, proporcionando um

estilo específico de pensamento econômico, reproduzindo comumente métodos de apreensão, definição de objeto de investigação e procedimentos de análise. Seriam o caso das grandes escolas de pensamento econômico, como a Escolas Clássica, Neoclássica e a Histórica Alemã, por exemplo.

Paralelamente, pode-se encontrar também em outros espaços duas situações distintas, a primeira, caracterizada pelo processo reflexivo, representa a assimilação passiva de teorias e doutrinas produzidas em contextos históricos e culturais distintos àquele ao qual se reproduzem. Por fim, a segunda situação envolve o aspecto reativo por parte do importador, na medida em que ao entrar em contato com o fluxo internacional das ideias, este elo da cadeia de transmissão elenca uma série de questões específicas ao seu contexto, transformando substancialmente as teorias em seus termos, dotando este processo de elementos inovadores, resultando, enfim, em uma adaptação original da matriz de referência transmitida. Como se sabe, a historiografia do pensamento econômico cobriu muito bem a abordagem da primeira situação e no que se refere as outras duas situações, como também nos lembra Almodovar e Cardoso (1998, p.3), como uma mensagem de chamada para a ação: "O desenvolvimento da pesquisa sobre a transmissão, assimilação e adaptação original do pensamento econômico é uma tarefa que deve ser realizada sobretudo nos países periféricos".

Neste mesmo teor propositivo, redimensionando as tensões que esta perspectiva interpretativa carrega consigo, escreve Neves (2017):

> A economia está institucionalmente situada. As ideias econômicas são 'produzidas' localmente, assimiladas e apropriadas, de acordo com as condições sociais, econômicas, políticas, culturais, acadêmicas e educacionais, e são expressas de diferentes formas 'localmente'. As ideias econômicas circulam internacionalmente e isso não é apenas uma questão de transmissão de ideias produzidas no núcleo da profissão para receptores mais ou menos passivos na periferia (um mero caso de exportação unidirecional de ideias do núcleo para a periferia). As ideias tendem a ser ativamente apropriadas (e, como tal, produzidas um pouco) em países periféricos e semiperiféricos. Eles são institucionalmente específicos e adquirem uma dimensão nacional. (NEVES, 2017, p.3)

Em outras palavras, para sintetizar os esforços a serem empreendidos por nós que buscamos investigar as "periferias intelectuais" a partir desta agenda de pesquisa gestada nos estudos da DIPE, seja na primeira situação, de reprodução das teorias e doutrinas econômicas, em que a riqueza interpretativa volta-se para o estudo dos mecanismos que intensificam ou restringem a difusão de determinadas teorias; ou nos casos das adaptações reativas, em que as especificidades são elementos centrais para a apreensão deste pensamento econômico nesta escala nacional, enfim,

em ambos os casos, parte-se da premissa que considera legitima as ambivalências da produção de conhecimento no campo da economia, cuja expressão e apropriação do discurso econômico carregam consigo uma diversidade de formas e conteúdos nacionais, justificando por si as investigações desses processos no campo da HPE.

Evidente que este processo de adaptação, presente nessas situações, carrega consigo uma redefinição da substância da HPE. Desde o primeiro caso, que a adaptação se caracteriza pela sua passividade, ou seja, se traduz em um processo de transposição de ideias e, sobretudo, em sua dimensão ativa, onde a adaptação estará tingida de elementos criativos. Escrevendo sobre este processo, conceitua Cardoso (2017):

> Contando com a noção de homogeneidade e domínio cultural, as adaptações introduzem elementos de pensamento criativo, diversidade e variação que oferecem novos conhecimentos para o estudo dos processos de transmissão e difusão, incluindo aqueles relacionados à circulação de ideias econômicas. Não há mais uma preocupação com o fiel restante à fonte original, ou estudando influências dentro de uma estrutura estática, mas sim com a apropriação de palavras e argumentos que ganham um novo significado. (CARDOSO, 2017, p.3)

Por fim, para arrematar a necessidade e legitimidade desta perspectiva nacional para HPE, seja em sua expressão reflexiva ou reativa, o fato é que:

> A escala nacional introduz maior nitidez na captação de pormenores e permite detectar sinais de evolução e metamorfose das teorias e doutrinas que são objetos de apropriação e uso. Por isso, a escala nacional não é apenas um processo de mediação que visa introduzir uma componente de observação empírica ou de reflexão sobre uma realidade específica do ponto de vista espacial e temporal. Os procedimentos que lhe estão associados, as técnicas de análise e 'caixa de ferramentas' que lhe são próprias, também proporcionam novas perspectivas para o desenvolvimento da história geral do pensamento econômico. (CARDOSO, 2011, p.13)

Para compreendermos a essência da mensagem trazida nesta última citação, devemos nos afastar logo de possíveis inconvenientes que possam estar rondando certas interpretações estanques de todo este processo que estamos desde o princípio querendo nos afastar. Primeiramente, por tudo que foi considerado, fica evidente que a abordagem trazida pelas HPEs nacionais não diz respeito unicamente ao país e cultura em questão, visto que, em essência, o conjunto desses trabalhos nos ajuda a ampliar a compreensão sobre o processo global de evolução da ciência econômica, fato que, como indicamos, nos leva a questionar a posteriori esquemas analíticos rígidos de enquadramento, ou ainda, relativizar "gênios inovadores". No fundo, estamos chamando atenção para que a perspectiva nacional não seja entendida como um fim em si mesmo, no sentido de estar presa a limites e fronteiras artificialmente estabelecidos, pois, a mensagem mais

importante a se reter, é que estes estudos possibilitam uma análise comparativa das experiências individuais, que em seu conjunto "refletem a diversidade ou complementariedade dos discursos que tentam apreender (teórica e praticamente) a realidade econômica que difere de país para país." (ALMODOVAR; CARDOSO, 1998, p.4). No fundo, o específico deve abarcar as tensões, sempre que possível, do geral, dos processos e movimentos mais amplos que caracterizam a difusão internacional do pensamento econômico.

Por outro lado, talvez mais importante de se ponderar aqui, é que a dimensão nacional não deve ser entendida como uma paixão romântica apegada a uma patente ou "selo" sobre uma ideia original. Cair nessa armadilha seria o mesmo que recolocar o "mito cientificista" do positivismo nesses solos. O que se deve ter em mente é que a HPE pode também ser entendida como um processo de disseminação internacional de doutrinas, ideias, pensamento e teorias científicas, de forma que seleção, adaptação, criação e utilização constituem os eixos necessários para a compreensão deste processo mais amplo o qual a perspectiva nacional está necessariamente inserida.

Neste mesmo sentido, até o sentido dos fluxos podem estar sujeitos às ressalvas, por mais caracterizados que sejam pela lógica "centro difusor – periferia adaptadora". Por exemplo, Bastien e Cardoso (2003) e Cardoso (2009), nos mostram como as concepções estruturalistas latino americanas, consolidadas a partir da criação da Cepal, exerceram influência na assimilação das ideias econômicas desenvolvimentistas em Portugal depois de 1950. Interessante notar como as especificidades portuguesas eram responsáveis por traduzir aspectos importantes trazidos pelos teóricos cepalinos, como a posição crítica à teoria neoclássica e seu dogma da alocação eficiente dos recursos, enfatizando, destarte, a necessidade do intervencionismo econômico e redimensionamento do papel do estado no quadro da industrialização da economia portuguesa. No entanto, na América Latina, este aspecto estava intrinsecamente ligado às teorizações sobre o fenômeno do subdesenvolvimento, buscando caracterizar as causas mais profundas do atraso naquela região e deste contexto surgiram teorias e conceitos originais que versavam sobre o desemprego, a deterioração dos termos de troca, a heterogeneidade estrutural, etc. elementos relativamente estranhos ao mundo português da mesma época, fato que explica a parcialidade das incorporações de ideias estruturalistas nos trabalhos dos economistas portugueses deste período. (BASTIEN; CAROSO, 2003)

Por todas essas digressões, estamos aptos a sintetizarmos os significados que essa reorientação metodológica trazida pela perspectiva nacional forneceu à HPE. De forma concreta, questionado sobre as consequências práticas inerentes à teorização neste campo de estudo, descreve Cardoso (1999):

> Antes de mais nada, [trabalhar com HPEs nacionais] significa a necessidade de pesquisa de fontes de informações que não se limitam às obras publicadas ou inéditas dos autores que na época escreveram sobre temas ou problemas econômicos. Significa também o recurso a modelos interpretativos dessa informação que não se limita aos procedimentos tradicionais de que a ciência econômica faz uso. Significa, no fundo, a possibilidade e o desafio de uma abordagem interdisciplinar da história do pensamento econômico. (CARDOSO, 1999, p.30)

Neste momento conseguimos compreender completamente a forma com que expusemos as teorizações no campo da DIPE, ou seja, enquanto movimento de ressignificação da substância e método de apreensão da HPE. Mais do que uma abordagem crítica aos fundamentos ortodoxos, esta agenda de pesquisa significou uma opção metodológica que, fundamentalmente, ampliou o escopo de análise do historiador, seja fornecendo novas fontes de pesquisa historiográficas como também, principalmente, redefinindo as fronteiras disciplinares envolvidas neste ofício, fazendo da interdisciplinaridade "(...) os principais domínios de conhecimento que aqui vão estar em jogo, quer ao nível empírico das fontes de informação, quer ao nível analítico da reconstituição dessas fontes." (CARDOSO, 1999, p.30). No agregado, nega-se, assim, uma aparente antítese: embora reduzindo o escopo de análise ao nacional, esta abordagem ganha em complexidade, como salienta Cosentino et all. (2013, p.4): "O qualitativo [inerente à perspectiva nacional], ao mesmo tempo em que restringe o escopo, amplia o problema, pois coloca (...) a questão dos influxos socialmente localizados para a elaboração da teoria, implicando por outro lado, na relativização (não mais no campo da teoria, mas agora do objeto) da universalidade das teorias."

Ademais, o grande legado deixado por essas considerações ilustradas até aqui pode ser representado pela consolidação metodológica que os trabalhos da DIPE forneceram aos estudos da HPE, sobretudo, para aqueles que trabalhavam em sua perspectiva nacional. Neste sentido, e em grande parte em resposta a esta consideração, a partir dos anos de 1990 diversos estudos foram publicados tendo como objeto a HPE nas periferias intelectuais, como é o caso do estudo de Dasgupta (1993) para o caso da Índia, Morris-Suzuki (1991) para o Japão e Cardoso (1999) para

Portugal. [110] Passemos, brevemente, ao estudo desses casos concretos, tendo em vista as discussões que trouxeram em termos de orientação metodológica de seus trabalhos.

Dasgupta (1993) é um dos trabalhos inaugurais desta série de estudos e talvez por isso seja também aquele em que mais tempo se dedicou, entre esse grupo mais pioneiro, aos apontamentos das questões metodológicas que estariam por trás de sua abordagem. Tentando responder possíveis questionamentos sobre a necessidade de se empreender um estudo sobre o pensamento econômico indiano, Dasgupta (1993, p.2), voltou-se ao Schumpeter da HAE e argumentou como uma empreitada como a sua poderia ajudar a iluminar os caminhos da mente humana, sobretudo, porque esta justificativa "(...) não diz respeito apenas ao pensamento econômico, mas à natureza do pensamento, cultura e civilização indiana em geral (...) a história do pensamento econômico deve, portanto, levar em consideração o fator religioso.". Esta seria a grande chave de leitura que se poderia destacar ao desviar as atenções para as peculiaridades do mundo indiano, ou seja, voltando as atenções para a forma com que a tradição do hinduísmo exerceu influência em todas as outras esferas da vida, inclusive, a econômica, fornecendo assim novos sentidos para a racionalidade que assim estariam presentes nas teorizações dos pensadores indianos clássicos, como Kautilya e Ranade. Dessa forma tornava-se evidente os contrastes com o pensamento econômico que seriam gestados nas sociedades ocidentais, sobretudo, porque "(...) até muito recentemente, o pensamento indiano nunca concebeu a atividade econômica como uma parte verdadeiramente separada e autônoma da atividade humana." (DASGUPTA, 1993, p.4)

Com estes intuitos, adverte o autor, pensar nos termos da Análise do Pensamento Econômico de Schumpeter na Índia pré-moderna não seria possível tendo em vista esta seleção de escritos hindus, budistas ou islâmicos sobre temas econômicos. Neste sentido, afirma que: "Ao escrever essa história do pensamento econômico indiano, é o conceito de pensamento econômico de Schumpeter que forneceu meu ponto de partida." (DASGUPTA, 1993, p.3). Por isso sua justificativa do uso de determinadas fontes historiográficas e ênfase nos debates relacionados à política econômica. Esta filiação metodológica explícita, fica ainda mais clara, quando o autor justifica seu critério de seleção de forma a não incluir em sua narrativa a história econômica e

[110] Almodovar e Cardoso (1998) fazem um resumo dessa historiografia abordando, além dos dois primeiros trabalhos citados, o caso irlandês (Boylan e Foley (1993)); holandês (Van Daal e Heertje (1992)); sueco (Sandelin (1991)); canadense (Neill (1992)); e australiano (Groenewegen e Mc Farlane (1990)). Para abordagem do contexto maior desses trabalhos, ver: Cardoso (2003).

social, pois "(...) acredito que as ideias econômicas possuem vida própria." (idem.), por isso seu distanciamento de leituras marxistas da HPE como à proposta por ele considerado do trabalho de Galbraith sobre a HPE, analisado por nós no começo deste capítulo, inclusive. Em suas palavras:

> Essencialmente, esta é a tradição marxista de "explicar" uma "superestrutura" de conceitos e teorias por uma "base" definida em termos das condições materiais de produção. Esta abordagem tem o mérito de levar a cabo um único princípio de ordenação sobre o material de uma história de pensamento, conferindo assim uma certa convicção. Isso é adquirido, no entanto, ao preço de negligenciar a lógica da própria disciplina. No meu julgamento, esse é um preço muito elevado. (DASGUPTA, 1993, p.4)

O fato de reafirmar sua distância em relação ao "relativismo marxista" muito nos chama atenção e explica-se, em nosso entendimento, pelo seu apoio explícito à metodologia schumpeteriana, sem maiores considerações sobre as controvérsias intrínsecas a esta escolha. Em um certo sentido, partindo da crítica proposta no início deste capítulo, o próprio trabalho de Dasgupta (1993) poderia significar uma tensão ao método proposto por Schumpeter. É evidente que o trabalho concreto realizado por este autor que deva ser avaliado e discutido e não as doze páginas introdutórias que versam sobre as questões metodológicas - empreendimento que foge das nossas limitadas pretensões -, mas o registro dessa potencial contradição metodológica pode levantar contrastes sobre a forma de apresentação das abordagens dos outros trabalhos que analisaremos.

Neste sentido, embora destine ainda menos páginas nessas discussões metodológicas introdutórias e não explicite diretamente suas influências teóricas, Morris-Suzuki (1991) resolve diferentemente a questão de justificar o estudo sobre o pensamento econômico japonês. Embora reconheça as múltiplas peculiaridades que cercam a sociedade japonesa como um todo, a autora adverte que muitas vezes essas são tomadas de maneira a expressar um dualismo entre ocidente e oriente, representando uma espécie de narrativas assentadas em antíteses idealizadas. O fato é que questões de ordem maiores devem, segundo Morris-Suzuki (1991), serem enfrentadas em matéria de HPE. Realizando amplas concessões ao relativismo, admite que, primeiramente, o pensamento econômico está sendo constantemente recriado em diferentes países e contextos e por isso "(...) as respostas dadas pelos pensadores econômicos dependerão claramente da estrutura e do problema. Da sociedade em que vivem." (MORRIS-SUZUKI, 1991, p.2). Em segundo lugar, toda gama de influência teórica deve ser levada em conta ao ambicionar abordar o pensamento de determinados autores, pois "(...) o túnel intelectual é construído não só de todas as teorias econômicas anteriores das quais o pensador se inspira, mas também das tradições éticas, filosóficas e científicas que,

conscientemente ou de outra forma, moldam seu modo de pensar.” (idem.). Por isso a relevância na identificação de diferentes tradições que podem inspirar os pensadores, como racionalismo confucionista de Ogyū Sorai, o nacionalismo radical de Satō Nobuhiro ou o anarquismo de Andō Shōeki. Por fim, a própria natureza do pensamento seria influenciada pela estrutura de classe pertencente ao autor, fator que explica, segundo a autora, a “perspectiva dos escritores confucionários Tokugawa sobre problemas econômicos era muito diferente da dos jornalistas econômicos Meiji ou da intelligentsia radical Taishō.” (idem.).

Em síntese, após essas digressões avaliativas, afirma de forma muito clara a autora:

> Não é possível, então, definir uma abordagem caracteristicamente "japonesa" do pensamento econômico. Mas é possível observar como grupos de economistas no Japão responderam a problemas particulares de maneiras distintas: formas que foram influenciadas pelo ambiente econômico japonês, pelas tradições intelectuais indígenas e pelo status do economista na sociedade japonesa. (MORRIS-SUZUKI, 1991, p.2)

São essas considerações que explicam a riqueza de seu objeto de estudo e, que por sua vez, legitimam o interesse maior no pensamento econômico no Japão enquanto manifestação do fluxo internacional das ideias econômicas. Interessante como a autora aborda essa questão, enfatizando os paralelismos entre as abordagens japonesas com os ocidentais a partir da própria história econômica no Japão. Assim, em um primeiro momento, no limiar do período Tokugawa, marcado pela limitação entre a troca de ideias entre o Japão e o resto do mundo, a HPE japonesa vivenciou seu recorte mais criativo proporcionando análises próprias em respostas aos problemas econômicos que estavam postos à época. A partir da abertura do Japão ao Ocidente em meados do século XIX, novos ingredientes se impõem à análise, como a compreensão do porquê determinadas teorias se disseminam progressivamente ao passo em que outras caem no esquecimento. Neste sentido, indica a autora, dois fatores devem ser levados em conta para explicar o processo de difusão das ideias: primeiro, diz respeito à própria natureza do desenvolvimento econômico, onde o Estado japonês desempenhou um papel vital na proteção e desenvolvimento das empresas privadas contrapondo as crenças liberais, e, segundo, a própria consideração secular japonesa de definição de “economia” enquanto arte de “administrar a nação e aliviar o sofrimento do povo”. No agregado, arremata: “Quando comparamos a história japonesa com a história intelectual britânica e americana, é fácil compreender a fraqueza do pensamento neoclássico e a força do marxismo no Japão no início do século XX.” (MORRIS-SUZUKI, 1991, p.3).

Cardoso (1999) representa a referência mais robusta em termos de discussões metodológicas desta série de trabalhos sobre HPE nacional que enumeramos há pouco. Grande referência das discussões da própria DIPE, o economista português buscou evidenciar as origens do pensamento econômico em Portugal. Ciente das tensões historiográficas embutidas em seu trabalho, asseverou de pronto o valor de historiar a experiência portuguesa, visto que:

> A escolha deste objeto de análise justifica-se, assim, por dois motivos intimamente associados: porque julgamos ser fundamental o estudos das formas de captação doutrinal e teórica da realidade econômica e social portuguesa ao longo da história multissecular, estudo esse que permite uma melhor compreensão do nosso devir coletivo; porque reconhecemos as inúmeras lacunas no recenseamento e conhecimento críticos das obras que nos prestam testemunho histórico de reflexões (sistemáticas ou espontâneas) que sobre essa realidade foram sendo construídas. (CARDOSO, 1999, p.23).

Evidente que dentro de sua seleção e recorte seria impossível empreender uma leitura "absolutista" da HPE, primeiro, porque a ciência econômica em Portugal estaria longe da institucionalização acadêmica pós 1870, segundo, porque os autores portugueses do período não podem ser considerados inovadores teóricos. Assim, forçar reconstituir uma leitura nesses termos absolutistas conduziria inevitavelmente ao cotejo de influências de escolas e autores estrangeiros, traduzindo-se, portanto, como uma empreitada inglória. Contudo, das controvérsias metodológicas que a DIPE empreende, Cardoso (1999) mais uma vez faz "da fraqueza, força", retrucando:

> Mas para que se possa efetivamente compreender a assimilação que em Portugal se faz (sobretudo) dos contributos teóricos dos fisiocratas e de Adam Smith, torna-se indispensável discutir as condições concretas dessa assimilação. É justamente essa discussão que nos permite caracterizar o pensamento econômico em sua plenitude, da qual a dimensão estritamente teórica é apenas um elemento e não o elemento principal. (CARDOSO, 1999, p.29)

Dessas lições, que impressionam pela clareza, consolida-se de vez essa perspectiva historiográfica. Enfim, poderíamos seguir indefinidamente citando exemplos de trabalhos que incorporaram os aspectos metodológicos da DIPE construindo uma abordagem nacional para HPE. Percebemos também que a mediação metodológica destes trabalhos pode ser feita de maneira diversa, inclusive utilizando a vertente ortodoxa. No entanto, mesmo que indiretamente, o elemento comum que perpassa todos trabalhos citados pode ser sintetizado na nítida separação que suas abordagens representam ante aqueles que estão presos à afirmação das regras universais da ciência em geral e da teoria econômica em particular. De fato, o trabalho concreto de seus estudos, sem negar o atributo abstrato e geral das teorias econômicas, complementarmente buscaram enfatizar a existência de processos adaptativos (reativos ou reflexivos) presentes no processo de difusão dessas ideias a partir da perspectiva nacional.

Em outras palavras, seguindo Almodovar e Cardoso (1998), a partir da análise desses estudos, compreende-se que embora necessários como critérios de identificação, nacionalidade e local de residência das publicações não são aspectos suficientes para determinar o caráter nacional do pensamento econômico. Em suas palavras: "O teste decisivo é o de se identificar os problemas nacionais para os quais são necessárias soluções nacionais, é quando esses problemas são enfrentados e resolvidos que podem surgir formas inovadoras, genuinamente nacionais de pensamento econômico." (ALMODOVAR; CARDOSO, 1998, p.7)

Por tudo isso somos levados a concluir que HPE nacionais são sempre possíveis e necessárias, independentemente da necessidade de se buscar sua originalidade de suas reflexões. A partir dessas concepções que passaremos agora a discutir a HPE em sua perspectiva brasileira.

2.3 UM CASO PARTICULAR: A HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

À luz do que foi discutido anteriormente pretendemos agora abordar um rico caso específico. Tendo em vista o objetivo maior de realizar alguns apontamentos metodológicos que possam contribuir como hipóteses de trabalho. Buscaremos antes disso, caracterizar o pensamento econômico brasileiro (PEB) e realizar uma incursão pela historiografia de forma a manter a coerência de nossos objetivos.

2.3.1 Evolução e características gerais da ciência econômica no Brasil

Diante dos questionamentos levantados anteriormente passaremos agora a abordar como a ciência econômica emerge e evolui no Brasil, de forma a caracterizar o desenvolvimento do campo daqueles intelectuais que refletiram sobre a realidade econômica nacional. Acreditamos que esta descrição nos fornece importantes elementos para particularizar a produção de conhecimento caracterizador do pensamento econômico brasileiro, objeto maior de nossa explanação.

Tendo em vista a perspectiva da transmissão do conhecimento econômico a partir do ensino de economia no Brasil, podemos dividir sua evolução em três grandes períodos, que

refletem: os primórdios do ensino de economia política nos cursos de Direito e Engenharia (1808-1931); a institucionalização propriamente dita do curso de Economia (1946-1966); sua consolidação e o surgimento da pós-graduação, marcada pela internacionalização da ciência econômica no Brasil (1970-atual). Esses três marcos fornecem um ponto de partida para a compreensão do caráter das ideias e reflexões que marcariam a produção de conhecimento econômico no Brasil ao longo dos anos. Passemos a descrevê-los.

O marco institucional que inaugura, ainda que formalmente, o ensino de economia no Brasil nos remete ao decreto assinado por D. João VI instituindo a cátedra de Economia Política em 1808, endereçada a José da Silva Lisboa (o Visconde de Cairú). Cairú havia publicado quatro anos atrás o livro "Princípios de Economia", obra que se destinava a divulgar os conceitos da economia política clássica e, principalmente, o liberalismo econômico e as concepções de Adam Smith. Havia também um segundo tipo de publicações escritas pelo autor no início do século XIX destinadas a esclarecer e justificar o sentido das medidas legislativas decretadas por D. João VI, tal como a abertura dos portos de 1808. Neste sentido, personificando as três dimensões que envolvem a profissão do economista (produção de conhecimento teórico, discussão acerca da política econômica e ensino de economia), Saes e Cytrynowicz (2000, p.38) identificam em Cairú o "ponto germinal do pensamento econômico e do ensino de economia no Brasil."[111]

Embora seja considerado por muitas interpretações como mero reprodutor das ideias liberais [112] em voga, o fato é que se olhada de maneira mais abrangente, a obra de Cairú envolveria principalmente discussões de ordem jurídica relativas ao direito comercial, aproximando-o da burocracia imperial, como uma espécie de consultor jurídico, o que o levou a ser nomeado como

[111] O pioneirismo atribuído a Cairú, como bem alertam os autores, não exclui contribuições importantes anteriores, como por exemplo as de Azeredo Coutinho (reconhecido por Lima (1976) como o primeiro "economista" brasileiro). Um balanço desses precursores da economia política no Brasil por ser encontrado em Gremaud (1997).

[112] Na verdade, existe uma série de posições divergentes na literatura que analisou a vida e a obra de José da Silva Lisboa. Gambi (2013), fornece uma sumarização abrangente dessas interpretações na seguinte passagem: "Para João Manuel Pereira da Silva (O Plutarco brasileiro, 1847), Moses Bemsabat Amzalak (Do estudo e evolução das doutrinas econômicas em Portugal, 1928) e Sérgio Buarque (A inatualidade de Cairú), a obra econômica de Silva Lisboa carecia de originalidade e assim pouco acrescentou ao pensamento econômico que era difundido por aqui. Esses autores indicam a subordinação de Silva Lisboa ao liberalismo, termo que ele não utilizava em suas obras, de Adam Smith. Já Zenith Mendes da Silveira (A originalidade do liberalismo brasileiro, 1956), Paul Hugon (O ensino de economia no Brasil) e Dea Fenelon (Cairú e Hamilton: um estudo comparativo, 1972) enfatizam a adaptação da teoria smithiana à realidade brasileira. Para esses autores, a adaptação constitui justamente a originalidade da obra de Silva Lisboa. As análises de Antônio Paim (Cairú e o liberalismo econômico, 1968) e Armando Castro (O pensamento econômico no Portugal moderno, déc. 1970) extrapolam o campo econômico e transbordam para o político. Para esses autores, o pensamento de Cairú traz a legitimação da luta contra o colonialismo e coloca a elite lusitano-brasileira no compasso da modernidade." (GAMBI, 2013, p.30)

secretário da mesa de inspeção da agricultura e comércio da Bahia e, posteriormente com a vinda da família real, deputado junto a Real Junta do Comércio, Fábricas e Navegação do Estado do Brasil e Domínios Ultramarinos. (GREMAUD, 1997). Se por um lado, essas informações sobre seu envolvimento burocrático ajudam a explicar o porquê do adiamento das aulas de economia política, que ocorreriam somente em 1827, por outro, e mais importante, caracterizam o sentido bastante prático para a economia política que aqui começava a emergir. Interpretando este contexto de nascimento da economia política no Brasil, escreve Gremaud (1997):

> (...) A Economia Política foi introduzida no Brasil pelo próprio Estado por meio de aulas e de publicações de obras de Economia Política pela Imprensa Régia e serviu de sustentação ideológica em um momento de desestruturação política, aproveitando-se das promessas de prosperidade e conciliação de interesses que decorriam dos princípios desenvolvidos pela nova ciência que se procurava difundir. Esta acabou tendo no Brasil um forte sentido prático; além de ciência, a arte assumiu um papel preponderante no seio da Economia Política brasileira. Os estudos de Cairú além de apresentarem, sem grande originalidade, os princípios da escola clássica inglesa, estão imbuídos de relações com o direito. (GREMAUD, 1997, p.22-23)

No fundo tratava-se de substituir os fenômenos econômicos como objeto de apreensão, a maneira da economia política clássica, para algo próximo de analisar a convergências dos princípios tratados pela teoria econômica com as políticas implementadas pelo Estado. Ou seja, a economia política que aqui se desenvolvia seria encarada pelos seus precursores como uma doutrina capaz de avaliar a aderência das leis implementadas aos princípios do liberalismo econômico. Neste sentido é que podemos caracterizar a economia política emergente como eminentemente imbuída de um sentido prático, interessada em julgar antigas e propor novas intervenções na realidade.

Com essas marcas de nascença fica mais fácil compreendermos o fato intrigante deste pioneirismo que marcou a instituição da cátedra de Economia Política no Brasil. Vale lembrar que a cátedra de economia política fora criada na França em 1816, destinada a Jean-Baptiste Say; na Inglaterra este marco só aconteceria em 1825 e seria ocupada pelo também renomado Nassau Senior; mais curioso ainda, a cátedra portuguesa também fora criada tempos depois daquela institucionalizada em sua colônia. O contexto político e econômico vivido no Brasil no início do século XIX ajudam a explicar como os princípios liberais iriam de encontro com os ares emancipatórios de formação de um novo estado, atenuando as tensões sociais presentes neste processo. Assim, os princípios liberais dessa nova ciência, assentados na ideia de ordem natural regida pela liberdade e concorrência enquanto motor do progresso, preencheriam teoricamente o

discurso econômico colaborando para o reajustamento do Estado português às novas circunstâncias. (GREMAUD, 1997). Comentando sobre esta conjuntura pioneira no Brasil, escreve Gambi (2013):

> Já o interesse do Brasil, ainda não independente, combinava com a doutrina econômica em voga. O liberalismo econômico era a libertação de Portugal. Daí a sustentação da doutrina liberal no Brasil e sua crítica em Portugal. O interesse nacional, portanto, seria a chave para compreender o pensamento e a difusão das ideias econômicas em Portugal e no Brasil. Aqui, o incipientíssimo Estado trabalharia o liberalismo para se libertar de Portugal. Lá, o Estado trabalharia o mercantilismo para se manter como metrópole diante do Brasil. O importante para nós é que esse contexto político mais amplo que ajuda a definir e explicar o pensamento econômico no Brasil na época e, particularmente, como o pensamento de Cairú se adequava a esse contexto e aos interesses da elite mercantil brasileira. (GAMBI, 2013, p.32-33)

Este é o contexto maior que ilustra os primórdios do ensino de economia política no Brasil, cujas aulas somente se efetivariam anos depois a partir do decreto de 1827 que regulamentaria o curso de ciências jurídicas e sociais no Brasil. Refletindo também os ares da proclamação da independência, este curso atenderia tanto a necessidade prática de formar homens capacitados para as novas funções na burocracia estatal, como também corroboravam com a necessidade de independência cultural desta nova elite, formada em sua grande maioria em universidades europeias, principalmente a de Coimbra. Neste contexto, a cátedra de economia política apareceria no quinto ano do curso e, segundo o decreto, teria como obra de referências os livros de autores como Smith, Malthus, Ricardo, Say, Sismondi e Godwin. Com exceção dos dois últimos, nota-se uma clara intenção de transmissão dos princípios do liberalismo econômico através da referência aos autores da escola clássica inglesa e francesa. No entanto, seguindo a interpretação de Hugon ([1954] 1994) e Gremaud (1997), não deixa de ser intrigante a referência de autores ligados às correntes críticas ao liberalismo, como Sismondi e Godwin. Para Gremaud (1997, p.29), estas inclusões:" (...)dão margem a interpretações que levam a concepção de cunho mais intervencionista e que colocam em dúvida a justiça decorrente do sistema liberal.". E mais à frente, ratifica: "Estas diferentes concepções, juntamente com os problemas da realidade brasileira, acabaram por constituir uma simbiose particular que será construída pelos lentes e também por outros intelectuais brasileiros." (idem, p.30). Nos termos de Hugon (1994), a citada "simbiose particular", constitui-se na originalidade do pensamento que estaria sendo gestado aqui, visto que as teorias clássicas seriam revestidas pelos problemas nacionais, não se limitando a uma cópia acrítica dos princípios do liberalismo econômico.

Ponderando de certa maneira essas duas interpretações, Saes e Cytrynowicz (2000) caracterizam o viés do ensino de economia política nesses cursos pioneiros no Brasil. Em suas palavras:

> Pode-se dizer que o ensino de Economia Política nas Faculdades de Direito ao longo do século XIX refletiu o predomínio do pensamento liberal, pela influência de autores ingleses e franceses. Em Pernambuco, observou-se a influência de James Mill e, mais tarde, de seu filho John Stuart Mill. Já em São Paulo, a influência inicial foi de J.B. Say, sendo mais tarde introduzida a obra de um economista inglês menos conhecido – Mac Leod. Tratava-se essencialmente de um estudo teórico, diríamos quase doutrinário e que apenas abre algum espaço para os problemas específicos da economia brasileira quando trata da questão do cambial. (SAES; CYTRYNOWICZ, 2000, p.38-39)[113]

A partir de 1863 o ensino de economia política também passou a ser ministrado nas Faculdades de Engenharia, sendo a Escola Central (depois Escola Politécnica) no Rio de Janeiro a precursora. Diferentemente dos cursos jurídicos, de um modo geral a economia política ministrada nos cursos de engenharia seria fortemente influenciada pela matriz positivista, mais voltada para a análises das questões práticas da economia brasileira e, portanto, também mais aderentes às discussões sobre intervencionismo do Estado, protecionismo e industrialização, temas caros ao liberalismo econômico (matriz dominante dos cursos jurídicos). Por outro lado, refletindo a própria essência do curso em si, desenvolveu-se um ensino de economia bastante matematizado e formalizado, vide as contribuições de alguns manuais escritos por catedráticos de destaque, como L.R. Vieira Souto [114], Aarão Reis [115] e Tobias Lacerda Moscoso[116].

---

[113] Após realizar uma investigação ampla sobre os catedráticos que ministrariam a disciplina de economia política nas diferentes Faculdades de Direito, inclusive para além das precursoras de Olinda e São Paulo, conclui Gremaud (1997): "Pelas Faculdades examinadas novamente podemos verificar que, apesar de ancorada nos alicerces da economia política clássica, o ensino de economia sofreu variações em sua irradiação, assumindo matrizes bastante diferentes e em alguns pontos até bem distantes do núcleo da escola clássica liberal inglesa. Como podemos perceber, se no Ceará a influência clássica e neoclássica inglesa foi preponderante, apesar de obnublado por concepções caras ao catolicismo, na Bahia prevalece a influência francesa, com algum grau de intervencionismo sendo destacado por meio dos trabalhos de Gide e em Porto Alegre foi a escola histórica alemã que ganha espaço. (GREMAUD, 1997, p.58-59)

[114] Interpretando o viés dado ao ensino de economia política por esse importante catedrático, que para nós ajuda a ilustra o sentido maior dessa abordagem nos cursos de engenharia, escreve Gremaud (1997) citando Hugon (1954): "Mas da mesma forma que Cairú, Vieira Souto, vai nitidamente além dos limites fixados pelos liberais ingleses à intervenção do Estado; reveste o individualismo dos clássicos do intervencionismo da escola nacional. Faz suas as ideias de List e de Carey, relativamente às fases de evolução das economias e aceita as suas conclusões sobre a política comercial protecionista." (HUGON, 1954 apud. GREMAUD, 1997, p.63).

[115] Engenheiro formado na Escola Politécnica, sucessor de Vieira Souto na cátedra de economia política, ficaria famoso por presidir a construção da capital de Minas Gerais. Escreve o manual "Economia política, finanças e contabilidade" em 1918, utilizado com uma das referências nos demais cursos de engenharia pelo Brasil. (GREMAUD, 1997)

[116] Engenheiro, ficou famoso por ser um dos precursores do ensino de matemática e estatística introduzido pela escola racional no ensino de economia no Brasil. (GREMAUD, 1997)

Ressalta-se que nossa explanação até aqui é importante pois a maioria dos lentes que ministraram a disciplina de economia política ocuparam após atividade docente cargos importantes no governo, influenciando diretamente os rumos da política econômica no império e na República Velha. Entender como interpretavam e disseminavam o conhecimento econômico torna-se assim bastante relevante para nossos propósitos. Ministros da Fazenda, Presidentes de províncias e do Banco do Brasil, parlamentares, etc. seriam alguns exemplos de cargos ocupados por esses "especialistas" em economia, homens públicos e políticos cujo contato com a área se dava nos cursos de direito e engenharia preponderantemente. Esta observação nos leva a outra dimensão importante para apreensão do desenvolvimento da ciência econômica neste período: os debates públicos sobre a orientação da política econômica.

Suscitados a partir dos problemas econômicos nacionais, traduzidos nas variadas crises que marcaram o período (do balanço de pagamentos, da dívida externa e a crise monetária), os debates sobre as políticas econômicas refletiam as necessidades de encaminhamentos desses dilemas por esses "especialistas" em economia. Concentrando-se quase exclusivamente nas questões monetárias e cambial, os debates se intensificaram na controvérsia que opôs "papelistas" e "metalistas", reproduzindo nos solos brasileiros as divergências travadas pela *Banking School* e *Currency School* no pensamento econômico inglês. No entanto, segundo Gambi (2015) as diferenças entre as realidades econômicas (economia agrária e escravidão na primeira e desenvolvimento industrial e urbanização na última) exigiam que os princípios teorizados por essas escolas fossem "tropicalizados", ou seja, adaptados à realidade econômica brasileira. Discutia-se aqui, basicamente, dois pontos acerca da emissão de moeda no Brasil naquele contexto maior das regras do padrão-ouro: se através de um monopólio emissor ou não (direito de emissão); e se lastreada a metais preciosos ou não (conversibilidade do meio circulante). Importante ter em mente que através desses debates várias decisões políticas foram tomadas, como salienta Gambi (2015, p.183): "Desse embate [entre o papelista Holanda Cavalcanti e metalista Rodrigues torres] nasceria o segundo Banco do Brasil com o monopólio da emissão de notas bancárias.". Somente tempos depois instituía-se a pluralidade de emissão com a chegada do "papelista" Souza Franco no Ministério da Fazenda.

Enfim, gostaríamos apenas de evidenciar como esses debates e a transmissão de conhecimento através do ensino de economia política contribuíram para adjetivar, por exemplo, o pensamento econômico que aqui estava sendo gestado, caracterizado neste momento por seu

pioneirismo, ao acompanhar de perto o desenvolvimento de importantes marcos na história da ciência econômica em importantes países europeus [117], muito embora, seja também verdade que este pioneirismo institucional não pode ser admitido quando analisamos o trabalho intelectual de criação teórica de nossos pensadores, que mais incorporavam o desenrolar da teoria econômica nos países centrais do que criavam novas concepções a partir de nossos problemas. No entanto, estaríamos praticando um reducionismo ao admitir que este processo se desenvolvia de maneira acrítica, pois o fato de partirem dessas discussões mais gerais no âmbito da teoria econômica produzida nos países centrais adaptando-as à realidade nacional, confere certa originalidade ao pensamento econômico brasileiro. É o que conclui Gremaud (1997) na seguinte passagem:

> Mesmo partindo de matrizes teóricas europeias existe alguma originalidade no pensamento econômico brasileiro, se não no sentido de formular novos avanços teóricos, pelo menos em termos de reflexão sobre a nossa realidade e da adequação destas teorias a ela. Além do que, esta realidade era ponto importante na escolha feita pelos analistas nacionais dentro do leque de possibilidades teóricas apresentado pela Economia Política nos países centrais. Mesmo porque as pessoas envolvidas reconheciam os efeitos distributivos envolvidos na adoção das medidas preconizadas pelas diferentes teorias. É justamente a partir destes efeitos que se delineiam as alianças entre os diferentes grupos no que concerne a determinação da política econômica ao longo desse período. (GREMAUD, 1997, p.3)[118]

De volta à periodização que propomos, o segundo marco nesta trajetória evolutiva seria caracterizado pela institucionalização da ciência econômica no Brasil. Este processo se inicia com o decreto de 1931 que cria o curso superior de Administração e Finanças que concedia o título de bacharel em Ciências Econômicas. Este curso oferecia disciplinas como matemática financeira, geografia econômica, economia política, história econômica, além de outras ligadas à área de contabilidade e direito. Os diplomados exerciam suas atividades principalmente no serviço público, ocupando cargos intermediários como fiscais de bancos e companhias de seguro, tesoureiros de repartições federais, atuários de companhias de seguros, etc. No fundo representava o

[117] Comentando sobre este aspecto intrigante da institucionalização da ciência econômica no Brasil, Gambi (2013) ilustra bem este pioneirismo ao citar esses fatos: "É muito interessante notar como o Brasil, apesar de ainda ser colônia, em que pese o fato de ser uma colônia especial, posto que a família real e o governo aqui estavam, acompanhou quase simultaneamente o desenrolar dos estudos de economia na Europa. E em alguns casos até se adiantou a esse desenrolar. Por exemplo, o livro de Cairu foi publicado no mesmo ano do Tratado de Economia Política de Say, como dissemos, e a cátedra brasileira de economia política foi criada antes da portuguesa, francesa (1816, ocupada por Say) e até mesmo inglesa (1825, ocupada por Senior)." (GAMBI, 2013, p.25)

[118] Importante salientar que esta tese defendida por Gremaud (1997), assim como em Hugon (1954), Gambi (2013) e Cosentino (2016), a saber, a de reconhecer a existência de um pensamento econômico brasileiro no século XIX não é consensual por grande parte da historiografia que tratou deste assunto, sobretudo, porque a maioria dessas referências focalizam suas análises no século XX, tendo em vista as transformações ocorridas na economia brasileira pós 1930. Trataremos dessa questão à frente.

desdobramento e evolução das escolas comerciais de ensino profissionalizante. (SAES, CYTRYNOWICZ, 2000).

Foi somente após a longa expansão desses cursos de Administração e Finanças e sua consolidação enquanto núcleo universitário formativo dos bacharéis em ciências econômicas, bem verdade, sem maiores mecanismos de fiscalização, que o estado passou a preocupar-se com o fornecimento de um padrão de excelência para a transmissão do conhecimento econômico. Neste sentido, os primeiros cursos oficiais de economia foram criados nos anos de 1940, com destaque para a precursora Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas criada em 1938 e federalizada pela Universidade do Brasil em 1945 através da criação da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas (FNCE/UB, atual UFRJ) e em 1946 para a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo (FCEA/USP, atual FEA/USP). (EKERMAN, 1989).

Dois movimentos foram determinantes para esse processo de institucionalização. O primeiro, mais específico, diz respeito às disputas internas entre segmentos da sociedade que procuravam ora manter seu status de elite intelectual, ou, de forma oposta, ascender socialmente através da obtenção de um diploma de nível superior. Neste sentido, dois projetos entravam em disputa para a orientação que seria dada aos cursos de economia recém-criados: para classes sociais mais abastados, com histórico de acesso às escolas jurídicas e de engenharia clamava-se por escolas de alto nível voltadas exclusivamente para o ensino de economia ao maior estilo da formação bacharelesca característica da época. Portanto, este projeto defendia um ensino de economia fortemente assentado na matemática e na teoria econômica que demandava, por sua vez, sólida base formativa. Seriam, segundo Saes e Cytrynowicz (2000) o "grupo da ciência econômica", liderados por figuras importantes já importantes à época como Gudin, Bulhões e Maurice Byé. Por outro lado, os jovens recém-formados nas escolas de comércio vindos principalmente de seguimentos médios-urbanos da sociedade, viam no reconhecimento da profissão a oportunidade de ascensão social e, portanto, clamavam pela continuação da orientação dada aos cursos de Administração e Finanças. Seriam o "grupo da regulamentação da profissão", encabeçados pelos órgãos de representação de classe. A grande influência do primeiro grupo foi o peso decisivo na balança que determinou o projeto apresentado por Gudin em 1941 como orientação maior para a estruturação do curso de economia nessas universidades precursoras.

No entanto, esta é uma parte da história, que só se completa quando olhamos para o processo mais global de transformações que o Estado brasileiro vinha passando desde os anos de 1930. Sem dúvida, é consensual para a historiografia econômica brasileira que este período constitui um dos maiores marcos históricos do século XX. O fato é que a década de 30, nos seus contornos sociais, políticos e econômicos simboliza um ponto de inflexão na estrada do desenvolvimento ao redefinir, e mesmo criar novas estruturas capazes de romper com as estruturas assentadas no modelo primário-exportador [119]: nascia o Estado moderno, emerso em toda contradição de um processo de ruptura histórica, mas que vislumbrava o horizonte de modernização, alicerçado, sobretudo, no processo de industrialização.

Este processo de industrialização, exprime a transição do predomínio do capital mercantil para o capital industrial, ou seja, uma ruptura que redefinirá as relações entre Estado e sociedade e que marcará as peculiaridades da nossa revolução burguesa. Neste sentido, metamorfoseando os interesses da burguesia nascente como interesses da nação, o Estado garantiu sua autonomia e legitimidade para intervir na economia, quase como mentor da consolidação da acumulação capitalista no Brasil.[120] Como pré-requisito para essa atuação, se fez necessária a construção, paralelo a este processo, de uma superestrutura político-administrativa que fornecesse subsídios para colocar em prática as funções, cada vez mais complexas, que configuravam a atuação deste novo Estado. Ianni (1977) interpretou essa reconfiguração administrativa, burocrática e técnica como o surgimento, no aparelho do Estado, de um tecnoestrutura capaz de efetivar por meio da política econômica essa nova relação entre Estado e economia.

Portanto, é no bojo desse amplo movimento que podemos compreender a criação de diversos órgãos, comissões, conselhos e departamentos, neste período desenvolvimentista de 1930 - 60, tais como: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1930); Departamento Nacional do Café e Instituto do Açúcar e Álcool (1933); Conselho Federal de Comércio Exterior (1934);

[119] Este modelo começa a entrar em crise pela confluência de forças externas e internas. Externamente, a crise de 1929 colocava à mostra todas as fragilidades de economias primário-exportadoras, que sofrendo cortes abruptos na demanda externa revelavam o quão dependente se tornaram dos mercados que eram controlados pelos países do centro do sistema capitalista. No que se refere aos aspectos das forças internas, o complexo cafeeiro proporcionou um transbordamento de recursos que deram origem a certa diversificação da economia, assentadas no crescimento das atividades industriais e na consequente expansão urbana.)

[120] Neste sentido, descrevendo esta peculiaridade de atuação do Estado brasileiro, escreve Draibe (2004):" (...)De uma à outra fase da industrialização, com autonomia Estado brasileiro planejou, regulou e interveio nos mercados, e tornou-se ele próprio produtor e empresário; através de seus gastos e investimentos, coordenou o ritmo e os rumos da economia e, por meio de seus aparelhos e instrumentos, controlou e imiscuiu-se até o âmago da acumulação capitalista. (DRAIBE, 2004, p. 15)

Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) em 1938; Companhia Siderúrgica Nacional (1941); Missão Cooke (1942); Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (1944), Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) em 1945, Assessoria Econômica de Vargas (1951), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) em 1952, entre tantos outros. Com essa nova arquitetura institucional, o Estado passou a intervir, regular e, sobretudo, planejar a atividade econômica através de suas políticas e planos econômicos, garantindo a reprodução do capital industrial.[121]

Diversos foram os atores envolvidos neste momento histórico da evolução brasileira, dentre eles, os novos agentes que passaram a exercer funções nos diversos aparelhos desse Estado, cujo as exigências cada vez mais complexas produzia um corpo de "técnicos" especializados: são os burocratas, e/ou os tecnocratas e/ou ainda os técnicos-políticos. Essas diferentes qualificações expressam um único fenômeno que é o surgimento de uma elite estatal especializada em assuntos econômicos.[122] É neste sentido que os especialistas em economia em geral, e os economistas em particular, passaram a ganhar notoriedade se afirmando enquanto campo hegemônico orientador dessas transformações. Segundo Biderman et all. (1996):

> O aumento da importância dos economistas na elite dirigente está diretamente ligado à criação das instituições governamentais. A inter-relação entre as instituições de controle da economia e os centros de estudo de Economia torna-se muito clara ao analisarmos esse período. As empresas estatais e privadas demandavam economistas e administradores. A administração federal também carecia de profissionais mais especializados. (BIDERMAN et all, 1996, p.17)

Loureiro (1997) fornece uma contribuição importante para essa questão. Questionando o porquê da emergência dos economistas enquanto elites dirigentes no Brasil, a autora de antemão

---

[121] Vale lembrar que este processo de centralização do Estado e planificação de suas políticas econômicas encontrava paralelo em diversos países, não sendo exclusividade do caso brasileiro. No fundo, as experiências dos Planos Quinquenais da União Soviética e a própria constatação de uma realidade (pós-crise de 29) avessa aos princípios do laissez-faire, encorajavam a adoção de uma ideologia desenvolvimentista por parte das ações do Estado. Emergia, também neste contexto, a teoria keynesiana que subsidiaria teoricamente os desdobramentos deste "novo Estado", que começava a questionar o arcabouço da teoria liberal e sua fé nas forças de mercado. Assim, planejamento e intervenção tornavam-se agora pontos centrais da ordem do dia das economias capitalistas.

[122] Seriam, segundo Sola (1998), os "produtores qualificados de ideologias" que subsidiariam as transformações em curso, sobretudo, a partir da intensificação do projeto de industrialização. Outra interpretação neste sentido é fornecida por Martins (1976) que considerava o papel dessa burocracia (criação e reprodução deste Estado) estruturante do ponto de vista do processo de modernização, visto que as decisões que partiam do Estado, na interpretação deste autor, não representariam, necessariamente, os conflitos e pressões da sociedade, garantindo assim uma autonomia para ação desses novos agentes, não face à esfera econômica (classe dominante), mas em sua dimensão política configurada por uma estrutura social desarticulada. Bielschowsky (2000), agrupou esses personagens em torno da concepção de desenvolvimentismo e seu espaço específico de atuação. Para uma leitura mais abrangente sobre as visões dos economistas como intelectuais que colaboram para defender e justificar certas orientações de política econômica, solicitando e construindo apoio ideológico e político ao participar de debates públicos, ver HALL (1989).

procura se afastar de respostas "simplistas" que enxergam neste fato um desdobramento natural do aumento da centralização e intervenção do Estado na economia. Neste sentido, a autora cita estudos de casos comparados que concluíram, por um lado, que nações com processos semelhantes ou até mais complexos de intervenção do Estado na economia não atribuíram tamanho destaque para os economistas, como é o caso da França onde o recrutamento da classe dirigente dos processos de planejamento e controle da economia se dava no âmbito das chamadas grandes escolas, como a Escola Nacional de Administração, ou ainda nos Estados Unidos, que por suas características peculiares a seu sistema político e universitário mantinham a classe de economistas ligados principalmente à atividades de pesquisa, consultoria e docência, não lhes atribuindo cargos de dirigentes políticos. Por outro lado, dentro do próprio contexto brasileiro, outras classes de intelectuais não lograram o mesmo espaço destinado aos economistas ocupando cargos chaves, visto que possuíam conhecimentos especializados, como os cientistas sociais de um modo geral, perdendo, inclusive, espaço para os economistas em suas áreas de atuação.

De fato, existe uma particularidade na atuação dos economistas no contexto brasileiro, marcado pela hipertrofia do poder executivo paralelo ao desgaste da classe política, que lhes permitiram assumir uma posição de hegemônica enquanto elite dirigente. A experiência brasileira distingue-se de outros países, visto que "aqui [no Brasil] os economistas não agem apenas como assessores políticos ou funcionários burocráticos de órgãos de gestão econômica atuam também como dirigentes políticos" (LOUREIRO, 1997, p.2) Dentro deste campo de atuação destaca-se a preponderância desses profissionais na condução de política macroeconômica, e nos quadros de primeiro escalão do governo, tais como Ministério da Fazenda, Planejamento, e Presidência de Bancos públicos.

Esses paralelos são importantes pois nos ajudam a caracterizar os contornos formativos do pensamento econômico brasileiro desse período de institucionalização da ciência econômica. Um ponto a se reter que sintetiza o âmago de nossa argumentação é exposto na seguinte reflexão:

> O processo de formação da competência específica do economista e de sua identidade como segmento da elite dirigente no Brasil desenrolou-se não apenas no âmbito acadêmico das escolas de economia, mas sobretudo nos órgãos governamentais e nas instituições de pesquisa aplicada. E ainda, no bojo das lutas político-ideológicas que atravessavam a década de 30 a 60 no país. Se a consolidação dos cursos universitários foi longa e difícil, só se realizando nos anos 70, com os cursos de pós-graduação, pode-se dizer que a construção da competência prática em organismos governamentais foi um processo comparativamente mais rápido e eficaz. (LOUREIRO, 1997, p.23)

Longe de ser um corpo teórico homogêneo, os economistas integrariam e disputariam espaço nos diversos Conselhos Técnicos e Comissões Econômicas Internacionais criadas no primeiro Governo Vargas; posteriormente, na SUMOC, no BNDE, Cepal, na Assessoria Econômica do segundo Governo Vargas, no Plano de Metas, nos Grupos Executivos no governo JK, por exemplo. Em suma, esses foram os diversos lugares de espaço governamental para a atuação e formação dos economistas ao longo dos áureos anos 1930-60.

Estamos querendo chamar atenção para dois aspectos dessa caracterização do campo dos economistas [123] enquanto aspecto formativo do pensamento econômico brasileiro. Primeiro, movidas pelas transformações estruturais em curso, esses espaços de exercício da hegemonia se caracterizaram por efetivamente desempenharem a função de "escolas práticas de saber econômico", qualificando o pensamento econômico brasileiro como algo eminentemente ligado à prática, menos teórico/acadêmico neste sentido. As teorias serviam mais para legitimar um discurso econômico que tinha como finalidade a intervenção na realidade através das orientações sobre a política econômica. Se reconhecemos essa característica anterior, torna-se evidente que as reflexões contidas neste pensamento econômico estariam permeadas por disputas político-ideológicas, refletindo os projetos de desenvolvimento econômico em disputa neste "campo dos economistas". Em outras palavras, ciência econômica aqui, tem sempre que ser admitida como economia política naquela acepção mais clássica do termo.

Comentando sobre esses aspectos, escreve Loureiro (1997):

> Desenvolvimento econômico, nacionalismo, protecionismo, defesa contra o capital estrangeiro, intervenção estatal, planejamento, etc., todos os temas recorrentes nos debates político-ideológico dos anos 1940-60 foram igualmente marcos definidores de clivagens no meio social nascente dos economistas, onde as questões teóricas se misturavam com as disputas políticas, superpondo-se oposições entre, de um lado, a direita 'entreguista', monetarista ortodoxa e, de outro, a esquerda nacionalista, estruturalista heterodoxa. (LOUREIRO, 1997, p.32)

Para ilustrar nossa argumentação, recorreremos a duas disputas no seio das instituições que se tornaram capítulos marcantes da HPE brasileiro deste período. A título de exemplificação, retomemos a história da criação do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC)

[123] Loureiro, neste sentido, utiliza-se de um interessante suporte metodológico, em suas palavras: "A noção de campo é utilizada aqui como um recurso metodológico que permite analisar os economistas enquanto participantes de um espaço de luta material e simbólica e não apenas como grupo intelectual, produtor de ideias; ou como segmento profissional que reúne portadores de um mesmo tipo de competência técnica (...)implica o privilegiamento não só da análise do pensamento econômico, mas também do estudo do meio social por onde circulam os economistas, de seus grupos, instituições e disputas." (LOUREIRO, 1997, p.19)

e seus embates com a Comissão de Planejamento Econômico (CPE) em 1944. O contexto da criação desses órgãos reflete aquelas transformações que discorremos acima, ou seja, um período marcado pelas contradições de interesses desta sociedade em transição e, portanto, todo arranjo institucional deste Estado em criação também estaria permeado por essas disputas, como uma espécie de estado de compromisso, em que essas forças políticas e econômicas seriam incapazes de dirigir exclusivamente o processo de desenvolvimento em curso. Não existe um roteiro pré-definido para todas orientações deste Estado, mas sim possibilidades e vias para este desenvolvimento. Por isso esses embates e disputas que estamos fazendo referência.

O CNPIC nasce com o intuito de centralizar e coordenar os órgãos que foram criados no governo Vargas. Preocupavam-se com a efetiva institucionalização do planejamento econômico na esfera estatal e a ideia defendida por seus integrantes era que este órgão se tornasse a instituição máxima para este fim. Encabeçado por um grande industrial da época, o então presidente da FIESP, Roberto Simonsen, o CNPIC defendia, grosso modo, o aumento da participação do Estado na economia, através do planejamento econômico e políticas fiscais e cambiais que protegessem o recente desenvolvimento do parque industrial brasileiro. Apoiados em autores como Friedrich List e Mihail Manoilescu, referências para as questões ligadas ao protecionismo e planejamento, bem como, na própria história econômica do Brasil, cujo livro do próprio Simonsen pode ser considerado uma referência básica, os relatórios do CNPIC criticavam as visões liberais que defendiam a vocação agrária do Brasil e a não intervenção do Estado na economia, projetos referenciados na teoria das vantagens comparativas, e defendiam um projeto de desenvolvimento industrial como caminho para a superação do atraso secular da economia brasileira. Neste sentido, discutir industrialização neste contexto brasileiro, colocava o planejamento e o protecionismo como elementos chaves, visto que o setor industrial ainda não estava preparado para se consolidar face às novas exigências de capital, tecnologia, *know how* e capacidade organizativa, que as exigências da concorrência intercapitalista exigiam.

Paralelo à criação do CNPIC, e de forma a contrapor suas concepções, cria-se a CPE sob a orientação de Eugênio Gudin, bastião do liberalismo no Brasil. Diferentemente da inserção de Simonsen no debate, marcada sobretudo por digressões históricas e políticas, Gudin utilizava uma linguagem mais afinada com o *mainstrem* da profissão sendo o grande responsável por adaptar as concepções ortodoxas às realidades brasileiras. O autor do primeiro manual de economia, "Princípios de Economia" em 1943, rejeitava o parecer do CNPIC e as ideias de Simonsen, visto

que os problemas da economia brasileira eram interpretados por ele como decorrências de (des)equilíbrios alocativos, assim, o Estado não poderia intervir na economia induzindo a industrialização pois se criariam distorções entre os fatores produtivos, prejudicando a eficiência e gerando, no limite, problemas monetários (inflação), desequilíbrios fiscais e déficits na balança de pagamentos. Suas propostas se traduziam nas recomendações de reformas monetárias e fiscais que lograssem o equilíbrio nas finanças públicas, o combate à inflação e abertura da concorrência para o capital externo em nome da maior eficiência deste último, reduzindo atuação do Estado às medidas que corrigissem os desvios do mercado.

Este evento ficou marcado na historiografia como a "controvérsia do planejamento econômico", que opôs as teses de Simonsen e Gudin [124]. Estado de compromissos, intelectuais orgânicos, desenvolvimentismo e neoliberalismo, enfim, este capítulo já foi devidamente abordado e é consensual atribuir grande importância para a HPEB. Para nós, destaca-se, primeiramente, como já nos anos 1940 estava efetivamente em curso o reconhecimento da competência desses especialistas em economia (os "economistas") enquanto interlocutores políticos, como, por outro lado, esse embate entre duas instituições também caracteriza este elemento prático presente no pensamento econômico em seu período de institucionalização do conhecimento econômico. Quando atentamos para a articulação maior por trás desta controvérsia, tendo como referência a difusão do pensamento econômico, percebemos como ela ilustra este segundo marco da nossa periodização.

Vale lembrar, que Gudin, assim como outras referências do liberalismo brasileiro, como Otávio Bulhões, Dias Leite entre outros, já eram ligados à Fundação Getúlio Vargas (FGV), criada em 1944 e mais tarde vinculados no campo dos estudos econômicos ao Instituto Brasileiro de Economia (IBRE). Esta instituição foi responsável pela transmissão do pensamento liberal e dos conceitos e modelos neoclássicos, sobretudo, a partir da organização de duas revistas de grande prestígio: a Revista Brasileira de Economia (RBE) em 1946 e a Conjuntura Econômica em 1947. Comentando sobre este aspecto, que para nós, corrobora com nossa argumentação e caracterização do PEB do período, escreve Loureiro (1997, p.41), descrevendo a importância do IBRE: "(...)durante várias décadas [O IBRE foi] o pólo mais importante de produção do conhecimento e o espaço onde a economia assumiu sua dimensão prática, afirmando-se como requisito básico de

[124] Ver GUDIN; SIMONSEN (2010).

competência para a condução de políticas econômicas no país.". Por outro lado, Simonsen organiza, no âmbito da Confederação Nacional da Indústria (CNI), um departamento econômico, responsável pela publicação da Revista Estudos Econômicos em 1950 e da revista Desenvolvimento e Conjuntura em 1957, reproduzindo trabalhos pioneiros de Prebisch e da Cepal. Em síntese, esses espaços constituíram importantes núcleos para discussões sobre o desenvolvimento brasileiro, tornando-se importantes referências para a difusão do pensamento econômico no Brasil. Esta caracterização é importante pois ajuda a ilustrar nosso segundo exemplo.

Em meados dos anos de 1950, duas comissões, que também representam esses espaços de formação prática do saber econômico no Brasil, retomaram as controvérsias sobre o desenvolvimento econômico. Nas palavras de Ekerman (1989):

> Assim é que, em 1956, quando Juscelino assumiu a presidência, havia duas linhas intelectuais que naquele momento conseguiram se impor, embora uma delas por força das circunstâncias acabasse dominante. As duas linhas eram: a) a da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, cuja inspiração liberal clássica fazia valer o princípio das vantagens comparativas; b) a do Grupo Misto BNDE-Cepal, cuja inspiração estruturalista fazia valer a oportunidade da substituição de importações. (EKERMAN, 1989, p.117)

Enquanto a CMBEU recomendava que a atuação do Estado devia se ater à eliminação de pontos de estrangulamentos, abrindo caminho para a atuação da iniciativa privada e ao capital externo, o Grupo Misto BNDE-Cepal indicava a importância do Estado no processo de intensificação do processo de industrialização, coordenando as decisões de investimentos, muitas vezes antecipando a demanda, de forma a consolidar a indústria de bens de capital no Brasil. Este embate refletiu as disputas entre concepções monetaristas e estruturalistas, neste contexto de auge do ciclo desenvolvimentista. Personalidades importantes do pensamento econômico brasileiro, como Roberto Campos e Celso Furtado, se empenharam nestes debates, reafirmando como a ciência econômica se desenvolve aqui estritamente ligada à temas como nacionalismo, desenvolvimento industrial, planejamento econômico, etc. Este é o selo característico que representa a não autonomização do espaço intelectual dos economistas e que explica, como o pensamento econômico gestado aqui se apresenta de maneira imbricada com a arte da economia.

Um ponto importante precisa ser levantado antes de encerrarmos a caracterização deste período. Embora estejamos fornecendo destaque para os espaços institucionais em que se aglutinavam as discussões mais formais e com maior poder de intervenção no campo da economia, o que de certa forma se justifica pelo nosso critério de abordagem focado na evolução do campo e transmissão do conhecimento econômico como apontado no início, o fato é que importantes

reflexões sobre os problemas econômicos no Brasil também foram gestadas em outros ambientes. Refiro-me ao ISEB e ao PCB. Criado em 1955, O ISEB reuniu intelectuais como Gilberto Freyre, Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe e Ignácio Rangel e foi um dos centros mais importantes para a difusão da ideologia nacionalista. Rangel, tratado pela historiografia como um "intelectual independente", forneceu uma das mais ricas e originais reflexões do período sobre a dualidade estrutural da economia brasileira, base para sua interpretação sobre a inflação no início da década de 60. Já o PCB manteve em seus quadros intelectuais de alto prestígio, como Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Junior. Além de serem considerados referências obrigatórias para a história econômica brasileira, esses autores proporcionaram uma das mais importantes controvérsias sobre a formação econômico-social brasileira e defenderam projetos de intervenção que se alinhava ao nacional-desenvolvimentismo (Sodré) e ao subdesenvolvimento capitalista (Prado Júnior), para ficarmos nos termos de Mantega (1985).

Ainda que tenhamos tratado muito brevemente, gostaríamos de reter, neste momento, que o pensamento econômico brasileiro também pode ser evidenciado nesses espaços políticos à esquerda, inclusive. Por outro lado, muito dessas reflexões sobre a realidade econômica, realizada pelos intelectuais deste campo, são marcadas pela interdisciplinaridade, cuja análise articula a economia com história, sociologia e a ciência política. Duas características que também marcaram os contornos do pensamento econômico do período.

Assim, entramos por fim no último marco de nossa periodização e passaremos a descrever como a ciência econômica se consolida no início dos anos de 1970, sobretudo a partir da implementação dos programas de pós-graduação, criando efetivamente uma comunidade de economistas nos marcos dos padrões internacionais. (EKERMAN, 1989)

Até meados da década de 60 os recém-criados cursos de economia não eram reconhecidos e prestigiados como os de direito e engenharia, muito embora os temas econômicos estivessem em evidência assim como a elite que o dominava. As faculdades de economia ainda sofriam com a escassez de professores especializados e o ensino acabava mesclando muitos elementos do campo do direito, contabilidade, administração e outras áreas das ciências sociais. A procura era baixa e caracterizada por jovens de classe média provenientes, em sua maioria, das escolas profissionalizantes de comércio e, na direção oposta, a taxa de evasão só aumentava. É neste contexto que um grupo de prestigiados intelectuais se reúne na cidade de Itaipava em 1966

para discutir os rumos desta ciência no Brasil. Estavam presentes nesta reunião, personalidades como Eugênio Gudin, Delfim Neto, Mario Henrique Simonsen, Maria da Conceição Tavares, e o diagnóstico proferido por eles era enfático ao admitir um panorama de crise do ensino de economia no Brasil.[125] Propunham além de fechamentos de cursos, transformações de outros em escolas de administração, reformulações curriculares, o estabelecimento de um ensino de qualidade com currículos mínimos concomitante à instalação de programas de pós-graduação no país e no exterior. No fundo, logravam superar o caráter ensaístico presente até então no ensino e nos estudos por algo mais próximo do rigor metodológico da ciência econômica em sua concepção positiva. Estava dado o start para a modernização no ensino de economia no Brasil. (LOUREIRO; LIMA, 1994)[126]

Este processo na verdade reflete uma tendência mais ampla que vinha sendo gestada desde o pós-guerra de especialização e profissionalização das ciências em geral e da economia em particular. Por consequência desses movimentos, o governo militar instaura uma ampla Reforma Universitária em 1968 modificando estruturalmente o ensino superior no Brasil. Dentre as transformações destaca-se: a substituição do sistema francês de organização das faculdades (cátedras vitalícias) pelo americano (departamentos de ensino); a expansão expressiva do ensino superior, sobretudo, nas faculdades privadas; e a criação de cursos de pós-graduação em diversas áreas de ensino, sob auxílio financeiro de órgãos de fomento. Loureiro (1994) destaca como a ciência econômica gozou de uma posição privilegiada neste processo, angariando fundos complementares de financiamento patrocinados pelo BNDE e IPEA além de convênios e parcerias subsidiados por organismos internacionais, como a Fundação Ford e USAID (USA Agency for International Development). Em resposta a todos esses incentivos criam-se neste contexto dois centros de excelência: a Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE/FGV) no Rio de Janeiro e o Instituto de Pesquisa Econômica (IPE/USP) em São Paulo.

Em síntese, se até os anos de 1960 os economistas eram formados e recrutados pelas "escolas práticas de saber econômico", a partir dos anos de 1970 este protagonismo passa a ser exercido pelos cursos universitários, sobretudo, pelas escolas de pós-graduação no país (destacando

[125] Nas palavras de Simonsen (1966) citado em Loureiro e Lima (1994): "O ensino de economia nas universidades brasileiras é tão superabundante em qualidade quanto deficiente em qualidade (...) A consequência é um ensino extremamente heterogêneo em poucas faculdades, mas péssimo na maioria delas (...) especializando-se na divulgação de ideias vagas." (SIMONSEN, 1966 apud. LOUREIRO; LIMA, 1994, p.34)

[126] São por esses motivos, que Ekerman (1989) afirma não poder falar em comunidade de economistas no Brasil até meados da década de 60, dado que as interações entre os economistas brasileiros com os estrangeiros eram limitadas e longe dos padrões admitidos internacionalmente por esta comunidade.

além das duas escolas citadas acima, os programas da PUC/RJ (1977), UNICAMP (1974) e UFRJ (1979)) e no exterior.

Loureiro (1994) justifica esta posição privilegiada usufruída pela área da ciência econômica à necessidade de legitimação das transformações econômicas realizadas pelos governos militares junto a sociedade em geral. Se os economistas emergem como elites dirigentes no período anterior, no regime militar presencia-se o coroamento desta classe. É neste sentido que Mantega e Rego (1999, p.2) afirmam metaforicamente que "(...) depois da ditadura militar, foi instaurado o despotismo dos economistas.". Ekerman (1989, p.127), interpreta este movimento no mesmo tom e afirma: "A ideia dos centros de pós-graduação era criar uma elite acadêmica e burocrática. Esta elite, por força social, teria os seus padrões de excelência baseados nos parâmetros americanos.". Não obstante, é este processo de modernização que caracteriza nosso terceiro marco de consolidação da ciência econômica no Brasil: ela se afirma no momento em que se internacionaliza. Nas palavras de Loureiro e Lima (1994):

> Entende-se por modernização da ciência econômica o processo através do qual os estudos desenvolvidos nas faculdades e centros de pesquisa se integram aos padrões vigentes nos países desenvolvidos, especialmente nos Estados Unidos (...) é o processo de internacionalização, na produção brasileira, de modelos neoclássicos e keynesianos, das teorias micro e macroeconômicas, bem como de seu instrumental metodológico, em especial a formalização matemática rigorosa. (LOUREIRO; LIMA, 1994, p.34)

Esta internacionalização se expressa em dois movimentos intercâmbio dessa comunidade de economistas brasileiros com seus pares estabelecidos em grandes centros nos países desenvolvidos. Em um primeiro momento, os centros recém-criados, em especial a EPGE e o IPE, receberam professores estrangeiros para ministrarem disciplinas e transmitirem o modelo americano de organização, pesquisa e ensino em economia. Destaca-se a vinda do professor Albert Fishlow da Universidade de Berkeley, protagonista de um debate sobre distribuição de renda no Brasil nos anos de 1970. Segundamente, e de forma mais robusta, destaca-se o envio de professores brasileiros para cursarem seus doutorados em universidades estrangeiras, sobretudo as americanas, como as Universidades de Vanderbilt, Chicago e Harvard. Para se ter ideia da efetividade deste processo de internacionalização, segundo Loureiro e Lima (1994) no início dos anos 90, 60% dos professores que lecionavam em programas de pós-graduação em economia tinham se doutorado no exterior. Em conjunto, podemos destacar que este esforço representa também uma tentativa de consolidação do pensamento ortodoxo no Brasil.

Se analisarmos outra dimensão deste processo de internacionalização da economia, consultando os temas/autores presentes nas publicações em revistas especializadas, também podemos atestar esse esforço de transmissão do pensamento neoclássico no Brasil. Prado (2001b) examinou o conteúdo teórico publicado em duas revistas acadêmicas de centros ligados em seus primórdios à matriz teórica neoclássica: a Revista Brasileira de Economia da FGV (criada em 1947) e a Revista Estudos Econômicos da USP (criada em 1970). Dividiu sua análise classificando os artigos por eixos temáticos, como, teoria microeconômica, microeconomia aplicada, teoria macroeconômica, macroeconomia aplicada e os outros. Seriam incluídos nos primeiros quatro eixos apenas artigos de expressa orientação neoclássica e em "outros", consideraria artigos com vieses descritivos, heterodoxos e/ou históricos. A partir desta métrica, o autor aponta em suas conclusões, que de fato houve um esforço consistente ao longo dos anos para difundir o pensamento neoclássico na Revista Brasileira de Economia, dado o alto percentual de artigos publicados nesses eixos temáticos neoclássicos. No entanto, esta mesma lógica não pode ser atribuída à Revista Estudos Econômicos, que mantém este predomínio neoclássico apenas na primeira década de sua fundação, a partir da volta dos "peagadês", ou seja, a partir daquele esforço institucional de internacionalização, mas que mantém uma distribuição mais equiparada em seus temas (alta porcentagem de artigos classificados em "outros) nas demais décadas.

Loureiro e Lima (1994) realizaram um estudo parecido, medindo o grau de "americanização" de quatro revistas (além das duas anteriores, adicionou-se a Revista Pesquisa e Planejamento Econômico ligado ao IPEA e a Revista de Economia Política ligada a centros heterodoxos). Tratava-se de quantificar a porcentagem de obras referenciadas nos artigos publicados nestas revistas e dividi-las a partir de sua nacionalidade. Os autores concluíram que este processo de "americanização" ocorre de maneira mais intensa na Revista Brasileira de Economia e na Revista Pesquisa e Planejamento Econômico, cujos artigos publicados referenciam em média 41,6% e 40,4% obras publicadas nos EUA, respectivamente. As demais revistas analisadas possuem, dentro da métrica desenvolvida, uma composição diferente, destacando referências em obras nacionais, ou então publicadas em países como Inglaterra e França, sobretudo na REP.

Deixando as questões metodológicas de lado, estamos querendo chamar atenção para possíveis imprecisões relacionadas à ideia de homogeneização deste esforço de internacionalização, ou uma possível hegemonia exercida de maneira inconteste no desenvolvimento do pensamento neoclássico no Brasil. Embora reconhecemos este predomínio,

cabe também destacar reações a este processo de difusão das ideias. Isso é importante porque nos fornece outra característica para o pensamento econômico brasileiro do período: o ecletismo e a polarização teórica. Estes elementos são reflexos dos velhos antagonismos presentes na sociedade brasileira e dos debates sobre a temática do desenvolvimento econômico, que opôs estruturalistas e monetaristas, correntes que continuaram a exercer grande influência no pensamento econômico brasileiro.

Segundo Loureiro e Lima (1994), Loureiro (1997) e Birdman et all. (1996), pode-se agrupar os centros de transmissão de conhecimento econômico no Brasil em dois grupos. O primeiro, denominado "polo privatista"/"mainstream" é liderado pelos centros ligados ao paradigma neoclássico, como a FGV-RJ e PUC-RJ. Desenvolveu-se nesses lugares estudos influenciados pela corrente monetarista ortodoxa, dando ênfase na modelização matemática (segundo Loureiro e Lima, 1994, por exemplo, na FGV-RJ 72% do corpo docente teria formação em engenharia e matemática). São também os centros mais internacionalizados (80% destes docentes possuem formação nos EUA (idem.). Em resumo, são "privatistas" não só pelo fato de serem instituições privadas, mas sobretudo por valorizarem o papel do mercado no sistema econômico e por defenderem os princípios do liberalismo econômico como orientação chave nos debates e controvérsias. O segundo, intitula-se "polo público"/"cepalinos", e tem sua expressão nas escolas influenciadas pelas concepções estruturalistas cepalinas, tendo inclusive docentes ligados no passado a esta instituição, como é o caso da UNICAMP e da UFRJ. Nestes centros, enfatiza-se o relacionamento da ciência econômica com as demais áreas da ciência social, prevalecendo em sua abordagem os aspectos estruturais dos processos econômicos. Neste sentido, outras escolas de pensamento são enfatizadas, sobretudo a keynesiana e marxista.

Estas características que estamos chamando atenção podem ser observadas também quando analisamos as reflexões dos economistas brasileiros. Ressalta-se que além do crescimento vertiginoso dos espaços para divulgação das reflexões especializadas; do estilo mais formalizado das abordagens, principalmente, uma mudança também na substância dos temas tratados. Se no período anterior as reflexões estavam voltadas em sua maioria para os grandes temas, como os projetos de desenvolvimento e o processo de industrialização, a partir dos anos 70, basicamente se discutia os problemas conjunturais derivados dessas transformações empreendidas na estrutura econômica brasileira. Em outras palavras, na medida em que se aumentava a complexidade das questões econômico-financeiras e sociais, suas contradições, limites e potencialidades, o

pensamento econômico brasileiro se especializava no tratamento desses temas mais específicos. Se considerarmos verdadeira a característica pragmática do pensamento econômico brasileiro, esta observação torna-se evidente, visto que a relação entre teoria e prática sempre esteve presente nas reflexões de nossos intelectuais.

Para ilustrar nosso ponto de vista, Ekerman (1989) aborda a contribuição ao pensamento econômico brasileiro do período pós 1970 a partir de três temas: Distribuição de renda; Inflação; e Relações e Mercado de Trabalho. Vamos nos ater às reflexões que versaram sobre o processo inflacionário brasileiro, tratado pela historiografia do pensamento como um dos momentos ímpares do ponto de vista da originalidade das contribuições. Longe de abordar exaustivamente esses debates, trataremos deste episódio como momento síntese que caracteriza um dos adjetivos que estamos buscando enfatizar neste movimento de particularização e descrição dos contornos do pensamento econômico brasileiro.

Seguindo Ekerman (1989) os estudos sobre a inflação brasileira podem ser subdivididos em quatro grupos de análise: a) o "estilo monetarista formal "; b) "o estilo estruturalista formal"; c) "o estilo misto formal "; d) "o estilo institucional". Esses diferentes diagnósticos foram responsáveis por intensos debates e controvérsias, subsidiando tempos depois diferentes planos de intervenção na realidade nos anos 80 e 90. Por outro lado, do ponto de vista da difusão das ideias econômicas, esse rol de análises nos ajuda a caracterizar este movimento de adaptação teórica do pensamento econômico brasileiro, visto que as teorizações no campo da macroeconomia dificilmente conseguiam abranger essas peculiaridades presentes no processo inflacionário brasileiro, marcado pelo elevado patamar e persistência temporal. Mais do que nunca era preciso recuperar essas discussões mais abstratas e situá-las perante à realidade brasileira.

2.3.2 Síntese do pensamento econômico brasileiro

Realizado este movimento geral de descrição da trajetória evolutiva da ciência econômica no Brasil, tomado aqui como estratégia argumentativa para ilustrar os contornos formativos do pensamento econômico brasileiro, cabe agora realizarmos um apanhado geral e nos inquirirmos sobre as características que o particularizam. Em síntese, definiremos quatro

características fundamentais que adjetivam o pensamento econômico brasileiro, a saber: o pragmatismo, a interdisciplinaridade, a pluralidade e a originalidade.

Como desde de logo tentamos ressaltar, grande parte das reflexões acerca da realidade econômica brasileira ocorreram em espaços para além da academia, destacando as "escolas práticas do saber econômico". É neste sentido que o pensamento econômico se apresenta aqui de maneira menos teórica e mais engajado com as discussões sobre as orientações da política econômica. Além dos círculos universitários se consolidarem tardiamente no Brasil, como relatamos a pouco, essencialmente a substância das reflexões possuíam outras finalidades, como descreve Bielschowsky (2000, p.6) sobre o período desenvolvimentista: "(...) o interesse em identifica-la [a dimensão analítica do pensamento] advém apenas da necessidade de sistematizar os argumentos aplicados ao processo econômico e às políticas econômicas concretas do período.". Neste mesmo sentido, após descrever nove correntes interpretativas sobre a formação econômica-social brasileira, afirma Bresser-Pereira (1997, p.37): "Os intelectuais brasileiros são mais pragmáticos e mais engajados no processo político do que os intelectuais dos países desenvolvidos."

Pragmatismo decorre deste contexto, em que as teorias econômicas são apropriadas pelos nossos intelectuais tendo em vista a práxis, a intervenção na realidade. De Cairú aos economistas da "inflação inercial", a ciência econômica desenvolvida aqui sempre se expressou enquanto economia política, como corrobora Loureiro (1997, p.12): "(...) o economista no Brasil, para o bem ou para o mal, nunca foi um cientista fechado nas chamadas 'torres de marfim' dos meios acadêmicos. Ao contrário, sempre correu o risco de sujar as mãos.". Assim chegamos na outra faceta deste pragmatismo, que consiste em colocar ênfase na ligação entre o prestigiado campo dos economistas brasileiros com a esfera política, mesmo depois de consolidada a pós-graduação. Descrevendo essa característica, escreve Loureiro e Lima (1994):

> Finalmente, é preciso considerar a ligação estreita que as instituições de ensino e pesquisa em ciência econômica têm, no Brasil, mais talvez que em outros países, com os meios governamentais, e seus efeitos sobre a produção do conhecimento científico. Como se sabe, os temas escolhidos para o estudo nos meios acadêmicos têm frequentemente relação com as demandas da política econômica; as carreiras dos economistas nas universidades se completam com aquela realizada nos postos governamentais – não apenas como assessores, mas também como dirigentes políticos, nos cargos de ministros, presidentes e diretores de bancos e empresas públicas etc. (LOUREIRO; LIMA, 1994, p.48)

Quais as maiores implicações dessas características? Primeiro, por mais que se pretenda autonomizar a esfera da ciência, sendo tentado a considerar o pensamento econômico brasileiro pós modernização dos anos de 1970 como algo mais rigoroso e próximo à economia

positiva, as reflexões feitas por esses intelectuais no campo econômico estariam necessariamente imbricadas com aspectos ideológicos, refletindo sua visão de mundo, sua posição de classe, suas concepções políticas e sua defesa de determinado projeto de desenvolvimento. Ter isso em mente é importante não apenas para as reflexões contidas nas periferias intelectuais, mas, admitir a dialética existente entre a dimensão analítica do pensamento e o condicionamento social dos atores, torna-se imprescindível inclusive para os cânones da ciência econômica. Como nos lembram Saes e Saes (2015):

> (...)uma metodologia de História do Pensamento Econômico não pode ignorar que a análise econômica está imbricada com o projeto político, não somente no que diz respeito aos formuladores de política econômica, como também aos intérpretes da economia. Todo e qualquer personagem que escreve, discursa ou pensa sobre a teoria econômica está inserido num ambiente institucional e compreende a sociedade a partir de determinados preceitos ideológicos e experiências históricas. (SAES; SAES, 2015, p.49)

Por isso torna-se relevante, como indicam os mesmos autores: "(...) observar a filiação institucional na formação dos indivíduos, suas escolas profissionais, assim como os possíveis vínculos com grupos sociais e econômicos, com partidos políticos e com seus principais interlocutores...". (idem, p.50). Esse procedimento ajudará na compreensão das seleções e adaptações conceituais que formarão determinado pensamento.

Em segundo lugar, e muito por conta da primeira observação, a arena contextual que se desenvolvem as reflexões será marcada necessariamente pela conflitualidade das ideias, pela oposição de projetos, pelo debate teórico e pelas controvérsias interpretativas, que podem estar tanto dentro do mesmo campo teórico, como, na maioria das vezes, entre campos divergentes. Ganem (2011) classifica e enumera essas controvérsias em um abrangente quadro do pensamento econômico brasileiro no século XX. No que se refere ao campo da "economia política estruturalista", as controvérsias são assim mapeadas: i) projeto de industrialização planejada defendida pelos intelectuais ligados à/ao Cepal/ISEB e a oposição neoliberal; ii) contraposições de tese entre o PCB (Caio Prado) e o ISEB; iii) controvérsia sobre os estilos de desenvolvimento pós milagre que opôs as teses de Tavares e Serra ao estagnacionismo de Furtado; iv) debates sobre as teses que compõem o campo da teoria da dependência (Fernando Henrique Cardoso, interpretação nacional-burguesa e a tese da superexploração); v) debates sobre as origens das desigualdades e a possibilidade de compatibilização do crescimento econômico com melhoria distributiva. No campo da "Economia Política Marxista", atribui-se: i) a controvérsia no interior do PCB sobre o feudalismo no Brasil; e ii) debate sobre a revolução socialista como único caminho para

emancipação. No campo da "Economia Neoclássica", por sua vez, indica a autora: i) controvérsia sobre papel do estado que opôs Gudin e Bulhões ao desenvolvimentismo; ii) defesa das políticas econômicas do PAEG no tocante à política de arrocho salarial e abertura da economia ao capital externo; e iii) defesa da política de concentração econômica dos governos militares como etapa de transição da estagnação para o crescimento (Simonsen).

A segunda característica diz respeito à interdisciplinaridade do pensamento econômico brasileiro. Como afirmamos há pouco que pensamento econômico se define enquanto reflexões sobre a realidade econômica, de saída, podemos indicar que diversas dessas reflexões econômicas no Brasil foram feitas a partir de intelectuais que não possuíam formação em economia. Mas este não é o sentido da interdisciplinaridade. Para captar a substância que estamos querendo chamar atenção, nos apropriaremos das palavras de Ganem (2011):

> A Economia Política Brasileira é interdisciplinar: como história é simbiótica à história do capitalismo; como sociologia exige que se articule a economia às classes sociais; e como ciência política espera-se que sejam decifradas as peculiaridades dos grupos de poder e do papel do Estado como promotor no processo de desenvolvimento. (GANEM, 2011, p.142)

Esta concepção tem muito a dizer sobre a disputa epistemológica sobre a ciência econômica: a interdisciplinaridade se afirma enquanto parte integrante da reflexão, ou é um elemento a ser expurgado? Economia Política ou Econômica Positiva? No que pese o caráter de não abrangência total, o fato é que algumas reflexões que compõem o pensamento econômico brasileiro foram muito exitosas na articulação dessa interdisciplinaridade. Dentre as mais destacadas, vale lembrar dos trabalhos de Celso Furtado, Caio Prado Junior, Nelson Werneck Sodré ou dos intelectuais brasileiros ligados à Teoria da Dependência[127].

A pluralidade do pensamento econômico brasileiro pode ser admitida em duas dimensões. Primeiro, grande parte das reflexões que compõem o pensamento econômico brasileiro foram realizadas em meados do século XX, estando à sua disposição uma miríade de paradigmas e teorias que se acumularam ao longo do desenvolvimento das economias centrais. Por isso, "Neste sentido, a HPEB nasce marcada pela pluralidade de suas concepções, isto é, para um mesmo fenômeno são possíveis várias leituras." (GANEM, 2011, p.138). O que não quer dizer, lembra a mesma autora, que estes paradigmas desfrutem de "igualdade de posições" na disputa pela

[127] Para Ganem (2011) estes teóricos são considerados como um marco da interdisciplinaridade, ao articularem a compreensão histórica das estruturas econômicas com as questões ligadas à atuação das classes sociais e dos grupos políticos, superando o estruturalismo cepalino, em uma análise integrada entre economia, história, classes sociais e poder.

hegemonia. Descrevemos a pouco a polarização em torno dos centros de pós-graduação no Brasil e este elemento ajuda na compreensão do que estamos querendo enfatizar. Neste sentido, pluralidade pode ser entendida como certa tolerância ao pluralismo metodológico.

Por outro lado, a pluralidade também pode ser admitida no plano autoral como ecletismo teórico, ou seja, muitas reflexões articularam diferentes matrizes teóricas, por vezes até conflitivas, para que suas reflexões dessem conta da realidade brasileira. Mais uma vez Celso Furtado é o exemplo maior desta constatação, ao admitir em seus estudos influências teóricas das concepções de Keynes, Marx, Weber e do estruturalismo cepalino. Investigando exatamente este exemplo, Boianovsky em "Between Lévi-Strauss and Braudel: Furtado and the historical structural method in Latin American political economy", considera a originalidade da teoria estruturalista em Furtado exatamente por ele incorporar essas referências aparentemente conflitivas. (BOIANOVSKY, 2015 apud. SAES; SAES, 2015). Poderíamos também nos lembrarmos da perspectiva trazida pelos estudos de Hugon (1994) e Gremaud (1997), ao analisarem a difusão das ideias econômicas no Brasil no século XIX através do ensino de economia política, constataram a articulação eclética de vertentes do pensamento econômico por parte de alguns cátedras.

Por fim, chagamos à última característica de nossa argumentação, que partindo de determinadas concepções torna-se a questão chave para se legitimar a empreitada de historiar o pensamento econômico brasileiro. Afinal, existe um pensamento econômico genuinamente brasileiro, ou apenas disseminação de pensamento econômico no Brasil? Embora sutil, esta questão envolve um tema central para o campo da HPE, que é atribuir a originalidade enquanto elemento fundante do ofício do historiador. Respondendo à questão partindo do método ortodoxo da HPE, somos levados a admitir que não existe um pensamento econômico brasileiro, visto que nenhuma reflexão contribuiu analiticamente para os avanços da teoria econômica. Talvez salvo em dois episódios singulares da HPEB como em "Desenvolvimento e subdesenvolvimento", onde Furtado aborda originalmente os problemas do atraso histórico dos países periféricos ou no caso da teoria da inflação inercial. Fora isso, de fato, sob esses critérios, presenciamos a difusão e não a criação do pensamento econômico no Brasil.

No entanto, como salientamos anteriormente, se olharmos para questão a partir de outras bases metodológicas, como as fornecidas pela agenda da DIPE, podemos atribuir originalidade ao pensamento econômico a partir de adaptações e seleções teóricas que nossos

intelectuais fizeram ao refletirem sobre a realidade econômica brasileira. Isso já ficou bem claro quando citamos a interpretação de Hugon (1994) e Gremaud (1997), que atribuem a originalidade, do pensamento econômico brasileiro no século XIX ao admitirem, respectivamente, como os lentes das cátedras da economia política selecionavam as obras e adaptavam diversas teorias às especificidades de nossos problemas. Ampliando essa perspectiva para a HPEB como um todo, afirmam Saes e Saes (2015, p.48): "Nesse choque entre cosmopolitismo, de teorias abstratas e universais, e do localismo, das particularidades histórico-sociais, podemos dizer que foram gestadas talvez as ricas experiências de análise econômica sobre o Brasil."

Não obstante, por outra via, Ganem (2011) ao se referir sobre as reflexões teóricas sobre o capitalismo brasileiro, elemento central para sua consideração sobre pensamento econômico brasileiro, resolve a tensão cosmopolitismo versus localismo, evidenciando como a pluralidade pode ser vista como uma vantagem a ser apropriada pelos intelectuais dos países periféricos, no sentido da periferia intelectual de Mäki atribuiu. Em suas palavras:

> Será no esteio desse quadro plural de reflexões dos vários programas de pesquisa que as primeiras formulações teóricas sobre o capitalismo brasileiro surgem e se desenvolvem. Pensar a HPEB é, portanto, partir dessas reflexões acumuladas no centro para tecer, num processo conjunto, as peculiaridades e identificações que nossa história econômica/social/cultural dependente e associada exigiu (...) Em termos conceituais, a defasagem teórica que se constata na periferia (...) se traduziu em vantagens. Primeiro, na possibilidade de se aproveitar das teorias existentes, adaptando-as; e segundo, na criação de novos conceitos que tratam das especificidades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, ainda que integrado ao movimento mais geral do capital. (GANEM, 2011, p.135-136)

Ainda para autora, um exemplo particular no pensamento econômico brasileiro que se tornou bem-sucedido através da primeira vantagem descrita pode ser constatado nas análises dos professores da Unicamp Maria da Conceição Tavares e João Manuel Cardoso de Mello, ao analisarem os elementos endógenos da dinâmica do modelo de acumulação capitalista no Brasil mediados pela teoria dos ciclos em Kalecki. Como expressão da segunda vantagem, Ganem (2011) cita o conceito de dualidade estrutural e a teorização sobre o desenvolvimento em Furtado, que transcendem a problemática brasileira trazendo elementos para se problematizar o movimento mais geral do capital. Corroborando com essa segunda identificação, Malta et all. (2011, p.27) afirma: "(...) o Brasil se insere no debate econômico internacional com um pensamento eivado de cor local, trazendo ideias originais para a discussão sobre a dinâmica capitalista."

Por todas essas características mencionadas, que embora apresentadas separadamente, na prática constituem uma simbiose que particulariza o pensamento econômico brasileiro,

defendemos uma legitima e necessária construção de uma agenda de pesquisa em HPEB. Esta agenda deve, necessariamente, estar assentada, para dar conta dessas características que cercam o pensamento econômico brasileiro, em uma visão de história que supere os limites e compromissos da visão ortodoxa da HPE que já salientamos anteriormente. Ademais, deve se apresentar de maneira crítica, de forma que consiga articular dialeticamente a história econômico-social com a história das ideias, reafirmando a historicidade e a interdisciplinaridade constitutiva da ciência econômica enquanto economia política. Tendo em vista esses elementos, clareia Cosentino (2016):

> Assim, é preciso sempre reafirmar a necessidade da discussão metodológica entorno da História do Pensamento Econômico. Ao final desta breve reflexão podemos reforçar a ideia de que é preciso e necessário considerar o pensamento e a teoria econômica de maneira ampla, reconhecendo a relação das ideias com o contexto e a realidade histórica em que estão inseridas. Deste modo, a reflexão sobre a História do Pensamento Econômico no Brasil não pode, nem deve, ser feita distante da reflexão histórica, o que dá a ela sentido e importância. (COSENTINO, 2016, p.91)

2.3.3 Balanço historiográfico do pensamento econômico brasileiro

Sumarizados os elementos que legitimam o ofício de historiar o pensamento econômico brasileiro, pretendemos agora avançar mais um pouco e analisar aqueles trabalhos que de fato levaram a cabo tal atividade. Para nós, mais importante do que mapear quais trabalhos compõem este campo historiográfico, cabe inquirirmos como os fizeram. Em outras palavras, estamos interessados em discutir como estes autores enfrentaram as tensões metodológicas intrínsecas a esta empreitada. Ressalta-se que nosso objetivo maior, neste momento, é tecer alguns apontamentos metodológicos e levantar questões que possam vislumbrar novos caminhos interpretativos e dessa forma virem a somar nestas discussões introdutórias desta agenda de pesquisa. Isso nos servirá, inclusive, como critério de seleção entre as obras que tiveram como objeto de estudo a HPEB.

Esta justificativa torna-se essencial, porque encontramos uma imensidão de trabalhos neste campo de pesquisa. Como bem se sabe, podemos abordar o pensamento econômico brasileiro de diversas formas, sob diferentes recortes e critérios de seleção. Neste sentido, como nos indica Cosentino (2016, p.47): “A questão metodológica é um aspecto fundamental a todos os trabalhos que pretendem abordar a História do Pensamento Econômico Brasileiro. A questão sobre o que é e como expor o pensamento econômico brasileiro não é trivial e por isso sua discussão é difícil.”. Tendo esse desafio em mente é que pretendemos avançar nessas discussões.

Dentre esse conjunto de possibilidades, por exemplo, podemos escolher estudar um autor específico que esteve envolvido em algum momento no debate econômico realizando uma reflexão sobre a realidade econômica brasileira. Neste plano autoral, encontramos publicações que se atém especificamente sobre um autor, destacando trabalhos sobre Cairú, Gudin, Simonsen, Furtado, Rangel, Campos, ou ainda coletâneas maiores que agregam vários articulistas analisando diversos intelectuais, como por exemplo os recentes livros organizados por Pericás e Secco (2014) e Szmrecsányi e Coelho (2007). Encontramos também um outro grupo de referências que abordam o PEB através de temas, como por exemplo, no caso da questão agrária brasileira (CORAZZA; MARTINELLI JÚNIOR, 2002) e (CARVALHO, 1978). Uma terceira via, pode ser admitida a partir dos trabalhos que se atentaram para o ensino da ciência econômica no Brasil, ou então na descrição do campo de atuação dos economistas, destacando os já citados trabalhos de Gremaud (1997) e Loureiro (1997). Por fim, e mais interessante para nós, destaca-se os trabalhos abrangentes que trataram da sistematização do PEB, como o caso de Mantega (1985), Bielschowsky (2000), Bielschowsky e Mussi (2005), Biderman et all. (1996) e Malta et all. (2011).

Não por outro motivo, trataremos a partir de agora deste último grupo que compõem a historiografia do PEB, visto que foram os trabalhos que discorreram sobre questões metodológicas, fato que se explica pelo próprio teor de seus trabalhos, pois estando no plano da sistematização, revelar o critério que aglutinou a seleção das reflexões se faz necessário e é neste momento as questões metodológicas aparecem de maneira mais explícita. Com isso, não estamos negando que as demais referências não tenham se embasado metodologicamente, pois de fato muitas delas o fizeram. No entanto, seu objeto de pesquisa não exige maiores compromissos com esse tipo de discussão, e o que se observa corriqueiramente é a solução das tensões metodológicas da seguinte maneira: opta-se pela abordagem "relativista", pois de outra forma esvazia-se a substância do objeto. Justificada nossas escolhas, passemos a compreender como essas obras abordaram o PEB, seguindo a cronologia das publicações.

Sem dúvida, a tese de doutorado de Guido Mantega defendida na USP e publicada posteriormente na forma de livro com o título "A Economia Política Brasileira" em 1984, constitui uma referência obrigatória sobre o pensamento econômico brasileiro. Na verdade, ao lado de outra tese de doutorado, escrita por Ricardo Bielschowsky e publicada como livro com o título "Pensamento Econômico Brasileiro" em 1988, essas referências se consolidaram na literatura como os trabalhos pioneiros e de maior fôlego que objetivaram sistematizar o pensamento econômico

brasileiro no século XX. Escritas em meados nos anos de 1980, portanto, em um contexto de derrocada e negação de um pensamento desenvolvimentista no Brasil, essas teses revisitaram o passado buscando enfatizar os contornos formativos de nossa HPE. Sem se aterem especificamente a um ator dentro deste processo, Mantega (1985) e Bielschowsky (2000) traçaram um panorama global sobre os debates intelectuais em torno da temática do desenvolvimento econômico. Por esta abrangência, profundidade e pioneirismo que são tratadas até hoje como os marcos da sistematização da HPEB.

Este pioneirismo que estamos fazendo referência é reconhecido logo na introdução do próprio trabalho de Mantega (1985). Em suas palavras:

> O fato é que não existe, até o momento, uma sistematização dessas obras ou um balanço de seu alcance que possa servir de referencial, porque o pensamento econômico brasileiro ocupou-se do sistema econômico mas esqueceu-se, ou talvez não tivesse tempo, de analisar a si mesmo de escrever a sua história. (MANTEGA, 1985, p.21)

Por isso o sentido maior de se aventurar neste campo de pesquisa. Tratava-se, na verdade, de mapear as reflexões e identificar como se formou e estruturou a "árvore genealógica" da economia política brasileira. Mantega (1985, p.11) identifica em "Formação econômica do Brasil" de Celso Furtado publicada em 1959 o início deste processo, na medida em que esta obra, "respaldada em um sólido arcabouço teórico" conseguiu articular vários aspectos da dinâmica da estrutura econômica brasileira, rompendo o caráter fragmentário e parcial das reflexões anteriores. Embutido no debate ideológico dos anos de 1950, conhecido como a "controvérsia sobre o desenvolvimento econômico", que opunha liberais que defendiam a "vocação agrária" do Brasil e desenvolvimentistas que pregavam maior intervenção do estado na economia a favor da intensificação do processo de industrialização, o pensamento econômico brasileiro se consolida, valendo-se de teorias econômicas convencionais, como a teoria (neo)clássica, keynesiana e marxista, porém, a partir de uma apropriação crítica, no sentido de conseguir dar conta das especificidades do capitalismo retardatário brasileiro: "E é com base nessa criatividade e originalidade que se pode falar em uma Economia Política Brasileira. E esta surge justamente (...) quando os trabalhos se tornam mais abrangentes, sistemáticos e profundos, conforme se verifica a partir da década de 50." (idem, p.19).

Com base neste critério de seleção, o autor passa a analisar efetivamente o pensamento econômico brasileiro entre os anos de 1950 e 60, sistematizando-o através de "modelos analíticos", uma espécie de corrente de pensamento econômico que aglutinava teses com proximidade e

complementaridade teórica dentro deste debate maior acerca do desenvolvimento econômico brasileiro. Esclarecendo essa sua "metodologia" de abordagem, escreve Mantega (1985):

> Com essas rápidas pinceladas sobre o debate ideológico travado pelo pensamento econômico brasileiro nas décadas de 50 e 60, procurei delimitar o tempo e o espaço no qual se move este trabalho. Note-se que esta discussão brotou aleatória e desorganizada, ao sabor das questões políticas que se colocavam nos vários momentos, sem a preocupação de síntese ou elaboração teórica. Coube aqui a tarefa de ordenar as obras, descobrir a afinidade teórica de certos autores, explicar a complementaridade de suas teses, enfim, construir modelos de interpretação existentes em estado latente nos principais trabalhos do pensamento econômico brasileiro. (MANTEGA, 1985, p.18)

Seguindo esta lógica de agregação o autor definirá para o período analisado, quatro modelos analíticos de interpretação da realidade econômica brasileira: i) "Modelo de Substituição de Importações", aglutinaria intelectuais como Celso Furtado, Ignácio Rangel e Maria da Conceição Tavares, sendo herdeiros das concepções da CEPAL e do ISEB, esses autores se apropriariam das concepções teóricas dos desenvolvimentistas históricos, como Prebisch, Nurkse, Singer e Myrdal para formarem as teses do "nacional desenvolvimentismo" em defesa da intensificação do processo de industrialização; ii) "Modelo Democrático Burguês", representa as interpretações de intelectuais ligados ao PCB que sofreram influência direta das análises de Lênin retomando as teses da III Internacional para os países atrasados, como por exemplo, Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães. Estrategicamente se alinhavam com os intelectuais do modelo de substituição de importações em defesa da industrialização, tendo em vista a ideia de ser essa uma etapa necessária para a implementação do projeto socialista.

Esses dois modelos formativos do pensamento econômico dos anos 50, seriam questionados na década posterior em virtude da falta de resultados sociais da política desenvolvimentista. Entre rachas e dissidências no PCB, o autor atribui a formação do terceiro modelo analítico: o "Modelo de Subdesenvolvimento Capitalista". Baseado nas ideias de Trostky do desenvolvimento desigual e combinado reproduzidas na IV Internacional e na ideia de revolução permanente, este modelo aglutinaria as teses da "colonização capitalista" de Caio Prado, do "desenvolvimento do subdesenvolvimento" de Gunder Frank e da "superexploração" de Rui Mauro Marini, indicando apenas a saída pela revolução socialista para o estabelecimento da democracia e da soberania nacional. Vale ressaltar que Mantega (1985) também remete aos trabalhos escritos na década de 1970 sobre a teoria da dependência, mas pelo horizonte temporal fugiam do escopo de sua análise.

O quarto e último modelo, definido como "Modelo Brasileiro de Desenvolvimento", diferiria de todos os outros por não se tratar de teses críticas ou "à esquerda", pelo contrário, representavam o status quo da política econômica pós Golpe de 1964. Sendo representado por expoentes da época, como Roberto Campos e Mario Henrique Simonsen, esses economistas foram responsáveis por adaptarem os princípios neoclássicos liberais às necessidades de intervenção do Estado nesta economia de acumulação incipiente e, neste sentido, inovavam em relação a seu tutor, Eugênio Gudin, panfletário dos princípios liberais no debate econômico brasileiro dos anos 40.[128]

Ao fim e ao cabo, salienta o autor: "Trata-se, portanto, da reconstituição crítica das trajetórias teóricas das principais obras e pensadores, e da sua ordenação em correntes analíticas afins, que vão formar, no meu entender, uma Economia Política Brasileira." (idem, p.18).

Descrito todo projeto que envolveria o livro de Mantega (1985), cabe neste momento realizarmos alguns apontamentos sobre a metodologia que permitiu sistematizar seu estudo, ainda que este autor não tenha discorrido especificamente sobre esta questão, fato que nos causa muita estranheza e nos coloca diante de "discussões pelas entrelinhas".[129] Primeiramente, destaca-se o critério utilizado por ele para selecionar as reflexões que comporiam a economia política brasileira, que consiste na originalidade obtida através de adaptações teóricas presentes em trabalhos que se caracterizaram por um "sólido arcabouço teórico". É este elemento de crivo que permite justificar seu descompromisso com as reflexões liberais, marcadas pela ausência de criatividade e mera transplantadora da teoria das vantagens comparativas, referindo implicitamente sobre a obra de Gudin. Comentando sobre uma possível contradição de princípios, escreve Barreiros (2008):

> Mantega é capaz de atribuir a paternidade da Economia Política Brasileira ao marxismo da Terceira Internacional, bem como à revisão neo-esquerdista de Prado Jr., mas não à "ciência econômica burguesa" de Gudin. Reconhece assim originalidade nos três primeiros, e não no segundo. A postura de Mantega é questionável se considerarmos, como o fez Ricardo Bielschowsky, os vários aspectos em que Gudin também foi bem-sucedido em adaptar os princípios neoclássicos à economia brasileira (...) A aplicação do marxismo-leninismo da

[128] Embora cite este modelo analítico, Mantega (1985) não destina um espaço específico para o tratamento deste modelo, abordando-o na medida em que sirvam de contraponto aos modelos críticos. Buscando justificar esta opção, escreve o autor: "Na verdade, mesmo esse modelo conservador só vai ser teorizado e sistematizado a partir do início do 'milagre' (...) ficando para a década de 70 a sua consolidação teórica [portanto, fugindo do escopo temporal do trabalho]. Antes disso, o pensamento conservador resumia-se às ideias neoclássicas de Eugênio Gudin e seus discípulos mais próximos que, como já foi dito, não chegaram a construir um modelo analítico original." (MANTEGA, 1985, p.19-20).

[129] O próprio autor reconhecendo esses limites e se justificando pelo pioneirismo de seu trabalho, revela ainda na introdução: "Antes de começar a análise, convém chamar a atenção do leitor para o caráter arbitrário envolvido na escolha dos autores e na ordenação de suas teses em modelos de interpretação." (MANTEGA, 1985, p.21)

> Terceira Internacional realizada pelo PCB fora dotada de um automatismo constrangedor, como se observa da "tese feudal" em Alberto Passos Guimarães (BARREIROS, 2008, p.9)

É neste sentido que Malta et all. (2011, p.30), escreve: "(...)se originaria a economia política brasileira, entendida por Mantega como o lado não ortodoxo (não neoclássico) do debate sobre desenvolvimento.". No entanto essa consideração não se constitui como o cerne dos apontamentos metodológicos que estamos buscando clarear. Duas questões nos importam mais, primeiro, tentarmos clarear mais essa ideia de "modelo analítico" e segundo explorarmos as implicações que forneceram movimento a estes modelos, ou seja, a temporalidade da análise histórica empreendida pelo autor.

Embora, como ressaltamos, Mantega (1985) não tenha descrito de maneira clara, em nossa interpretação, a ideia de modelo analítico pode ser considerada como algo próximo ao programa de pesquisa de Lakatos (descrito no capítulo 1.2). Na passagem em que melhor se atém à descrição do que viria a ser esses modelos, escreve Mantega (1985, p.18): "pretendo analisar, neste trabalho, a consolidação do pensamento econômico brasileiro, caracterizando a formação dos primeiros modelos analíticos, suas origens teóricas, suas principais fontes de inspiração e, sobretudo suas hipóteses básicas e proposições fundamentais.". No fundo, este princípio fornece ao autor um critério para classificar os programas de pesquisa que irão compor o pensamento econômico brasileiro, tendo como núcleo duro, o conjunto de propostas de políticas no tocante ao desenvolvimento econômico que os intelectuais vieram a defender. Esta nossa ideia pode ficar mais clara, quando prosseguimos a citação, onde o autor explica os elementos que seriam buscados para dar movimento na análise de seus modelos. Continuando a citação:

> Cada modelo foi alvo de uma apreciação crítica, em primeiro lugar, do ponto de vista de sua coerência interna; em segundo lugar, quanto a seu poder explicativo e sua correspondência aos fatos; e, finalmente, do ângulo de uma visão alternativa do processo de desenvolvimento capitalista, que não se encontra totalmente explícita, mas apenas subentendida e disseminada ao longo do trabalho..." (idem.)

Esses três critérios, responsáveis por explicarem o recorte temporal da narrativa, expressam em conjunto a ideia de que os modelos analíticos se alteram ao longo tempo na medida em que superam os anteriores, sob a métrica de suas reflexões estarem melhor adaptadas aos eventos do mundo real. Assim, o programa de pesquisa dos teóricos da "substituição de importações" e do "modelo democrático burguês", através de suas teses, ligadas pela influência da CEPAL e do ISEB (coerência interna) em defesa de um projeto de desenvolvimento assentado na defesa da industrialização (visão de desenvolvimento capitalista), se mostram melhores adaptadas

ao período desenvolvimentista (correspondência aos fatos) dos anos de 1950 e, através de uma apreciação crítica ao estilo da proposta metodológica de Mantega (1985), indicaria uma superação ("salto qualitativo do pensamento econômico brasileiro") desses modelos de interpretação com relação à corrente liberal, presa na defesa da vocação agrária e não intervenção do estado na economia.

Dentro dessa mesma lógica, o programa de pesquisa do "subdesenvolvimento capitalista", ligados à concepção de capitalismo colonial (coerência interna), em defesa da revolução socialista enquanto alternativa capaz de instaurar a democracia e a soberania nacional (visão alternativa de desenvolvimento), superaria as concepções anteriores, exemplificadas nas teses de relações de produção feudalistas no Brasil e nas promessas de transformação estrutural que o desenvolvimentismo previa, por melhor se adaptarem às evidencias reais, ou seja, aquele contexto dos anos de 1960 em que se mantinha o subdesenvolvimento mesmo com intensificação da industrialização. Por sua vez, este modelo do "subdesenvolvimento capitalista" também seria superado com o desenvolvimento da teoria da dependência nos anos de 1970, na medida em que seus intelectuais (Fernando Henrique Cardoso, Francisco de Oliveira e Paul Singer) superaram as "teses catastrofistas" explicando a possibilidade de desenvolvimento capitalista nesses países periféricos, no entanto, dependente e associado ao capital estrangeiro.

Já discutimos em outros momentos como esta ideia de "superação positiva" é problemática para abordagens na história da ciência em geral e para a HPE em particular. No limite, programas de pesquisa são avaliados dentro de sua própria retórica e de seus constructos, não existindo um critério universal que possa julgá-los. Neste sentido, ter na "superação positiva" o motor da narrativa histórica acaba por revelar, no fim das contas, um ideal a ser buscado, pois, não havendo um critério que legitime esta superação, como indicar que um programa de pesquisa se torna superior a outro? Se torna superior na medida em que ele se aproxima do ideal a ser buscado (determinado a priori). Dentro dessa lógica, tensões derivadas do anacronismo histórico e preconceitos avaliativos de variadas ordens podem surgir. Talvez por isso Mantega (1985) tenha atribuído à Teoria da Dependência a característica de representar um "salto qualitativo do pensamento econômico brasileiro" e tenha, por outro lado, descompromissos com os intelectuais ligados à corrente (neo)liberal. Todavia, esses apontamentos não tiram os méritos do efetivo trabalho empreendido pelo autor, mas ajudam a esclarecer os critérios implícitos em sua proposta.

Como já mencionamos, a tese de doutorado de Ricardo Bielschowsky escrita em meados nos anos 80 e publicada no final da década como livro com o título "Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-1964)", constitui ao lado do trabalho de Mantega (1985) o marco da sistematização do PEB. No entanto, diferente deste último, o trabalho de Bielschowsky (2000) impressiona pela profundidade e abrangência de sua análise, além de avançar também sobre as questões metodológicas. É muito difícil encontrar um trabalho na literatura que trate do período abrangido pela sua obra que não tenha lhe referenciado. Sem dúvida é o trabalho mais ousado e completo entre seus pares. E este desafio era encarado pelo autor de maneira explícita, na medida em que se propunha preencher uma "série de lacunas" deixadas pela abrangente historiografia que tratou deste período clássico da história econômica brasileira. Descrevendo suas intenções, já no início de seu livro, escreve Bielschowsky (2000):

> Este trabalho consiste, essencialmente, numa reunião, sistematização e avaliação da extensa literatura econômica do período 1945-64, divulgada através de livros, revistas especializadas em economia e documentos governamentais que marcaram a época. Trata-se de um material que soma algumas dezenas de milhares de páginas, compondo um imenso desafio ao esforço de síntese, sobretudo quando se tem a pretensão de abrangência e clareza. (BIELSCHOWSKY, 2000, p.5)

As quase vinte páginas de referências bibliográficas nos fornecem a dimensão dessa ambição contida em seu projeto que, em síntese, se tratava de um estudo sobre a evolução das reflexões dos economistas e outros intelectuais inseridos de alguma forma naquele contexto ímpar da história econômica e social brasileira, marcado pelas transformações estruturais proporcionadas pelo processo de industrialização e urbanização, período este que se caracteriza pelas contradições, disputas e potencialidades, predicados inerentes à estes movimentos de transição, aliás, como já descrevemos anteriormente.

Ademais, uma questão se soma a este trabalho hercúleo de abrangência investigativa, a saber: definir uma metodologia que embasasse sua proposta de sistematização do PEB. Em outras palavras, como organizar coerentemente as contribuições do PEB entre 1930 a 1964? A coerência diz respeito, neste sentido, ao respeito e preservação das características do PEB do período, bem como, no critério de seleção que viria a ser utilizado para selecionar quais reflexões sobre a realidade econômica brasileira seriam consideradas em seu estudo. Neste sentido, inexistindo discussões pretéritas, Bielschowsky (2000, p.5) se viu obrigado a "amadurecer uma abordagem própria". Para nós, é neste momento que o estudo avança em relação ao trabalho de Mantega (1984).

Tomando como referência o trabalho clássico da área, nosso autor recorre aos conceitos teorizados por Schumpeter (1964), mas logo reconhece a necessidade de percorrer um caminho inverso àquele proposto pelo economista austríaco. Não faria sentido buscar uma "História da Análise Econômica" tendo em vista a produção de conhecimento econômico dos intelectuais brasileiros que refletiram sobre o período, pois além de escassa (pós-graduação só se consolidaria nos anos 70 e, ainda assim, não constituiria o centro nevrálgico das reflexões econômicas), essas teorizações se configuravam mais como desdobramentos da matriz cepalina, carecendo, portanto, de originalidade analítica. Como já indicamos, os debates econômicos giravam em torno da arena política e nas consequentes disputas pela orientação da política econômica. Reconhecendo esta característica, pondera o autor:

> Figura, portanto, como um alicerce para o entendimento de um debate não teórico, cujo conteúdo está historicamente determinado em seus mínimos detalhes. Por isso, a dimensão histórica do pensamento econômico, e não seu conteúdo analítico, transforma-se, necessariamente, na linha-mestra de nosso estudo. (BIELSCHOWSKY, 2000, p.6)

Não se tratava de negar a dimensão analítica das reflexões econômicas de nossos intelectuais, ela estaria presente de forma implícita nesta atividade, contudo, privilegiaria no seu estudo a dimensão histórica, entendida por Bielschowsky (2000) como uma espécie de fusão das categorias schumpeterianas de "história dos sistemas de economia política" e "história do pensamento econômico". Neste sentido, atribuiu ao "sistema desenvolvimentista" a categoria de princípio unificador normativo, ou seja, admitindo-o como conceito chave que organizaria sua análise. Em outras palavras, o desenvolvimentismo (tratado como HSEP nos termos de Schumpeter) seria o elemento capaz de aglutinar as reflexões que comporiam o pensamento econômico do período (marcado pelos debates públicos acerca das políticas econômicas, próximo à noção de HPE de Schumpeter). Este seria o "caso misto de Schumpeter", tomada como metodologia de sua investigação.

Entrando nas definições dos conceitos, por "desenvolvimentismo", considerava Bielschowsky (2000, p.7) a "ideologia de transformação da sociedade brasileira" expressa no projeto de industrialização, tendo a participação efetiva do Estado, seja planejando ou promovendo investimentos diretos, uma vez que as forças de mercado seriam incapazes de promover tal transformações. Em conjunto, essas seriam as estratégias para a superação do subdesenvolvimento. Ressalta-se nesta definição de desenvolvimentismo dois elementos: enquanto HSEP, as influências teóricas cepalinas e, enquanto HPE, as políticas desenvolvimentistas realizadas neste período.

Efetivamente, essa metodologia definida no trabalho de Bielschowsky, foi capaz de organizar o PEB no período de 1945-64 em correntes de pensamento, sistematizadas a partir desta noção de sistema desenvolvimentista. A primeira parte do livro trata exatamente de um mapeamento e descrição destas correntes do PEB, identificadas como "neoliberal", "desenvolvimentista" e "socialista", além do apêndice que trata do pensamento independente de Ignácio Rangel.

A corrente neoliberal, à direita do sistema desenvolvimentista, seria representada principalmente pelos economistas Eugênio Gudin, Otávio Gouvêa de Bulhões e Dênio Nogueira. Sofrendo influência da escola neoclássica, esses economistas eram críticos à intervenção do estado na economia e defendiam políticas liberalizantes, dando ênfase nas medidas ancoradas no equilíbrio fiscal e monetário e no combate à inflação.

A corrente desenvolvimentista, como a própria denominação sugere, expressaria em essência os princípios do desenvolvimentismo conceituado anteriormente. Todavia, no âmbito da política econômica, algumas divergências sobre sua orientação subdividiria seus participantes em três áreas: i) os desenvolvimentistas do setor público nacionalista, representados por Celso Furtado, Rômulo Almeida e Jesus Soares Pereira, defendiam a atuação planejada do Estado em prol da intensificação do processo de industrialização; eram favoráveis à reforma agrária; e consideravam a inflação como problema estrutural, exigindo políticas de desenvolvimento para seu combate; ii) já os desenvolvimentistas do setor público não nacionalista, encabeçados por Roberto Campos, Ary Torres e Lucas Lopes, defendiam uma participação parcial do Estado na economia através do planejamento econômico; concediam espaço para o capital estrangeiro na industrialização; e eram favoráveis à políticas estabilizadoras que combatessem a inflação; por fim, iii) os desenvolvimentistas do setor privado, liderados por Roberto Simonsen e João Paulo de Almeida Magalhães, defendiam, basicamente, que o Estado protegesse o capital industrial nacional dentro deste processo.

A corrente socialista, à esquerda do desenvolvimentismo, se articulava no PCB e no ISEB e era representada por Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr. e Alberto Passos Guimarães. Entravam no debate desenvolvimentista, inspirados no materialismo histórico, pois acreditavam que o desenvolvimento capitalista era uma fase necessária para viabilizar o projeto socialista.

Defendiam assim posições próximas ao desenvolvimentistas do setor público nacionalista na medida em que essas políticas tencionavam a dominação imperialista e com o latifúndio.

Por fim apresentava-se o pensamento de Ignácio Rangel, tratado como um independente, visto que no campo político se aproximava dos desenvolvimentistas nacionalistas do setor público, mas a partir de suas reflexões originais sobre a dualidade estrutural da economia brasileira, o colocavam em um patamar superior, neste sentido.

Descrita estas correntes do PEB, faltava-lhe dar movimento em sua narrativa, ou seja, colocar essa sistematização estática dentro do movimento da história e tal empreitada é realizada na segunda parte do livro. Baseado em uma periodização que fosse capaz de captar o movimento das ideias, Bielschowsky (2000, p.8) utiliza o conceito de ciclo ideológico do desenvolvimentismo, visando "(...) explicar o significado histórico do pensamento econômico brasileiro em suas ligações com o movimento da própria história brasileira.". Identificava assim seu período de nascimento (1930-45), maturação (1945-55), auge (1955-60) e crise (1960-64). Este recurso metodológico, se por um lado, possui uma vantagem didática ao estabelecer parâmetros precisos para a progressão das ideias, ao estabelecer a noção de gênese, auge e declínio, por outro, deve se ater a critérios precisos para a definição da passagem de uma etapa para outra (se políticos, se econômicos, etc.), podendo cair em contradições nesta periodização.[130]

No agregado, acreditamos que o trabalho de Bielchowisky (2000), ainda que parta dos conceitos de Schumpeter (1964), consegue superar os limites da metodologia ortodoxa ao não realizar uma cisão positivista entre pensamento e análise. Pelo contrário, concordamos com interpretação de Borja (2013, p.33-34), que considera que a sistematização empreendida por Bielchowisky, "(...) acaba por realizar uma análise materialista do pensamento econômico brasileiro, conectando as questões teóricas com a conjuntura histórica e as disputas políticas em meio as quais se desenvolveram.".

[130] Bielchowsky e Mussi (2005), reafirmando o método de análise descrito a pouco alongam a periodização original do trabalho de 1988, definindo o período de 1930-64 como "ciclo original", sendo interrompido pelo golpe de 64, iniciando um segundo ciclo, definido como "ciclo desenvolvimentista no regime autoritário" que se estenderia até 1980, na medida em que a partir deste momento até os dias de hoje, o debate desenvolvimentista perderia a hegemonia dando lugar as análises mais conjunturais ligadas a "era da instabilidade macroeconômica inibidora". Malta et all. (2011) levanta importantes questionamentos sobre os marcos dessa periodização, indicando como este segundo ciclo, olhado pela perspectiva econômica, se estenderia até 1989, marco da implementação do neoliberalismo no Brasil. Ao que parece, os autores cometeram uma ambiguidade ao basearem seu sistema analítico nas questões econômicas, mas definiram o recorte político para a nova periodização.

Chegamos assim ao final da descrição destes dois trabalhos que, empreendidos sob diferentes aportes metodológicos, consolidaram-se como referências clássicas da historiografia do pensamento econômico brasileiro. A influência exercida pelos dois trabalhos foi tão grande que a próxima obra a se aventurar por este campo guardaria uma distância temporal de quase vinte anos em relação aos trabalhos clássicos. Refiro-me ao livro organizado por Biderman, Cozac e Rego, "Conversas com economistas brasileiros" publicado em 1996. Fruto de um trabalho coletivo empreendido por professores da FGV, este livro nos chama a atenção por empreender uma metodologia alternativa à utilizada pelos clássicos para apreensão do pensamento econômico brasileiro. Passemos a situá-lo.

Na verdade, antes de entrarmos especificamente nos temas discutidos no livro, podemos buscar o sentido deste projeto muito antes de sua efetiva publicação. Primeiramente, de modo mais geral, é sabido que a FGV acumularia um amplo conhecimento no campo de pesquisa da história oral, sobretudo, através das atividades desenvolvidas no âmbito do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Por outro lado, e mais especificamente, Pérsio Arida, acompanhando o estado da arte do programa da retórica da economia, publicaria no início dos anos 80 o texto para discussão "A história do pensamento econômico como teoria e retórica". Além de representar uma grande referência para metodologia da economia e da HPE, este texto inspirou uma série de publicações no campo da retórica, sobretudo na FGV, instituição que consolidaria os estudos deste programa de pesquisa.[131]

Sem dúvida, "Conversas com economistas brasileiros" representa uma contribuição dentro deste projeto maior. O livro, reconhecidamente inspirado na obra "Conversations with Economists" de Arjo Klamer publicado na década anterior, consiste na sistematização de entrevistas realizada pelos organizadores com economistas brasileiros de reconhecido prestígio entre seus pares, entendido no sentido da: relevância na contribuição acadêmica ou para o ensino de Economia, experiência burocrática no setor público e participação no atual debate econômico. Buscava-se, através de uma fonte alternativa à história escrita, compreender algumas questões fundamentais sobre como a ciência econômica e seu método eram concebidas e praticadas por esses

[131] Um marco neste sentido pode ser atribuído para o livro organizado por José Márcio Rego "Retórica na economia", publicado em 1996. Uma série de dissertações e teses defendidas na FGV teria no programa de pesquisa da retórica sua metodologia de investigação, como por exemplo, a dissertação de Flávio Calife, orientada por Rego e intitulada "Duas escolas em confronto: A visão de Luiz Gonzaga Belluzzo e Gustavo Franco em relação à inserção externa do Brasil nos anos 90", defendida em 2000.

expoentes da profissão, além de tomar conhecimento sobre algo da vida, obra e das idiossincrasias destes intelectuais. Destarte, uma questão inicial se impunha aos organizadores: escolher uma amostra de economistas que representasse a diversidade de orientações presentes no pensamento econômico brasileiro. Superada essa fase, organizava-se as entrevistas sob uma estrutura lógica comum, através de perguntas que pudessem captar as influências teóricas formativas e os instrumentais metodológicos utilizadas em suas análises, concentrando esses questionamentos em dois campos básicos: inflação e desenvolvimento.

Nesta primeira edição, foram escolhidos treze economistas a serem entrevistados, a saber: Roberto Campos e Celso Furtado (representando a geração de economistas que se formaram no exterior e atuaram em agências governamentais); Delfim Neto, Conceição Tavares, Bresser Pereira e Henrique Simonsen (representando a geração que se formaram no Brasil e organizaram as primeiras pós-graduações na área); Pastore, Belluzzo e Bacha (representando a geração de alunos dos centros criados); e Lara Resende, Arida, Batista Jr. e Gianetti da Fonseca (representando a nova geração pós-graduada no exterior).

No agregado o livro traz um rico relato comparado que cumpre bem o objetivo de descrever as controvérsias e embates entre as concepções desses economistas no tocante ao tema do desenvolvimento econômico e inflação, fornecendo no fim, uma espécie de "(...) radiografia, não só do processo de formação da profissão no Brasil na segunda metade do século XX, como, também, da situação em que se encontra, hoje, a profissão no país." (BIDERMAN et all. 1996, p.8).

Não fornecendo uma conclusão definitiva acerca dessa radiografia, no sentido de apreciar criticamente o posicionamento dos entrevistados, o conjunto de relatos entregues nesta publicação corrobora com as teses do programa da retórica, na medida em que a resolução das controvérsias no campo econômico não pode ser solucionada com vista na superação positiva. Pelo contrário, inexistem testes inequívocos e essas controvérsias misturam-se, destarte, com questões políticas e vaidades pessoais, revelando como a retórica é um elemento central nesses embates. É o que concluem os autores após um balanço comparativo dos relatos. Na avaliação dos autores: "(...) da leitura das entrevistas pode-se destacar que as controvérsias teóricas são apenas uma faceta de uma controvérsia mais ampla, que abarca a esfera política. Verificou-se que fatores políticos

influenciam fortemente a divisão de grupos no debate econômico sem, obrigatoriamente, uma contrapartida metodológica." (BIDERMAN et all.,2000, p.419).

Para nossos propósitos esta obra se insere no campo da sistematização da HPEB na medida em que pensamento econômico pode ser admitido como sendo o que os economistas pensam. E, neste sentido, o campo da retórica tem bastante a contribuir, evidenciando como uma metodologia alternativa para a apreensão do PEB.

Por fim, chegamos ao quarto e último projeto que realizou um esforço global de sistematização do PEB. Trata-se do livro "Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro" organizado por Maria Malta e publicado em 2011. Assim como a referência abordada anteriormente, na verdade, esta publicação incorpora-se a um projeto maior ligado ao Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (LEMA)/UFRJ, responsável por aglutinar vários pesquisadores brasileiros, formando uma massa crítica em torno dos temas ligados à abordagem marxista.

Este livro, lançado no contexto de retomada das discussões em torno do desenvolvimento, tanto no âmbito político como no acadêmico, buscou a partir das bases consolidadas pela bibliografia clássica elencar novas questões para se apreender o PEB produzido entre 1964 e 1989. A referência às bases clássicas se faz na identificação da noção de desenvolvimento enquanto corte conceitual capaz de organizar as reflexões e o debate econômico do período posterior a 64, assim como identificado em Bielschowsky e Mussi (2005). Todavia, a forma de sistematização e periodização proposta pelo trabalho da economista defeririia radicalmente deste último. Para compreender o teor das divergências de seu projeto, Malta et all. (2011) retoma as discussões metodológicas da chamada "HPE crítica", composta pelos trabalhos de Rubin, Dobb e Marx ("Teorias da mais-valia") na área.

Já ressaltamos em outro momento os aspectos divergentes que esta abordagem possuí em relação à corrente ortodoxa. No entanto, vale ressaltar que esses trabalhos críticos se ligam pela concepção do materialismo histórico dialético em contraponto ao idealismo hegeliano.[132] Neste

[132] Comentando em outro espaço sobre essa mesma questão, escreve Malta e Castelo (2012): "O interesse de Marx era ir além do ponto de entender como as ideias econômicas se desenvolvem a partir de sua própria lógica interna. Ele quis conhecer os processos pelos quais certas formulações teóricas foram sendo criadas em ambientes sociais específicos. Concebia o conhecimento científico como um tipo de produto social, e rendeu-se à importância de considerar os espaços concretos que organizavam este conhecimento." (MALTA; CASTELO, 2012, p.6). Neste mesmo sentido, esclarece Borja (2013): "Esta autonomia [relativa da ciência], no entanto, nunca poderia ser absoluta (...) O momento

sentido, uma síntese dessas posturas críticas pode ser identificada pela autora na "noção de ruptura teórica", ou seja, na consideração de que o pensamento econômico se move sob disputa de diferentes visões de mundo, expressando, doravante, concepções analíticas também diversas sobre o funcionamento dos sistemas econômicos. Assim, "Há na HPE rupturas brutais entre os métodos de análise teórica que se sucedem no tempo. Tais rupturas não implicam qualquer superação em termos lógicos." (MALTA et all., 2011, p.33). Tendo isso em vista é que se pode afirmar, segundo a autora, que a HPE se estabelece enquanto uma história das controvérsias. Sintetizando essa constatação, clareia Borja (2013):

> (...)o estudo da história do pensamento através do materialismo histórico implica a percepção das disputas políticas e das diferentes visões de mundo por trás das posturas teóricas que se contrapõem em cada controvérsia específica. Suscitadas a partir de uma problemática concreta em seu contexto histórico particular, as controvérsias, no seu desenvolvimento, permitem captar a historicidade e a processualidade de determinado pensamento. Isto é, o processo histórico de formação do pensamento, expresso na obra do autor, com suas fontes, suas inflexões e suas sínteses próprias ao longo do tempo – sem tomá-lo como algo fechado e acabado, impassível de mudança. (BORJA, 2013, p.26)

Seria a partir dessas considerações metodológicas que a autora inovaria na sistematização da HPEB pós 1964, atribuindo as controvérsias o elemento aglutinador de sua análise. Especificamente no livro, seriam abordadas as seguintes controvérsias: i) inserção de Celso Furtado na controvérsia internacional; ii) controvérsia sobre o modus operandi do regime civil-militar; iii) controvérsia sobre a tendência à estagnação; iv) o debate distributivo no milagre econômico; v) controvérsia sobre o padrão de acumulação; vi) controvérsia sobre a revolução brasileira. Em síntese, a partir deste quadro, esperava-se cobrir, nas palavras dos autores:

> (...) a essência dos 'sistemas de economia política' e da 'análise econômica' que estavam em disputa na constituição do pensamento econômico brasileiro, tendo como norte a questão do desenvolvimento. Tais subtemas, então, nos auxiliam a identificar os principais grupos participantes do debate e nos possibilitam avaliar quais eram seus referenciais analíticos na construção de sua produção intelectual. (MALTA et all., 2011, p.44)

No agregado, assentada na contribuição marxista, a metodologia de sistematização do PEB através do eixo das controvérsias vem a se somar com aquelas referências clássicas, problematizando alguns de seus aspectos e fornecendo alternativas de abordagens. Pragmaticamente se apresenta como um trabalho mais factível, visto que depois dos anos de 1970, presencia-se um crescimento vertiginoso dos espaços para a publicação das reflexões econômicas,

---

subjetivo é ineliminável da produção científica, em especial quando se trata de uma ciência humana ou social. Ao se deparar com a sociedade como objeto de estudo, o pesquisador simplesmente não pode se excluir para observá-la de fora. Ou seja, estará sempre, e impreterivelmente, imerso na realidade social que estuda." (BORJA, 2013, p.21)

tornando quase impossível replicar os intuitos de Bielschowsky para o período pós golpe de 1964. Por outro lado, a questão a se ponderar, consiste na evidenciação dos critérios que tornaram possíveis captar determinadas controvérsias teóricas do período. Se a organização conceitual é dada pelo desenvolvimento e se a periodização se estende até os anos de 1989, observa-se, a partir dos temas tratados no livro, uma concentração temporal nas análises dos anos 70 (até mesmo remetendo debates dos anos 50 e 60). As questões da década de 80 quase não aparecem nas controvérsias listadas. (SAES; SAES, 2016).

Finalmente, traçado este balanço historiográfico, buscaremos tecer alguns breves apontamentos metodológicos que possam levantar algumas hipóteses de trabalho para essa agenda de pesquisa. Evidenciamos a amplitude desses projetos e, neste sentido, ressaltamos as evidentes limitações de nossa análise. Na verdade, gostaríamos de recuperar alguns apontamentos metodológicos desenvolvidos no âmbito da agenda da DIPE e pensar algumas questões relativas ao PEB à luz dessas discussões.

Em primeiro lugar, sendo a difusão internacional das ideias econômicas um possível eixo capaz de sistematizar o pensamento econômico nacional, adaptação e originalidade passam a ser os conceitos chaves que devam pautar o corte conceitual organizativo escolhido. Estes elementos que darão o tom da narrativa histórica.

Neste sentido, pragmaticamente, três dimensões devem estar articuladas na análise: primeiramente, deve-se constatar qual o estado da arte da ciência econômica (tanto a nível mundial quanto nacional); em segundo lugar, analisa-se os meios práticos de contatos e interação entre esses elos, ou seja, investiga-se o meio de transmissão do conhecimento econômico, identificando como as instituições de ensino admitiam e reproduziam determinadas influências teóricas, como se dava o contato com determinadas teorias a partir de investigação das publicações especializadas, traduções, seminários, cursos de especialização ministrado por instituições internacionais, etc.; por fim, e mais importante, empreende-se o trabalho efetivo de interpretação do pensamento econômico produzido, enfatizando em que medida a apropriação realizada nas reflexões se caracteriza, se pela seletividade, parcialidade ou sincretismo. Esta agenda inspirada em Saes e Saes (2015) indica caminhos a serem explorados pela historiografia do PEB.

Complementarmente, Cardoso (1997) nos fornece também um abrangente programa de pesquisa a ser empreendido pela historiografia, cobrindo, sobretudo os seguintes pontos:

> (i) Avaliar os níveis de compreensão, familiarização e deturpação nos países importadores dos conceitos, princípios e relações teóricas desenvolvidas no núcleo; (ii) Analisar os processos de recepção, assimilação, adaptação e apropriação social do discurso econômico produzido no exterior, levando em consideração as especificidades sociais e econômicas do país receptor; (iii) Estudar os mecanismos institucionais e técnicos para a divulgação e acesso ao discurso econômico (quantidade e qualidade das traduções, taxas de circulação e leitura de bibliografia nacional e estrangeira, facilidade ou não acesso a revistas relevantes; domínio das línguas estrangeiras; condições para o estabelecimento de contatos internacionais; adaptações linguísticas, etc.); (iv) Análise das condições de produção e divulgação de conhecimentos e práticas econômicas; (V) Estudar os processos de formação e enriquecimento gradual de uma tradição (ou várias tradições) do pensamento econômico e explicar suas repercussões ao longo do tempo. (CARDOSO, 1997, p.226-227)

Cada um desses pontos evidenciados nos indicam caminhos factíveis para a abordagem pela HPEB. Retomar aquela nossa discussão anterior sobre a evolução da ciência econômica no Brasil (realizada no item 2.3.1) à luz dessas hipóteses de trabalho representa para nós um encaminhamento para pesquisas futuras.

Por fim, cabe destacar um recente trabalho (publicado no meio da escrita desta dissertação) que se expressa como um exemplo de sistematização do pensamento econômico com base nesses aspectos metodológicos. Trata-se do livro organizado por Cunha e Supriniack "The Political Economy of Latin American Independence" publicado em 2017. Tendo como objeto o pensamento econômico latino americano, esses autores, de antemão trataram de problematizar as narrativas tradicionais, que identificavam a criação da Cepal no pós-guerra como marco exclusivo de referência para o estudo do pensamento econômico na América Latina, marginalizando objetos e períodos anteriores a este marco, visto que consideravam suas reflexões como mera transposição doutrinal de ideias. América Latina até então, para essa historiografia tradicional, se caracterizava como um receptáculo passivo de teorias pensadas em outros espaços e, portanto, o interesse nas reflexões produzidas nesta região se legitimaria a partir do momento em que seus intelectuais passaram a questionar a validade desta transposição doutrinal, colocando as especificidades inerentes ao desenvolvimento latino americano no centro das reflexões. Evidente que a Cepal constitui uma matriz de reflexão responsável por criar um pensamento econômico original nas periferias do capitalismo, mas partindo de uma referência teórica que enfatiza outros aspectos, outros objetos ganham a cena, como por exemplo a Economia Política da Independência Latino Americana no século XIX.

Relacionando os movimentos que culminaram na independência de vários países latino americanos no século XIX, em suas dimensões mais complexas, que se articulam em torno das esferas da emancipação, (in)dependência e economia política, a narrativa que volta-se ao receptor

no processo da DIPE revela que “Longe de ser derivada ou meramente reflexiva, essa economia política da independência latino-americana tem tanta reivindicação quanto à originalidade doutrinária como qualquer uma de suas contrapartidas mais prestigiosas.” (CUNHA; SUPRINIACK, 2017, p.3). De fato, as grandes transformações políticas e econômicas do período, bem como o encaminhamento de seus dilemas históricos merecem maiores esforços interpretativos, sobretudo no âmbito da HPE, como indicam os autores, problematizando aquela vertente ortodoxa:

> Dado que a apropriação de ideias econômicas na América Latina tem sido tipicamente entrelaçada com considerações de política econômica e ideologia, seria um exercício fútil julgar as variantes da economia política desenvolvidas na região com base em sua consistência doutrinária. Os atos de apropriação intelectual, por sua própria natureza, muitas vezes implicam uma seleção de elementos específicos encontrados na doutrina original que podem servir os propósitos particulares; uma adaptação dos elementos que não se traduzem facilmente de um contexto sócio histórico para outro; e uma extensão do campo de aplicação da doutrina para incluir problemas e fenômenos que não faziam parte de sua intenção original. É na concordância desses três processos - seleção, adaptação e extensão - que se verificará a verdadeira originalidade da economia política latino-americana. (CUNHA; SUPRINIACK, 2017, p.15)

Tratava-se de buscar o movimento maior por trás deste processo, não se pretendo às especificidades de cada país, de forma a compreender as características peculiares que caracterizariam o pensamento econômico latino-americano. Neste sentido, buscava-se, por exemplo, entender como se deu a incorporação das ideias liberais na América Latina, na medida em que se revogava o exclusivo metropolitano “abrindo os portos” ao mesmo tempo em que se relutava em abolir a escravidão, ou ainda, na medida em que as nações se emancipavam politicamente mantendo a dependência econômico em relação aos países centrais. Enfim, fica evidente como esses problemas do passado iluminam grandes questões ainda presente em nossa história e, neste sentido, levantar os debates latino americano sobre a economia política da independência é de sua importância para compreensão das marcas nascentes do pensamento econômico que aqui seria gestado.

De forma a organizar as contribuições que estariam presentes em seu trabalho, os autores criaram tipologias que articulavam o pensamento econômico latino americano, a saber: liberalismo, nacionalismo e desenvolvimentismo. Liberalismo conservador, identidade nacional e subdesenvolvimento de fato são temas que marcaram muitas das reflexões características do pensamento econômico genuinamente latino-americano e o mérito do trabalho de Cunha e

Supriniack (2017) reflete-se em muito na forma de captação desta problemática, articulando as ideias da DIPE ao contexto específico da América Latina.

CONCLUSÃO

Definimos os contornos que para nós refletem a atual crise da teoria econômica, ficando com a inquietação: não estaria no momento de fazermos uma reflexão sobre os custos envolvidos na admissão acrítica desta teoria hegemônica de pretensa utilização universal? Enquanto periferia do sistema, ou seja, enquanto sociedade que clama por encaminhamento de seus dilemas históricos, já não passou da hora dos economistas saírem do "mundo de jogos puzzles" e abrirem os olhos para o mundo real? Abrirem os olhos para a atual realidade latino-americana, em que a necessidade de debater os temas relacionados à (ao) austeridade fiscal, desigualdade social, reformas estruturais, desindustrialização, projeto nacional, são tão evidentes e urgentes. Já comentamos como as estruturas são responsáveis pela reprodução de "tecnocratas" e "religiosos",[133] que se apresentam no debate público como portadores de um instrumental científico, rigoroso e objetivo (tingido de monopólio do conhecimento) capaz de orientar (por muitas vezes para eles "consertar") os rumos da nação. Naturalmente, são os próprios economistas que possuem elementos formativos para questionar e responder essas inquietações, desde que essas se configurem como tal. Daí a centralidade de nosso argumento: a necessidade de aprofundamento na agenda de pesquisa em HPE no geral e em sua perspectiva nacional em particular.

Enfim, os problemas são para nós alarmantes e a necessidade de reconhecimento da crise teórica da ciência econômica é o passo inicial para uma profunda e urgente reflexão sobre os pilares mais elementares desta ciência. Esta afirmação, como vimos, ganha força pela constatação legítima de práticas pluralistas na ciência e embasamento a partir do momento que atestamos movimentos parecidos no próprio campo da filosofia da ciência. Por outro lado, esta afirmação também não é nova, visto que nos anos de 1980 essas questões faziam parte de um grande debate intelectual, abrindo espaço para reformas do ensino de economia no Brasil, por exemplo. De lá para cá presenciamos algumas dessas, contudo a realidade se expressa ainda mais problemática a partir dos desdobramentos da crise de 2008, reforçando a urgência de aprofundamento nas questões que estamos propondo discutir.

---

[133] Termo faz alusão aos utilizados em Meller (1991), para esse autor uma das consequências da crise teórica reinante na atualidade era a formação de "bárbaros ilustrados" e "fanáticos religiosos". Os primeiros se autorizavam a intervir na realidade (inclusive via imperialismo econômico), já os segundos, afastados de uma postura minimamente crítica, seriam os repetidores das frases de efeito contidas nos manuais neoclássicos.

Pretendemos a partir desta dissertação recuperar a potencialidade da HPE visando contribuir com a dinâmica do progresso científico na ciência econômica, para tanto, reconhecê-la em uma perspectiva multidimensional se faz necessário. Mais do que um acúmulo progressivo de conhecimento, a HPE deve seguir um método que encare o conhecimento histórico não como reflexo exato, isento de fatores subjetivos dos temas do passado, mas como uma totalidade orgânica em que sujeito e objeto da história se definem por sua interdependência, portanto, espaço e tempo se apresentam em sua complementariedade.

Em síntese, em tempos de crise, devemos retomar a potencialidade da história de um modo geral, na medida em que esta disciplina de viés eminentemente crítico deixe de ser um mero instrumento de curiosidade intelectual e passe a ser a própria matéria do pensamento, um movimento em que a história passe a compor, como nos conselhos de Ganem (2012), o "espírito dos currículos" da ciência econômica, pois somente assim conceberemos uma história crítica (e necessária) do pensamento econômico capaz de deslocar nossas atenções para os problemas relevantes, bem como munir nossa imaginação com alternativas para o futuro. Neste sentido, admiti-la em uma perspectiva plural, capaz de proporcionar espaço para abordagens relacionadas à HPE nacionais enriquece as alternativas e encaminhamentos para esses novos caminhos.

Ademais, ressalta-se, para nós, que a potencialidade de pensarmos a HPE enquanto alternativa para encaminhamento da atual crise, deriva em primeiro lugar de seu caráter esclarecedor, ou seja, na medida em que é a disciplina responsável por tornar factível reflexões de cunho filosófico-metodológico do tipo que estamos propondo neste capítulo (crise, conexões com a filosofia da ciência, pluralismo metodológico); em segundo lugar, enquanto arqueologia do saber econômico e por sua natureza cética, a HPE nos indica os projetos que estavam em disputa ao longo da evolução de sua ciência, clareando debates e alternativas que nos fazem questionar as teoria que se apresentam como portadoras de uma verdade objetiva e universal, bem como evidenciar pontos de conexão com o debate atual; em terceiro, e mais importante, dado seu viés propositivo, a HPE sobretudo em sua vertente da HPE nacionais, elencará as questões relevantes que devem pautar o trabalho dos economistas, propondo agendas de pesquisa que refletem os problemas históricos escamoteados no passado que assombram na maioria das vezes o presente. Não obstante, portanto, por ter em sua essência a vinculação teoria e realidade concreta, as HPE nacionais se apresentam efetivamente como alternativa para encaminhamento da crise.

Lembremo-nos do grande ensinamento deixado por Cardoso (2011, p.15): “(...) A verdadeira razão de ser destas [histórias nacionais] reside na possibilidade de poderem servir propósitos de compreensão e transformação das sociedades – bem localizadas no tempo e espaço – que as requesitam e exigem.”. É através deste último aspecto mencionado que propomos avançar no debate da historiografia do pensamento econômico brasileiro a partir das considerações trazidas nesta dissertação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMODOVAR, A. **A institucionalização da Economia Política Clássica em Portugal**. Editora Afrontamento: Lisboa, 1995.

ALMODOVAR, A; CARDOSO, J. L. **A History of Portuguese Economic Thought**. London and New York: Routledge, 1998.

ANDRADE, J. S. **Algumas observações sobre a metodologia da economia**. In: CONGRESSO DOS ECONOMISTAS DA LÍNGUA PORTUGUESA, 3., 1998, Macau. Anais: Macau: [s. n.], 1998.

ARIDA, P. **A história do pensamento econômico como teoria e retórica**. In: REGO, J. M. (Org.). Retórica na economia. São Paulo: Editora 34, 1996, p. 11-46, 1996.

BASTIEN, C; CARDOSO, J. L. **Structuralism and development economics in the European semi-periphery: the case of Portugal**. Notas Económicas, n. 17, p. 36-51, 2003.

BARBIERI, F; FEIJÓ, R. L. **Metodologia do pensamento econômico: o modo de fazer ciência dos economistas**. São Paulo, SP: Atlas, 2013.

BARBOSA, N. et al. **Indeterminismo e a Metodologia da Economia Positiva: uma abordagem com base na indeterminação de Senior**. Revista Brasileira de Economia, v.42, n.2, 1994.

BARREIROS, D. P. **Historiografia do Pensamento Econômico Brasileiro: o CEBRAP e seus limites**. Revista Intellectus: Rio de Janeiro, v.7, n.2, 2008.

BACKHOUSE, R. **New Directions in Economic Methodology**. Routledge, Londres e Nova York, 1994.

BACKHOUSE, R. **Explorations economic methodology: from Lakatos to empirical philosophy of Science**. Routledge, 1998.

BERNÍ, D. **Notas sobre as ambiguidades no entendimento da economia**. Revista ensaios FEE, v.6, n.2, 1985.

BIANCHI, A. M. **A pré-historia da economia: De Maquiavel a Adam Smith**. São Paulo, SP: Hucitec, 1988.

BIANCHI, A. M. **Muitos métodos é o método: a respeito do pluralismo**. Revista de Economia Política. n.2, jun, 1992.

BIANCHI, A. M. **Are Brazilian economists different?** Revista Brasileira de Economia, v. 52, n. July 1996, p. 427–439, 1998.

BIANCHI, A. M. **Reflexões sobre o Passado e Especulações sobre o Futuro da Metodologia Econômica**. Revista Economia: Brasília, v.11, n.4, 2010.

BIANCHI, A. M. **Sobre a matematização da Economia**. Revista Leituras de Economia Política, v.21, p.75-89, 2013.

BIANCHI, A. M; FLHO, G. A. **Economistas de avental branco: uma defesa do método experimental na economia**. Revista Economia Contemporânea, v.5, n.2, 2001.

BIDERMAN, C. et all. **Conversas com economistas brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 1996.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Ipea, 1988. [2. ed. revista: Contraponto, 2000].

BIELSCHOWSKY, R.; MUSSI, C. **O pensamento desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005**. In: Seminário Brasil-Chile: uma mirada hacia América latina y sus perspectivas. Santiago de Chile, jul. 2005.

BLAUG, M. **Historia do Pensamento Economico**. Lisboa: Dom Quixote, 1989. 2v.

BLAUG, M. **Why i am not a constructivist: confessions of an unrepentant popperian**. In: BACKHOUSE, R. (org.). New Directions in Economic Methodology. London: Routledge, 1994.

BLAUG, M. **Metodologia da economia ou como os economistas explicam**. 2. ed. São Paulo, SP: Editora da USP, 1999.

BLAUG, M. **No History of Ideas, Please, We're Economists**. The Journal of Economic Perspectives, Vol. 15, No. 1, 2001.

BORJA, B. **A formação da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado**. 2013. Tese de Doutoramento – Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Interpretações sobre o Brasil**. In: LOUREIRO, Maria Rita (org.). 50 anos de Ciência Econômica no Brasil (1946-1996): pensamento, instituições, depoimentos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **A verdade e Seus Objetos**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, Departamento de Economia, Texto para Discussão, março de 2008. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br>. Acesso em: 07/11/2016.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Os dois métodos e o núcleo duro da teoria econômica, Revista de Economia Política**, v. 29, n. 114, p. 163–190, 2009.

CALDWELL, B. **Beyond positivism: economic methodology in the twentieth century**. London: G. Allen and UnWin,1982.

CALDWELL, B. **Of Positivism and the History of Economic Thought**. Southern Economic Jornal, 79:753-767, 2012.

CARDOSO, J. L. **O pensamento econômico em Portugal nos finais do século XVIII (1780-1808)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

CARDOSO, J. L. **Teaching the History of Economic Thought**. European Journal of the History of Economic Thought. 2: 1, pp. 197-214, 1995.

CARDOSO, J. L. **Pensar a Economia em Portugal: digressões históricas**. São Paulo: Difel, 1997.

CARDOSO, J. L. **The international diffusion of economic thought**. In: SAMUELS, Warren; BIDDLE, Jeff; DAVIS, John (Eds.). A companion to the history of economic thought. Oxford and New York: Blackwell, p. 622-633, 2003.

CARDOSO, J. L. **Reflexões periféricas sobre a difusão internacional do pensamento econômico**. Nova Economia. vol.19 no.2, Belo Horizonte Mai/Set., 2009.

CARDOSO, J. L. **História do Pensamento Econômico Português. Temas e problemas**. Lisboa: Livros Horizonte, 2011.

CARDOSO, J. L. **Circulating economic ideas: Adaptation, appropriation, translation**. In: Cunha, A.; Suprinyak, C. (eds.) The Political Economy of Latin American Independence. London and New York, Routledge, pp. 32-40, 2017.

CARVALHO, F. C. **Agricultura e questão agrária no pensamento econômico brasileiro, (1950-1970)**. Dissertação (Mestrado) – Unicamp/IFCH, Campinas, 1978.

CAVALCANTE, C. M. **Filosofia da ciência e metodologia econômica: do positivismo lógico ao realismo crítico**. Texto para discussão, n. 210, Universidade Federal Fluminense, 2007.

CAVALIERI, M. A. R. **Como os economistas discordam: um ensaio metodológico sobre o "contexto da descoberta" em economia**. Revista Estudo de Economia, n.37, jun, 2007.

CAVALIERI, M. A. R. **Sobre os porquês do pluralismo em Economia: aproximações de uma alternativa historicista**. Revista Pesquisa & Debate, v. 20, n. 1, p. 165-187, 2009.

CHALMERS, A. **O que é ciência afinal?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

CHALMERS, A. **A fabricação da ciência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

COATS, A. W. B (Ed.). **The development of economics in Western Europe since 1945**. London and New York: Routledge, 2000.

COLANDER, D. C.; COATS, A. W. B. **The spread of economic ideas**. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 1989.

COLANDER, D. et all. **The changing face of mainstream economics**. Review of Political Economy, 16, 2004.

CORAZZA, G. **Ciência e método na história do pensamento econômico**. Revista de Economia, v.35, n.2, p. 107-135, 2009.

CORAZZA, G.; MARTINELLI JUNIOR, O. **Agricultura e questão agrária na história do pensamento econômico**. In: Teorias da Evidência Econômica, Passo Fundo, v.10, n.19, p.09-36, novembro de 2002.

COSENTINO, D. do V. **Formação do Pensamento Econômico Brasileiro no século XIX**. Tese de doutorado apresentada no programa de Pós-Graduação em História Economia FFLCH/USP, 2016.

COSENTINO, D.; GAMBI, T.; SILVA, R. **Adaptação e originalidade na construção de um pensamento econômico nacional**. In: XVIII Encontro Nacional de Economia Política, 2013, Belo Horizonte. Anais XVIII Encontro Nacional de Economia Política, 2013.

COSTA, A. M. A **Economia: uma ciência sem fronteira**. In: BIANCHI (org). Questões de método na economia. São Paulo: FIPE, 1986.

COUTINHO, M. **Antônio Maria da Fonseca e os grandes economistas**. Revista Econômica, Rio de Janeiro, n. 1, v. 9, p. 169-184, 2007.

CUNHA, A.; SUPRINYAK, C. (eds.). **The Political Economy of Latin American Independence.** London and New York, Routledge, 2017.

DASGUPTA, A. **A history of Indian economic thought**. London and New York: Routledge, 1993.

DAVIS, J. B. **The turn in recent economics and return of orthodoxy**. Cambridge Journal of Economics, 32:349–366, 2008.

DEANE, P. **The evolution of economic ideas**. Cambridge, 1978.

DELMAS, B., STEINER, P. **La diffusion internationale de la physiocratie (XVIIIe–XIXe)**. Grenoble: Presses universitaires, 1995.

DEQUECH, D. **Neoclassical, mainstream, orthodox and heterodox economics**. Journal Post Keynesian Economics. Vol 30 (2), 279-302, 2008.

DOBB, M. **Teorias do valor e distribuição desde Adam Smith**. Lisboa: Editorial Presença; Martins Fontes, 1976.

DORFMAN, J. **The role of the German Historical School in American economic thought**. American Economic Review, v. 45, n. 2, p. 17-28, 1955.

DOW, S. **Beyond dualismo**. Cambridge Jornal of Economics, v.14: 143-157, 1989.

DOW, S. **Economic Thought: History, Philosophy, and Methodology**. World Economics Association Newsletter, v.6, n.2, 2016.

DRAIBE, S. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil 1930-60**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

EARP, F. S. **Um pouco além de Thomas Khun**. Revista de Economia Política, v. 16, n. 1 (61), p. 57–69, 1996.

EKERMAN, R. **A comunidade de economistas do Brasil: dos anos 50 aos dias de hoje**. Revista Brasileira de Economia, vol. 43, n° 2, abril junho, 1989.

FEIJÓ, R. **Repensando a Revolução Marginalista: uma Síntese da Recente Crítica Historiográfica às Interpretações do Período**. Análise Econômica (UFRGS). v. 16, n. 30, p. 23-46, 1998.

FEYERABEND, P. **Against Method: Outline of an Anarchistic Theory of Knowledge**. Londres: New Left Books, 1975.

FERNÁNDEZ, R. **A metodologia como argumento para uma economia pluralista**. Anais do Encontro Nacional de Economia Política, Florianópolis, 2014.

FINE, B. **Economics Imperialism and Intellectual Progress: The Present as History of Economic Thought?** History of Economics Review, v.32, p. 10-36, 2000.

FONSECA, P. C. D. **O método em economia: uma perspectiva histórica**. In: REGO, J. M. (org.). Revisão da crise: metodologia e retórica na história do pensamento econômico. São Paulo: Bienal, 1991.

FONSECA, P. C. D. **O método como tema: controvérsias filosóficas, discussões econômicas**. In: CORAZZA, G. (org). Métodos da Ciência Econômica. Porto Alegre: UFRGS, p. 17-34, 2003.

FRIEDMAN, M. **A metodologia da economia positiva**. Edições Multiplic, 1 (3), fev. ([1953] 1981).

GALBRAITH, J. K. **O pensamento econômico em perspectiva – uma história crítica**. São Paulo: Pioneiras, 1987.

GAMBI, T. (org.). **Pensamento econômico brasileiro no século XIX: um balanço da historiografia**. Relatório final MCTI/CNPq, Nº 14, 2013.

GAMBI, T. **O debate político e o pensamento econômico no Império brasileiro: centralização de poder e monopólio de emissão no segundo Banco do Brasil (1852-1853)**. In: Almanack. Guarulhos, n.09, p.176-189, abril, 2015.

GANEM, A. **Teoria neoclássica: a face econômica da razão positiva**. In: CORAZZA, G. (org). Métodos da Ciência Econômica. Porto Alegre: UFRGS, , p.117-132, 2003.

GANEM, A. **Reflexões sobre a História do Pensamento Econômico Brasileiro**. Análise Econômica, v.59, n.26, 2011.

GANEM, A. **A teoria e o método no espelho da história: ou história como filosofia do curso de economia**. In: GANEM, A. (org.). Economia e filosofia: controvérsias e tendências recentes. Rio de Janeiro, RJ: Editora da UFRJ, 2012.

GARNETT, R. **Paradigms and Pluralism in Heterodox Economics**. Review of Political Economy, v.18, n.4: 521-546, 2006.

GEORGESCU-RÖGEN, N. **Métodos em ciência econômica**. Edições Multiplic, 1 (2): 115-27, [1979] 2005.

GIANETTI FONSECA, E. **Comportamento individual: alternativas ao homem econômico**. Revista Novos Estudos-CEBRAP. n 25, out, p. 151-175, 1989.

GIANETTI FONSECA, E. **Reflexões sobre a historiografia do pensamento econômico**. Revista Estudos Econômicos, n.2, ago, p.141-304, 1996.

GOODWIN, C. D. W. **Economic theory and society: a plea for process analysis**. American Economic Review, v. 62, n. 2, p. 409-415, 1972.

GREMAUD, A. P. **Das controvérsias teóricas à política econômica**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. 1997.

GUDIN, E; SIMONSEN, R. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira: coletânea da polêmica Simonsen x Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo**. 3. ed. Brasília: IPEA, 2010.

HAGGE, W. **De docta ignorantia**. Revista de Economia Política, v.7, n.1, 1987.

HAGGE, W. **O califa e as estrelas: considerações sobre a ideia de progresso em teoria econômica**. In AMADEO, E. J. (org.): Ensaios sobre economia política moderna: teoria e história do pensamento econômico. São Paulo: Marco Zero, 1989.

HAHN, F. **Reflections**. Royal economic society newsletter, vol. 77, 1992.

HALL, P. A. (Ed.). **The political power of economic ideas**. Princeton: Princeton University Press, 1989.

HUGON, P. **A Economia Política no Brasil**. In: AZEVEDO, F. de (org.). As Ciências no Brasil. 2ª Ed., V.2., Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**. 7. ed. [S.l.]: Campus, 1989.

HUTCHISON, T. W. **Insularity and cosmopolitanism in economic ideas**. American Economic Review, v. 45, n. 2, p. 1-16, 1955.

HUTCHISON, T. W. **Ends and means in the methodology of economics**. In: BACKHOUSE, Roger. (org.). New Directions in Economic Methodology. London: Routledge, 1994.

HAUSMAN, D. **The Philosophy of Economics An Anthology**. Cambridge University Press, 2008.

IANNI, O. **Planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

JEVONS, W. S. **Brief Account of a General Mathematical Theory of Political Economy**. Journal of the Statistical Society of London 29, 1866.

JEVONS, W. S. **A teoria da economia política**. 2a ed. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1996.

KEYNES, J. N. **Scope and Methodof Political Economy**. Cambridge, 1891.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo, SP: Atlas, 2007.

KLAES, M. **Historiography**. In: SAMUELS, W.; BIDDLE, J.; DAVIS, J. (Eds.). A companion to the history of economic thought. Oxford and New York: Blackwell, 2003.

KRUGMAN, P. **Two cheers for formalism**. The Economic Journal, 108, p. 1829-1836, Nov. 1998.

KRUGMAN, P. **Como os economistas puderam errar tanto?** Revista Econômica, v.11, n.2, 2009.

KUHN, T. S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 7. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

LETICHE, J.M. et all. **Discussion**. American Economic Review, 45(2), 29-34, 1955.

LIBANO, G. de A. **Uma nota sobre Lucas e o vício ricardiano**. Revista de Economia Política, v.17, n.4(68), 1997.

LIMA, G. T. **Em algum lugar do passado: breves reflexões sobre a importância da história do pensamento econômico**. Texto para Discussão n. 56, São Paulo: EAESP/FGV, 1996.

LIMA, H. F. **História do Pensamento Econômico no Brasil**. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1976.

LOUREIRO, M. R. (Org.). **50 anos de ciência econômica no Brasil (1946-1996): pensamento, instituições, depoimentos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOUREIRO, M. R.; LIMA, G. T. **A internacionalização da ciência econômica no Brasil**. Revista de Economia Política, v.14, n.3(52), 1994.

LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen. Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

MACHLUP, F. **Methodology of Economics and Other Social Sciences**. New York, Academic Press, 1978.

MÄKI, U. **Economic thought on the outskirts: toward a historiographical framework for studying intellectual peripheries**. Research in the History of Economic Thought and Methodology, v. 14, p. 307-23, 1996.

MALTHUS, T. R. **Princípios da economia política: e considerações sobre a sua aplicação pratica**. 2. ed. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1986.

MALTA, M. M. de (org.). **Ecos do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA, Centro Celso Furtado, 2011.

MALTA, Maria Mello de et all. **A história do pensamento econômico brasileiro entre 1964 e 1989: um método para discussão**. In: MALTA, M. M. de. (coord.). Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro. Rio de Janeiro, IPEA/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, p. 23-52. 2011

MALTA, M.; CASTELO, R. **Marx e a história do pensamento econômico: um debate sobre método e ideologia**. In: GANEM, A.; FREITAS, F.; MALTA, M. (orgs.) Economia e filosofia: controvérsias e tendências recentes. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, p. 85-100, 2012.

MANSOR, M. **A matemática nas ciências sócias o caso da economia**. Dissertação de mestrado apresentada no programa de Pós-Graduação em Economia FEA/USP, 2009.

MANTEGA, G.; REGO, J. M. **Conversas com economistas brasileiros II**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MANTEGA, G. **A economia política brasileira**. São Paulo: Polis; Petrópolis: Vozes, 1985.

MARCUZZO, M. C. **Is history of economic thought a "serious" subject?** Erasmus Journal for Philosophy and Economics, Volume 1, Issue 1, Autumn 2008.

MARTINS, L. **Pouvoir et développement économique: formation et évolution des structures politiques au Brésil**. Paris: Éditions Anthropos, 1976.

MAZZUCCHELLI, F. **Senior, Jevons e Walras : a construção da ortodoxia econômica**. Economia e Sociedade, v. 12, n. 1, p. 137–146, 2003.

MELLER, P. **Uma revisão na crise da ciência econômica**. In: REGO, M. (org). Revisão da crise: metodologia e retórica no pensamento econômico. São Paulo: Bienal, 1991.

MILL, J. S. **Essays on Some Unsettled Questions of Political Economy**. Cambridge, 1844.

MIROWSKI, P. **What are the Questions?** In: BACKHOUSE, R. (org.). New Directions in Economic Methodology. London: Routledge, 1994.

MONTEIRO, S. M. M. **Metodologia da economia e filosofia da ciência**. In: CORAZZA, G. (org). Métodos da Ciência Econômica. Porto Alegre: UFRGS, p. 207-227,2003.

MORRIS-SUZUKI, T. **A history of Japanese economic thought**. London and New York: Routledge, 1989.

MOLLO, M. **Krugman e o mea culpa importante, mas insuficiente**. Revista Econômica, v.11, n.2, 2009.

MYRDAL, G. **Aspectos políticos da teoria econômica**. 2. ed. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1997.

NEVES, V. **The internationalization of economic ideas. A search for connecting principles**. Iberian Journal of the History of Economic Thought, v.4, n.1, 2017.

NUNES, R.; BIANCHI, A. M.. **Duas maneiras de contar a história do pensamento econômico**. Revista de Economia Contemporânea, n.5, jun, 1999.

NUNES, A. Noção e objeto da economia política. Boletim de Ciência Econômica, Faculdade de Coimbra, v.37, 1994.

PAULA, J. A. de; et all. **Conhecimento e interesse em economia**. Texto para discussão n. 178, Belo Horizonte: Cedeplar, 2002.

PAULA, J. A. de; CERQUEIRA, H. G.; ALBUQUERQUE, E. **Nações e estilos de Economia Política**. Revista de Economia Política, vol. 27, nº 3 (107), pp. 357-374, julho-setembro/2007.

PAULANI, L. M. **Ciência econômica e modelos de explicação científica: retomando a questão**. Revista de Economia Política, v. 30, n. 1, p. 27–44, 2010.

PERLMAN, M. **Introduction**. In: SCHUMPETER, J. A. History of Economic Analysis. 10 ed: Routledge, 2006.

PERICÁS, L. B.; SECCO, L. (Org.). **Intérpretes do Brasil: Clássicos, Rebeldes e Renegados**. 1ed.São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

PINTO, I. L. G. **O progresso da ciência e o anarquismo epistemológico de Karl Paul Feyerabend**. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2007.

PRADO, E. **A construção das diferenças entre os economistas**, Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, no 9, 2001.

PRADO, E. **A ortodoxia neoclássica**. Estudos Avançados, v. 15, n. 41, p. 9-20, 2001b.

RONCAGLIA, A. **The wealth of ideas**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

RONCAGLIA, A. **Should the History of Economic Thought be Included in Undergraduate Curricula?** Economic Thought, 3.1: 1-9, 2014.

RUBIN, I. **A History of Economic Thought**. Londres: Pluto Press, [1929] 1989.

ROLL, E. **A História do Pensamento Econômico**. Fundo Cultural:Rio Janeiro, 1977.

SAES, F.; CYTRYNOWICZ, R. **O ensino de economia e as origens da profissão de economista no Brasil**. Lócus, Juiz de Fora, v. 6, n. 1, p. 37-54, 2000.

SAES, A.; SAES, F. **O Pensamento Econômico Brasileiro no Século XX: Uma Breve Nota Sobre as Principais Tendências e Rupturas**. Boletim Informações FIPE, São Paulo, p. 44 - 52, 28 mar. 2016.

SAES, A.; SAES, F. **Difusão de Ideias Econômicas no Brasil: Apontamentos Teórico-Metodológicos**. Informações FIPE, São Paulo, p. 45 - 51, 01 jun. 2015.

SBICCA, A. **Seis histórias do pensamento econômico: abordagens dadas à revolução marginalista e ao pensamento de Nassau Senior**. Revista Economia. v.31, n.1, p. 41-61, 2005.

SCHUMPETER, J. A. **História da análise econômica**. Rio de Janeiro, RJ Fundo de Cultura, 1964. 3v.

SCHUMPETER, J. **Science and Ideology**. In: The American Economic Review, Vol. 39, n. 2, mar, pp. 346-359 1949.

SZMRECSÁNYI, T.; COELHO, F. S. (Orgs.). **Ensaios de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 2007.

SCHABAS, M. **Coming Together: History of Economics as History of Science**. In: WEINTRAUB, R. The Future of the History of Economics: Annual Supplement to Volume 34 of the History of Political Economy. Duke: Duke University Press, 2002.

SCHWARTZMAN, S. **A redescoberta da cultura**. Revista Novos Estudos-CEBRAP. N39, jul, p.172-179, 1994.

SCREPANTI, E. **Panorama de historia del pensamiento economico**. Barcelona: Ariel, c1997.

SEN, A. **Rational Fools: a Critique of the Behaviour al Foundat i ons of Economic Theory.** In: Philosophy and Economic Theory. Oxford, 1979.

SENIOR, N. **An Introductory Lecture on Political Economy**. Cambridge, 1852.

SICSÚ, J. **De Harvard para as ruas**. Revista Carta Capital, 2011. Disponível em: < http://www.cartacapital.com.br/economia/de-harvard-para-as-ruas>. Acesso em: 07/11/2016.

STIGLER, G. **Essays in the history of economics**. Chicago, 1965.

STIGLER, G. **Nobel lecture: the process and progress of economics**. Journal of Political Economy, v. 91, n. 4, p. 529-45, 1983.

SILVA, M. G. **Schumpeter e a epistemologia da economia**. Tese de doutorado apresentada no programa de Pós-Graduação em Economia FEA/USP, 1993.

SILVA, M. G. **A Epistemologia da Economia Teórica em Schumpeter**, Revista Economia, v. 22, n. 85, p. 109–130, 2012.

SPENGLER, J. **Notes on the international transmission of economic ideas**. History of Political Economy, v. 2, n. 1, p. 133-51, 1970.

SOLA, L. **Ideias econômicas, decisões políticas**. São Paulo: Edusp, 1998.

SILVEIRA, A. M. da. **A indeterminação de Senior**. Revista de Economia Política, v. 11, n. 4, p. 70-88, 1991.

TEIXEIRA, R. **Positivismo, historicismo e dialética na metodologia da economia**. Dissertação de mestrado apresentada no programa de Pós-Graduação em Economia FEA/USP, 2003.

TOLIPAN, R. **A noção de história do pensamento econômico**. In Amadeo, E. (org.), Ensaios sobre economia política moderna. São Paulo, Marco Zero, 1989.

TOLIPAN, R. **A ironia na História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: IPEA, 1990.

TOLIPAN, R; GUIMARÃES, E. **O curso de economia e a crise da teoria econômica**. Revista Literatura econômica, v2, n1, 1980.

ZERKOWSKI, R. M. **History of economic analysis: 30 anos depois**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, p. 119-132, jan./mar. 1987.